



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES/CECA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO / PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO

ITAIPU: A PEDRA QUE CANTA E DESENCANTA
UMA ANÁLISE DOS *ROYALTIES* NA EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE SANTA
HELENA E ITAIPULÂNDIA (2003-2016)

JULIANA SCHWAAB THIBES

CASCADEL - PR
2019



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES/CECA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO / PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO

ITAIPU: A PEDRA QUE CANTA E DESENCANTA:
UMA ANÁLISE DOS *ROYALTIES* NA EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE SANTA
HELENA E ITAIPULÂNDIA (2003-2016)

JULIANA SCHWAAB THIBES

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, nível de Mestrado/PPGE, Área de Concentração: Sociedade, Estado e Educação, Linha de Pesquisa: História da Educação, da UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos da Silva.

CASCADEL - PR
2019

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Thibes, Juliana Schwaab

Itaipu: a pedra que canta e desencanta : uma análise dos royalties na educação nos municípios de Santa Helena e Itaipulândia (2003-2016) / Juliana Schwaab Thibes; orientador(a), João Carlos da Silva, 2019.
232 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2019.

1. Itaipu. 2. Royalties. 3. Investimentos. 4. Educação.
I. Silva, João Carlos da. II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Cascavel CNPJ 78680337/0002-65
Rua Universitária, 2069 - Jardim Universitário - Cx. P. 000711 - CEP 85819-110
Fono:(45) 3220-3000 - Fax:(45) 3324-4566 - Cascavel - Paraná



JULIANA SCHWAAB THIBES

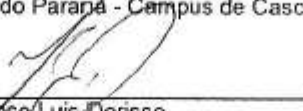
ITAIPU A PEDRA QUE CANTA E DESENCANTA: uma análise dos royalties na educação nos municípios de Santa Helena e Itaipulândia (2003-2016)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação, área de concentração Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa História da Educação, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:



Orientador(a) João Carlos da Silva

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)



José Luis Derisso

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)



Carlos Herold Júnior

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Cascavel, 31 de maio de 2019

AGRADECIMENTOS

Ao professor João Carlos da Silva, a quem dedico meu profundo agradecimento e admiração, pelas horas empenhadas nas orientações, pelas dúvidas sanadas, pelas sugestões e estímulos para que este sonho se concretizasse.

Ao meu esposo Vagner, que tanto me apoiou nesta caminhada; à minha mãe Lira, meu exemplo de luta e superação, que sempre me estimulou a continuar na busca pelo conhecimento; ao meu pai Camilo (*in memoriam*), meu primeiro professor, que dedicou sua vida à família; ao meu irmão Leandro e ao meu sobrinho Ricardo, pela colaboração técnica; e, em especial, ao meu filho, Arthur, que me acompanhou em diversas horas em sua pequena mesinha, para, assim, desfrutar um pouco mais de minha companhia. A vocês, minha família, dedico todo meu agradecimento pela força e sustentação.

Aos professores do Programa que possibilitaram a partilha do conhecimento; aos colegas do mestrado que dividiram suas incertezas e angústias; aos colegas de trabalho pelo incentivo e ao meu grande amigo Cláudio, por todo apoio e auxílio.

Agradeço a todas as pessoas que de uma forma ou outra ajudaram para que este trabalho se tornasse realidade, em especial aos funcionários públicos das prefeituras de Santa Helena e Itaipulândia, que não mediram esforços para auxiliar no levantamento de dados. Deixo aqui minha eterna gratidão.

EPIGRAFE

Sete quedas por mim passaram,
E todas sete se esvaíram.
Cessa o estrondo das cachoeiras, e com ele
A memória dos índios, pulverizada,
Já não desperta o mínimo arrepio.
Aos mortos espanhóis, aos mortos bandeirantes,
Aos apagados fogos
De ciudad real de guaira vão juntar-se
Os sete fantasmas das águas assassinadas
Por mão do homem, dono do planeta.

Aqui outrora retumbaram vozes
Da natureza imaginosa, fértil
Em teatrais encenações de sonhos
Aos homens ofertadas sem contrato.
Uma beleza-em-si, fantástico desenho
Corporizado em cachões e bulções de aéreo
contorno
Mostrava-se, despia-se, doava-se
Em livre coito à humana vista extasiada.
Toda a arquitetura, toda a engenharia
De remotos egípcios e assírios
Em vão ousaria criar tal monumento [...]

Carlos Drummond de Andrade

THIBES, J. S. **Itaipu: a pedra que canta e desencanta**: uma análise dos *royalties* na educação nos municípios de Santa Helena e Itaipulândia (2003-2016). 2019. 231 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2019.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir a aplicabilidade dos *royalties* de Itaipu nas redes de ensino, observando seus aspectos quantitativos e qualitativos no campo educacional. A assinatura do Tratado de Itaipu, em 1973, ocorreu mediante tensões políticas a partir dos interesses geopolíticos, no contexto da Guerra Fria em face do modelo nacional-desenvolvimentista durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), no contexto da expansão do capitalismo. Para a formação do reservatório foi preciso inundar uma grande área dos municípios chamados lindeiros ao lago de Itaipu, estando Santa Helena e Itaipulândia entre os maiores atingidos, vindo a perder uma grande parte de suas áreas produtivas, por isso, esses são os maiores recebedores das parcelas dos *royalties*. Diante disso, procuramos fazer uma análise dos investimentos realizados na educação destes municípios, por parte dos gestores. Os repasses efetuados pela usina criaram possibilidades, expectativas e perspectivas de ampliação e melhorias das escolas. Analisar os municípios significa estudar a historiografia regional e local, na compreensão da totalidade. A construção da usina hidrelétrica de Itaipu Binacional, maior geradora de energia elétrica do mundo, proporcionou intensas alterações no cenário regional e nacional. Além do levantamento bibliográfico, realizamos visitas *in loco* na usina hidrelétrica de Itaipu, Ecomuseu, setor administrativo da Itaipu, Escritório Regional da Itaipu em Santa Helena, Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, Biblioteca Municipal de Foz do Iguaçu, Prefeitura Municipal de Santa Helena. Em tais centros de documentação, acessamos documentos, fotos, Leis, livros, panfletos informativos e jornais, que contribuíram para a elaboração deste trabalho. Os repasses financeiros efetuados pela usina de Itaipu permitiram novas possibilidades de ampliação e melhorias para as escolas públicas na região oeste do Paraná.

Palavras-Chave: Itaipu; *Royalties*; Investimentos; Educação Básica.

THIBES, J. S. **Itaipu: the singing and disenchant stone**: an analysis of royalties in education in the cities of Santa Helena and Itaipulândia (2003-2016). 2019. 231 f. Dissertation (Master in Education) - State University of Western Paraná, Cascavel, 2019.

ABSTRACT

This work aims to discuss the use of the Itaipu royalties in education networks, observing their quantitative and qualitative aspects in the educational field. The signing of the Itaipu Treaty in 1973, occurred through a political tensions from geopolitical concerns, in the context of the Cold War in the face of the national-developmental model during the civil-military dictatorship (1964-1985), in the context of the expansion of capitalism. For the formation of the water reservoir, it was necessary to flood a large area of the called *municípios lindeiros*, towns that border the Itaipu Laker, with Santa Helena and Itaipulândia being among the largest affected, losing a large part of their productive areas, thus, they are the largest takers of the royalties. Therefore, we seek to make an analysis of the investments made in the education of these towns, by the managers. The transfer made by the hydroelectric plant created possibilities, expectations and prospects for expansion and improvement of schools. Making an analyze of these municipalities means to study the regional and local historiography, in the comprehension of the totality. The construction of the Itaipu Binacional hydroelectric plant, the world's largest power generator, has brought about intense changes in the regional and national scenario. In addition to the bibliographical survey, we made visits at the Itaipu hydroelectric power plant, Ecomuseu, Itaipu administrative sector, in the Regional Itaipu Office in Santa Helena, Foz do Iguaçu City Hall, Foz do Iguaçu Municipal Library, Santa Helena Town Hall. In such documentation centers, we accessed documents, photos, Laws, books, informative flyers and newspapers, which contributed to the elaboration of this work. The financial transfers made by the Itaipu plant allowed new possibilities for expansion and improvements for public schools in the western region of Paraná.

Keywords: Itaipu; Royalties; Investments; Basic education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO I - SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO	26
1.1 SOCIEDADE E EDUCAÇÃO DIANTE DA MEDIAÇÃO DO ESTADO	27
1.2 DITADURA CIVIL-MILITAR.....	30
1.3 A ITAIPU NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA	33
1.4 DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL	38
1.5 EXPANSÃO EDUCACIONAL	43
CAPÍTULO II - A PRESENÇA DA ITAIPU NO OESTE PARANAENSE	52
2.1 TRATADO DE ITAIPU.....	52
2.2 CARACTERIZAÇÃO DO MEGAPROJETO	62
2.3 ITAIPU E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS	70
2.4 PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	79
2.5 PARQUE TECNOLÓGICO DE ITAIPU – PTI.....	83
2.6 ITAIPU E O OESTE DO PARANÁ	86
2.7 <i>ROYALTIES</i> DE ITAIPU	102
CAPÍTULO III - IMPACTOS SOCIOEDUCACIONAIS DOS ROYALTIES NOS MUNICÍPIOS LINDEIROS: SANTA HELENA E ITAIPULÂNDIA	110
3.1 BREVE HISTÓRICO DE SANTA HELENA	113
3.2 EXPANSÃO EDUCACIONAL EM SANTA HELENA.....	123
3.3 LEVANTAMENTO DE DADOS EDUCACIONAIS	132
3.4 OS <i>ROYALTIES</i> NA EDUCAÇÃO EM SANTA HELENA	135
3.5 A LUTA PELO ENSINO SUPERIOR EM SANTA HELENA	156
3.6 BREVE HISTÓRICO DE ITAIPULÂNDIA	161
3.7 EXPANSÃO EDUCACIONAL EM ITAIPULÂNDIA	166
3.8 LEVANTAMENTO DE DADOS EDUCACIONAIS	171
3.9 OS <i>ROYALTIES</i> NA EDUCAÇÃO EM ITAIPULÂNDIA	175
3.10 ENSINO SUPERIOR	185
CONSIDERAÇÕES FINAIS	187

ARQUIVOS VISITADOS	192
REFERÊNCIAS	193
ANEXOS	198
ANEXO A - Tratado de Itaipu	199
ANEXO B - Lei Municipal de Santa Helena nº 28/79	219
ANEXO C - Projeto de Lei nº 33/79	220
ANEXO D - Lei municipal de Santa Helena nº 253/79	221
ANEXO E – Lei municipal de Santa Helena Nº 255/79	222
ANEXO F - Ofício de desativação de escolas a partir se 1983	223
ANEXO G - Decreto Nº 34/85	226
ANEXO H - Ofício encaminhado pelo município de Itaipulândia	227
ANEXO I - Ofício encaminhado pelo município de Santa Helena.....	228
ANEXO J - Ofício encaminhado pelo município de Itaipulândia.....	230

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
AMFORP	<i>American Foreing & Power Co.</i>
ANA	Agência Nacional da Água
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BP3	Bacia Hidrográfica do Rio Paraná 3
CAE	Comissão de Assuntos Econômicos
CI	Comissão de Serviços de Infraestrutura
CFURH	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
CPT	Comissão Pastoral da Terra
ELETOBRÁS	Centrais Elétricas do Brasil
EUA	Estados Unidos
FUNDEPAR	Fundação Educacional do Estado do Paraná
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MAIN	Chas. T. Main Inc
MEC	Ministério da Educação e Cultura
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PLC	Projeto de Lei da Câmara
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PTI	Parque Tecnológico de Itaipu
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNINTER	Centro Universitário Internacional
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
UTFPR Universidade Tecnológica Federal do Paraná

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1. Vista aérea da construção da ponte Rio-Niterói em 30 de abril de 1973.....	39
Figura 2. Presidente Médici (à direita) e Ministro dos Transportes Mário Andreazza cumprimentando-se em frente à placa inaugural da Transamazônica em 1974.....	40
Figura 3. Vista aérea de Itaipu em pleno funcionamento com as três comportas abertas para evasão da água excedente.....	53
Figura 4. Momento do discurso proferido pelo General Castello Branco ao Presidente do Paraguai.....	56
Figura 5. Assinatura do Tratado de Itaipu pelos Presidentes Médici e Stroessner.....	59
Figura 6. Vista aérea do ponto escolhido para a construção de Itaipu no Rio Paraná em 1974.....	61
Figura 7. Vista aérea do início do parque de obras, com várias máquinas trabalhando.....	63
Figura 8. Vista área do canal de desvio do rio para as construções da barragem principal e da casa de força.....	64
Figura 9. Momento da explosão.....	64
Figura 10. Os barrageiros em um dia de trabalho.....	65
Figura 11. A imprensa acompanhava cada passo que Itaipu dava, conforme matéria do jornal o Estado do Paraná.....	66
Figura 12. Caixa espiral por onde passa a água fazendo a turbina girar e produzir a energia.....	67
Figura 13. Imagem aérea da barragem principal e as 20 tomadas de força ao longo da barragem.....	68
Figura 14. Vertedouro com as 14 comportas fechadas antes do primeiro teste com água. Imagem tirada em 07/10/1982.....	69
Figura 15. Vista do estator da Unidade 15 (SIEMENS) em pré-montagem.....	70
Figura 16. Refeitório da Itaipu construído para os operários.....	73
Figura 17. Transporte dos operários da Itaipu.....	74
Figura 18. Vista aérea das 9 mil moradias para os trabalhadores.....	75
Figura 19. Operação batizada por Mimba Kuera “pega-bicho”.....	76
Figura 20. Lago de Itaipu causa a morte de milhares de peixes em 1982.....	77
Figura 21. Encontro entre os Presidentes do Brasil e Paraguai e convidados para a celebração de abertura das comportas.....	78
Figura 22. Foto aérea do PTI.....	84
Figura 23. Vista aérea da construção paralisada da UNILA.....	85

Figura 24. Folheto de propaganda da Itaipu, com o ator Lima Duarte e o cantor Teixerinha como garotos Propaganda	87
Figura 25. Mapa da região lindeira ao lago de Itaipu	89
Figura 26. Manifestação realizada em frente ao escritório da Itaipu em Santa Helena	90
Figura 27. Mobilização dos agricultores da região de Itaipulândia.....	91
Figura 28. Marcha dos agricultores para Itaipu em 1982	92
Figura 29. Trevo de Foz do Iguaçu com os agricultores acampados em movimento de protesto contra a Itaipu	93
Figura 30. Em Itacorá, o lago invade as estradas	95
Figura 31. O lago de Itaipu invadindo as plantações e propriedades já desapropriadas e o fotografo Tarcísio Koch registrando esse momento.....	95
Figura 32. Mapa do município de Santa Helena antes e depois da formação do lago	96
Figura 33. Vista aérea das Sete Quedas em 1981	97
Figura 34. O adeus do Presidente Figueiredo às Sete Quedas.....	98
Figura 35. Sete Quedas, submersas pelo reservatório de Itaipu	100
Figura 36. Jornal noticia o desemprego gerado pelo fim da obra de Itaipu	101
Figura 37. Proporções dos <i>royalties</i> de Itaipu destinados aos Municípios, Estado e Nação..	105
Figura 38. Mapa do Brasil e dos municípios lindeiros ao lago de Itaipu	113
Figura 39. Agricultores abrindo a mata para iniciar a preparação do solo para o plantio	115
Figura 40. Vizinhos e amigos exibindo suas caças	116
Figura 41. Barco a vapor que navegava pelo Rio Paraná.....	117
Figura 42. Lago invadindo as casas no município de Santa Helena	119
Figura 43. Construção da ponte que ligaria Santa Helena a Marechal Cândido Rondon.....	119
Figura 44. “Saltinho” com suas quedas exuberantes na forma natural	120
Figura 45. Saltinho agora encoberto pelo lago de Itaipu.....	120
Figura 46. Vista aérea da praia artificial de Santa Helena na década de 1980.....	121
Figura 47. Balneário de Santa Helena depois de ser reestruturado para melhor atender os turistas	122
Figura 48. Vista aérea da cidade de Santa Helena e o lago de Itaipu	122
Figura 49. Reinauguração da Escola Marechal Deodoro da Fonseca	124
Figura 50. Decreto nº 34/85 que extingue unidades escolas, bem como a justificativa	128
Figura 51. E.M. Tiradentes, localizada no Distrito de Sub-Sede	130
Figura 52. Fachada da E.M. José Engel localizada no Distrito de São Clemente.....	130
Figura 53. E.M. Nereu Ramos, localizada no Distrito de Esquina Céu Azul.....	131

Figura 54. E.M. João Pessoa, instalada no Distrito de Moreninha.....	131
Figura 55. Antiga Escola Municipal Prof. ^a Inês Mocellin.....	141
Figura 56. Escola Municipal Professora Inês Mocellin em 2004 em nova estrutura	141
Figura 57. Construções de quatro salas de aula com capacidade para o atendimento de 100 alunos.....	142
Figura 58. Quadra coberta para aulas de Educação Física	143
Figura 59. CMEI Lar da Criança no ano de 1988	144
Figura 60. Atividades sendo realizada em sala de aula no novo CMEI.....	144
Figura 61. Hora da refeição no antigo CMEI Lar da Criança	145
Figura 62. Hora da alimentação no novo CMEI – Lar da Criança.....	145
Figura 63. Fachada do antigo CMEI quando ainda se denominava “Nossa Senhora das Aparecida”.....	146
Figura 64. Fachada da nova Instituição com denominação “Infância Feliz”	147
Figura 65. Corredor utilizado para atividades e refeição dos alunos.....	147
Figura 66. Refeitório do novo CMEI	148
Figura 67. Fachada do antigo CMEI Meu Cantinho	149
Figura 68. Fachada da nova estrutura do CMEI Meu Cantinho.....	149
Figura 69. Refeitório do CMEI Meu Cantinho em 2001.....	150
Figura 70. Atual refeitório do CMEI Meu Cantinho.....	150
Figura 71. Sala do Berçário	151
Figura 72. Nova sala do berçário do CMEI Meu Cantinho.....	151
Figura 73. Compra de brinquedos para os CMEI’s.....	152
Figura 74. Aquisição de carteiras e cadeiras para os CMEI’s.....	152
Figura 75. Ginásio de Esportes do Bairro Vila Rica	154
Figura 76. Torre de Ciências	155
Figura 77. Vista interna da Sala de Informática na Torre de Ciências.....	155
Figura 78. Vista aérea das instalações da Universidade do Oeste do Paraná – Unioeste – Extensão Santa Helena	157
Figura 79. Laboratório equipado para o Curso de Ciências Biológicas	157
Figura 80. Auditório	158
Figura 81. Foto aérea da UTFPR Campus de Santa Helena.....	160
Figura 82. Fachada da UTFPR Campus de Santa Helena.....	160
Figura 83. Família construindo uma ponte nos primeiros anos de colonização em Itaipulândia	163

Figura 84. Lago de Itaipu obstruindo as estadas de Itacorá – Itaipulândia	164
Figura 85. Manifestações em Itaipulândia com a participação de líderes religiosos	165
Figura 86. Vista aérea do município de Itaipulândia.....	166
Figura 87. E.M. Carlos Gomes (1966)	169
Figura 88. E.M. Dona Leopoldina.....	169
Figura 89. E.M. Rondônia	170
Figura 90. E.M. João Lorini	170
Figura 91. Demonstrativo do Livro Didático elaborado pelo município	172
Figura 92. Placa em frente à Casa da Memória em Itaipulândia exaltando a erradicação do analfabetismo.....	174
Figura 93. O prédio pintado em branco e verde é a antiga instalação da Escola Municipal Carlos Gomes.....	180
Figura 94. Ampliação da E.M. Carlos Gomes.....	180
Figura 95. Fachada da antiga construção.....	181
Figura 96. Fachada da estrutura nova da E.M. Carlos Gomes	181
Figura 97. Novas instalações da Escola Municipal Carlos Gomes	182
Figura 98. Novas estruturas da Escola Municipal Dona Leopoldina	183
Figura 99. CMEI Mundo Encantado, construído no Distrito de São José do Itavó	183
Figura 100. CMEI Albano Pedro Mahl	184
Figura 101. CMEI Gente Inocente localizado na Vila Caramuru	185

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1. Indicadores sobre a redução inflacionária e aumento do PIB entre os anos de 1967 a 1973	41
Tabela 2. Resultados do salário mínimo entre os anos de 1944 a 1973	42
Tabela 3. Metas a serem cumpridas a partir do Plano Nacional de Educação entre os anos de 1962 e 1970	47
Tabela 4. Índice de crescimento populacional em Foz do Iguaçu.....	70
Tabela 5. Indicação dos Municípios, áreas alagadas e o repasse dos <i>royalties</i> em dólar repassado em janeiro de 2017	106
Tabela 6. Demonstrativo do pagamento dos <i>royalties</i> pagos aos municípios de Santa Helena e Itaipulândia desde o ano de 1997	107
Tabela 7. Demonstrativo do IDH do município de Santa Helena e as colocações em nível nacional e estadual nos anos de 1991, 2000 e 2010	114
Tabela 8. Índice populacional no município de Santa Helena nos anos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010	118
Tabela 9. Quadro comparativo com o ano e o número de matrículas	129
Tabela 10. Demonstrativo dos valores arrecadados e valores investidos a partir dos <i>royalties</i> na educação entre os anos de 2003 a 2016 em Santa Helena.....	136
Tabela 11. Arrecadações dos <i>royalties</i> e despesas com educação provenientes de todas as fontes	137
Tabela 12. Obras e valores investidos na educação entre os anos de 1998 a 2016	138
Tabela 13. IDH do município de Itaipulândia	162
Tabela 14. Índice populacional no município de Itaipulândia.....	165
Tabela 15. Demonstrativo dos valores arrecadados e valores investidos a partir dos <i>royalties</i> na educação entre os anos de 2003 a 2016 em Itaipulândia.....	176
Tabela 16. Obras e valores investidos na educação entre os anos de 2003 a 2016 em Itaipulândia	177

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1. Literatura disponível referente aos <i>royalties</i> de Itaipu na educação	23
Quadro 2. Relação de escolas municipais existentes em Santa Helena.....	124
Quadro 3. Indicativo da quantidade de alunos que frequentam os Centros Municipais de Educação Infantil.....	133
Quadro 4. Escolas Municipais Ensino Fundamental.....	133
Quadro 5. IDEB Santa Helena.....	134
Quadro 6. Relação de escolas municipais existentes em Itaipulândia.....	168
Quadro 7. Indicativo da quantidade de alunos que frequentam os Centros Municipais de Educação Infantil.....	171
Quadro 8. Escolas Municipais Ensino Fundamental.....	171
Quadro 9. IDEB Itaipulândia.....	173

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Nota IDEB de Santa Helena.....	134
Gráfico 2. <i>Royalties</i> recebidos pelo Município de Santa Helena e a aplicabilidade na educação	137
Gráfico 3. Arrecadação em <i>royalties</i> e receita livre no ano de 2017.....	153
Gráfico 4. Nota do IDEB de Itaipulândia.....	173
Gráfico 5. <i>Royalties</i> recebidos pelo Município de Itaipulândia e a aplicabilidade na educação	176
Gráfico 6. Arrecadação em <i>royalties</i> e receita livre no ano de 2017.....	186

INTRODUÇÃO

O trabalho que se apresenta tem como tema a aplicação dos *royalties* da usina hidrelétrica Itaipu Binacional, considerada a maior geradora de energia limpa e renovável do planeta. Discutiremos a aplicabilidade desses recursos na Educação Básica nos municípios considerados lindeiros ao lago, priorizando Santa Helena e Itaipulândia.

Para explicar os motivos que me levaram a escolher este tema, faz-se necessário voltar à minha infância e adolescência, período em que iniciaram minhas inquietações. Natural do município de Santa Helena, presenciei as discussões da comunidade local, as polêmicas em torno da obra de Itaipu, bem como as consequências aos municípios afetados, por meio do represamento do Rio Paraná. As principais queixas estavam relacionadas ao esvaziamento populacional, à crise do comércio e às expectativas acerca da aplicabilidade dos *royalties* realizados pelos gestores, fatos ainda recorrentes na atualidade. Por outro lado, ao realizar visitas turísticas à Itaipu, era possível identificar a grandiosidade, a imponência e, ainda, a importância que esta obra representava ao país, particularmente para a nossa região.

Abstratamente, Itaipu transborda tecnologia, desenvolvimento e crescimento econômico. A empresa, atualmente, demonstra preocupação com os municípios afetados, desempenhando diversos programas com intuito de auxiliá-los, enquanto a mídia ratifica esta característica, apresentando-a como uma instituição com responsabilidade e confiabilidade.

As inquietações foram amadurecendo durante minha trajetória acadêmica no curso de Pedagogia, que me levaram a conhecer as contradições existentes na sociedade e essa nova visão me fez repensar o ícone Itaipu, bem como as pertinentes questões envolvendo a aplicabilidade dos recursos advindos dos *royalties* no campo educacional.

A educação é considerada por muitos como um dos fatores que levam ao desenvolvimento de um município ou, até mesmo, de uma nação. Isso nos remete a pensar, a priori, quanto maior e melhor forem os investimentos nesta área, melhores serão os resultados no futuro. Será nesta perspectiva que a nossa análise será conduzida, verificando os investimentos realizados pelos gestores públicos na educação.

Para analisar esta questão, faz-se necessário contextualizar a história a partir da década de 1960, período que antecede Itaipu, buscando compreender o cenário em que a sociedade brasileira se encontrava.

Para que a usina de Itaipu viesse a se tornar realidade, foi necessária a união de dois países, Brasil e Paraguai. Ambos estavam sob o comando de um regime militar, travaram desavenças nas questões de limites territoriais, com longas discussões.

Em 1973, o acordo diplomático foi realizado para a construção, em condomínio, da maior usina hidrelétrica da história, traçando metas a serem cumpridas. Em 1982, foi iniciada a formação do lago com o transbordamento do Rio Paraná, afetando espaços territoriais de vários municípios, provocando impactos econômicos, sociais e ambientais.

Durante as últimas décadas, a região oeste passou por intensas transformações de ordem socioeconômica, afetadas pela construção da usina, onde um grande contingente populacional, principalmente da área rural, evadiu-se em busca de novas terras. A partir de 1985, a Itaipu iniciou sua produção e comercialização de energia, mas foi com Decreto Federal nº 1, de 11 de Janeiro de 1991, também conhecido como Lei dos *Royalties*, que 15 municípios do Estado do Paraná passaram a receber mensalmente os *royalties*, a saber: Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel de Itaipu, Itaipulândia, Missal, Medianeira, Santa Helena, Diamante do Oeste, São José das Palmeiras, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Terra Roxa e Guaíra e 01 município do Estado do Mato Grosso do Sul, Mundo Novo. Os valores foram definidos conforme a quantidade das áreas submersas e a produção de energia realizada pela usina. Alguns municípios beneficiados, como Santa Helena e Itaipulândia, passaram a receber recursos que ultrapassavam a própria receita livre.

Nessa dissertação, temos como objetivo compreender as mudanças quantitativas e qualitativas produzidas nas redes de ensino, na medida em que os repasses dos *royalties* efetuados permitiram novas possibilidades e perspectivas de ampliação e melhorias para as escolas públicas na região oeste do Paraná.

Analisar os municípios lindeiros significa estudar a historiografia regional e local, como parte de uma totalidade. A influência desse estudo trouxe um novo rumo para o estudo da história, possibilitando conquistar novos horizontes para a investigação e novas fontes documentais. Entendemos que a história não se resume apenas ao global, mas compreende o regional ou local para obter um conhecimento mais específico do objeto a ser estudado.

Este estudo está voltado à análise dos investimentos aplicados na educação pública aos dois municípios que se destacam por receberem mensalmente as maiores parcelas dos *royalties*, a saber: Santa Helena e Itaipulândia. Estaremos nos reportando a uma dimensão peculiar da história desses municípios, como parte totalizadora da história regional.

Silva (2015) aponta que este trajeto nos leva a compreensão da totalidade de tendo como ponto de partida o macro, e analisa:

Novas operações historiográficas demonstram que os estudos do micro devem visar compreender o macro, levantando os elementos que escapam a

totalidade. Não se trata, assim de estudar região em sua singularidade, mas entender o macro, em sua riqueza de detalhes (SILVA, 2015, p. 161).

Neste sentido, a pesquisa regional e local, proporciona a compreensão de como a história vem sendo construída nesses municípios e quais foram os impactos gerados pela construção da Itaipu Binacional, bem como a importância dos recursos advindos em forma de *royalties* para a educação pública ao longo dos anos.

Carvalho (2007) enfatiza sobre a importância da realização de um estudo articulado na pesquisa em História da Educação, no que se refere aos estudos regionais:

Portanto, diante destas colocações iniciais, não podemos trabalhar com segurança a História da Educação nacional sem o domínio do processo nas diversas regiões, o que permite aquilatar a extensão das propostas teóricas e promover as necessárias correções, quando for o caso. Da mesma forma, não se pode promover o estudo isolado da realidade regional, desvinculado da interpretação de caráter geral, porém, mais abrangente. Assim, não nos propomos a fazer História da Educação regional, mas sim, História da Educação brasileira com ênfase no regional, utilizando de documentações específicas, no caso a imprensa, que auxiliem no processo de compreensão da realidade nacional (CARVALHO, 2007, p. 55).

A necessidade de compreender os investimentos realizados na educação desses municípios nos remete a investigar inicialmente a história local e regional, a partir de uma dinâmica global, caracterizado pela expansão das relações capitalistas. Neste sentido, partimos de algumas perquisições: quais os fatores que levaram a construção da usina de Itaipu? O que entenderíamos dos investimentos aplicados na educação, se não temos o conhecimento da formação destes municípios? Por que os *royalties* são pagos mensalmente a esses municípios e qual o motivo dos valores repassados serem diferentes? Que impacto teve o repasse dos *royalties* na educação desses municípios? Para realizarmos este trabalho, necessariamente teremos que abstrair a visão inicial do objeto para chegarmos à compreensão da totalidade.

Para um melhor entendimento, nos reportamos a Paolo Nosella e Ester Buffa:

As críticas às produções teóricas paradigmáticas, genéricas e a maior atenção aos aspectos singulares, específicos são expressão de um movimento metodológico mais amplo que há tempos ocorre em âmbito internacional. [...]. É o dilema de quem, ao mesmo tempo, precisa definir os contornos gerais da floresta, mas também, para não torná-la abstrata e genérica, precisa conhecer a especificidade de suas árvores. [...]. No entanto, por mais sedutoras que sejam essas pesquisas, não se pode permitir que a descrição pormenorizada da árvore impeça a compreensão da floresta como um todo (NOSELLA; BUFFA, 1996, p. 19-22).

Ao darmos ênfase ao nosso objeto de estudo, partimos da aparência, da visão inicial ou, ainda, de uma visão superficial do todo. Quando olhamos para os contornos, veremos que o resultado final é fruto de um processo anterior, que só poderá ser explicado por meio da abstração.

Vejamos o que Marx diz sobre isso:

A população é uma abstração se deixo de lado as classes que a compõe. Essas classes são, por sua vez, uma palavra sem sentido se ignoro os elementos sobre os quais repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital etc. Esses supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. O capital, por exemplo, não é nada sem trabalho assalariado, sem valor, sem dinheiro, preços, etc. Se começasse, portanto pela população, elaboraria uma representação do todo e, por meio de uma determinação mais estrita, chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples; do concreto representado chegaria a abstrações cada vez mais tênues, até alcançar determinações mais simples. Chegado a esse ponto, teria que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não como uma representação caótica de um todo, porém uma rica totalidade de determinações e relações diversas (MARX, 2008, p. 258).

Para avançar neste estudo, foi imprescindível realizar um levantamento sobre algumas produções existentes em torno da Itaipu. Neste percurso foram encontradas importantes obras que foram utilizadas como fontes norteadoras sobre o tema. Entretanto, é praticamente inexistente pesquisa que aborda a questão dos *royalties* de Itaipu na educação. As obras encontradas, consideradas relevantes para esta pesquisa, são apresentadas no quadro abaixo:

Quadro 1. Literatura disponível referente aos *royalties* de Itaipu na educação

OBRA	AUTOR	ANO	TIPO
Memórias do Concreto: vozes na construção de Itaipu	Maria de Fátima Bento Ribeiro	2002	Dissertação de Mestrado
Expropriados. Terra e Água: o conflito de Itaipu	Guiomar Inês Germani	2003	Dissertação de Mestrado
A Taipa da Injustiça	Juvêncio Mazzarollo	2003	Livro
Itaipu: as faces de um megaprojeto de desenvolvimento	Ivone Teresinha Carletto de Lima	2004	Tese de Doutorado
Aspectos da História das Instituições Escolares de Santa Helena	Adriela Sterchile	2006	Monografia
Itaipu, a dança das águas: histórias e memórias de 1966 a 1984	Maria de Fatima Bento Ribeiro	2006	Tese de Doutorado
Peões da Barragem: Memórias e relações de trabalho dos operários da construção da hidrelétrica de Itaipu – 1975-1991	Odirlei Manarin	2008	Dissertação de Mestrado

O projeto educacional da Itaipu Binacional (1974-1985)	Denise Kloeckner Sbardelotto	2012	Tese de Doutorado
O Efeito da aplicação dos <i>Royalties</i> petrolíferos sobre as finanças públicas nos municípios brasileiros	Diego Araújo Reis	2013	Dissertação de Mestrado
As contradições históricas dos movimentos operários: a complexa organização política pela emancipação humana	Sebastião Rodrigues Gonçalves	2015	Tese de Doutorado

Fonte: Elaborado pela autora.

As pesquisas levantadas que se encontram em consonância com o tema que nos disponhamos a realizar, abordam principalmente temas voltados a estudos referentes aos impactos ambientais e sociais proporcionados pela construção da usina hidrelétrica de Itaipu.

As obras “Expropriados. Terra e Água: o conflito de Itaipu”; “A Taipa da Injustiça” e “Itaipu: as faces de um megaprojeto de desenvolvimento” descrevem especialmente sobre a construção da usina, os conflitos ocorridos entre expropriados e Itaipu e, ainda, a perda irreparável das Sete Quedas que ficariam submersas ao lago.

Em relação às obras “Memórias do Concreto: vozes na construção de Itaipu”; “Itaipu, a dança das águas: histórias e memórias de 1966 a 1984 e Peões da Barragem: Memórias e relações de trabalho dos operários da construção da hidrelétrica de Itaipu – 1975-1991 trataram sobre a vida e as condições de trabalho enfrentadas pelos barrageiros que vinham de todos os lugares do Brasil, a divisão em classes conforme função desempenhada, destinando a estes moradias diferenciadas, possibilidades de diversão na hora de descanso, o trabalho exaustivo, a forma de pagamento e, ainda, a demissão em massa após a conclusão da obra.

Outra publicação que nos referencia e nos aproxima do tema sugerido relacionado aos *royalties* e suas aplicações foi: O Efeito da aplicação dos *Royalties* petrolíferos sobre as finanças públicas nos municípios brasileiros, no entanto, trata sobre os *royalties* do petróleo e seus investimentos públicos, não se tratando especificamente sobre a educação e tampouco sobre os *royalties* de Itaipu.

No sentido de dar suporte documental à pesquisa, realizamos visitas *in loco* na usina hidrelétrica de Itaipu, Ecomuseu, setor administrativo da Itaipu, Escritório Regional da Itaipu em Santa Helena, Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, Biblioteca Municipal de Foz do Iguaçu, Prefeitura Municipal de Santa Helena, nos setores: Secretaria Municipal de Finanças, Departamento de Licitações, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Planejamento, Assessoria de Imprensa, Câmara de Vereadores, Biblioteca Municipal Dante Alighieri, Escolas Municipais, Centros Municipais de Educação Infantil, Universidade

Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) Campus de Santa Helena e Prefeitura Municipal de Itaipulândia, nos setores: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Finanças, Escolas Municipais, Centros Municipais de Educação Infantil e Casa da Memória. Nesses arquivos acessamos documentos, fotos, Leis, livros, panfletos informativos e jornais, que contribuíram para a elaboração deste trabalho.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, discutimos aspectos sobre Estado, sociedade e educação, no sentido de compreendermos as relações que estabelecem entre si. No segundo, examinamos a construção de Itaipu e suas contradições, os acordos realizados entre Brasil e Paraguai para a assinatura do Tratado de Itaipu, a edificação da obra e seus impactos no oeste paranaense.

Por fim, no Capítulo III, abordamos o contexto histórico de dois municípios recebedores das maiores parcelas de *royalties*, sendo Santa Helena e Itaipulândia. Em seguida, apresentamos os dados levantados acerca dos investimentos realizados com os recursos provenientes dos *royalties* de Itaipu na educação. Por fim, analisamos os impactos quantitativos e qualitativos para a educação desses municípios, a partir dos recursos recebidos. Esperamos, com este trabalho, contribuir com os estudos e discussões acerca da história da educação da região oeste.

CAPÍTULO I

SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO

Neste capítulo, abordaremos as relações entre sociedade, Estado e educação, no sentido de entender seus vínculos históricos e suas transformações como resultado e expressão de uma totalidade. A Revolução Industrial, ocorrida no século XIX, produziu mudanças significativas na organização da sociedade, do Estado e conseqüentemente da educação. A educação, antes privilégio da elite, tornou-se importante para a formação do homem, no mundo do trabalho, ainda que de maneira precária.

O desenvolvimento capitalista, reflexo desta revolução, produziu consideráveis transformações, deixando para trás o mundo medieval, dando espaço para uma nova sociedade: a industrial. A sociedade burguesa emergente foi ganhando poder, tendo o Estado como meio de organização, que serviu como apoio para seu fortalecimento e consolidação.

Como bem destacam Marx e Engels em “A Ideologia Alemã”:

[...] Por ser uma *classe* e não mais um *estamento* a burguesia é obrigada a se organizar no plano nacional, e não mais no plano local, e dar uma força universal aos seus interesses comuns. Com a emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado adquiriu uma existência particular ao lado da sociedade civil e fora dela, mas esse Estado não é outra coisa senão a forma de organização que os burgueses dão a si mesmo por necessidade, para garantir reciprocamente sua propriedade e seus interesses tanto externa quanto internamente (MARX; ENGELS, 2001, p. 73-74).

A modernização presente nas fábricas chegou também ao campo, utilizando modernas máquinas, ocasionando uma redução da presença humana no sistema produtivo. Sem trabalho na área rural, o homem vai para a cidade em busca de emprego nas fábricas e a população, que antes estava sediada à área rural, passa a viver na urbana.

Neste sentido, o Estado, ao controlar os conflitos entre as classes sociais, faz a mediação para que a sociedade reproduza as exigências do capitalismo. A educação para o Estado passa a ser poderoso instrumento de mediação, na defesa, especialmente os interesses capitalistas, de outro.

O Estado, nesta ação, agia emplacando seu projeto de sociedade, oferecendo instrução mínima para não entrar em conflito com as elites, que recebia as melhores instruções, logo, as melhores colocações no mercado de trabalho. Para a consolidação do capitalismo, houve a

necessidade de sua expansão pelo mundo, e os Estados Unidos (EUA)¹, o mais influente, encarregaram-se dessa tarefa.

O Brasil, país periférico e subdesenvolvido, com ajuda dos EUA, aos poucos se insere no mundo capitalista, aderindo à industrialização e sua modernidade, o Estado, por sua vez, seguindo o ideário da ideologia dominante, expande grande ajuda ao capital privado, tendo sua maior ênfase no período da Ditadura Civil-Militar.

O regime ditatorial (1964-1985) proporcionou o avanço das relações capitalistas de produção, mediante os financiamentos internacionais, atrelando o Brasil aos EUA na luta hegemônica em oposição à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que disseminava o socialismo.

Neste contexto, a educação no Brasil foi tratada com pouca ênfase, com baixos investimentos e inúmeras alterações nas leis, atendendo os acordos externos. A educação passa a formar dois tipos de alunos: aqueles com o ensino primário, voltado à ideia do trabalho, aos filhos dos operários; e aquele com Ensino Superior, destinado à elite, conforme trataremos neste capítulo.

1.1 SOCIEDADE E EDUCAÇÃO DIANTE DA MEDIAÇÃO DO ESTADO

Historicamente, o homem vem sofrendo com as diferentes formas de exploração de seu trabalho, iniciado pela sociedade escravista, depois feudal e, mais recentemente, pela sociedade capitalista. A sociedade capitalista nasce e se desenvolve com a desintegração do sistema feudal, iniciando a prática do livre comércio. A revolução francesa foi um marco nesta dinâmica, a partir dos princípios da “liberdade, igualdade e fraternidade”.

Karl Marx (1818-1883), que viveu na turbulência da Revolução Industrial, estava envolvido diretamente com as lutas sociais causadas pelo capitalismo, fazendo uma análise da conjuntura da sociedade, percebendo os embates entre as classes.

A exploração ganhava significado, onde o homem vendia seu trabalho, seu esforço em troca de um salário, podendo ser interrompido em qualquer tempo, como complementam Marx e Engels:

Na grande indústria e na concorrência, todas as condições de existência, as determinações e as limitações dos indivíduos se fundem nas duas formas mais

¹ A ação pela disseminação do capitalismo foi rapidamente ganhando espaço e força em muitos países. Os Estados Unidos passaram a penetrar nos países enfraquecidos pela guerra e nos países subdesenvolvidos, barganhando diversos acordos em troca de financiamentos, empoderando-o ainda mais.

simples: propriedade privada e trabalho. Com o dinheiro, qualquer tipo de troca e a própria troca aparecem para os indivíduos como acidentais. É, pois, da própria natureza do dinheiro que todas as relações até então tenham sido somente relações dos indivíduos que viviam em determinadas condições, e não relações entre indivíduos enquanto indivíduos. Essas condições reduzem-se agora a apenas duas: trabalho acumulado ou propriedade privada de um lado, trabalho real do outro lado. Se uma dessas condições desaparece, a troca é interrompida (MARX; ENGELS, 2001, p. 80).

Marx e Engels, observando as contradições sociais, analisavam a lógica da produção de mercadorias e suas consequências, cuja nova forma de produção incorporada pelas fábricas dividiu os trabalhadores em setores, mecanizando a forma de produção. Assim, a sociedade capitalista que estava se consolidando, deixou marcada a sociedade pela divisão de classes, pela exploração da mão de obra, pela alienação da classe operária e, ainda, pela produção da mais-valia e do excedente.

A divisão do trabalho determinava que cada operário fosse responsável por apenas uma parte no processo de fabricação de um determinado produto. Esta forma impossibilitava o trabalhador de saber sobre o real valor do seu trabalho dispendido, comparado ao valor final do produto.

Esse processo trouxe grandes avanços para os capitalistas e sérios prejuízos à classe operária, que, depois de serem explorados, devido à grande oferta de mão de obra, muitos acabavam desempregados e na miséria. Aqueles que conseguiam o emprego se viam obrigados a sobreviverem com os baixos salários.

Suas contribuições para o entendimento de como a sociedade estava estruturada proporcionaram a compreensão de como o Estado vinha articulando-se, atuando de modo a atender as necessidades da classe burguesa para garantir a propriedade privada. O Estado passou a ser um intervencionista fiel da classe dominante, expressando os interesses capitalistas por meio de leis e mediações que contribuía diretamente com as necessidades da classe hegemônica. Entretanto, as artimanhas eram tão bem elaboradas que representavam para o povo conquistas e benefícios.

Marx e Engels nos ajudam a compreender a real intencionalidade do Estado e destacam:

Sendo o Estado, portanto, a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, conclui-se que todas as instituições comuns passam pela mediação do Estado e recebem uma forma política. Daí a ilusão que a lei repousa na vontade, e, mais ainda, em uma vontade *livre*, destacada da sua base concreta. Da mesma maneira, o direito por sua vez reduz-se à lei (MARX; ENGELS, 2001, p. 74).

A industrialização, contraditoriamente, tornou necessária a qualificação da mão de obra e conseqüentemente possibilitou o acesso às escolas públicas dos filhos dos operários, deixando de ser privilégio da classe dominante.

Aparecida Favoreto (2008) ressalta que as escolas apresentavam algumas funções.

De fato, a escola, no âmbito da sociedade capitalista, deixa de ser privilégio dos filhos das classes mais abastadas e passa a ser frequentada também pelos filhos da pequena burguesia e dos trabalhadores. Em boa parte, como afirma Gilberto Luiz Alves, isto se deve ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas⁴. À medida que o trabalho vai sendo dominado pelas leis de produção capitalista e pela máquina moderna, cria-se um excedente tanto de riqueza quanto de força de trabalho que pode ser empregado em setores não diretamente vinculados à produção. Nesse processo, a escola para a classe trabalhadora surge como uma **necessidade produtiva**, cujo objetivo inicial é qualificar, preparar e disciplinar a mão-de-obra para o trabalho, com o menor custo possível de capital e tempo. E surge também como **necessidade social**, já que a revolução industrial, que representou um grande progresso material e a possibilidade de libertar o homem dos limites locais e do trabalho pesado, também criou uma massa humana que, expropriada dos bens materiais e valores morais, passou a morar nos becos imundos que passaram a existir atrás dos palácios e das grandes fábricas (FAVORETO, 2008, p. 36-37, grifos da autora).

Frigotto (1984) expõe que a burguesia não se contrapôs ao acesso à escola destinado à classe trabalhadora, mas, pelo contrário, tal ação significava uma aparente democratização, o que, de fato, fazia-se indispensável para sua concreta legitimação. No entanto, a “universalização do saber” não se apresentava com as mesmas prerrogativas e qualidade ofertadas para a classe dominante.

E acrescenta:

A estratégia burguesa em relação à prática educativa escolar não consiste apenas na negação do saber socialmente produzido pela classe trabalhadora, senão também, da negação ao acesso do saber elaborado, sistematizado e historicamente acumulado. A desqualificação da escola para a classe trabalhadora consiste exatamente na simples negação da transmissão deste saber elaborado e sistematizado ou no aligeiramento desta transmissão. A luta pela apropriação deste saber - enquanto um saber que não é por natureza propriedade da burguesia - pela classe trabalhadora, aponta para o caráter contraditório do espaço escolar. Contradição que se explicita mediante a luta pela apropriação do saber elaborado, sistematizado e acumulado para articulá-lo aos interesses de classe em conjunturas e movimentos sociais concretos (FRIGOTTO, 1984, p. 201).

Nesta perspectiva, o Estado passa a ser um poderoso aliado da classe burguesa, criando leis no sentido de conduzir a educação a um processo de fragmentação que passa despercebido

aos olhos da classe subalterna, como foi a oferta desigual à educação, por exemplo. No Brasil, a educação passa pelos mesmos interesses do capital, sendo a fase mais contundente ocorrida durante o governo da Ditadura Civil-Militar, instaurado em 1964.

1.2 DITADURA CIVIL-MILITAR

Conforme procuramos demonstrar até o momento, representando uma expressão da interlocução de interesses capitalistas mediado pelo Estado, o golpe de 1964 deu início ao governo civil-militar no Brasil (1964-1985), difundindo o crescimento e o desenvolvimento econômico do país, configurando o momento como “milagre econômico brasileiro”.

O interesse pelo crescimento industrial e a busca pela modernização do capitalismo, período conhecido como nacional-desenvolvimentista, tinha seus traços marcados a partir da década de 1930, quando o domínio das oligarquias rurais, principalmente os grandes exportadores de café, perderam seu poder para o processo de industrialização.

Essa inovação transformou todo o cenário brasileiro, emergindo a burguesia e o incremento da urbanização. Essa nova classe passa a barganhar poder político:

O golpe de Estado de 1964 depõe o presidente João Goulart e põe fim à “democracia populista” iniciada em 1946. Fruto de uma coalizão civil e militar, o golpe configura a ascensão de um novo bloco de poder, que envolve uma articulação entre o conjunto das classes dominantes, ou seja a burguesia industrial e financeira – nacional e internacional -, o capital mercantil, latifundiário e militares, bem como uma camada (de caráter civil) de intelectuais e tecnocratas. O espectro de interesses representados por esse conjunto autoriza-nos a qualifica-lo como uma **elite** (GERMANO, 1994, p. 17, grifo do autor).

Foi no governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961) que os investimentos ganharam maiores proporções, priorizando 31 metas, que consideravam mais relevantes para o desenvolvimento nas áreas de energia, transporte, alimentação, indústria de base, educação, além da construção da futura capital, Brasília. Em decorrência desses investimentos, iniciou-se também a valorização da entrada do capital estrangeiro, produzindo desigualdades sociais e proporcionando disparidade entre as regiões.

Com objetivos voltados para a modernização da infraestrutura, o governo militar realizou baixos investimentos na educação, saúde, habitação e saneamento básico, agravando a exclusão social e enriquecendo os grandes capitalistas às custas do trabalhador, que se tornava cada vez mais miserável, conforme destaca Germano:

Isso não significa que o Estado Militar não desenvolveu políticas sociais em diversos campos: educação, saúde, previdência, habitação, assistência social, emprego, “desenvolvimento comunitário” etc., mas significa que ele privilegiou, diretamente e de forma “selvagem”, a manutenção da desigualdade social e a acumulação de capital, mesmo no que concerne ao domínio da política social. Sua atuação pautou-se pelo emprego, em grande escala, de uma violenta repressão política. Assim, deve-se destacar que o Estado concorreu decisivamente para o desenvolvimento das forças produtivas do país, ao mesmo tempo em que foi responsável maior pela perversa concentração de renda e da riqueza verificada no lapso de tempo em apreço (1964-1985), bem como atuou de forma persistente, no sentido de reprimir, destroçar e aniquilar os setores mais avançados da sociedade civil brasileira. Trata-se de um Estado arbitrário, que viola suas próprias leis, denominado eufemisticamente de Estado de execução que, na realidade, se transformou em regra, em Estado de exceção permanente (GERMANO, 1994, p. 23).

Para dar legitimidade e sustentação ao Estado autoritário, é criado o SNI (Serviço Nacional de Inteligência), com intenção de vigiar, controlar e punir com uso de força e arbitrariedade, quaisquer atos ou tentativa de mobilização populacional que se mostravam contrários à ideologia dominante ou que pudessem interferir sobre as intenções do governo.

A criação do primeiro Ato Institucional AI-1 foi outra arbitrariedade no início do comando militar, pois tinha como objetivo o enfraquecimento dos Poderes Legislativo e Judiciário, fortalecendo e ampliando o campo de atuação do Poder Executivo.

Os Atos Institucionais continuavam a surgir, enfraquecendo ainda mais a democracia brasileira, legitimando e legalizando com mais domínio o Estado autoritário, impondo, de maneira agressiva e incisiva, os mandos e desmandos do Governo Militar.

Entre os anos de 1964 e 1970, os programas que tinham como finalidade a modernização institucional e o aperfeiçoamento do Estado, foram: Programa de Ação Econômica e Social (PAEG); Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) e Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (PDDES).

A falta de transparência nos projetos desenvolvidos e a forma dos militares governarem levantavam suspeitas de fraudes na aplicação dos recursos. A forma opressora que os militares conduziram seu governo impedia o questionamento sobre a maneira mais adequada de governar, se a forma que estavam agindo seria a forma mais apropriada.

A corrupção estava estampada no Governo militarista, conforme enfatiza Germano:

O resultado: degeneração da administração pública, escândalos financeiros, corrupção generalizada, tráfico de influências estabelecido entre capitalistas e elevados escalões do Governo, que eram coniventes com as operações fraudulentas e mantinham laços diretos com as empresas ou mesmo recebiam propinas. Em 1978, por exemplo, o Sr. Jacques de Broisia, Diretor

Administrativo e de Assuntos Internacionais do “Banque de Crédit Commercial de France”, denunciou ao coronel Raimundo Saraiva Martins (então adido militar na França) a existência de irregularidades nos negócios de vendas e equipamentos franceses ao Brasil, afirmando inclusive terem sido transferidas várias comissões para o “Grupo Delfim” (trata-se de Delfim Netto, por várias vezes ministro dos Governos Militares e embaixador do Brasil na França, durante o governo de Geisel). Na ocasião, citou o “caso de seis milhões de dólares pagos, como comissão referente ao financiamento de fornecimentos para a Usina de Água Vermelha em São Paulo, e que foram depositadas em conta numerada de um banco suíço em que figuravam os nomes de Antônio Delfim Netto, Vilar de Queiroz”. Além desses, constava o nome de Carlos Alberto Andrade Pinto (Grael, 1986:26). O Sr. Broisia revelou também que o referido grupo havia solicitado uma comissão de **sessenta milhões de dólares** em troca do financiamento para as obras da hidrelétrica de Tucuruí, o que foi recusado pelo Banco, que considerou a importância muito elevada, como também para evitar um escândalo que poderia ser explorado durante a campanha eleitoral francesa. Apesar disso tudo, o Governo brasileiro não deu um passo sequer para esclarecer o assunto e punir os culpados (GERMANO, 1994, p.87, grifo do autor).

Fattorelli esclarece que “os contratos desses investimentos explicam menos de 20% dos gastos com a dívida daquela época. E os outros 80%?”² (FATTORELLI, 2013, p. 2). Essa é uma pergunta que nos faz refletir sobre a “importância” dos projetos faraônicos que foram ambicionados no período da ditadura militar, se realmente caracterizaram bons investimentos, já que a partir daí iniciou o grande endividamento em que o Brasil se encontra hoje.

Conforme Wickert (2008), a dívida externa que o Brasil contraiu passou de US\$ 3,9 bilhões de dólares em 1961 para US\$ 40,3 bilhões de dólares em 1978. A taxa de juros que estava 5,6% em 1967, passa para 8% em 1969 e logo para 10,8% em 1974.

Perkins (2005), ex-funcionário da MAIN (Chas. T. Main Inc.), encarregado de elaborar estudos para determinar se o Banco Mundial devesse ou não realizar empréstimos para projetos de infraestrutura de países latino-americanos, relata:

²Qual a origem da dívida? Se formos puxar o fio da meada, o Brasil já nasceu endividado. Quando tivemos nossa independência decretada, tivemos que assumir uma dívida que Portugal tinha contraído com a Inglaterra. Mas, para pegar esse último ciclo, que é o mesmo que perdura até hoje, ele começou na década de 1970, durante a ditadura militar. Começa num período de total falta de transparência, a parte que aparecia era a do tal “milagre econômico”. Assumimos uma série de empréstimos externos para construir hidrelétricas, siderúrgicas, vários investimentos de infraestrutura. Só que durante a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da dívida buscamos a explicação para a origem dessa dívida. E os contratos desses investimentos explicam menos de 20% dos gastos com a dívida daquela época. E os outros 80%? Fica uma suspeita: será que esse montante, ou pelo menos boa parte dele, foram compromissos assumidos simplesmente para financiar o próprio processo de ditadura militar? Estamos inclusive preparando para um contato com a Comissão da Verdade para incluir em seus trabalhos a investigação sobre o financiamento da ditadura. Quem bancou todos aqueles agentes internacionais que ficavam aqui? Quem bancou aquela estrutura de espionagem, todas as viagens? A maior parte dessa dívida foi junto a bancos privados internacionais. Não foi dívida, por exemplo, com o FMI (Fundo Monetário Internacional), como muitos brasileiros pensam (Entrevista fornecida a Revista Caros Amigos, 2013).

Eu tinha dois objetivos básicos no meu trabalho. Primeiro, tinha que justificar os enormes empréstimos internacionais que levam rios de dinheiro de volta para a MAIN e outras companhias americanas (como Bechtel, Halliburton, Stone&Webster e Brown&Root), por meio de gigantescos projetos de engenharia e construção. Segundo, eu trabalhava para a falência de países que recebiam esses empréstimos (depois de ter pago para a MAIN e outras contratadas americanas, é claro) para que eles se tornassem dependentes para sempre dos credores e, assim se convertessem em alvos fáceis quando precisássemos de favores, incluindo bases militares, votos na ONU, ou acesso ao petróleo e recursos naturais (PERKINS, 2005, p. 38).

Esses financiamentos submetiam os países a uma grande falência, tornando-os dependentes de seus credores, custando ao Brasil sua independência e liberdade nas decisões de crescimento e desenvolvimento, passando esse direito aos grandes países hegemônicos, que passaram a controlar e a ditar suas regras.

A financeirização submetia os países a imposições, controles, ajustes, regras aos quais devem obedecer fielmente, sem deixar de mencionar o verdadeiro “roubo” dos recursos naturais que vem explorando e apropriando-se, do enriquecimento de empresas privadas, dos ajustes fiscais, dos cortes financeiros realizados na educação, nos direitos sociais, na saúde e previdência social.

Germano (1994) deixa claro que o interesse do Governo Militar era produção dos meios capitalistas e esclarece:

No âmbito econômico, estabeleceu-se a clara opção pelo capitalismo, mas com áreas reservadas à exploração por empresas estatais, notadamente nos setores considerados essenciais à Segurança Nacional – desde que não pudessem ser desenvolvidas satisfatoriamente pela iniciativa privada -, justificando assim os pesados investimentos do Estado no estabelecimento da infra-estrutura necessária à acumulação do capital. Ao extinguir-se a limitada autonomia econômica que restava aos Estados, acentuou-se o caráter centralizador do Governo Federal (GERMANO, 1994, p. 63).

Com todas as obras em desenvolvimento, o Estado Militar proporcionou índices elevados de crescimento econômico para o Brasil, entretanto, foi também o período com maior concentração de renda e riqueza para a minoria da população. Essa conquista levou ao crescimento desenfreado da dívida externa, logo, a submissão para os EUA que alcançava rapidamente a hegemonia política.

1.3 A ITAIPU NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA

Na Guerra Fria³, ocorrida entre os anos de 1945 e 1989, estava em disputa a hegemonia entre duas potências: EUA e URSS. Os EUA, predominantemente capitalista, com uma economia desenvolvida, tornaram-se uma grande potência, tanto no setor político e econômico quanto militar. A União Soviética, considerada a segunda maior potência do mundo, tinha um sistema político e econômico, orientada na perspectiva do socialismo, posicionando-se contrária ao imperialismo americano.

Os dois países, com forte poder militar, possuíam poderosos instrumentos de guerra, como submarinos, tanques de guerra, aviões e bombas nucleares, utilizando seus artefatos para unirem-se a outros países em guerra, fornecendo armamentos e soldados para os conflitos. Os demais países que não estavam em guerra também recebiam apoio militar como forma de equilíbrio e preparação para possíveis desentendimentos e ataques internacionais.

Os países livres dos conflitos armados, mas detentores de uma economia enfraquecida, a forma encontrada para a conquista de aliança política, dava-se em troca de ajuda financeira para bancar projetos que buscavam o desenvolvimento e a modernidade do país. Assim, a América Latina passa a ser alvo na luta hegemônica entre as duas potências, sobretudo em regiões de fronteira.

No Brasil, uma das ousadas obras desejadas em comodato com o Paraguai era a construção de uma usina hidrelétrica que abasteceria as indústrias da região sudeste. Entretanto, para executar o projeto necessitaria de estudos e recursos financeiros internacionais, gerando muitas especulações que eram frequentemente noticiadas pelos jornais, causando intensos embates políticos, como foi a notícia divulgada por jornais, o qual Pereira destaca:

No dia 25 de dezembro de 1962, os jornais noticiaram que Goulart teria também convidado os soviéticos a estudar o aproveitamento de Sete Quedas. Explicavam: “Pelos cálculos do escritório Marcondes Ferraz, feitos em moeda forte, para fugir a desvalorização do cruzeiro, o custo da obra de Sete Quedas será mais ou menos de US\$ 1 Bilhão. Os russos acreditam que poderão fazer a obra mais barata e além de projetá-la, oferecerem também para construí-la, mediante financiamento a longo prazo, com parte substancial do pagamento em mercadorias brasileiras (PEREIRA, 1974, p. 59).

Essa notícia deixaria o então Presidente João Goulart (1961-1964) em situação delicada, pois o então Presidente do Paraguai, o General Alfredo Stroessner, anticomunista, não aceitaria

³A Guerra Fria ocorreu especialmente por meio de ameaças e disputas ideológicas, onde os dois países URSS versus EUA, com interesses antagônicos, buscavam disseminar seus ideais para o resto do mundo e conquistar a hegemonia política e econômica. A URSS possuía um único partido, o Comunista, que idealizava em seus objetivos na igualdade social e na economia planejada. Já os EUA, alicerçado na democracia e na propriedade privada, buscava a expansão do capitalismo e o seu imperialismo.

tal ajuda e, no dia 21 de janeiro de 1963, o Presidente brasileiro, em uma entrevista, nega ter discutido e solicitado financiamento dos soviéticos.

De acordo com Pereira (1974), Stroessner preferiria pagar mais caro pela construção da usina do que ter que receber ajuda financeira de comunistas, no entanto, tornava-se difícil explicar para a população o gasto desnecessário dos cofres públicos e focava a atenção do povo em outros assuntos, como a acusação do “expansionismo brasileiro” que invadiria terras paraguaias sem autorização.

De fato, as condições em que os países socialistas se apresentavam eram tentadoras para os países de Terceiro Mundo. As vantagens eram, sobretudo, sedutoras comparando com as empresas capitalistas que exigiam juros altos, menores prazos e não aceitavam mercadorias como forma de pagamento, recebendo apenas em moeda.

Desta forma, tornava-se difícil aos países capitalistas avançarem na luta pela expansão capitalista, obrigando-os a mudarem esse jogo. Neste sentido, Pereira esclarece:

Para remover essa competição, fundaram no âmbito das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos, o Banco Mundial (Banco Internacional de Desenvolvimento – BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e outros organismos financiadores. Os Estados Unidos mesmos instituíram o EXIMBANK⁴ e tais estabelecimentos passaram a financiar os planos de desenvolvimento oferecendo créditos a longuíssimo prazo e a juros moderados. Os países tomam os empréstimos e contratam as obras em regime de concorrência. A pretexto de se garantirem de que as quantias serão empregadas nas obras projetadas, o BID, o BIRD e outros fixam as normas de concorrência, introduzindo nelas tais requisitos que só as grandes empresas multinacionais, previamente escolhidas, possam ser admitidas a disputar a execução (PEREIRA, 1974, p. 90).

Pereira (1974) destaca a entrevista do economista Hernández Parker, concedida ao jornal O Estado de São Paulo, publicado no dia 08 de julho 1971, dizendo que os EUA necessitavam da aliança da Argentina e do Brasil para impedir que movimentos sociais avançassem pela América Latina. A Argentina havia “rejeitado com delicadeza”, já o Brasil, aceitou os acordos com os EUA, desempenhando bem seu papel contra o que denominavam como sendo o perigo do comunismo.

⁴O Eximbank funciona como uma agência governamental americana independente, tendo como objetivo facilitar o financiamento de exportações de produtos e serviços americanos, por meio da absorção de riscos de crédito que estão fora do alcance do setor de bancos privados. Todas as obrigações do Eximbank são garantidas por total confiabilidade e crédito do governo dos Estados Unidos. De acordo com os programas do Eximbank, pelo menos 50% dos produtos a serem exportados devem ser produzidos nos EUA. Disponível em: <<http://www.globalcn.com.br/BR/exim-bank.php>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

De acordo com Pereira (1974), em 1973, foi criado um plano de créditos, não para atender as necessidades dos países mais empobrecidos, mas sim as multinacionais. Os países, que lutavam contra os abusos do sistema capitalistas e que não ofereciam estabilidade política, ficaram sem receber o plano de crédito, como foi o caso da Argentina, Chile, Peru, Venezuela, entre outros.

Brasil, México e Colômbia receberam mais de 50% do total das verbas, onde já estavam predestinados quem poderia disputar pelas grandes obras, ficando evidente que o Banco Mundial funcionava como mediador de lucros para as grandes empresas internacionais.

Na década de 1980, o Banco Mundial passou a financiar também políticas educacionais, saúde, habitação, meio ambiente, desenvolvimento público e rural, ampliando ainda mais o aprisionamento dos países subdesenvolvidos, obrigando esses países a aceitarem ajustes e reformas políticas ao seu modo.

Fattorelli (2013) explica que “A financeirização mundial corresponde à atual fase do capitalismo iniciada nos anos 70, marcada pelo modo de acumulação de riqueza baseado no excessivo poder do setor financeiro mundial” (FATTORELLI, 2013, p. 12).

Os interesses hegemônicos que estavam por trás de cada planejamento e ação não se articulavam apenas com os países de Primeiro Mundo, mas também entre os países subdesenvolvidos. Na América Latina, por exemplo, a disputa ocorria entre Brasil e Argentina, que barganhavam pela hegemonia política e econômica para tornar-se superior e predominante perante os demais países vizinhos. Com isto, a construção de uma usina hidrelétrica em comodato com o Paraguai fortaleceria os interesses do Brasil nesta disputa.

Sebastião Rodrigues Gonçalves esclarece as intenções do governo brasileiro:

O Rio Paraná pertence ao Brasil e ao Paraguai, apenas nos limites das Fronteiras, o projeto para a construção de Ilha Grande visava um empreendimento apenas em território brasileiro. Portanto, não havia necessidade de negociar com o Paraguai para a construção dessa Usina. O projeto estratégico dos militares era de cooptar o Paraguai e submetê-lo aos interesses econômicos e político do Brasil, que também era submisso aos interesses dos Estados Unidos naquele momento. Em tempos de Guerra Fria era interessante para as políticas lideradas pelos Estados Unidos que o Brasil assumisse o controle estratégico da América Latina (GONÇALVES, 2015, p. 51).

A intenção da construção da usina hidrelétrica com o aproveitamento do Rio Paraná passou a ser motivo de discussão e atrito entre os dois países, que, com certeza, deixava os argentinos em situação desconfortável, já que pretendiam construir a usina de *Corpus*

utilizando-se do potencial da Bacia do Prata, além de prejudicar diretamente a navegação, e também possíveis alagamentos que ocorreriam nas regiões ribeirinhas.

Descontentes com as atitudes do governo brasileiro, o governo argentino passa a denunciar o Brasil, sob a acusação de que este estaria descumprindo a declaração de Montevideu, realizada em 1933, que previa a consulta prévia aos governos para a construção de hidrelétricas, cuja utilização dos Rios da Bacia do Prata seria necessária.

Nesse sentido, Lima (2004) destaca o desentendimento que vinha ocorrendo entre Brasil e Argentina, principalmente ocasionados por objetivos geopolíticos que o Brasil buscava conquistar com a construção de Itaipu, conforme o governo argentino acusava:

No relacionamento entre os países do Prata, ribeirinhos ao rio Paraná, especialmente Argentina e Brasil, havia uma mútua acusação de tendências expansionistas ou hegemônicas. Para os argentinos, o Brasil pretendia promover um imperialismo com uma política deliberada de expansão e de satelização dos países pequenos da bacia. Assim, Itaipu deveria ser vista como uma expressão do controle dos recursos hidráulicos do rio Paraná, a montante da foz do rio Iguazu, com objetivo claro de consolidar sua hegemonia sobre o Paraguai e suas estratégias políticas (LIMA, 2004, p. 179).

De acordo com Pereira (1974), a Argentina solicitou ajuda à Organização das Nações Unidas (ONU), buscando a aprovação de uma emenda para limitar o uso dos rios do Prata, o qual o Rio Paraná estava inserido. Entretanto, o Brasil tratou de acelerar as negociações para que nenhum empecilho pudesse atrapalhar a concretização de Itaipu.

Nesta competição, o governo paraguaio, que não pretendia desentendimentos com o país vizinho, não quis se envolver, deixando que o governo brasileiro se entendesse com a Argentina. Essa forma de atuação marcava uma independência entre os dois países, já que o Paraguai se beneficiaria com a construção de ambas hidrelétricas, condicionado a receber metade da energia produzida em cada uma delas.

Para Lima (2004), apesar dos desentendimentos entre Brasil, Paraguai e Argentina, em 1973 foi assinado o Tratado de Itaipu. Definitivamente Itaipu passa a ser realidade e começa a ser construída a uma distância de 17 km dos solos argentinos, ao passo que Corpus ainda estava em fase de planejamento. Desta maneira, o governo argentino se rendia, negociando a proteção para a navegação, a regularização das vazões, números de turbinas e fixar as cotas de nível das águas, com intuito de não prejudicar a construção da outra usina:

O Brasil negava a aproximação argentina alegando a bilateralidade de Itaipu. Entretanto, em maio de 1977, aceitou um convite para um encontro técnico. A Reunião aconteceu em Assunção, de 22 a 24 de setembro do mesmo ano.

Depois se reuniram no Rio de Janeiro, em março de 1978. À medida que os encontros aconteciam, as negociações amadureciam da mesma forma. Em abril de 1978 a questão mais discutida pelos técnicos foi com relação as cotas das barragens. A Argentina, que pretendia uma cota de 120 metros, percebeu que seria impossível insistir nesta meta, passando a aceitar uma cota abaixo de 110 metros. No entanto, não aceitava chegar a 105 metros (LIMA, 2004, p. 182).

Esse acordo ficou estabelecido na reunião ocorrida em janeiro de 1978, em que chegaram a um acordo de que Itaipu teria um total de 18 turbinas e que Corpus teria uma cota de 105 metros. No entanto, o Brasil tinha interesse em colocar mais duas turbinas, alegando que duas estariam sempre em manutenção, não ocorrendo o funcionamento das 20 turbinas, gerando novos impasses para os interesses de Corpus.

Para Germani, as divergências ocorridas entre a Argentina e Brasil não estavam apenas relacionadas ao potencial do rio, mas com questões hegemônicas, como corrobora:

Os aspectos mencionados indicam que todas as negociações posteriores, em relação à construção de uma usina hidrelétrica, iriam se dar fundamentalmente no plano político, e foi o que se deu, embora elas tenham assumido características jurídicas (Direito Internacional, discussões na ONU, violações de limites etc.) e técnicas (número de turbinas, altura da barragem). O que estava em jogo, na realidade, não era apenas o potencial hidrelétrico do rio, mas também, e principalmente, o que estava do outro lado do rio, isto é, o Paraguai, e o que ele representa. E toda discussão se caracterizou como uma nítida disputa entre a Argentina e o Brasil pelo domínio do Paraguai, em questão antiga intrinsecamente ligada à hegemonia no Cone Sul (GERMANI, 2003, p. 31).

Em 19 de outubro de 1979, ministros da Argentina, Paraguai e Brasil, em um encontro ocorrido em Puerto Stroessner (hoje Ciudad del Este) colocaram um fim nas disputas, firmando o Acordo Tripartite Itaipu-Corpus. A usina Binacional de Corpus, projetada desde a década de 1960, ainda hoje se encontra apenas no papel, sem previsão para execução.

1.4 DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL

Como destacamos, na década de 1970 o Brasil ingressou em uma fase de crescimento industrial, garantindo a empresas estrangeiras, compelidas a expandirem, a produção capitalista, fazendo suas máquinas operarem a todo o “vapor”, efetivando monopólio industrial. No mesmo período, outro fator que colaborou para o crescimento industrial no Brasil e Argentina foi o bloqueio do Oceano Atlântico, resultado das duas grandes guerras mundiais,

que impossibilitava a importação de manufaturados, alterando a dominação que até então era apenas colonial.

O desejo do desenvolvimento expresso pelo governo militar implicou grandes obras que ficaram conhecidas como “faraônicas”, característica dada pela grandeza e magnitude das obras, sendo consideradas as principais: Usinas de Itaipu, Tucuruí e Tubarão; Estrada de ferro de Carajás; Programa Nuclear – Angra 1, 2 e 3; Metrô do Rio de Janeiro e São Paulo; Ponte Rio-Niterói; Rodovia Transamazônica entre outras obras, despertando interesses de muitos bancos internacionais. Estas obras também geraram um grande contingente de trabalhadores, além de melhorar significativamente a economia do país.

A Rodovia Transamazônica (BR 230), considerada a terceira maior rodovia do Brasil, também ficou conhecida como uma das obras realizadas pelo Governo Militar pelas medidas exuberantes. A rodovia tinha como desígnio integrar a Amazônia com os demais Estados do país, proporcionando o desenvolvimento para a região. Entretanto, o plano de construir 8 mil quilômetros foi interrompido no ano de 1974, alcançando apenas metade do pretendido, ou seja, pouco mais de 4 mil quilômetros. A rodovia corta sete Estados nacionais: Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Amazonas, embora se torne intransitável nos dias de chuva.

A seguir mostraremos imagens que representam a construção da Ponte Rio-Niterói e da placa inaugural da transamazônica durante o período da Ditadura Civil-Militar:

Figura 1. Vista aérea da construção da ponte Rio-Niterói em 30 de abril de 1973



Fonte: Notícias Band.

Figura 2. Presidente Médici (à direita) e Ministro dos Transportes Mário Andreazza cumprimentando-se em frente à placa inaugural da Transamazônica em 1974



Fonte: Acervo Fotográfico Folha de São Paulo.

Em relação aos bons índices de desenvolvimento, Comblin (1980) apud Germano (1994) aponta que o Brasil passou por uma importante fase de crescimento entre os anos de 1968 a 1975:

Com efeito, após um período de ajuste (1965-1967), tem início, a partir de 1968, um ciclo de expansão econômica que ficou conhecido como “milagre brasileiro” (1968-1973). Segundo dados citados por Comblin (1978:92), “de 1968 a 1975, o Produto Nacional Bruto (PNB) teve um crescimento anual médio de 9%. Entre 1968 e 1974, a população do Brasil passou de 86 para 105 milhões de habitantes. Mas o PNB passou de 40 a 78 bilhões de dólares. A produção de energia elétrica aumentou de 38 para 72 bilhões de KWh. A produção de aço passou de 4,4 para 7,5 milhões de toneladas. As exportações cresceram de 1.855 para 12.500 milhões de dólares. A produção de automóveis, de 279.000 a 858.000 unidades” (COMBLIN, 1980 apud GERMANO, 1994, p. 73).

O “milagre econômico” alcançou bons resultados entre os anos de 1967 a 1973, reduzindo drasticamente a inflação, como pretendiam os militares e ainda aumentou o Produto Interno Bruto (PIB) e a produção industrial, como podemos observar nos índices a seguir:

Tabela 1. Indicadores sobre a redução inflacionária e aumento do PIB entre os anos de 1967 a 1973

Anos	Prod. Ind. % a a	PIB % a a	Inflação % a a
1967	3,2	4,8	41,4
1968	15,5	9,3	31,9
1969	10,8	9,0	18,0
1970	11,1	9,5	16,7
1971	12,0	11,3	15,0
1972	12,9	10,4	17,5
1973	16,2	11,4	19,0

Fonte: Conjuntura Econômica

A fase de industrialização e a crise do petróleo⁵, instaurada mundialmente, geraria um colapso na produção de energia elétrica que em pouco tempo não seria mais suficiente para abastecer as grandes cidades industriais e um racionamento de energia levaria ao descontentamento dos industriais. Conforme dados de Xavier, Ribeiro e Noronha (1994), o barril do petróleo que custava 3 dólares no ano de 1973, passou para 12 dólares no ano seguinte.

Concomitantemente, o rápido crescimento industrial brasileiro, além das máquinas operando a todo vapor, demandava cada dia mais produção e elevava o consumo elétrico. O setor energético em pouco tempo não teria mais capacidade suficiente para abastecer as grandes cidades industriais:

Os argumentos utilizados para justificar o projeto estavam apoiados nos ideais dos militares de tornar o Brasil uma grande potência. E, para o desenvolvimento do país, era necessário produzir energia elétrica. Dentro deste contexto, em 1974 foi criada a entidade Itaipu Binacional e no ano seguinte foi dado início às obras (MASCARENHAS; CASTANHA, 2010, p. 80).

As obras que o governo militar estava desenvolvendo, de um lado, resultaram em um crescimento econômico; de outro, baixo valor do salário mínimo, que vinha reduzindo anualmente, podendo ser comparado ao valor correspondente ao ano de 1944, como podemos observar na Tabela a seguir:

⁵Em meados de 1973, a crise do petróleo vai manifestar-se quando os países árabes membros da Opep (Organização dos países Exportadores de Petróleo) decidem suspender as exportações, em sinal de protesto ao apoio dado a Israel por países do Ocidente no conflito com o Oriente Médio. Essa ação leva ao encarecimento do produto prejudicando países como o Brasil que dependiam em grande parte do petróleo importado [...] (XAVIER, 1994, p. 261).

Tabela 2. Resultados do salário mínimo entre os anos de 1944 a 1973

Ano	Salário Real	Ano	Salário Real
1944	75,84	1959	120,48
1945	65,18	1960	93,16
1946	55,71	1961	120,48
1947	45,72	1962	103,38
1948	44,24	1963	94,60
1949	42,58	1964	98,82
1950	38,82	1965	93,62
1951	34,55	1966	84,34
1952	93,22	1967	80,77
1953	81,63	1968	81,51
1954	66,67	1969	80,41
1955	108,11	1970	78,65
1956	89,55	1971	78,88
1967	121,79	1972	80,72
1958	106,15	1973	84,09

Fonte: Cunha (1979).

De acordo com os dados, observamos que o valor do salário mínimo entre os anos de 1944 a 1951 passou por uma queda acentuada, perdendo valor anualmente. De 1952 até o ano de 1957, o salário mínimo inicia um aumento gradativo, superando os valores até o momento apresentado. Entre os anos de 1957 a 1961, passa a oscilar, mas sempre com um valor superior ao apresentado no ano de 1944. A partir de 1961, o salário mínimo passa por um declínio anual, podendo ser comparado em 1971 ao valor um pouco acima ao salário correspondente ao ano de 1944.

Conforme Cunha (1979), o Censo Demográfico divulgado em 1970 trouxe muitas discussões relacionadas à renda brasileira. Uma minoria da população concentrava cada vez mais o capital produzido, acentuando de forma severa a desigualdade econômica entre a população. Um dos reflexos desta medida foi o grande achatamento salarial⁶ observado em São Paulo, palco principal da industrialização.

O trabalho, que primeiramente era desenvolvido apenas pelo pai de família, passou a contar com o auxílio da mãe e dos membros mais jovens, como meio de melhorar a renda e garantir a subsistência familiar. Esta nova forma de mão de obra trazia outro agravante, a evasão escolar, uma vez que a necessidade de trabalhar dificultava a permanência dos mais jovens na escola, perpetuando cada vez mais a estagnação da classe trabalhadora.

⁶ Cunha (1979) ressalta que o “arrocho salarial” produzido pelo governo militar implicou a queda dos salários da classe trabalhadora e esta, sem opções, necessitou diminuir os custos com a alimentação. O Decreto-Lei nº 399, publicado em 1938, apresentava quantidades mínimas de alimentos que um trabalhador devesse receber por uma jornada de trabalho e a Constituição Federal de 1969 previa que o salário a ser pago ao trabalhador devesse suprir o sustento da família. Entretanto, uma pesquisa realizada em São Paulo em 1971 constatou que o pagamento do salário mínimo realizado deveria ter um acréscimo de 42% para atender o Decreto-Lei nº 399.

De acordo com Germano (1994), essa realidade era resultado da Constituição de 1967, que marginalizava o trabalhador, fortalecendo mais uma vez o capitalismo. A proibição das greves e a redução da idade para o trabalho permitiram que crianças a partir dos 12 anos fossem contratadas nas fábricas por um custo bem inferior ao adulto, gerando uma série de retrocessos para o povo brasileiro, além da grande oferta da mão de obra que agravou muito o desemprego. Além disso, um grande número de crianças foram expostas à exploração do trabalho infantil, impossibilitando ou prejudicando a frequência escolar e a educação desta geração.

Essa diminuição salarial levou os trabalhadores a uma economia geral, racionando a mesa do trabalhador. A redução alimentar que a classe subalterna se via obrigada a fazer afetava as crianças de forma monstruosa, pois, além das vitaminas necessárias para o crescimento, a fome provocava desestímulos aos estudos, dificultando a aprendizagem e, conseqüentemente, levava ao fracasso escolar de uma grande parte da população.

1.5 EXPANSÃO EDUCACIONAL

A partir da década de 1930, iniciou-se a expansão da educação no Brasil, propelida principalmente pelo desenvolvimento urbano. A industrialização que ocorria nos principais centros urbanos impeliu as pessoas deixarem o campo em busca de empregos nas fábricas, bem como a substituição do trabalho manual pelas máquinas agrícolas na área rural, que ganharam grandes proporções. As máquinas implicaram a divisão do trabalho, resultando produção em maior escala com um número reduzido de empregados.

Essa nova forma de produção acelerada trouxe também exigências novas, como a qualificação do trabalhador, que custaria ao Estado, pois as linhas de produção necessitavam de operários com o mínimo de conhecimento e técnica. Essa modernização atendia às reivindicações da classe dominante, que, necessitando em suas indústrias da mão de obra treinada, expandia o ensino à classe popular, mediante uma semiqualificação. A expansão do ensino não ocorre de forma igualitária, ao contrário, sofre uma grande carência, pois não existia a oferta de vagas para todos.

A forma com que se expandiu a educação escolar é outro fator a enfatizar, pois ela não ocorreu em todo o território brasileiro, mas apenas nas regiões que estavam mais desenvolvidas, como foi o caso de São Paulo, que acabou deixando as demais regiões em desvantagem.

Para Romanelli (2003), as escolas não apresentavam uma estrutura correspondente às novas demandas econômicas e sociais que a industrialização necessitava. Sendo um reflexo da própria organização do poder, o novo formato de ensino foi modelando conforme seus

interesses e a escola, embora extremamente necessária, atuou no sentido de reforçar e manter as desigualdades sociais já existentes.

O Estado, ao oferecer este modelo de educação, não possibilita a superação das contradições sociais, ao manter a divisão de classes, sustentando os interesses da classe dominante. Como corrobora Chauí:

O Estado não é um poder distinto da sociedade, que a ordena e regula para o interesse geral definido por ele próprio enquanto poder separado e acima das particularidades dos interesses da classe. Ele é a preservação dos interesses particulares da classe que domina a sociedade. Ele exprime na esfera política as relações de exploração que existem na esfera econômica (CHAUÍ, 1984, p. 70).

Para exercer sua função de dominação, o Estado aparecia de forma impessoal, agindo por meio de mecanismos que não revelariam seu atrelamento a interesses particulares de uma única classe, a dominante.

Conceber a sociedade civil como um grande ente coletivo é uma das grandes artimanhas da ideologia burguesa para ocultar que esta mesma sociedade que se pretende representar como um todo articulado, tem, na realidade, a finalidade de produzir e reproduzir a divisão em classes distintas, em constante luta.

O conjunto das relações sociais aparece nas ideias de forma autônoma e independente e não como o resultado da ação dos indivíduos pertencentes a classes sociais em conflito. Isso faz com que a sociedade seja vista como existindo por si mesma e dominando os homens, cujas ações são, então, percebidas como decorrentes da sociedade. Pois,

O papel específico da ideologia como instrumento de luta de classes é impedir que a dominação e a exploração sejam percebidos em sua realidade concreta. Para tanto, é função da ideologia dissimular e ocultar a existência das divisões de classes, escondendo, assim, sua própria origem (CHAUÍ, 1984, p. 103).

Deste modo, o sistema operacional que o Estado desempenhava transparecia um caráter democrático, mas priorizava a qualidade no atendimento da classe burguesa. Essa ação têm sido a causadora dos problemas dos países subdesenvolvidos, como destaca Romanelli:

Não se concebe, portanto, que um Estado pobre, de poucos recursos destinados à Educação, deixe de atender às necessidades básicas de todos para privilegiar culturalmente poucos. Assim fazendo, deixa o Estado de ser um Estado democrático, ou seja, Estado de todos para ser o Estado de poucos. Mas, não é só isso. Na medida em que o Estado privilegia uns poucos, em detrimentos de muitos, ele cria as condições, comprometendo assim o seu próprio

desenvolvimento econômico. Oportunidades educacionais restritas significam sempre limites estreitos e impostos à expansão econômica. Atualmente, este tem sido o grande problema dos países chamados subdesenvolvidos: as necessidades de expansão de seu sistema econômico esbarram com a inelasticidade do mercado interno criado por um sistema sócio-econômico tradicional que privilegiou sempre uma pequena parte da população e marginalizou a sua grande maioria (ROMANELLI, 2003, p. 184).

As desigualdades geradas pelo modo capitalista de produção estavam expressas pela limitação de ensino à classe mais pobre. A classe burguesa, preocupada com seus interesses, estava determinada em reproduzir as tendências consumistas dos países europeus, aos quais tinham acesso. Assim, a educação não se tornava tema prioritário, diferentemente dos países desenvolvidos:

Desde a segunda metade do século XIX, os países mais desenvolvidos vinham cuidando da implantação definitiva da escola pública, universal e gratuita. De fato, esse século se caracterizou, quanto à educação, pela acentuada tendência do Estado de agir como educador. É que as exigências da sociedade industrial impunham modificações profundas na forma de se encarar a educação e, em consequência, na atuação do Estado, como responsável pela educação do povo. As mudanças introduzidas nas relações de produção e, sobretudo, a concentração cada vez mais ampla de população em centros urbanos tornaram imperiosa a necessidade de se eliminar o analfabetismo e dar um mínimo de qualificação para o trabalho a um máximo de pessoas. O capitalismo, notadamente o capitalismo industrial, engendra a necessidade de fornecer conhecimentos a camadas cada vez mais numerosas, seja pelas exigências da própria produção, seja pelas necessidades do consumo que esta produção acarreta. Ampliar a área social de atuação do sistema capitalista industrial é condição de sobrevivência deste. Ora, isso só é possível na medida em que as populações possuam condições mínimas de concorrer no mercado de trabalho e de consumir. Onde, pois, se desenvolvem relações capitalistas, nasce a necessidade da leitura e da escrita, como pré-requisito de uma melhor condição para concorrência no mercado de trabalho (ROMANELLI, 2003, p. 59).

Saviani (2013) aponta que o Brasil, desde a década de 1930, estava muito atrasado no quesito educação quando comparado aos países desenvolvidos da Europa, que já realizavam estudos sobre seus próprios sistemas de ensino. Outros países da América Latina – como Argentina, Chile e Uruguai, estavam à frente, tendo a universalização da educação básica alcançada desde o século XIX, com um número “desprezível” de analfabetismo.

A educação, sempre deixada em segundo plano, mantinha um sistema descentralizado, entregando aos Estados a responsabilidade pela sua organização e utilizando como pretexto pelo Governo as adversidades e as necessidades de cada região. Com isso, a expansão educacional apresentou grandes deficiências, tanto em caráter quantitativo, pois estava muito

longe de atender toda demanda existente, permitindo que um alto número de alunos permanecesse fora da escola, quanto em caráter qualitativo, que, distante de alcançar bons resultados, apresentava um elevado número de repetência que estava atrelado à falta de qualificação do professor.

Essa estrutura educacional atendia o sistema econômico vigente, priorizando o treinamento da mão de obra e não a universalização da educação. Apesar de o ensino ter sido ampliado, não conseguiu contemplar o quesito quantidade, tampouco qualidade⁷.

A migração de pessoas da zona rural para a zona urbana trouxe como agravante, além do desemprego e da miséria, o analfabetismo. Para vencer a concorrência e garantir uma vaga na indústria, era preciso a instrução, mas a falta de escolas impedia a tão desejada escolarização. O Brasil enfrentava uma grande porcentagem de analfabetos⁸, como destaca Romanelli (2003), “entre os anos de 1920 e 1940, a taxa de alfabetização cresceu a 0,4% ao ano. Entre 1960 e 1970, a taxa cresceu 0,6% ao ano” (ROMANELLI, 2003, p. 63).

Outro dado importante a mencionar está relacionado ao nível de escolaridade. Romanelli (2003) aponta que a cada 1000 alunos que ingressavam na 1ª série do ensino primário em 1960, apenas 56 destes alunos chegavam ao Ensino Superior no ano de 1971. A evasão do ensino primário entre os anos de 1966 e 1970 constituía-se em números elevadíssimos, chegando à proporção de 33,45% em 1966, ou seja, do total de 5.208.365 crianças, apenas 1.186.309 concluíam a 4ª série.

Com a criação, em 1962, do Conselho Nacional de Educação, é elaborado o Plano Nacional de Educação com metas a serem atingidas entre os anos de 1962 a 1970, que apresentavam os seguintes objetivos: matricular 100% da população que compreendiam a faixa etária entre 07 e 11 anos nas séries iniciais (1ª à 4ª série); 70% da população com idade entre 12 e 14 anos no ginásio (5ª e 6ª série); para o Ensino Médio, a meta estava em atingir 30% da população 11/12 a 14 anos nas duas primeiras séries do “ciclo ginásial” e 50% da população com idade entre 13 e 15 anos nas duas últimas séries do “ciclo ginásial”; e 30% da população compreendida entre 15 e 18 anos nas séries do ciclo colegial; e, ainda, para o Ensino Superior,

⁷ Descontentes com a forma que estava se desenhando a educação brasileira, em 1924, educadores e estudiosos criam a Associação Brasileira de Educação (ABE), com modelos difundidos na Europa e EUA, a Escola Nova como estava sendo disseminada, tinha uma perspectiva psicológica e social. A partir da criação a ABE, iniciaram-se diversas conferências entre educadores, resultando no Manifesto dos Pioneiros.

⁸ É possível verificar o descompromisso que o governo militar tinha perante a educação e a forma que atendiam as necessidades da elite dominante. A expansão educacional não estava prevista para atender a população e contemplar a todos, mas sim as necessidades industriais, formando apenas uma parcela da população. Essa forma de governar a educação aumentou o analfabetismo, condicionando mais uma vez a exclusão social para as classes subalternas e privilegiando a classe dominante.

a meta estava em atingir pelo menos a metade daqueles que conseguissem concluir o colegial. Em 1965, o plano foi revisto, sendo mantidas praticamente as mesmas metas, como podemos observar:

Tabela 3. Metas a serem cumpridas a partir do Plano Nacional de Educação entre os anos de 1962 e 1970

Porcentagem	Faixa Etária
73,61%	7 e 11 anos
52,24%	12 a 24 anos
27,9%	15 a 18 anos
62,24%	População que concluí o 2º ciclo

Fonte: Romanelli, (2003).

Os militares iniciam suas práticas de mudança com objetivo de atenderem os interesses capitalistas, com atuação concomitante em relação ao sistema educacional, elaboram táticas que visam qualificar a mão de obra e, para isto, realizam Reformas no Ensino, iniciando pelo Ensino Superior em 1968 e a Reforma do Ensino Primário em 1971. O discurso utilizado estava direcionado para o desenvolvimento e crescimento, construindo uma nação fortificada.

A Reforma Universitária, Lei nº 5.540/68, formulada para beneficiar a classe dominante, recebeu maiores investimentos do que o Ensino Primário, tendo o Estado passado a despreocupar-se com a educação básica, que era destinada a atender principalmente a classe menos favorecida.

Para realizar as mudanças educacionais que desejavam, os militaristas necessitavam de mais ajuda internacional, firmando convênio entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e AID (*Agency for International Development*) que destinava ajuda “financeira” e técnica, ficando conhecido como: MEC/USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). Esse convênio não funcionava com empréstimos em dinheiro, mas com destinação de materiais (matéria prima) e serviços realizados por técnicos. Essa forma de atuação dos EUA, extremamente capitalista, fazia com que suas mercadorias fossem vendidas aos países contratantes e ainda obtinham o retorno em dinheiro como pagamento do financiamento.

A atuação que a USAID desenvolvia estava voltada com a utilização mínima de recursos, atingindo o maior número de escolas, focando-se no treinamento de professores e técnicos e concentrando-se na eficiência e produtividade do indivíduo. Esses recursos internacionais serviram apenas para o benefício dos EUA, não ofertando grandes resultados educacionais no Brasil, recebendo duras críticas da UNE (União Nacional dos Estudantes), que alertava que a educação estaria se voltando para a subordinação dos EUA.

O Estado, buscando conquistar uma educação para todos de forma gratuita, obrigatória, conseguiu, de forma lenta, expandir a educação, mas fracassou nos quesitos: igualdade e direito ao acesso à vaga para todos.

De acordo com Cunha (1979), o Estado procurou expandir e melhorar a educação com objetivo de tornar o Brasil uma “Potência”. Tal iniciativa esbarrava no alto índice de analfabetismo e, diante disso, proporcionou diversas políticas educacionais, buscando “superar o baixo rendimento escolar”. Estendendo a obrigatoriedade de ensino de quatro para oito anos, supletivos, tinha a finalidade de alfabetizar o maior número de pessoas possíveis, chegando até utilizar-se de rádios (projeto Minerva) e emissoras de televisão para que todas as pessoas pudessem ter acesso (difusão do programa).

Essa forma de alfabetização acelerada e de certa maneira “informal”, constituía-se de forma precária e insuficiente para o aluno, em relação aos elevados índices de analfabetismo que o Brasil apresentava.

Na sua dimensão mais ampla, a mediação da escola com o processo produtivo capitalista dá-se mediante o fornecimento de um saber geral que se articula ao saber específico e prático que se desenvolve no interior do processo produtivo, e mediante a dotação de traços ideológicos, necessários ao capital, para a grande massa de trabalhadores que constituem o corpo coletivo de trabalho. O conceito de **alfabetização funcional** desenvolvido pela Unesco é muito utilizado nos programas e contratos do Banco Mundial, expressa nas condições históricas atuais, o nível de educação requerido e aquilo que A. Smith quis dizer, ao aconselhar educação para as classes populares, porém em **doses homeopáticas** (FRIGOTTO, 1984, p. 224, grifos do autor).

A criação do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), possibilitou estratégias educacionais aceleradas, proporcionando ao governo brasileiro uma dupla finalidade, alcançando objetivos extremamente necessários para o período. De um lado, atendendo as necessidades de escolarização para a classe subalterna com baixo custo de manutenção, agradando a população que buscava a qualificação exigida pelo mercado de trabalho. E, por outro, como objetivo principal, atendendo as necessidades da classe dominante, que precisava de um empregado moldado que executasse os serviços de forma precisa e subordinado ao sistema.

Frigotto, proporciona-nos um melhor entendimento sobre tal conjuntura:

A “fábrica-escola-SENAI” utiliza o princípio de “ensinar poucas coisas e bem ensinadas” e tem como método educativo e de aprendizado a própria relação

máquina-aprendiz. A preocupação fundamental não são as relações de produção da existência do segmento da classe trabalhadora de onde o aprendiz - mas o que serve a indústria. O que serve à indústria tem que ser apreendido de forma eficiente. Há neste particular uma investigação permanente das necessidades da Indústria e de acordo com elas modifica-se o processo pedagógico. De outra parte, há todo um processo de “orientação educacional”, muito eficiente, para mostrar que o ponto de vista dos trabalhadores sobre os patrões é distorcido. Aprendem-se aí diversas lições. O instrutor (que vem da fábrica) e o patrão são pessoas que “ajudam a vencer na vida”. Aqueles que “têm autoridade sobre seus comandados, isto é, têm o direito demandar e poder se fazer obedecer”. A lição fundamental explícita é de que “não existem maus patrões”, mas “maus empregados” (FRIGOTTO, 1984, p. 209, 210).

Esta forma de atuação do Estado, em uma primeira visão, é uma forma política que busca a educação do povo. Porém, se analisarmos até aqui, as formas que foram se modificando a educação e os contextos em que necessitaram ser alteradas, podemos concluir que o Estado apenas realizou alterações de acordo com as necessidades da elite. O Estado sempre atuou – e continua atuando – de acordo com as necessidades e interesses da classe dominante, transparecendo à classe trabalhadora como um Estado justo e preocupado em proporcionar a igualdade para todos. O Estado surge, então, como forma de exercício a função coercitiva de domínio direto e controle da sociedade. Sob a forma da representação do “bem comum”, ele age sobre os indivíduos dominados, por meio de variados instrumentos, a saber: as leis, o uso exclusivo da força e a precarização ao acesso de ensino de qualidade etc.

Saviani (2013) aponta que o orçamento obrigatório estipulado pela União, destinado à educação, no ano de 1946, sofreu uma queda gradativa de 12% para 7%, chegando, no período da Ditadura Militar em 1975, a atingir apenas 4,3% do orçamento da União. Esse investimento irrisório ocasionou mobilizações por parte dos educadores, levando a criação da Emenda Calmon, que alterou para o mínimo de 13% do orçamento da União que devessem ser destinados à educação. Contudo, não ocorreram avanços, pois as alterações mantiveram-se apenas no papel.

De acordo com Cunha (1979), outro desafio estava relacionado à qualificação dos professores, pois, em 1970, cerca de 37,1% dos professores primários no Brasil não eram normalistas e 26,2% dos professores apenas tinham concluído o ensino primário. O que refletia, mais uma vez, na qualidade do ensino, sendo o nível do conhecimento dos professores também baixo, diferenciando-se novamente o ensino ofertado aos filhos dos trabalhadores para o ensino propiciado à elite.

Ao longo dos anos, a educação, da forma que vem sendo implementada nos países capitalistas, principalmente nos países subdesenvolvidos, não se apresenta simplesmente como

uma educação reprodutora ou transformadora, mas de acordo com as necessidades da sociedade e que vem sofrendo alterações juntamente com o movimento em que esta se constitui, como aponta Paulino José Orso:

Portanto, é um equívoco centrar as discussões educacionais em torno de debates abstratos da defesa das teses de que ela é ou não é reprodutora, de que é ou não transformadora, se ela é ou pode ser revolucionária. Como a sociedade não é homogênea, como está permeada de contradições, de lutas e antagonismos de classes, a educação se transforma de acordo com o movimento da sociedade, que ao se transformar e ser transformada, também possibilita uma educação de tipo diferente, adequada à nova realidade. Assim, em cada época e em cada sociedade, a educação “reflete” as condições do desenvolvimento social, a exigência e consciência social, o nível de desenvolvimento das forças produtivas e as relações de forças travadas entre as classes envolvidas (ORSO, 2012, p. 3845).

Um exemplo desse processo no Brasil ocorreu durante a Ditadura Civil-Militar, período de “desenvolvimento e modernidade”, com transformação social e novas exigências industriais. O movimento da sociedade naquele período trouxe inovações, tecnologia e a necessidade de transformar a sociedade em consumista para ascender o comércio. Concomitante, ocorreram alterações no modelo educacional, as fábricas necessitavam de mão de obra qualificada e a classe trabalhadora necessitava de instrução para concorrer a uma vaga de emprego, ambos exigindo do Estado a expansão educacional, entretanto, com interesses antagônicos. A educação passa a atender as novas realidades sociais por meio de um ensino técnico, com formação rápida e eficiente para as necessidades da indústria, proporcionando o ensino para uma maior parcela da população que seria responsável pelo seu sucesso ou fracasso.

As obras impactantes indicavam um grande avanço para o país, a maior hidrelétrica do mundo construída alterou o cenário brasileiro. O país que importava petróleo para a produção de energia elétrica passou a ser referência na produção em hidrelétricas. A importância por estas obras levou o Governo a investir pesado nesta área e deixar outras áreas desamparadas, com investimentos precários.

O descontentamento da sociedade com o Governo Civil-Militar resultou em um novo movimento social, em que pensadores brasileiros buscavam por uma nova forma educacional, com qualidade, igualdade e direito a todos. As lutas entrelaçadas entre governo e sociedade repercutiram significativamente na educação, fazendo com que acompanhasse as transformações.

Itaipu se tornou um ícone no quesito modernidade, servindo como referência mundial pela sua grandiosidade e recorde em produção elétrica. Por outro lado, também trouxe muitos

problemas sociais e ambientais por meio da inundação de aproximadamente 1.400 km², que serviram para a formação do lago. Esta questão será melhor tratada no capítulo que segue.

CAPÍTULO II

A PRESENÇA DA ITAIPU NO OESTE PARANAENSE

Neste capítulo abordaremos a presença da usina hidrelétrica de Itaipu Binacional e seus impactos socioeconômicos, ambientais e suas consequências no campo educacional no oeste paranaense.

Durante a Ditadura Civil-Militar, houve alterações no campo social e educacional, impondo medidas à sociedade que beneficiariam principalmente os grandes industriais. Apesar da elevação do PIB, a população excluída socialmente passou a viver de forma racionada, ocasionado pelo arrocho salarial, necessitando do auxílio de outros membros da família para igualar ao salário anterior ao arrocho.

Os investimentos aplicados na educação foram os menores, acarretando um retrocesso na educação brasileira, igualando aos investimentos aplicados 30 anos antes, ou seja, permitindo a comparação com os investimentos realizados na década de 1940.

Os militares apresentavam como principais metas o desenvolvimentismo a partir do crescimento industrial, com o lema “Brasil potência”. Esse ideário levou os militares a realizarem grandes investimentos, principalmente na área de infraestruturas para favorecer a industrialização. Desta forma, a produção elétrica torna-se alvo primordial para abastecer as fábricas, elevando a necessidade do governo em construir usinas hidrelétricas, julgadas mais apropriadas pelas condições naturais que o Brasil apresentava, e a Itaipu surge neste contexto.

2.1 TRATADO DE ITAIPU

Para que Itaipu saísse do papel e se tornasse realidade, era necessário que o Brasil convencesse o Paraguai a idealizar o mesmo projeto, pois o Rio Paraná, que separa os dois países, exigiria a participação e envolvimento de ambos. O prejuízo ambiental que Itaipu impactaria acarretou manifestos, principalmente pelo desaparecimento irreparável do Salto de Sete Quedas, considerado um patrimônio natural. Entretanto, nada superaria a importância de Itaipu, pois esta significava desenvolvimento, modernidade e fortalecimento da economia. Assim, Sete Quedas ficou submersa sob as águas do lago de Itaipu, dando lugar ao futuro, ao “progresso”.

Símbolo desse desenvolvimento e modernidade, a usina hidrelétrica de Itaipu Binacional, pertencente em condomínio aos países vizinhos, Brasil e Paraguai, está localizada

no Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, a uma distância de 14 km da Ponte da Amizade, que liga os dois países. A obra recebeu atenção mundial por sua grandiosidade e por ser a maior produtora de energia limpa e renovável do planeta, por meio do aproveitamento de recursos hídricos do Rio Paraná.

Itaipu significa mais do que uma importante obra, além de sua modernidade e eficiência, é responsável por suprir uma boa parte da demanda elétrica brasileira e quase a totalidade da necessidade elétrica paraguaia. Entretanto, pouco se discute suas consequências sociais na região oeste.

A imagem a seguir ilustra o gigantismo, a tecnologia, a capacidade intelectual e a astúcia dos homens em transformar e explorar os recursos naturais para suprir suas necessidades.

Figura 3. Vista aérea de Itaipu em pleno funcionamento com as três comportas abertas para evasão da água excedente



Fonte: Fecomercio.com.br/noticia.

Itaipu, idealizada pelo governo militar durante a década de 1960, atendia as necessidades da indústria brasileira, na esteira do desenvolvimento capitalista. O contexto que se apresentava em âmbito nacional era a expansão industrial e o aumento do consumo elétrico para operar as máquinas, especialmente no eixo Rio-São Paulo. O elevado preço da energia termoelétrica e a necessidade da exportação do petróleo mostravam-se inviáveis e, assim, iniciaram-se pesquisas que visavam ao aproveitamento hídrico.

De acordo com Mazzarollo (2003), os estudos técnicos em torno de construções de usinas hidrelétricas com o aproveitamento do Rio Paraná vinham sendo discutidas desde o

Governo de Juscelino Kubitschek, entre os anos de 1950 e 1960. Foi com o Governo de Jânio Quadros, em 1961, que surgiram os primeiros projetos feitos pelo engenheiro militar Pedro Henrique Rupp, sobre a construção de uma usina com aproveitamento hídrico do Rio Paraná, devendo esta ser construída antes de atingir os limites fronteiriços com o Paraguai.

De acordo com Lima (2004), entre os anos de 1927 e 1928 chegaram ao Brasil as companhias *American Foreign & Power Co.* (AMFORP), ligada ao grupo *Bond e Share* e a *Light*, ambas empresas americanas que concentraram o comando sobre o setor elétrico no Brasil. A primeira expansão industrial, ocorrida a partir de 1930, dava ao início desenvolvimentista no Brasil, elevando-se a importância da eletricidade e conseqüentemente sobre as explorações de minas e quedas d'água.

O projeto expansionista fez com que o governo promovesse várias estratégias para incentivar o desenvolvimento econômico. Uma delas foi em 1952, o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), que inicialmente procurava investir na infraestrutura e posteriormente na industrialização, com ênfase no setor de transporte e energia.

A demanda energética em razão da expansão industrial geraria conseqüências, como o racionamento elétrico e a elevação no custo para o consumidor:

Goulart sentia avizinhar-se uma grave crise de energia elétrica no País, a qual poderia provocar agitação e descontentamentos de imprevisíveis conseqüências. A pretensão de tomar medidas tendentes a disciplinar a remessa de lucros, encampar as refinarias particulares, desapropriar a AMFORP (Bond e Share) e a Light e outras desse gênero, recomendava não confiar a empresas norte-americanas a construção das usinas. Todo esse programa estaria comprometido, pois a ameaça de entrega dos equipamentos colocara o Governo diante de um dilema: ou as medidas nacionalistas ou programa energético (PEREIRA, 1974, p. 59).

João Goulart decidiu dar continuidade ao projeto e enviou o engenheiro Octávio Marcondes Ferraz para realizar os estudos, no Rio Paraná, nas proximidades das Sete Quedas. Ferraz participava do Conselho de Administração da *Light* e seu irmão Mariano Marcondes Ferraz era representante da General Electric, que vendiam equipamentos para as usinas.

Os estudos estavam direcionados com intenções nos benefícios que poderiam ganhar e Octávio, com os mesmos objetivos de Rupp, pretendia a construção de uma usina que pertencesse exclusivamente ao Brasil, dispensando a necessidade da divisão da produção elétrica. Seu projeto estava na abertura de um canal de 60 quilômetros, ocupando as águas acima de Sete Quedas e devolvendo logo abaixo, rendendo 10 milhões de quilowatts.

Ao descobrir as intenções do Brasil, o Presidente do Paraguai, Stroessner, posicionou-se contrário, iniciando diversos protestos, alegando que as intenções brasileiras afetavam o “Tratado de Limites” assinado após a Guerra da Tríplice Aliança. Esse embate já vinha ocorrendo desde 1750, quando Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madrid, que delimitavam áreas fronteiriças, no entanto, o documento era incompleto nas regiões próximas a Sete Quedas.

Em 1965, um contingente militar brasileiro penetrou no Paraguai por Guaíra, numa área cujo limites geográficos não estavam claramente delimitados de acordo com o Tratado de 1872. O Paraguai tomou a atitude como provocações e enviou tropas militares à fronteira. Houve protestos em Assunção, inclusive com a juventude do Partido Colorado invadindo e depredando a sede da Missão Cultural e Comercial do Brasil, além de queimar bandeiras brasileira em praça pública. O Departamento de Estado do governo americano colocou o dedo nesta ferida e pediu uma solução negociada para a crise (FOZ DO IGUAÇU, 1994, p. 12).

O cenário de disputa que se apresentava para a demarcação da área de Sete Quedas era de instabilidade e discordância, pois o Brasil não teria condições suficientes para sustentar uma usina hidrelétrica. No sentido de resolver estes conflitos, os Ministros brasileiros acertaram um encontro de Goulart com Stroessner no Estado do Mato Grosso, onde acordaram em assinar um documento estabelecendo critérios para a utilização de águas que pertenciam em condomínio, necessitando do mútuo entendimento para o aproveitamento das águas nas regiões fronteiriças.

Brasil e Paraguai já vinham realizando acordos de forma diplomática, que estava relacionada à construção de uma ponte (Ponte da Amizade), que ligaria Foz do Iguaçu a Puerto Presidente Stroessner (atual Ciudad del Este) sobre o rio Paraná, e a construção de uma rodovia (BR 277) que ligaria Assunção ao Porto Livre do Paraguai, em Paranaguá.

A inauguração da Ponte da Amizade, ocorrida em 27 de março de 1965 foi marcada pela presença dos Presidentes Castello Branco e Stroessner, que se posicionaram sobre uma linha imaginária, exaltando um discurso⁹ de progresso e cooperação, em prol do desenvolvimento das duas nações, sendo estas algumas palavras proferidas pelo Presidente Castello Branco ao Presidente Stroessner:

[...] Em dia de festas para os dois países, entregamos ao uso de nossos povos uma ponte que materializa antiga aspiração e assegura um futuro de convivência e diálogo ainda maiores entre nós. Ao vencer o obstáculo fluvial,

⁹ Recorte do discurso realizado pelo Presidente Castello Branco ao Presidente do Paraguai em 27 de março de 1965. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1965/31.pdf/view>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

possibilitamos a circulação mais fácil e mais rápida das riquezas e das gentes através de uma linha de fronteira que esmaece sob a ação de sincera amizade e colaboração franca, fundadas no ideal comum de justiça e de paz. [...] Esta obra inscreve-se numa série de iniciativas através das quais o Brasil e o Paraguai traduzem, de modo concreto, o entendimento e a disposição de cooperar para o progresso e o bem-estar de suas populações. Por certo, não nos deteremos na justa contemplação da tarefa realizada, nem permitiremos que nossos esforços se dispersem. Ainda temos muitos horizontes a conquistar juntos, em benefício recíproco (BRASIL, 1965, p. 233).

Figura 4. Momento do discurso proferido pelo General Castello Branco ao Presidente do Paraguai



Fonte: Clubedosentasdecanduva.blogspot.com.br

Completado um ano após a inauguração da Ponte da Amizade, os laços de cooperação pareciam estar se consolidando entre Brasil e Paraguai, mais um passo para o “progresso” estava prestes a acontecer com a reunião que aconteceria entre os brasileiros e paraguaios. Entre os dias 21 e 22 de junho de 1966, os ministros das Relações Exteriores do Brasil Juracy Magalhães, e do Paraguai Raúl Sapena Pastor, encontraram-se nas cidades de Foz do Iguaçu e Puerto Presidente Stroessner para a assinatura da Ata de Iguaçu, cujos interessados acordavam em realizar estudos do Rio Paraná para encontrar o local mais apropriado para a construção de uma usina hidrelétrica. As discussões seguiram acirradas, e ambos os países tiveram que ceder em relação às divergências:

Nos dias 21 e 22 de junho de 1966, Juracy Magalhães e Sapena Pastor, após longas discussões, assinaram a “Ata das Cataratas”, no Hotel Acaray. Conta-se que as negociações estiveram por um fio. A cada ponto a resolver, Sapena Pastor pedia licença para retirar-se por alguns minutos. Subia ao andar

imediatamente e voltava com a solução [...]. [...] Concluída a reunião, soube-se que Strossner chegara incógnito e sub-repticiamente, sem se apresentar a nenhum membro da comitiva (PEREIRA, 1974, p. 68).

A via diplomática foi a melhor solução encontrada para resolver as questões litigiosas entre os países e a cooperação entre si geraria ganhos imensuráveis tanto para o Brasil quanto para o Paraguai. O teor do acordo firmado pela “*Ata do Iguazu*” entre os chanceleres iniciou-se pela reafirmação dos laços de amizade e cooperação entre os dois países, proclamando a vontade de realizar estudos hidráulicos em condomínio. Ambos estabeleceram concordância que toda a produção elétrica seria dividida em partes iguais.

No dia 12 de fevereiro de 1967, constituiu-se a Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguaia, iniciando os estudos do aproveitamento do Rio Paraná, buscando-se também sondar financiamento¹⁰, já que os países não possuíam recursos próprios para a construção da usina.

Desta maneira, o Salto de Sete Quedas, primeiro local escolhido, seria, a partir deste momento, apenas o projeto inicial para a construção de uma usina hidrelétrica, e deixou de fazer parte para dar lugar a um novo projeto muito mais ambicioso com aproveitamento do rio que chegaria a produção de 14 milhões de quilowatts hora.

O aproveitamento de um dos pequenos saltos existentes em Sete Quedas, em Guaíra, foi o que pode chamar de antevisão do projeto de Itaipu, com interesses precoces, mas que, na prática, nunca passaria de uma modesta usina. E, no final da história, as quedas fantásticas e suas águas revoltas ficaram submersas a 190 quilômetros da grande usina que viria a ser construída (MONTEIRO, 1999, p. 24).

Vencida todas as barreiras, entre os dias 25 a 27 de abril de 1973, o Presidente General Alfredo Strossner visitou o Brasil, a convite do então Presidente General Emílio Garrastazu Médici, em que assinaram o acordo que ficou conhecido como “*Tratado de Itaipu*”, com a finalidade de usufruírem dos recursos hídricos do Rio Paraná pertencentes em condomínio entre os dois países, que tinha como percurso desde o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá até a Foz do Rio Iguazu, onde os países acordados passariam a ter os direitos e deveres rigorosamente iguais sob a nova entidade.

¹⁰Para Pereira (1974), para contratarem empresas internacionais, já necessitariam de dinheiro, uma vez que os dois países estavam desprovidos de recursos para o empreendimento. Então os países se “muniram de autorização para gastar em nome da futura sociedade”. Até agosto de 1971, havia sido gasto em torno de 700.000 dólares. Foram contratadas as empresas americanas International Engineering and Construction e à italiana Eletro-Consul para assessorarem os engenheiros brasileiros e paraguaios nos estudos para localizarem o melhor potencial do Rio Paraná. Após estudos foram eleitos dois pontos ideais para a construção da usina: uma na localidade de Santa Maria, 150 km, rio acima exigindo a construção de duas barragens e a outra de construção única, que ficou denominada como Itaipu, sendo esta última a escolhida.

Para a execução da construção, o *Tratado* previu a composição de uma empresa Binacional com o nome de Itaipu, com sedes localizadas em Brasília e em Assunção, sendo a administração regida por meio de um Estatuto próprio com Conselho administrativo e Diretoria executiva com igual número de participantes, e, ainda, com elaboração de documentos, atas, relatórios, redigidos nos dois idiomas, português e espanhol.

O “*Tratado de Itaipu*” previa as seguintes ações: Serão constituídas pela Eletrobrás (Centrais Elétricas do Brasil) e pela Ande (Administração Nacional de Electricidade). A energia produzida pela usina foi dividida em partes iguais entre os dois países, podendo ser vendida a energia não consumida ao outro contratante. Ficou também estabelecido o pagamento de *royalties* em dólares em partes iguais em razão do aproveitamento dos recursos hídricos do Rio Paraná. Ficou a cargo da Itaipu, por meio de seus representantes, realizar as desapropriações e seus pagamentos pelas áreas declaradas pelos dois países como de utilidade pública, bem como o livre trânsito de pessoas a serviço da Binacional nas áreas já delimitadas.

A cooperação e o empenho deveriam estar presentes entre as duas partes contratantes, para que, no prazo de oito anos após a ratificação do Tratado, a primeira unidade geradora fosse colocada em pleno funcionamento. Caso a entidade sofresse quaisquer divergências, não poderia de forma alguma resultar na interrupção da obra.

A seguir, uma imagem histórica do momento em que o Presidente do Brasil, Emílio Garrastazu Médici e o Presidente do Paraguai, Alfredo Stroessner celebram o acordo de cooperação mútua assinando o “*Tratado de Itaipu*”.

Figura 5. Assinatura do Tratado de Itaipu pelos Presidentes Médici e Stroessner



Fonte: jie.itaipu.gov.br/conteúdo.

O *Tratado* descrevia a localização ideal da construção:

As obras do Projeto terão a orientação geral este-oeste, ao longo de um eixo em linha quebrada, com desenvolvimento total de 8,5 km. O nível d'água máximo normal no reservatório foi estabelecido em torno da cota 220m acima do nível do mar. Este reservatório inundará uma área de aproximadamente 1.400 km² (800 km² no Brasil e 600 km² no Paraguai), e estender-se-á, a montante por cerca de 200 km até e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaíra (TRATADO DE ITAIPU, 1973, s/p).

Para a navegação, o *Tratado* também previa a realização de obras que fossem necessárias para atender os requisitos para que a navegação fluvial não fosse prejudicada. Outra questão a ser assinalada, diz respeito ao financiamento a ser realizado pelo Brasil em nome do Paraguai, conforme declaração feita pelo Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Mário Gibson Barbosa, ao Ministro de Relações Exteriores do Paraguai, Raúl Sapena Pastor:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Governo brasileiro, através de um de seus organismos financeiros abrirá um crédito, a favor da Administración Nacional de Eletricidad - ANDE, do Paraguai, no valor equivalente a cinquenta milhões de dólares (US\$ 50.000.000,00). Tal crédito é destinado à integralização do capital da ITAIPU, previsto no Artigo 6º do Anexo A ao Tratado celebrado nesta data entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai (TRATADO DE ITAIPU, 1973, s/p).

Para compor a primeira administração de Itaipu, foram empossados como Diretor-Geral, o General José Costa Cavalcanti do Brasil e Diretor-Geral Adjunto o engenheiro Enzo Debernardi, representando o Paraguai. Costa Cavalcanti desempenhou um importante papel para a construção de Itaipu, tinha como responsabilidade não deixar a obra parar e a cada necessidade financeira, estava ele atrás de mais recurso, como destaca Monteiro:

Na década de 70, o então presidente da Eletrobrás e diretor-geral de Itaipu, general Costa Cavalcanti, percorreu centenas de vezes o triângulo São Paulo-Rio-Brasília, atrás de banqueiros e autoridades da área econômica, buscando recursos para assegurar a continuidade das obras da hidrelétrica. Itaipu foi a única grande obra a atravessar a fase mais aguda da crise econômica brasileira no final dos anos 70, mantendo, ao longo de sua construção, o status de “prioridade absoluta”. Com a mesma tenacidade com que percorria gabinetes e escritórios atrás de recursos para viabilizar a construção, o general Costa Cavalcanti defendia Itaipu. “Dizem que Itaipu é uma obra faraônica. Mas é preciso lembrar que os faraós faziam obras para a morte, enquanto Itaipu vai produzir vida, gerar desenvolvimento”, declarava entusiasmado (MONTEIRO, 1999, p. 32).

Outro fator que merece destaque para a aliança entre Brasil e Paraguai diz respeito à construção da BR 277, rodovia esta que ligaria Assunção até o Porto de Paranaguá. Sua inauguração ocorreu no dia 27 de março de 1969 pelo Presidente Artur da Costa e Silva, em solene manifestação de cordialidade, deu boas vindas ao Presidente Stroessner, manifestando a alegria dos resultados da política de cooperação entre os dois países e declara em seu discurso: “Hoje aqui estamos para a inauguração de outra obra igualmente expressiva - a BR-277 ou Rodovia do Atlântico - que complementa aquele empreendimento e nos permite dizer que as avenidas de Assunção estão abertas para o Oceano” (BRASIL, 1969, p. 509).

A Rodovia 277 foi uma importante abertura para o Paraguai exportar seus produtos, proporcionando um grande avanço para a geopolítica deste país. Itaipu continuava a ser uma grande expectativa para as autoridades militares e a cada obra concluída e inaugurada era proferida nos discursos como algo grandioso que estava para acontecer.

A barragem foi erguida a 20 km da foz do Rio Iguaçu e 190 km abaixo de Sete Quedas. Com segmento binacional, as decisões só poderiam ser tomadas em conjunto por ambos os países.

Muitos foram os nomes cogitados e esboçados para o grande empreendimento que viria a se realizar, sendo Itaipu¹¹ o nome oficial escolhido. O resultado pela escolha se deu principalmente pelo conjunto de pequenas ilhas que estavam localizadas logo após a curva do rio, que demarcavam um grande potencial. O ponto denominado de Itaipu pelos indígenas guaranis que ali viviam significava em sua língua: Ita: *pedra*; I: *água* e Pu: *barulho*, ou seja, pedra que canta na água, ou ainda, pedra que faz barulho na água.

A imagem a seguir, destacada por uma seta, possibilita a visualização do ponto da localização das pequenas ilhas que ficaram denominadas pelos índios da tribo guarani como Itaipu, que, mais tarde, foi utilizada para nominar o então maior complexo hidrelétrico do mundo, como forma de homenagem à memória e à história local.

Figura 6. Vista aérea do ponto escolhido para a construção de Itaipu no Rio Paraná em 1974



Fonte: Itaipu Binacional (1994).

A arquitetura grandiosa da usina de Itaipu era uma constante incógnita para a população brasileira, paraguaia e até mesmo para alguns trabalhadores que desconfiavam da credibilidade da barragem, em torno um possível rompimento e as consequências que poderiam trazer para todas as cidades que estavam localizadas próximas à represa¹². Mas isso não foi um empecilho

¹¹ Neste ano de 2018, a Itaipu Binacional completa 45 anos, restando apenas 5 anos para o fim de suas dívidas e liberação para reformulação do Tratado de Itaipu.

¹² Os jornais argentinos também noticiavam a preocupação sobre um possível rompimento da barragem, podendo deixar cidades argentinas submersas às águas, como consequência de um conflito entre Brasil e Argentina com declaração de guerra. Essas notícias causavam desconfortos e medos para a população que se colocava contrária à construção de Itaipu.

para os idealizadores e Itaipu deixa de ser apenas um megaprojeto no papel, vindo a se concretizar.

Com o decorrer dos anos, algumas inquietações vieram novamente assombrar os assuntos relacionados à Itaipu, ocasionando um mal-estar entre os países vizinhos. O Presidente do Paraguai, Fernando Lugo, demonstrava-se insatisfeito com o preço estabelecido pelo Tratado e reivindicava alterações, considerando aquele preço muito abaixo do mercado. O Presidente paraguaio ainda exigia a livre comercialização de sua energia e a revisão do financiamento que este vinha pagando por meio da venda da energia. Esse fato gerou meses de negociações e muitos impasses.

O Brasil, como proposta, ofereceu pagar US\$ 240 milhões anuais e ainda ofertou financiamento por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de US\$ 1,5 milhão para investimentos em infraestrutura, não sendo aceito pelo Presidente Lugo.

Em julho de 2009, os Presidentes Lula e Lugo encontraram-se diplomaticamente em Foz do Iguaçu para acertar o preço da energia elétrica que estava sendo adquirida pelo Brasil. Após as negociações, o Brasil aceitou pagar o equivalente ao triplo do valor que pagava anteriormente, ou seja, o valor que era pago de US\$ 120 milhões passou para US\$ 360 milhões anuais. Em relação à livre comercialização de energia, esta não sofreu alterações, podendo ser alterada apenas em 2023, devendo ser respeitado até lá o “*Tratado de Itaipu*”.

Em 2023, ano que se completam os cinquenta anos da assinatura do “*Tratado de Itaipu*”, as dívidas dos financiamentos deverão estar quitadas, podendo ser reabertas as discussões e revisões em torno deste, possibilitando alterações, conforme comum acordo entre os países. Essa notícia vem causando muito desconforto e preocupação para a população e os gestores dos municípios lindeiros ao lago de Itaipu, temendo que os *royalties* de Itaipu possam chegar ao fim. Questão esta que iremos neste capítulo.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DO MEGAPROJETO

Quando as primeiras máquinas chegaram ao canteiro de obras em 1974, iniciaram-se os trabalhos de preparação das futuras instalações da usina e, também, a abertura de estradas por onde passariam os veículos que prestariam serviço à Itaipu. O término da obra estava planejado para o ano de 1982, quando sua última etapa seria concluída, a formação do reservatório.

De acordo com Monteiro (1999), durante o pico da construção em 1980, foram utilizados, 20.113 caminhões, 10.011 veículos leves e 6.648 vagões ferroviários para o transporte de materiais. As primeiras edificações a serem realizadas no parque de obras

iniciaram-se no segundo semestre de 1974, onde foram melhoradas as estradas e realizadas as construções dos almoxarifados, escritórios, refeitórios, alojamentos e postos de combustíveis.

Figura 7. Vista aérea do início do parque de obras, com várias máquinas trabalhando



Fonte: Biblioteca Municipal de Foz do Iguaçu.

A primeira tarefa a ser executada pelos operários após a preparação do parque de obras era a alteração do curso do rio Paraná, sendo necessário escavar 2 km de extensão, com 150 metros de largura e 90 metros de profundidade para fazer o desvio, onde seria construída a barragem principal. Uma ponte também foi construída para facilitar o trânsito de acesso aos dois lados do canal de desvio.

Figura 8. Vista área do canal de desvio do rio para as construções da barragem principal e da casa de força



Fonte: Monteiro (1999).

Em 20 de outubro de 1978 foi realizada explosão da barragem que desviaria o fluxo do Rio Paraná. Foram utilizadas para a explosão 58 toneladas de dinamite, fazendo com que o rio assumisse um novo curso.

Figura 9. Momento da explosão



Fonte: Monteiro (1999).

Os Presidentes Geisel e Stroessner, acompanharam a solenidade na companhia de convidados e a participação de empresas da América Latina e outros países considerados importantes no cenário mundial, como os EUA.

Em seus discursos, ambos enalteceram a grandiosidade da obra de Itaipu e o que vem a representar para ambos os países, sendo algo inédito para as relações exteriores. Neste encontro, de acordo com reportagem apresentada pelo Jornal Nacional em 1978, na Rede Globo, os Presidentes assinaram o contrato da compra de 18 turbinas, que custariam US\$ 800 milhões, sendo o maior contrato assinado até aquele momento.

As barragens¹³, peças fundamentais para o funcionamento das usinas hidrelétricas, têm como função represar a água e obter o desnível, para que, assim, a água em queda bruta conduza a operação das turbinas.

Na imagem que segue verificamos como eram os trabalhos de escavações realizados ininterruptamente pelos barrageiros, passando a impressão de uma obra interminável.

Figura 10. Os barrageiros em um dia de trabalho



Fonte: Itaipu Binacional (1994).

Na parte superior da barragem principal de Itaipu estão situadas as tomadas de água, permitindo que a água alcance a caixa espiral, fazendo a turbina girar. A barragem foi construída

¹³ Para a construção da barragem principal de Itaipu, os técnicos escolheram como sendo a mais segura a barragem de concreto, com um desnível de 120 metros. Para as barragens auxiliares foram escolhidas a barragem de enrocamento e terra, sendo utilizadas a própria terra e rocha das escavações locais.

a uma altura de 196 metros por 7.919 metros de extensão, podendo ser equiparada a um prédio de 65 andares. Para sua construção foram utilizados 12,3 milhões de metros cúbicos de concreto, quantidade esta suficiente para edificar 210 estádios com proporção igual ao Maracanã, ou, ainda, concretar 4 rodovias com o tamanho da Transamazônica. As quantidades de ferro e aço utilizados seriam suficientes para construir 380 Torres Eiffel.

Toda a concretagem ocorreu de forma acelerada com direito à quebra de recordes e festas para os funcionários como forma de comemoração e incentivo para a melhor produção, o volume de concreto lançado chegou a 15 mil m³, sendo gasto 500 mil toneladas de cimento por ano¹⁴.

Figura 11. A imprensa acompanhava cada passo que Itaipu dava, conforme matéria do jornal o Estado do Paraná



Fonte: Scholz (2018).

A casa de força, parte fundamental para a hidrelétrica, é o local da obra destinado aos equipamentos eletromecânicos, sendo eles: a caixa espiral, a turbina, o gerador, o sistema de excitação e o regulador de velocidade, equipamentos responsáveis pela produção de energia.

¹⁴ Para que não faltassem as matérias-primas fundamentais para a obra, principalmente ferro e cimento, foram montadas verdadeiras operações, impossibilitando que os trabalhadores ficassem parados por falta de material. A obra chegou a ganhar dois moinhos de clínquer, pois temiam que as empresas não suportariam abastecer as necessidades diárias, estimando a utilização de 2 mil toneladas por dia de cimento, entretanto, estes moinhos nunca precisaram ser utilizados. Nada podia atrapalhar o andamento da obra e a obtenção das metas e, com isso, foram realizadas estratégias, as quais, hoje, podemos considerar excesso de cuidado. Esse excesso de cuidado culminou gastos desnecessários.

Itaipu está composta por 20 unidades geradoras, com um peso unitário de 3.360 toneladas e potência de 715 MW, totalizando mais de 14.000 MW de potência, sendo responsável por fornecer aproximadamente 15% da energia consumida no Brasil e 86% do Paraguai.

Os caracóis ou caixa espiral são os condutos forçados por onde passa a água, fazendo com que as turbinas funcionem. Cada conduto tem o comprimento de 142 metros, diâmetro interno de 10,5 metros e são responsáveis pela passagem de 690 m³ de água por segundo. Uma comparação curiosa é que caberia um ônibus inteiro pelo tamanho do diâmetro.

Figura 12. Caixa espiral por onde passa a água fazendo a turbina girar e produzir a energia



Fonte: vidaculturanegocios.com.br

O centro de operações também está localizado na casa de força, tem função de controlar o intercâmbio de energia com ambas as empresas interligadas. É sempre comandado por um técnico brasileiro e outro paraguaio, com funcionamento ininterrupto.

Figura 13. Imagem aérea da barragem principal e as 20 tomadas de força ao longo da barragem



Fonte: Monteiro (1999).

Os vertedouros construídos em Itaipu impressionam pela quantidade de água que desliza pelos gigantescos escorregadores de concreto, considerados os maiores do mundo. Localizados à margem direita da barragem, exercem a função de descarregar o excesso de água não utilizada para a geração de energia e também evitar que a água represada transborde pela barragem quando há excesso de chuva. Possui uma capacidade de descarga 40 vezes superior à vazão média apresentada pelas Cataratas do Iguaçu, conforme site da Itaipu.

As 14 comportas construídas para desalojarem a água excedente pelo vertedouro representam uma excelente estrutura com capacidade de represar um nível de água a 205,5 metros e com capacidade máxima de descarga de 62.200 m³ por segundo. Com largura total de 380 metros e comprimento de 483 metros, cada comporta mede 20 metros de largura por 21,34 metros de comprimento, sendo necessários para sua construção 700 mil m³ de concreto.

Figura 14. Vertedouro com as 14 comportas fechadas antes do primeiro teste com água.
Imagem tirada em 07/10/1982



Fonte: Biblioteca Municipal de Foz do Iguaçu.

Cada trabalho realizado em Itaipu tornava-se um desafio, necessitando de intensos planejamentos, e, para realizar o transporte das rodas das turbinas, não poderia ser diferente. Tratava-se de uma das peças mais pesadas utilizadas em toda obra, com peso de 300 toneladas, altura de 4,5 metros e 8,6 de diâmetro.

Esta peça, fabricada em São Paulo, tinha como destino Foz do Iguaçu, sendo necessário percorrer uma distância de mais de 1000 quilômetros. Essa não seria uma entrega simples e, para isso, necessitavam estudar e planejar uma rota que dificultaria menos a entrega, entretanto, necessitavam pensar em um percurso com pontes e estradas que suportariam todo esse peso¹⁵.

¹⁵O transporte da primeira roda da turbina iniciou-se no dia 04 de dezembro de 1981, sendo concluída a entrega no dia 03 de março de 1982. Para a entrega que demorou 3 meses, foram necessárias realizar diversas reformas e até mesmo reforços nas rodovias. A última roda da turbina foi entregue em apenas 26 dias. Para a instalação das turbinas, exigiu-se muito empenho dos técnicos e operários.

Figura 15. Vista do estator da Unidade 15 (SIEMENS) em pré-montagem



Fonte: Biblioteca Municipal de Foz do Iguaçu.

2.3 ITAIPU E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS

A notícia da construção da usina hidrelétrica de Itaipu trouxe um surto migratório de pessoas a Foz do Iguaçu. Os ônibus que tinham como destino final o terminal rodoviário da cidade vinham lotados, trazendo pessoas de todos os cantos do Brasil, com esperança de conseguir uma vaga na tão grandiosa obra.

A tabela a seguir demonstra o crescimento populacional de Foz do Iguaçu entre os anos de 1960-2000:

Tabela 4. Índice de crescimento populacional em Foz do Iguaçu

Ano/Censo	1960	1970	1980	1991	1996	2000
População	28.212	33.966	136.231	190.123	231.627	258.368

Fonte: Peris (2003).

Os altos salários e os programas desenvolvidos pela Itaipu, como auxílio-moradia, escolas, clubes de lazer e atendimentos médicos fornecidos no próprio hospital construído pela Binacional, tornava-se um atrativo para os melhores engenheiros e os melhores barrageiros, que já vinham com experiência de construção de outras usinas hidrelétricas.

A construção da usina gerou muitos empregos diretos e indiretos. No auge da edificação, chegavam ser contratadas até 5 mil pessoas por mês, devido ao extenso período e da rotatividade

da mão de obra, fazendo com que a economia dos dois países aumentasse significativamente. O PIB do Paraguai, que já havia aumentado em 5% no ano de 1975, aumentou para 10,8% em 1978, fortalecendo consideravelmente a economia daquele país. Cerca de 40 mil trabalhadores fizeram parte da construção de Itaipu entre os anos de 1975 e 1981.

Um “formigueiro” humano começou a se formar em meados dos anos 70, ocupando dois dos três territórios do cotovelo internacional que tem as cores paraguaia, brasileira e argentina. Um contingente responsável pela edificação de uma das 7 maravilhas do mundo moderno, que consumiu 1 milhão e 125 mil metros cúbicos de cimento para ficar pronta. Segundo a revista “Popular Mechanics”, dos Estados Unidos, em sua edição de dezembro de 1995, para construir Itaipu “os operários reconstruíram um trabalho de Hércules. Eles alteraram o curso do sétimo maior rio do mundo, o Paraná, removendo 55 milhões de metros cúbicos de terra e rocha para escavar o desvio de 2 quilômetros”. Em se tratando de Itaipu, tudo é superlativo, inclusive a riqueza de sua história humana (MONTEIRO, 1999, p. 52).

A forma de organização para desempenhar o trabalho, que não era pouco, estava na formação de equipes e com um chefe para comandar cada equipe de barrageiros¹⁶. Essa era uma forma utilizada pelos dirigentes em estimularem a produção, fazendo com que os trabalhadores disputassem entre os grupos os melhores resultados, logo, atingindo as metas que Itaipu estipulava. As festas e premiações se tornavam uma recompensa e um estímulo para a disputa entre os trabalhadores.

Para Gonçalves (2015), a ilusão absorvida pelos trabalhadores causava uma falsa impressão que Itaipu pagava muito bem e destaca:

A jornada estafante de trabalho mantinha o trabalhador na ilusão de que ganhava muito bem. A quantidade de horas extras que os trabalhadores eram obrigados a cumprir, muitas vezes dobrando turno – trabalhando vinte e quatro horas sem descanso -, mais adicional noturno, mais insalubridades e, para alguns, a periculosidade. Com isso se reproduzia a falsa ideia de que na construção de Itaipu o operário ganhava muito mais que em outras obras. Somando-se a isso, a maioria dos operários, inclusive eu, vivia no “estágio adormecido da consciência” reforçado pela condição do trabalho alienado. Para reforçar a ideologia do capital a Itaipu Binacional promovia várias atividades de lazer, culturais, desportivas, reforçando a alienação garantindo a manutenção da ideologia do capital diante do trabalho e, assim, manter os operários alienados e pacíficos diante do alto grau de exploração (GONÇALVES, 2015, p. 48).

¹⁶ De acordo com Lima (2004), as jornadas de trabalho estavam divididas por grupos que cumpriam 12 horas diurnas e outros que cumpriam 12 horas noturnas e a cada semana as equipes alteravam-se, assim Itaipu se tornava justa, pois o pagamento de horas-extras era igualitário. Para alcançarem as metas de produção exigidas, eram realizadas premiações e festas com churrasco. Essa realidade do trabalhador era fatigante, mas que ao final torna-se compensador em suas visões.

Outra forma de controle e dominação apresentada pelos dirigentes de Itaipu em relação aos operários estava relacionada às demissões, pois, assim como Itaipu contratava diariamente milhares de pessoas, ela também demitia. Isso causava um temor¹⁷ entre os trabalhadores, que não podiam demonstrar insatisfações aos chefes, comportamentos que eram considerados motivos para demissão. O operário tinha que ser “forte como ferro”.

O operário também precisava ser moldado a partir da rígida disciplina e, então, tornar-se duro e resistente tal como o ferro. Em outros termos, o operário também tem que ser resistente, forte e quase inabalável frente a tudo o que lhe agride: o “peão de ferro” enfrentou tudo sem desistir, sem fraquejar, e, por isto foi um herói (RIBEIRO, 2002, p. 67).

De acordo com Gonçalves (2015), os refeitórios¹⁸ estavam separados por classes empregatícias, sendo denominadas por quatro segregações: A, B, C e D que correspondiam às funções desempenhadas pelos funcionários da Itaipu. Entre os trabalhadores pertencentes à classe A, estavam os técnicos e trabalhadores com nível médio. Na classe B, estavam os empregados com maior padrão de escolaridade, engenheiros, advogados, médicos, entre outros. A classe C era composta por operários com baixa escolarização, e a classe D, destinada para a grande maioria dos operários, que apresentavam pouca qualificação e que não tinham moradia fornecida pela Itaipu, passando a habitar periferias de Foz do Iguaçu.

Ao ingressar no trabalho, cada trabalhador recebia seu crachá especificando a segregação e que eram apresentados para a entrada do refeitório e contribui:

A primeira interrogação que fica para questionar a qualidade da alimentação era a divisão dos restaurantes. Porque restaurante A, B, C e D? Quem se alimentava no restaurante D eram aqueles que trabalhavam no serviço mais bruto da obra. Os profissionais com qualificação mais baixa se alimentavam no C, os encarregados e feitores no A e os Engenheiros, médicos, superintendentes no B. Já para aqueles operários que não poderiam abandonar o posto de trabalho eram levadas marmitas. Para quem trabalhava à noite era servido uma refeição à meia noite e café às quatro horas da madrugada (GONÇALVES, 2015, p. 65).

¹⁷ Dois fatores marcavam as péssimas condições de trabalho contribuindo para deterioração humana, degeneração física, biológica, psicológica e intelectual. Primeiro, as condições de insalubridade e periculosidade; segundo a relação tirana da chefia com os subalternos, principalmente, com os operários com baixa escolaridade. A troca de turno semanal degenerava as condições físicas, quando o corpo começava a acostumar no trabalho diurno, mudava-se para o trabalho noturno. Quanto a isso não mudou em nada nas relações de trabalho entre os governos militares e civis. As relações são as mesmas, incluindo as trocas de turnos, a degeneração humana. O que significa dizer que o capital apenas muda a forma de gerenciar as obras de infraestrutura para o desenvolvimento do setor produtivo (GONÇALVES, 2015).

¹⁸ De acordo com dados da Itaipu, durante a jornada de trabalho, os funcionários recebiam refeições fornecidas pela própria empresa, chegando a serem servidas 17 mil refeições diárias e, ainda, seguiam a cultura culinária de cada país. Para essas refeições, eram necessários 45 sacos de arroz, 18 sacos de feijão e 5 toneladas de carne por dia.

Figura 16. Refeitório da Itaipu construído para os operários



Fonte: Monteiro (1999).

Além do trabalho exaustivo, os operários sofriam diariamente com as inúmeras filas que tinham que enfrentar, como ir ao banheiro, fazer as refeições e bater o ponto.

Gonçalves (2015) destaca como era realizado o transporte dos operários e a ilusão mantida por eles sobre o tratamento que Itaipu oferecia, e corrobora:

Já com relação ao transporte gratuito, era uma grande piada. Os operários eram transportados como suínos e bovinos, em caminhões carretas. Muitos saíam às cinco horas da manhã de Matelândia e Medianeira, para chegar às sete horas na fila do cartão. Hoje a legislação obrigaria a empresa pagar horas de transporte, mas a empreiteira e a própria Itaipu ainda se vangloriava. Fazia propaganda sobre a qualidade do tratamento dado aos operários e sobre a locomoção “gratuita”. Quanto aos funcionários da Itaipu Binacional, esses sim tinham tratamento digno de seres humanos. Mas, eram apenas alguns deles, os encarregados de “vigiar e punir” os operários do canteiro de obra. Portanto, o que é anunciado como privilégio, para a grande maioria não passava de uma ilusão, um misticismo, um fetiche, uma alienação conforme a natureza da organização do trabalho na sociedade burguesa, que era anunciado como “sempre superior ao oficial brasileiro” (GONÇALVES, 2015, p. 61).

Figura 17. Transporte dos operários da Itaipu



Fonte: memoriasdefoz.blogspot.com.br.

Com o grande número de pessoas necessárias para trabalhar na construção da usina, foi necessário pensar nas questões habitacionais, que certamente causariam sérios problemas ao município de Foz do Iguaçu. Itaipu planejou e executou a construção de 9 mil casas que passaram a ser erguidas a partir de 1975, atendendo as necessidades dos dois países. As obras habitacionais foram concluídas em 1978, iniciando a construção de hospitais, escolas, igrejas, clubes e centros esportivos para atender aos trabalhadores¹⁹.

A seguir, ilustração das casas construídas para os trabalhadores da obra, onde foram realizadas as primeiras desapropriações. As casas construídas foram separadas conforme o nível empregatício de cada trabalhador da Itaipu e ficaram denominadas como: Vila A, cujas casas eram para os trabalhadores com nível médio, como os técnicos; Vila B, casas mais espaçosas, reservadas aos engenheiros, advogados, médicos e pessoas que ocupavam cargos de mais alto padrão, e também a Vila C, casas modestas, pequenas e simples, destinadas aos operários que realizavam os trabalhos mais braçais.

¹⁹A Itaipu procurou dar qualidade de vida para os seus funcionários, proporcionou salas de cinema, campo de futebol para que depois das longas jornadas de trabalho os barrageiros pudessem se divertir. E, neste sentido, destaca Ribeiro (2002), que estas formas de diversão, representavam a intenção de controle do desperdício de energias, além de ser uma forma de aliviar as tensões e cansaços dos operários.

Figura 18. Vista aérea das 9 mil moradias para os trabalhadores



Fonte: Monteiro (1999).

Na Vila C eram oferecidos também alojamentos para os operários que dormiam em até 16 pessoas em um quarto, tendo como única privacidade um armário com chave:

No alojamento, espaço de moradia dos operários que não tinham famílias próximas da obra não havia privacidade. Somente o armário com chave individual e o dormitório era coletivo, com até 16 operários no mesmo quarto. Trabalhadores roncando durante a noite e no outro dia era o sacrifício de trabalhar com sono. Eram apenas três quilômetros do refeitório até o local de trabalho, mas quem levantava após as seis horas tinha grande chance de chegar atrasado ao trabalho e ter desconto no salário do final de mês (GONÇALVES, 2015, p. 55).

Os trabalhadores, muitas vezes, exerciam atividades perigosas, necessitando de cursos de primeiros socorros oferecidos no ato da contratação.

Em Itaipu, todos recebiam treinamento para prestar primeiros socorros e para prevenção dos acidentes. Além de um sistema de segurança composto por ambulâncias, postos médicos e o hospital da própria empresa, havia normas destinadas especificamente a determinadas funções, consideradas mais perigosas, como a do guindasteiro, cargo responsável por inúmeros acidentes letais. Desde o início da construção da Itaipu até 1979, haviam ocorridos 40 acidentes fatais, dos quais 23 foram de trânsito. Cifra considerada baixa pelo elevado número de operários (LIMA, 2004, p. 243).

Com a barragem pronta, iniciou-se uma nova etapa: o resgate de animais que viviam nas áreas que viriam a ser inundadas²⁰. A operação foi batizada de “*Mimba Kuera*”, expressão tupi-guarani, cuja tradução é “pega bicho”.

Figura 19. Operação batizada por *Mimba Kuera* “pega-bicho”



Fonte: Itaipu (1994).

O represamento do rio fez com que causasse uma forte pressão e oxigenação para os peixes da espécie cascudos que são habituados com as correntezas dos saltos. Isso causou a morte de muitos peixes que saltaram fora da água calma em busca de corredeiras, conforme foi retratado pelo Jornal: O Estado do Paraná.

²⁰ Os salvamentos dos animais foram realizados por mais de uma centena de homens, que utilizaram cerca de 20 barcos, que percorreram por vários dias as matas. Os animais resgatados eram classificados e enviados para destinos pré-elaborados, como, por exemplo, as cobras venenosas, que, quando resgatadas, eram enviadas para o Butantã e as demais eram soltas nas reservas. Um hospital veterinário também foi instalado para atender os animais adoecidos ou machucados. Foram salvos cerca de 36.450 animais, conforme declarações feitas pela própria Itaipu.

Figura 20. Lago de Itaipu causa a morte de milhares de peixes em 1982



Fonte: Scholz (2018).

No dia 05 de novembro de 1982, foram abertas as comportas do vertedouro, liberando a água represada do reservatório, marcando, assim, a inauguração de Itaipu. Neste dia, reuniram-se novamente os Presidentes do Brasil e Paraguai, para em cerimônia que celebrava a abertura das 14 comportas e, mais uma vez, o Presidente proferiu o discurso de cooperação entre os países, superando a crise existente.

Apesar das dificuldades da conjuntura mundial, dos problemas que afetam nossos países e da necessidade de superar obstáculos de toda ordem, estamos executando, sem esmorecimento, um dos preceitos máximos da convivência internacional do nosso tempo, o da cooperação (BRASIL, 1982, p. 647).

O encontro dos Presidentes Figueiredo e Stroessner, ambos regidos pela Ditadura Militar, marcava a união entre os dois países em prol da modernidade e do desenvolvimento

tecnológico, com a finalidade de obter “Progresso” e banir de vez o risco de apagão que pairavam nas grandes cidades.

Figura 21. Encontro entre os Presidentes do Brasil e Paraguai e convidados para a celebração de abertura das comportas



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (2018).

A imprensa não deixou de noticiar este momento tão esperado, sendo destacada a notícia no Jornal Gazeta do Povo, publicado no dia 06 de novembro de 1982:

Ao progredir a abertura das comportas da hidrelétrica de Itaipu, juntamente com seu colega do Paraguai, Alfredo Stroessner, o Presidente João Figueiredo, destacou que “na presente atmosfera de crise e pessimismo um ato como de hoje tem o sentido de reafirmar a confiança no valor do esforço humano para superar as dificuldades passageiras e perseguir um futuro de progresso e prosperidade”. Segundo o Presidente brasileiro, Itaipu mostra que “os ônus e sacrifícios financeiros não foram em vão, mas consolidaram obras destinadas a gerar riqueza e bem-estar para as gerações futuras”. Falando para cerca de 13 mil pessoas que assistiram a solenidade em Foz do Iguaçu, Figueiredo ressaltou que a hidrelétrica “exemplifica em todos os sentidos, o modo pelo qual 2 nações soberanas podem desenvolver com espírito de equidade uma colaboração do mais alto nível e de resultados fecundos” (GAZETA DO POVO, 1982, s/p.).

De acordo com dados divulgados pelo site da Itaipu, o primeiro giro mecânico de uma turbina ocorreu em dezembro de 1983 e, em março de 1985, a energia elétrica passou finalmente a ser comercializada. No ano de 2013 atingiu o recorde de produção alcançando 98.630 MWh, entretanto, conquistou um novo recorde em 2016, totalizando 103.098.366 MWh, chegando a produzir, desde o início de sua operação em 1984, mais de 2,4 bilhões de MWh²¹.

Para Itaipu, o recorde conquistado, 103.098.366 MWh, seria o suficiente para abastecer o mundo em 1 dia; o Brasil em 2 meses e 18 dias; o Paraguai 7 anos, 3 meses e 2 dias; o Estado de São Paulo 9 meses e 2 dias; Curitiba 21 anos e 9 meses e ainda 186 anos o município de Foz do Iguaçu

2.4 PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Itaipu, ao suprir a necessidade energética da indústria, ao mesmo tempo é pressionada pela sociedade local e regional a fazer os devidos reparos no sentido de compensar as consequências sociais e ambientais produzidas pela usina. Em 2003, deu início a algumas ações com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento econômico, sustentável, turístico e tecnológico.

Itaipu, hoje, realiza programas com finalidades de atender os municípios atingidos pelo lago e também aqueles pertencentes à Bacia Hidrográfica do Rio Paraná 3 (BP3), que compreendem um conjunto de microbacias que têm suas águas desembocadas ao lago de Itaipu – a enumeração 3 está representado pela grande extensão que o Rio Paraná apresenta, sendo que a parte 3 tem seu início em Guaíra. Estes programas beneficiam 29 municípios e são desenvolvidos por meio de convênios, sendo os seguintes municípios: Toledo, Cascavel, Santa Tereza do Oeste, Quatro Pontes, Altônia, Lindoeste, Nova Santa Rosa, Mercedes, São José das Palmeiras, Ouro Verde do Oeste, São Pedro do Iguaçu, Diamante do Oeste, Vera Cruz, Maripá, Medianeira, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Tupãssi, Céu Azul, Pato Bragado, Foz do Iguaçu, Santa Terezinha do Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Terra Roxa, Guaíra, Entre Rios do Oeste, Missal, Itaipulândia e um município do Estado do Mato Grosso do Sul, Mundo Novo.

A missão institucional da Itaipu designa em: “Gerar energia elétrica de qualidade com responsabilidade social e ambiental, impulsionando o desenvolvimento econômico, turístico e

²¹Hoje, de acordo com fontes da Itaipu, para as termoelétricas atingirem a produção de energia de Itaipu, seria necessário queimar diariamente 536 mil barris de petróleo, causando a liberação de gases de efeito estufa de 50 a 100 vezes mais, causando um prejuízo à natureza e, conseqüentemente, aumentando o aquecimento global. Os recursos captados para a construção totalizaram US\$ 27 bilhões. Toda a dívida contraída deverá ser finalizada até o ano de 2023. Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/perguntas-frequentes>>.

tecnológico, sustentável no Brasil e no Paraguai” (ITAIPU BINACIONAL, 2010, p. 3). Uma das principais ações desenvolvidas hoje pela Itaipu refere-se à Gestão por Bacias Hidrográficas, ajudando em programas de preservação de 127 microbacias.

Segundo dados do documento “Cultivando Água Boa” (ITAIPU BINACIONAL, 2010), a Itaipu desenvolve 11 programas que viabilizam, de forma indireta, ações que refletem na educação, conforme segue. Os convênios estão estruturados de forma que os municípios sempre atuam em contrapartida, cooperando com o projeto. Essa contrapartida nem sempre está voltada para recursos financeiros, podendo ser realizado de outra forma, como cedência de funcionários, locais para desenvolver atividades, dentre outros. Tais programas visam atender as demandas sociais dos chamados municípios lindeiros.

1) Educação Ambiental – EA: tem como propósito criar a conscientização no modo de agir das pessoas, fazendo com que estas entendam que existe um consumismo exagerado e que se deve priorizar a sustentabilidade, além de sensibilizar as pessoas dos prejuízos causados ao planeta por meio das poluições que se revertem a toda população. O programa já atendeu mais de 17 mil pessoas, sendo capacitados mais de 270 Educadores Ambientais e 70 Gestores de Educação Ambiental.

2) Valorização do Patrimônio Institucional e Regional: este programa vem sendo desenvolvido indiretamente desde 1987, por meio da construção do Ecomuseu. O programa desenvolvido em 2004 ampliou suas ações com o objetivo de desenvolver ações voltadas para a recuperação e preservação do patrimônio histórico-cultural da região da BP3. Durante a visitação, é possível conhecer a história da região, desde os homens da pré-história até o desenvolvimento das grandes metrópoles, surgindo a necessidade de Itaipu. O Ecomuseu²² possui um acervo com mais de 20 mil peças.

3) Infraestrutura Eficiente e Saneamento na Região: é um programa de investimento em infraestrutura por parte da Itaipu e outros parceiros, com objetivo de realizar todas as obras necessários para o desenvolvimento das ações que são realizadas. Está previsto neste programa a oferta de paisagismo e recuperação ambiental em locais alterados pelas obras da usina. O programa Saneamento na Região²³ propôs pôr em prática, inicialmente na Itaipu, a gestão dos efluentes líquidos e sólidos, propondo a implantação de uma infraestrutura de saneamento

²² Durante o percurso da visitação, é possível andar sobre um chão de vidro e visualizar o Rio Paraná e seus afluentes até a formação do lago de Itaipu e a localização da barragem de Itaipu. A visitação já alcançou mais de 1 milhão de turistas, desde sua construção.

²³ Em parcerias com a Copel e Sanepar (Companhia de Saneamento do Paraná), a empresa desenvolve o programa Plataforma Itaipu de Energias Renováveis, onde realizam testes por meio de protótipos que geram energia a partir de dejetos de animais ligados à agropecuária e também tratamentos de esgotos urbanos. Apesar de este programa não ter ligação direta com o Cultivando Água Boa, ele busca os mesmos objetivos socioambientais.

ambiental adequada às redes e estações de tratamento de esgoto e também a melhoria do saneamento básico nas áreas da usina. Posteriormente este modelo será encaminhado às prefeituras para que possam melhorar as condições ambientais da região.

4) Biodiversidade: a implantação do Cultivando Água Boa, no ano de 2003, possibilitou ações de modo a garantir a preservação da fauna e flora na BP3.

Itaipu abrange uma área de preservação somando um total 100,5 mil hectares, sendo 44,85 mil, divididos entre 8 refúgios biológicos, sendo 2 em territórios brasileiros e 6 em territórios paraguaios²⁴.

Para a preservação da fauna, foi instituído o Criadouro de Animais Silvestres da Itaipu Binacional, do lado brasileiro, que também se encontra localizado no Refúgio Bela Vista, com trabalhos voltados para a reprodução de espécies em extinção, onde já tiveram mais de 800 animais nascidos, de 43 espécies diferentes. A última conquista valiosa para o Criadouro foi o nascimento de uma onça-pintada preta, considerada muito rara, que se encontra dentro do zoológico Roberto Ribas, anexo ao Refúgio Bela Vista, aberto para visitas, que dispõe o acompanhamento de um guia que presta orientação aos visitantes.

5) Desenvolvimento Rural Sustentável: tendo como principal objetivo conferir a sustentabilidade dos sistemas agrícolas, propõe superar as práticas da monocultura, as quais têm como base o uso de agrotóxico e fertilizantes que contaminam o solo, a água, prejudicando a saúde do homem, buscando, pois, uma agricultura orgânica²⁵. O programa já aderiu 967 agricultores, tendo uma participação de 3.970 agricultores e técnicos em eventos de capacitação.

Itaipu construiu, ainda, um canal da piracema, com 10 km de extensão, o qual é possível visualizar, durante o passeio, a barragem de Itaipu. O canal possui um desnível de 120 metros entre o Rio Paraná e o reservatório, onde já foram identificadas cerca de 130 espécies de peixes.

²⁴ Durante o passeio ao Refúgio Biológico Bela Vista, localizado próximo à barragem de Itaipu, é possível participar do projeto mundial Pnuma – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que destina o plantio de 1 bilhão de árvores pelo mundo, onde cada pessoa pode realizar o plantio de mudas de árvores.

²⁵ A agricultura familiar também recebeu incentivos para o desenvolvimento, como equipamentos de tração animal; equipamento para ordenha e resfriamento de leite; animais para pesquisa leiteira; apoio e orientação técnica de agrônomos, entre outros. Os apicultores também foram contemplados com orientação e assistência técnica, levando a criação da COFAMEL – Cooperativa dos Produtores de Mel do Oeste do Paraná, que receberam o apoio da Itaipu nas instalações e na compra de equipamentos para unidade, de modo a realizar o beneficiamento do mel. A Itaipu ainda auxiliou na conquista do SIF – Sistema de Inspeção Federal, permitindo a venda em todo o Brasil e também para o exterior. O município de Santa Helena criou o Centro Avançados de Pesquisas - CAP, onde produziu mais de 115.420 kg de frutas, distribuindo para as escolas e outras entidades mais de 22.635 kg de polpa de frutas.

6) Gestão por Bacias Hidrográficas: este programa tem uma forma de atuação descentralizadora, discutindo com cada comunidade suas prioridades, momento que elaboram um diagnóstico.

O Oeste do Paraná tem suas principais fontes de produção a agricultura, voltada para a plantação de grãos como soja e milho e o cultivo da suinocultura, avicultura e a pecuária, tendo destaque o ramo leiteiro. Desta forma, o programa está voltado para os impactos ambientais. A forma de prevenção está destinada para a conservação dos solos, preservação das matas ciliares, melhorias de estradas rurais e implantação de abastecedouros comunitários, reduzindo os resíduos tóxicos ou poluentes nos rios.

7) Plantas Medicinais: objetiva capacitar agentes de saúde, merendeiras, agricultores, por meio de cursos básicos, com doação de mudas e manejo de hortas. Foram contempladas com este projeto mais de 5 mil pessoas

8) Produção de Peixes: este é um projeto que está inserido dentro do programa Cultivando Água Boa, com a conscientização da preservação dos rios, culminando na vida saudável e reprodução dos peixes. O projeto está integrado em parcerias com prefeituras, Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e Ministério da Pesca. Os temas abordados estão voltados para aquicultura, que representa o cultivo de peixes em tanques-terras, tanques-rede, cadeia de reprodução e o manejo pesqueiro, que desenvolve o monitoramento e o manejo e, ainda, estudos sobre a piracema e a migração. Os principais públicos atingidos são os indígenas do Rio Ocoy, que utilizam o tanque-rede, de Diamante do Oeste, com a utilização do tanque-terra, grupo de assentados do assentamento Companheiro Antônio Tavares e ainda 700 pescadores artesanais, pertencentes das 7 colônias de pescadores instaladas na região.

9) Comunidade Indígena: Três aldeias indígena, Tekoha Ocoy, em São Miguel do Iguaçu, Tekoha Añetete e Takoha Itamarã, ambas em Diamante do Oeste, foram beneficiadas com melhorias na infraestrutura, construções de aproximadamente 88 casas, implantação de poços artesianos e cisternas e ainda foram construídos centro de artesanatos e adequações das estradas para um melhor acesso.

10) Coleta Solidária: Este projeto já contemplou 4 cooperativas (Cascavel, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Santa Helena) e 20 associações de catadores, onde foram distribuídos cerca de 1.638 carrinhos para coleta, uniformes, equipamento para os barracões, sendo 2.419 agentes ambientais atendidos.

11) Monitoramento e Avaliação Ambiental: neste programa é realizado o monitoramento da qualidade da água, que serve como um direcionamento das ações planejadas. Para a monitoração, Itaipu usa os antigos pontos chamados de estação, que foram criados

durante o período do enchimento do reservatório, que se encontram fixados em 44 pontos estratégicos da bacia. Itaipu também vem realizando investimentos voltados para a capacitação de técnicos para um melhor resultado. Durante a temporada de verão, os 8 balneários implantados nos municípios atingidos pelo lago de Itaipu também recebem avaliações da água para informar aos banhistas a qualidade da água.

No ano de 2017, Itaipu anunciou a ampliação do trabalho socioambiental que desenvolve nos 29 municípios pertencentes à Bacia Hidrográfica do Paraná 3, agregando mais 25 municípios da região, totalizando em 54 municípios beneficiários. Essa ampliação tem como finalidade potencializar a economia do Oeste do Paraná, estimular o desenvolvimento sustentável. Essas ações devem iniciar até o ano de 2020.

Estão previstos investimentos de R\$ 300 milhões em convênios com as prefeituras para melhorias das condições ambientais e também sociais. Nos três primeiros anos ficaram acordados os investimentos de R\$ 150 milhões por parte da Itaipu e R\$ 100 milhões por parte dos municípios contemplados.

No ano de 2016, o Paraguai também iniciou o desenvolvimento de programas relacionados à Educação Ambiental.

2.5 PARQUE TECNOLÓGICO DE ITAIPU – PTI

Em 2003, foi criado o centro de pesquisa em educação, ciência e tecnologia, nominado como Parque Tecnológico de Itaipu (PTI), adquirindo parcerias com empresas públicas e privadas. O PTI desenvolve projetos e pesquisas voltadas para energias renováveis mantendo a Plataforma Itaipu de Energias Renováveis, com estudos voltados para a biomassa, hidrogênio e energia eólica e solar e, ainda, mantém um projeto em parceria com uma empresa da Suíça KWO e a Fiat para a fabricação de carros elétricos, onde já foram produzidas 60 unidades que estão rodando pelas estradas do Brasil em teste.

Figura 22. Foto aérea do PTI



Fonte: www.jie.itaipu.gov.br.

O PTI, além de manter estes projetos, cedeu espaço para a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

O projeto lançado em 2007 estabelecia a criação da UNILA, com sede no município de Foz do Iguaçu, local escolhido por pertencer a uma região de tríplice fronteira, correspondendo com o principal fundamento da instituição, a integração entre os países latino americanos.

Sendo um projeto universitário para a América-Latina, a universidade tem como objetivos:

1. Formar recursos humanos com competência para contribuir com o desenvolvimento e integração cultural e econômica latino-americana, fomentando o intercâmbio científico e tecnológico entre as universidades e institutos de pesquisa da região;
2. Caracterizar sua atuação pela ênfase no intercâmbio acadêmico e na cooperação solidária com os países do Mercosul e com os demais países da América Latina;
3. Oferecer cursos e desenvolver programas de pesquisas em áreas de interesse mútuo dos países latino-americanos com ênfase nos recursos naturais, estudos sociais e linguísticos, relações internacionais e áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento e integração regional;
4. Contribuir para a consolidação e aprofundamento da democracia e a formação de estudantes comprometidos, em suas áreas profissionais, com a integração como objetivo estratégico da região em sua inserção na sociedade do conhecimento (UNILA, 2009, p. 15-16).

Itaipu, além de ceder o espaço do PTI de forma provisória para a Unila, fez a doação de um terreno com 38 hectares, situado às margens da Avenida Tancredo Neves, próximo à usina.

O projeto elaborado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, um dos últimos com sua assinatura, previa a construção de 230 mil m², com início da obra marcada para 2009. A Binacional também se comprometeu em arcar com outras despesas como os “projetos executivos complementares de estrutura e instalações e dos projetos completos de sistema viário e drenagem, interiores, paisagismo, cenografia, sonorização, luminotécnica interno e externo e sinalização e comunicação visual” (UNILA, 2009, p. 52), tornando colaboradora fundamental para a efetivação da universidade.

A instituição, que trabalha de forma bilíngue, oferece vagas para alunos brasileiros e alunos originários de outros países pertencentes à América Latina. A partir de sua inauguração, em agosto de 2010, ofertava 6 cursos de graduação, passando para 29 cursos em 2017. Passou a ofertar, também, 4 cursos de especialização e 8 cursos de pós-graduação - nível de mestrado.

O campus, que tinha prazo para ser entregue até 2012, ainda não está concluído, as obras assumidas pelo Consórcio Mendes Júnior/Schahin foram paralisadas em 2014, e encontram-se aguardando sentença judicial.

Figura 23. Vista aérea da construção paralisada da UNILA



Fonte: Portal Iguazu (2018).

Atualmente Itaipu vem ampliando suas áreas de atuação, criando novos projetos, que foram sendo lançados durante os anos de 2017 e 2018, como a construção de 320 casas destinadas a pessoas em situação de vulnerabilidade social, sendo 20 casas construídas em cada um dos 15 municípios do oeste paranaense, em parceria com a Secretaria de Estado da Família

e Desenvolvimento Social, onde serão investidos R\$ 60 milhões, com contrapartida das prefeituras.

Outro investimento lançado pela Itaipu foi a proposta de apoio financeiro para a revitalização e exploração comercial de 10 praias, localizadas às margens do lago de Itaipu, nos municípios de Entre Rios do Oeste, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, Foz do Iguaçu, Mercedes, São Miguel do Itaipu, Guaíra, Itaipulândia e Missal, objetivando melhorar a infraestrutura e economia, com aumento do turismo. De acordo com Itaipu, a proposta que busca custear até 60% dos gastos, está direcionada para o apoio à autossuficiência de energia, eficiência energética, saneamento básico, urbanismo, paisagismo e pequenas edificações, como a construção de píer e churrasqueira.

2.6 ITAIPU E O OESTE DO PARANÁ

O oeste paranaense, durante a construção de Itaipu, passou por grandes transformações de ordem socioeconômica, que alteraram a vida de muitas pessoas que passaram a ter suas terras demarcadas por funcionários da usina Binacional para a formação do reservatório. Segundo os idealizadores de Itaipu, o megaprojeto de uma usina hidrelétrica com o aproveitamento do Rio Paraná, auxiliaria para a transformação do Brasil em uma grande potência, entretanto, deixou muitas famílias desamparadas.

Muitos municípios tiveram uma perda considerável tanto territorial como populacional, exceto o município de Foz do Iguaçu, que recebeu uma quantidade populacional que excedia de longe os seus planejamentos educacionais, habitacionais, estruturais e também na assistência médica.

A importância da construção de uma usina hidrelétrica²⁶, segundo as forças políticas da época, abasteceria grande parte das indústrias brasileiras a partir da visão desenvolvimentista. Portanto, esta obra, na perspectiva dos empresários do setor, justificava-se, apesar do desespero de tantas famílias que viviam nas áreas que seriam encobertas pelo lago.

O discurso do progresso e desenvolvimento enaltecia as propagandas e notícias que o governo fazia em torno da sua construção, no sentido de passar confiança para que os agricultores não tivessem medo na hora de vender as terras e pronunciava: “Evite intermediários, fique tranquilo a Itaipu paga o preço justo”. Artistas com grande popularidade,

²⁶ Pretendiam que o povo acreditasse que fariam parte de tal grandiosidade, uma vez que abandonariam seus lares, plantações, comércios, ou seja, anos de trabalho, suor e sonhos, para dar lugar ao desejo capitalista, ao suporte elétrico das indústrias no país.

como Teixeira e Lima Duarte, por exemplo, foram contratados como “garotos propaganda”, para dar mais credibilidade à entidade.

Figura 24. Folheto de propaganda da Itaipu, com o ator Lima Duarte e o cantor Teixeira como garotos Propaganda



Fonte: José Augusto Colodel.

Na região oeste do Paraná, as incertezas estavam pairando sobre os moradores que teriam suas terras atingidas pelo lago de Itaipu. As desapropriações das terras foram uma das últimas etapas executadas pelos dirigentes e técnicos da Itaipu, no entanto, não menos dificultosa que as outras etapas, já que esta exigiria enfrentamento direto com os agricultores que teriam que deixar suas terras.

Na área necessária para a imponente hidrelétrica viviam aproximadamente 8.000 famílias (cerca de 40.000 mil pessoas) na margem brasileira e 4.000 mil famílias (20.000 mil pessoas) na margem paraguaia. Todas foram forçadas a deixar suas terras, casas e benfeitorias, e lançar-se na luta pela reestruturação de suas vidas, família e comunidades. Os que tinham propriedade foram indenizados, e entre estes houve os que conseguiram fazer bons negócios e também os que se arruinaram. Mas havia muitos que nada possuíam (posseiros, arrendatários, empregados e bóias-frias), e estes, salvo exceções, tiveram de abandonar a área de mãos vazias, lançados à própria sorte (MAZZAROLLO, 2003, p. 40).

As desapropriações tiveram início no ano de 1974, começando pelas propriedades localizadas nas futuras instalações do parque de obras, complexo administrativo e conjuntos

habitacionais. Nestes locais, as desapropriações foram bem pagas, como forma de deixar os futuros desapropriados mais tranquilos e a favor de Itaipu.

No início, estava planejado pelos dirigentes da Itaipu desapropriar²⁷ as propriedades de forma ordenada, iniciando em Foz do Iguaçu e terminando em Guaíra, no entanto, logo alteraram a estratégia, passando realizar as desapropriações aleatoriamente, tendo como prioridade as vilas, escolas, hospitais, igrejas, lojas, postos de combustíveis e mercados.

Essa forma de desapropriação tinha propósitos, evitar aglomerações e tentativas de protestos, além de dificultar a vida dos agricultores, já que estes demonstravam ser mais irredutíveis nas desapropriações das terras. Sem mercados, postos de combustíveis, hospitais e escolas, os agricultores se viam desamparados, pois necessitavam muitas vezes percorrer distâncias muito longas para suprir as necessidades básicas.

De acordo com dados da Itaipu, inicialmente eram oito municípios que seriam afetados pela construção da barragem. Ao longo do percurso, muitos distritos vieram a se emancipar e ao final somou-se um total de quinze municípios pertencentes ao Estado do Paraná, a saber: Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel de Itaipu, Itaipulândia, Missal, Medianeira, Santa Helena, Diamante do Oeste, São José das Palmeiras, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Terra Roxa e Guaíra e 01 município do Estado do Mato Grosso do Sul, Mundo Novo, conforme podemos observar no mapa ilustrativo:

²⁷ As desapropriações estavam sendo realizadas por técnicos da Itaipu e muitas vezes utilizavam formas arbitrárias e injustas, fazendo pressão para que os proprietários aceitassem as propostas. As avaliações eram feitas e repassadas aos proprietários de forma verbal, sem deixar nenhum tipo de documento, sendo os valores repassados bem abaixo do valor de mercado da região. Alegavam aos mais persistentes que ficariam sozinhos e que quanto mais demoravam para aceitar a proposta mais tempo perderiam para encontrar e comprar novas terras.

Figura 25. Mapa da região lindeira ao lago de Itaipu



Fonte: Panfleto do Conselho de Desenvolvimento dos Mun. Lindeiros ao Lago de Itaipu

De acordo com Mazzarollo (2003), as terras que seriam ocupadas por Itaipu estavam classificadas como as mais férteis do mundo, sendo que os proprietários ainda sofreriam a perda de toda a infraestrutura já conquistada. Estima-se que foram deixados de produzir cerca de 210 mil toneladas de diferentes produtos nestas terras.

A partir do ano de 1978, cansados de promessas, os agricultores começaram a se organizar para reivindicar seus direitos. Em 14 de julho de 1979, de acordo com Germani (2003), os agricultores organizaram uma manifestação que inicialmente contava com aproximadamente 150 agricultores. Após transmissão e chamamento realizados pelas rádios, muitas pessoas aderiram o manifesto, aumentando para cerca de 800 participantes no período da tarde. Santa Helena foi o local escolhido por possuir a maior parte dos agricultores que seriam desapropriados.

Representantes das igrejas Católica e Evangélica Luterana também se mobilizaram em favor dos agricultores e, em conjunto, montaram uma comissão que ficou denominada:

Movimento Justiça e Terra, que tinha como representantes Dom Olívio Aurélio Fazza, Pastor Kurt Hattje, Gernote Kirinus e Werner Fuchs.

Os manifestantes rezavam, cantavam e gritavam palavra de ordem. O prefeito de Santa Helena, nomeado pelo Governo do Estado na época, tentou desfazer a mobilização solicitando que os moradores retornassem para suas casas, mas tudo em vão.

A imagem a seguir refere-se ao protesto realizado em frente ao escritório da Itaipu no município de Santa Helena, onde participaram manifestantes de todos os lugares da região, que reivindicavam²⁸ principalmente aumento nas indenizações das propriedades e suas benfeitorias.

Figura 26. Manifestação realizada em frente ao escritório da Itaipu em Santa Helena



Fonte: Koch (1979).

Sem nenhuma resposta por parte da Itaipu, os manifestantes prepararam uma grande manifestação para a comemoração ao dia do agricultor, destacado por Germani:

Finalmente chegou o dia 25, décimo segundo dia do Movimento Justiça e Terra e Dia do Agricultor. Correspondendo a expectativa de alguns e certeza de outros, muita gente veio a Santa Helena. Mas não se imaginava que viria tanta gente assim... Logo cedo começaram a chegar ônibus e caminhões, trazendo agricultores expropriados, amigos e parentes, de toda a região, e não

²⁸ As reivindicações que constavam no comunicado “Ao povo, ao Governo e à Itaipu” eram as seguintes:

a) Reajuste de 100% nos preços da indenização e também para os indenizados que ainda não receberam o cheque; b) Correção cada 90 dias; c) Recebimento do cheque no máximo em 15 dias; d) Indenização das redes elétricas; e) Terras no Paraná e f) Maior rapidez por parte do INCRA. (GERMANI, 2003, p. 115).

só da área atingida, que vieram se unir à manifestação. Mais de 10.000 pessoas estavam reunidas (GERMANI, 2003, p. 131).

Mazzarollo (2003) descreve a fala de Dom Olívio Fazza, que, em uma entrevista concedida à imprensa, relata sobre o constrangimento a que Itaipu estava submetida: “Itaipu perdeu sua glória à custa do sacrifício do agricultor” (MAZZAROLLO, 2003, p. 73).

O então Diretor Geral da Itaipu, José Costa Cavalcanti, depois dessa manifestação, aceitou se reunir com os manifestantes para tentar chegar a um acordo. Sua intenção estava voltada em conter qualquer intenção dos agricultores em fazer protestos no parque de obras, o que poderia acarretar atrasos na obra e paralisação dos funcionários da Itaipu, que também estavam descontentes, além de passar uma péssima imagem ao povo brasileiro que acompanhavam tudo por meio das notícias das imprensas.

Figura 27. Mobilização dos agricultores da região de Itaipulândia



Fonte: Casa da Memória do município de Itaipulândia.

Algumas reivindicações foram aceitas e outras não, o que causava ainda descontentamento aos agricultores, entretanto, após dezesseis dias de luta, concordaram em desmobilizar o acampamento. Para o Diretor Cavalcanti, os resultados foram considerados bons, atingindo seus objetivos que estava em conter a mobilização no parque de obras da Itaipu pretendida pelos agricultores²⁹.

²⁹ No início de 1981 ainda faltavam 40% das propriedades para serem indenizadas e faltavam dois anos para o represamento do Rio Paraná. Novamente, os agricultores resolveram mobilizar-se, reunindo cerca de 800 pessoas,

O trevo de Foz do Iguaçu que ligava a BR 277, à Vila A, ao Paraguai e também ao centro da cidade, ficou denominado “Trevo da Vergonha”, devido à cena registrada pelos jornais. De um lado policiais armados com suas baionetas apontadas para a multidão, de outro, agricultores com suas esposas e filhos, munidos apenas de suas reivindicações, buscando seus direitos.

Figura 28. Marcha dos agricultores para Itaipu em 1982



Fonte: Scholz (2018).

Impedidos de seguir até o parque de obras da Itaipu, os manifestantes resolveram armar acampamento³⁰, atingindo um grande número de pessoas, já que se tratava de um ponto de

marchando rumo ao parque de obras da Itaipu. Foram acompanhados por alguns sindicatos, CPT (Comissão Pastoral e Terra), CJP (Comissão Justiça e Paz) e alguns deputados que estavam defendendo os agricultores. Ao chegarem até o trevo do município de Foz do Iguaçu, que dá acesso ao Paraguai e Itaipu, estavam sendo esperados por um grande número de policiais armados e que apontavam suas armas para a multidão. Não conseguindo mais avançar, ali ergueram acampamento. Os jornais acompanhavam a luta dos agricultores e noticiavam as contradições que Itaipu representava. O jornal, O Estado do Paraná, publicado no dia 09 de março de 1982, relata a primeira manifestação dos agricultores rumo ao trevo de Foz do Iguaçu, que ficou conhecido como “Trevo da Vergonha”, e conta sobre uma nova intenção dos agricultores em realizarem novo acampamento naquele local.

³⁰A mobilização durou 54 dias, os agricultores passaram por muitas dificuldades, como, por exemplo, a falta de água, que foi impedida de ser fornecida pelo prefeito de Foz do Iguaçu. Mas isso não foi motivo para desânimo, os agricultores criaram estratégias de revezamento e mantiveram-se firmes e fortes, conquistando grandes vitórias por manterem-se unidos. As principais conquistas foram: aumento no preço das terras, pagamento pelas

intensa movimentação. Fizeram panfletagem e abordavam as pessoas que ali transitavam para explicar o motivo do movimento.

Durante todo o tempo em que os agricultores ficaram acampados, os policiais ficaram de prontidão, com suas armas preparadas para qualquer tentativa de avanço por parte dos agricultores.

Figura 29. Trevo de Foz do Iguaçu com os agricultores acampados em movimento de protesto contra a Itaipu



Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Santa Helena de Santa Helena (1982).

Em janeiro de 1982, a Itaipu deu o último aviso³¹ alertando os moradores a desocuparem a área de alagamento:

benfeitorias, pagamento imediato das indenizações após o fechamento do acordo, cultivo das terras até abril de 1982, entre outras.

³¹Muitos resistiam com suas casas no local da inundação, outros não acreditavam que as águas atingiriam suas propriedades. Eram visíveis as consequências que a usina hidrelétrica de Itaipu trazia aos moradores da região oeste do Paraná. Para demonstrar tal sofrimento, Mazzarollo, relata o desabafo de Marcelo Barth, um agricultor que no decorrer da luta, ficou conhecido como um dos líderes do movimento: “Os agricultores estão cansados de ser tratados como bichos na sociedade brasileira. Aportamos nestas terras há muitos anos. Encontramos um sertão agreste e hostil, enfrentamos feras e serpentes venenosas. Não havia estradas e nem pontes, nem escolas, nem comércio. Não havia clubes nem igrejas para adorarmos a Deus, que fez este mundo para nós homens. Hoje temos tudo isso pela vontade imbatível de vencer à custa de muito suor. Se pudéssemos juntar todas as gotas de suor que derramamos, formaríamos outro lago, não o da Itaipu, mas um salgado, cheio de ilusões de um futuro mais digno e humano” (MAZZAROLLO, 2003 p. 41).

Atenção senhores desapropriados que ainda moram na área do reservatório. No final deste ano as águas do Rio Paraná vão começar a subir para formar o Lago de Itaipu. Em duas semanas, uma vasta região será coberta pelas águas. Às vezes, por morar um pouco distante do rio, é difícil acreditar que as águas cheguem até suas casas. Mas estejam certo de que se as suas terras foram desapropriadas por Itaipu é porque elas estão dentro dos limites do reservatório. E é para impedir que o senhor e sua família fiquem ilhados em sua casa que voltamos a informar que as águas do Rio Paraná vão subir mesmo (MAZZAROLLO, 2003, p 120).

Juvêncio Mazzarollo que acompanhou de perto as lutas dos atingidos que resistiam em abrir mão de seu patrimônio e deixar para trás o lugar que fazia parte de sua história, percorre o caminho já esvaziado entre Foz do Iguaçu e Guaíra e relata:

A área estava à espera das águas, apresentando um imenso cenário de ruínas e desolação. Transitar pelos quase 200 quilômetros de Foz do Iguaçu a Guaíra, margeando o Rio Paraná, era uma experiência dolorosa. Dava a impressão de estar circulando entre escombros causados por uma catástrofe, numa área varrida por um tornado. Em toda parte estavam as marcas da presença de pessoas e animais, mas nada de pessoas nem de animais, só as marcas, que até o final de 1982 também seriam apagadas, submersas num imenso lago (MAZZAROLLO, 2003, p. 120).

No dia 13 de outubro de 1982, iniciou-se o fechamento das comportas para o represamento do Rio Paraná, formando o reservatório em apenas 14 dias. As águas foram inundando terras férteis e produtivas, deixando para trás muitos anos de trabalho, luta e sonhos dos agricultores e suas famílias.

Figura 30. Em Itacorá, o lago invade as estradas



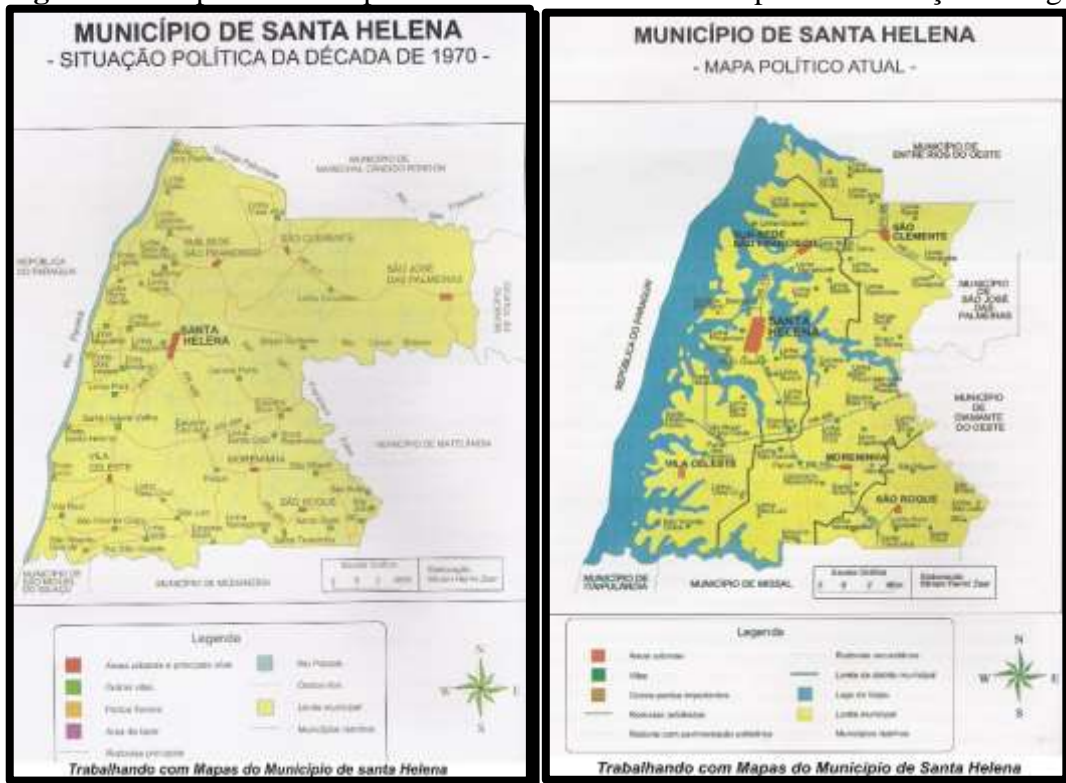
Fonte: Casa da Memória de Itaipulândia.

Figura 31. O lago de Itaipu invadindo as plantações e propriedades já desapropriadas e o fotografo Tarcísio Koch registrando esse momento



Fonte: Koch (1982).

Figura 32. Mapa do município de Santa Helena antes e depois da formação do lago



Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Helena.

Outra consequência que impactou a região oeste pela construção de Itaipu foi o desaparecimento das Sete Quedas, a atração turística mais importante do Município de Guaíra e região, o que acabou afetando a economia do município.

Sete Quedas³², nome escolhido pelos sete grupos de quedas, na verdade era composta por 19 cachoeiras, sendo a mais alta com aproximadamente 40 metros. Guaíra passou a ser uma cidade turística, frequentada por diversos turistas que queriam conhecer o magnífico conjunto de quedas d'água que, em sua beleza, disputavam com as Cataratas do Iguçu.

³² Em 1982, todos queriam dar seu último adeus às Sete Quedas. No dia 17 de janeiro de 1982, cerca de 9 meses antes do represamento do Rio Paraná, um dia de domingo ensolarado, muitos visitantes estavam apreciando a bela paisagem, quando um acidente ocorreu em uma das passarelas, os cabos de aço que sustentavam uma das pontes suspensa se rompeu, causando a queda de muitas pessoas sobre a forte correnteza das águas. Registrou-se a morte de 32 pessoas, sendo que três corpos nunca foram localizados. Seis pessoas conseguiram ser resgatadas por um pescador da região que se jogou na água e muitas pessoas ficaram ilhadas, sendo resgatadas até o fim da tarde. A causa do acidente de acordo com a perícia se deu por negligência na manutenção, tendo o prefeito de Guaíra na época transferido a culpa para a União, já que esta era responsável pelo parque.

Figura 33. Vista aérea das Sete Quedas em 1981



Fonte: sadaosandro.blogspot.com.br.

Inúmeros foram os estudos que visaram o aproveitamento Sete Quedas. No entanto, quando o projeto definitivo foi realizado, a população não acreditava que para aproveitar a energia das águas seria preciso afogar as quedas. Essa sentença não foi aceita pela população da localidade de Guaíra e de toda região. Afinal, o Brasil havia disputado a posse dos saltos com o Paraguai e, no momento da criação do Tratado de Itaipu nenhum dos dois países reivindicara? Algo que fora tão concorrido seria sepultado para dirimir a questão? De que forma isso poderia ser entendido pela população? Não havia respostas convincentes. Questões políticas sobrepujavam qualquer compreensão. A decisão havia sido tomada, o destino do rio estava decidido, não havia nada a ser feito (LIMA, 2004, p. 318).

Diversas manifestações foram realizadas para impedir a inundação das quedas, no entanto, sem efeito. O Governo estava preocupado com a importância de Itaipu e os benefícios que esta traria para o desenvolvimento do Brasil. As consequências ambientais não faziam parte do progresso.

A manifestação mais importante foi batizada de “Quarup³³”, uma passeata que estava planejada foi impedida pela polícia, então, os manifestantes, que se somaram em aproximadamente 3 mil pessoas, fizeram uma caminhada silenciosa pelos saltos ao som de tambores, em sinal de luto pela morte das quedas d’água. Em cada ponto era feito uma homenagem com cantos e poemas em homenagem às Sete Quedas. Este ato ocorreu no mês

³³ Quarup - é uma cerimônia religiosa de celebração dos mortos, realizada entre os povos indígenas brasileiros da região do Xingu.

julho de 1982. Foram ainda registradas outras 2 mil pessoas que participaram de um acampamento e uniram-se à causa.

De acordo com o jornal O Estado do Paraná, em sua reportagem publicada no dia 03 de setembro de 1982, o Presidente Figueiredo em sua primeira e única visita a Sete Quedas, respondeu, ao ser indagado sobre o desaparecimento do atrativo: “Se parássemos a obra de Itaipu, milhões de brasileiros ficariam sem empregos” e continuou “eu vou fazer o que com aquela obra em Foz do Iguaçu, que já custou tanto dinheiro ao País?” e ainda, disse estar de camisa preta em sinal de luto. Essa resposta não trouxe esperanças para os moradores de Guaíra e nem para os ambientalistas que lutavam contra o desaparecimento dos saltos.

Figura 34. O adeus do Presidente Figueiredo às Sete Quedas



Fonte: Scholz (2018).

No dia 19 de setembro de 1982, soldados enviados fecharam definitivamente Sete Quedas como retrata o jornal:

Definitivamente fechado às 18 horas de domingo, por soldados do batalhão da Polícia Militar de Toledo e depois de visitado por cerca de 40 mil pessoas no último final de semana – o Parque Nacional de Sete Quedas ainda recebeu, ontem pela manhã, algumas visitas. O Senador José Richa, candidato do PMDB ao governo do Estado, acompanhado pelos também candidatos Leite Chaves, Anibal Curi e Aragão de Mattos Leão, fizeram uma última e rápida visita às Sete Quedas que, desde ontem, são guardadas por seis soldados da PM. Até dia 04 de outubro, todas as pontes sobre os saltos serão retiradas.

Ainda esta semana, a Itaipu começará o desmatamento do local, já iniciado do lado paraguaio; o resgate dos animais ficará para o final do mês (O ESTADO DO PARANÁ, 1982, s/p.).

Em um momento de inconformidade, o poeta Carlos Drummond de Andrade escreveu, em 1982, um poema em despedida a Sete Quedas, como patrimônio dos brasileiros. “Sete Quedas por mim passaram, e todas sete se esvaíram”.

Adeus a Sete Quedas

Carlos Drummond de Andrade

Sete quedas por mim passaram,
E todas sete se esvaíram.
Cessa o estrondo das cachoeiras, e com ele
A memória dos índios, pulverizada,
Já não desperta o mínimo arrepio.
Aos mortos espanhóis, aos mortos bandeirantes,
Aos apagados fogos
De ciudad real de guaira vão juntar-se
Os sete fantasmas das águas assassinadas
Por mão do homem, dono do planeta.

Aqui outrora retumbaram vozes
Da natureza imaginosa, fértil
Em teatrais encenações de sonhos
Aos homens ofertadas sem contrato.
Uma beleza-em-si, fantástico desenho
Corporizado em cachões e bulções de aéreo contorno
Mostrava-se, despia-se, doava-se
Em livre coito à humana vista extasiada.
Toda a arquitetura, toda a engenharia
De remotos egípcios e assírios
Em vão ousaria criar tal monumento.

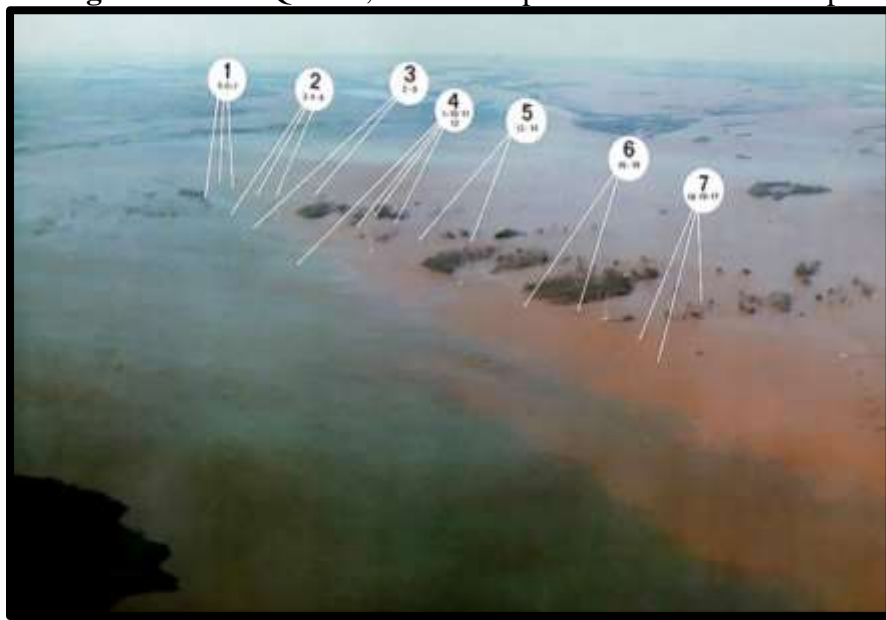
E desfaz-se por ingrata intervenção de tecnocratas.
Aqui sete visões, sete esculturas
De líquido perfil
Dissolvem-se entre cálculos computadorizados
De um país que vai deixando de ser humano
Para tornar-se empresa gélida, mais nada.

Faz-se do movimento uma represa,
Da agitação faz-se um silêncio
Empresarial, de hidrelétrico projeto.
Vamos oferecer todo o conforto
Que luz e força tarifadas geram
À custa de outro bem que não tem preço
Nem resgate, empobrecendo a vida
Na feroz ilusão de enriquecê-la.
Sete boiadas de água, sete touros brancos,
De bilhões de touros brancos integrados,
Afundam-se em lagoa, e no vazio

Que forma alguma ocupará, que resta
 Senão da natureza a dor sem gesto,
 A calada censura
 E a maldição que o tempo irá trazendo?
 Vinde povos estranhos, vinde irmãos
 Brasileiros de todos os semblantes,
 Vinde ver e guardar
 Não mais a obra de arte natural
 Hoje cartão-postal a cores, melancólico,
 Mas seu espectro ainda rorejante
 De irisadas pérolas de espuma e raiva,
 Passando, circunvoando,
 Entre pontes pênseis destruídas
 E o inútil pranto das coisas,
 Sem acordar nenhum remorso,
 Nenhuma culpa ardente e confessada.
 Assumimos a responsabilidade! Estamos construindo o Brasil grande!
 E patati patati patata...

E Sete quedas por nós passaram,
 E não soubemos, ah, não soubemos amá-las,
 E todas sete foram mortas,
 E todas sete somem no ar,
 Sete fantasmas, sete crimes
 Dos vivos golpeando a vida
 Que nunca mais renascerá.

Figura 35. Sete Quedas, submersas pelo reservatório de Itaipu



Fonte: www.culturaeviagem.wordpress.com.

Para Mascarenhas e Castanha (2010), a construção da usina, além de trazer impactos sociais, também causou grandes impactos ambientais na fauna e flora, além de perdas históricas, culturais e arqueológicas.

Outro impacto foi o desemprego enfrentado pelos trabalhadores de Itaipu, que, após seu término, dispensou uma grande massa de trabalhadores, como mostra a reportagem a seguir:

Figura 36. Jornal noticia o desemprego gerado pelo fim da obra de Itaipu



Fonte: Scholz (2018).

Se Itaipu fosse projetada nos tempos atuais, com os estudos acerca dos danos causados ao meio ambiente, provavelmente a grande obra não sairia do papel. Conforme Scarpato e Böhm (2006), Itaipu é considerada uma obra faraônica, devido ao seu gigantismo, porém, Brasil e Paraguai estariam vivendo em uma crise energética, já que a usina produz boa parte da demanda de energia consumida no Brasil e atende praticamente todas as necessidades do Paraguai.

A energia produzida é enviada para abastecer o sudeste do país, não sendo aproveitado em nenhuma cidade do Paraná, o que causa indignação aos moradores da região lindeira ao lago de Itaipu que desejariam que a eletricidade consumida nesta região fosse no mínimo com um custo menor, já que a construção da usina causou danos a esta população.

Esse debate não foi feito, e Itaipu foi edificada a um elevado custo econômico, social e ambiental, mas que resultou numa obra magnífica, que representava uma fantástica riqueza para o Brasil e o Paraguai. Importa que se faça dela o melhor uso, em prol do desenvolvimento dos dois países e em benefício de seus povos. Importe também que a Itaipu pague a conta, cubra os custos econômicos, sociais e ambientais que impôs aos dois países associados no empreendimento, e particularmente à população e à região por elas afetadas.

Felizmente, é o que a Itaipu hoje vem fazendo, com dedicação, competência e amor a causa. Deixou, enfim, de ser “a taipa da injustiça” (MAZZAROLLO, 2003, p. 184).

De acordo com Itaipu, a usina já recebeu mais de 20 milhões de visitantes, oriundos de todos os lugares do mundo para conhecer a grandiosidade de uma das maiores usinas hidrelétricas do mundo e a maior produtora de eletricidade de todos os tempos³⁴.

2.7 ROYALTIES DE ITAIPU

A origem do termo *royalties*, derivado da língua inglesa, vem do plural da palavra *royalty*, que designa regalia ou privilégio, consistindo em uma quantia paga por alguém ao proprietário pelo direito de usar, explorar ou comercializar um produto, obra ou terreno.

No Brasil, os *royalties* são pagos por várias explorações de fontes naturais, tanto não renováveis, como é o caso do petróleo, minerais, gás natural, biocombustível como também renováveis, como a exploração do aproveitamento hídrico.

Os *royalties* pagos pelas usinas hidrelétricas são Compensações Financeiras pelo Uso de Recursos Hídricos (CFURH), pagos aos municípios e Estado, pelo aproveitamento de águas de rios para a geração de energia elétrica. Trata-se de um ressarcimento aos municípios que tiveram perdas territoriais por meio da inundação de áreas para a formação de reservatórios.

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 20º, define como um dos bens da União os potenciais de energia hidráulica e garante compensação financeira aos Estados, Distrito Federal, Municípios e Órgãos da União em caso de exploração de recursos hídricos para a geração de energia elétrica. As pequenas usinas hidrelétricas, ou Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), com potência equivalente a 10 MW até 30 MW, foram isentas do

³⁴ Hoje a Itaipu, além de ser uma potência na produção de energia elétrica, também desenvolve ações com projetos e programas que promovem o desenvolvimento autossustentável. A Itaipu ainda dispõe de programas de visitação como: visita panorâmica que proporciona o conhecimento da parte exterior da usina, passando pelos pontos principais (mirante, barragem, reservatório, e os condutos forçados); Refúgio Biológico, onde os visitantes percorrem por uma trilha de aproximadamente 2 km, podendo visualizar animais nativos e alguns até em extinção (jaguatirica, jacaré, gavião, urubu-rei, quati, arara-vermelha, jabuti, coruja, serpentes, veado, macaco-prego e ainda uma onça-pintada juntamente com seu filhote); Ecomuseu que promove aos visitantes o conhecimento histórico sobre a região e a construção da Itaipu, com fotos, maquetes, objetos, réplica da turbina, entre outras atrações; Polo Astronômico que possibilita uma viagem aos planetas em alta definição com telescópios potentes; Iluminação da Barragem onde o visitante faz uma visita noturna, podendo presenciar um espetáculo de sons e luzes; Test-Drive Elétrico, que possibilita o turista dirigir pelas ruas de Itaipu e conhecer um carro não poluente, silencioso e ecologicamente correto; Porto Kattamaram, um delicioso passeio de barco pelo lago de Itaipu e por fim, Circuito Especial, onde é possível conhecer Itaipu em seus detalhes, por meio de um passeio pelo interior da usina, podendo tocar e sentir a vibração dos condutos forçados, por onde passam 700 mil litros de água por segundo, visualizar a sala de comando central da usina, onde é controlada a produção de energia (ITAIPU BINACIONAL, 2017).

pagamento dos *royalties*, conforme previsto na Lei nº 7990/89 e mais tarde alterada pela Lei nº 9648/98.

As construções de grandes usinas hidrelétricas, apesar de gerarem uma energia limpa e renovável, causam impactos severos ao meio ambiente e às cidades, como, por exemplo, as inundações de florestas e terras férteis, alteração ou desaparecimento do habitat de animais e alterações econômicas nos municípios atingidos, justificando o pagamento pela compensação financeira.

Diante disso, o importante para o governo é a produção de energia elétrica que visa abastecer o país e satisfazer especialmente as indústrias, pois os municípios já estão garantidos pela compensação financeira, solucionando qualquer problema, como sugere a declaração da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel):

Quando uma usina hidrelétrica é construída, é natural que prefeitos, moradores e instituições tenham dúvidas sobre os benefícios daquele projeto. O principal é garantir o abastecimento de energia elétrica ao país, mas os municípios que tiveram áreas alagadas pelos reservatórios ou abrigam a casa de máquinas serão compensados com recursos extras no seu orçamento (ANEEL, 2007, s/p.).

O pagamento dos *royalties* para os municípios atingidos pelo lago de Itaipu estava previsto desde o ano de 1973, quando foi assinado o Tratado de Itaipu, que estabelece, em seu Anexo C, essa obrigatoriedade. No entanto, seu pagamento inicia-se somente após a criação do Decreto Federal nº 1 de 11 de janeiro de 1991, que passa a estabelecer a compensação financeira, o cálculo e a distribuição mensal pela utilização dos recursos hídricos.

Com a criação da Lei nº 7990/89, passa a vigorar alguns pontos sobre a aplicabilidade do recurso, o qual proíbe a utilização da compensação financeira para o pagamento de dívidas e também para o pagamento do quadro permanente de pessoal. A fiscalização é realizada pelo Tribunal de Contas e pelo Ministério Público de cada Estado e Município. Os recursos podem ser utilizados como, por exemplo, na área da saúde, educação, segurança, infraestrutura, entre outros.

A Lei nº 8.001/90, mais tarde alterada pela Lei nº 9.993/2000, designava a distribuição mensal dos *royalties*, estabelecendo o pagamento de 45% aos Estados; 45% aos municípios; 3% ao Ministério do Meio Ambiente; 3% ao Ministério de Minas e Energia; 4% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Dos 45% destinado aos municípios, 85% são divididos entre os Municípios diretamente afetados com o reservatório e 15% entre os municípios atingidos indiretamente.

No dia 11 de abril de 2018, o Senado aprovou o projeto que propõe a alteração da distribuição da compensação financeira entre a União, Estados e Municípios pelo aproveitamento de recursos hídricos (Projeto de Lei da Câmara - PLC nº 315/2009), aumentando o percentual recebido pelos municípios e reduzindo o percentual dos Estados. A justificativa dessa alteração da distribuição de *royalties* estaria pautada pelos valores já fixados pela exploração de minerais, o qual repassa atualmente os valores de: 12% para a União, 23% aos Estados e 65% para os municípios.

No dia 08 de maio de 2018, foi publicada a alteração da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, modificando o percentual das parcelas destinadas aos Estados e aos Municípios. A partir desta publicação, passou a vigorar a seguinte redação: os municípios passam a receber 65%, os Estados 25% e a União 10%.

LEI Nº 13.661, DE 8 DE MAIO DE 2018

Altera a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para definir as parcelas pertencentes aos Estados e aos Municípios do produto da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os incisos I e II do art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

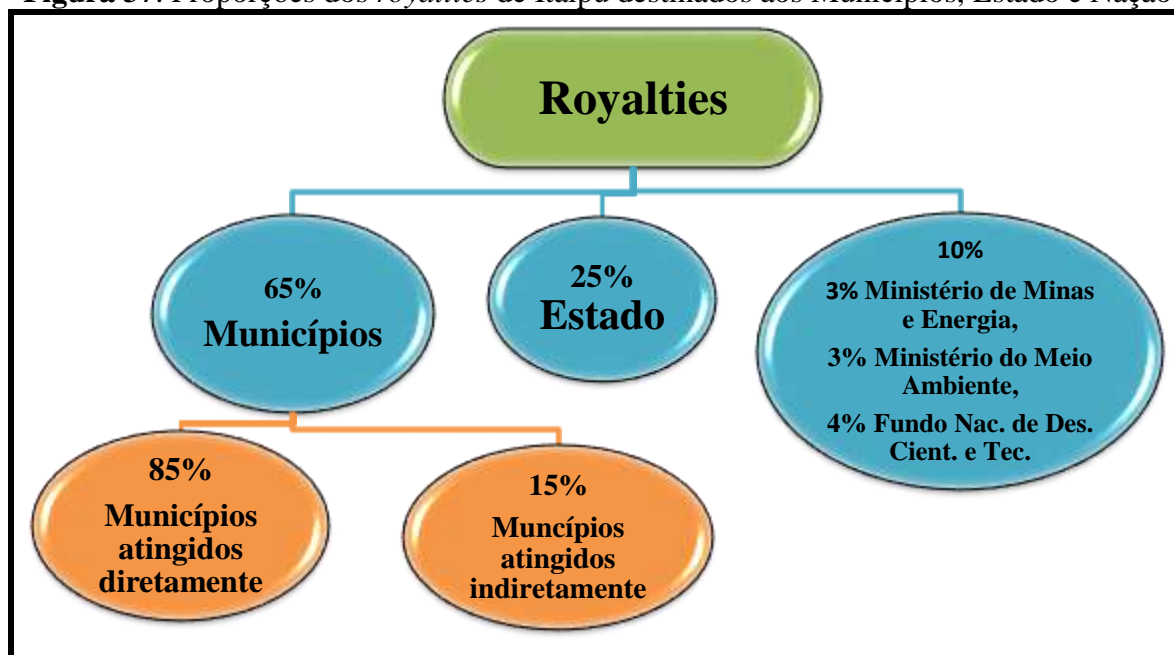
I - 25% (vinte e cinco por cento) aos Estados;

II - 65% (sessenta e cinco por cento) aos Municípios;
....." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação (BRASIL, 2018, s/p.)

A figura a seguir é um demonstrativo sobre a destinação da porcentagem dos *royalties* de Itaipu, enviada a cada setor, conforme nova redação sancionada.

Figura 37. Proporções dos *royalties* de Itaipu destinados aos Municípios, Estado e Nação



Fonte: Elaborado pela Autora.

No ano de 1996 foi criada a Aneel, por meio da Lei nº 9.427/1996, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com a finalidade de regular e fiscalizar a produção, a transmissão, a distribuição e a comercialização de energia elétrica, como trata o Art. 2º desta lei.

Em 17 de julho de 2000 é também sancionada pela Lei nº 9.984/2000, a Agência Nacional da Água (ANA), vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, a qual tem o propósito de gerenciar e coordenar as políticas públicas em âmbito nacional sobre a utilização dos recursos hídricos. Tem como princípio regulamentar ações em torno dos recursos hídricos que pertencem à União, como são os casos dos rios que fazem divisa com outros países, ou um rio que percorre mais do que um Estado. Entre muitas ações de responsabilidade, a ANA é responsável pela fiscalização de seguranças de barragens outorgadas por ela, além de ser responsável pelo acompanhamento e andamento dos recursos hídricos, promovendo seu uso sustentável.

As Agências regulamentadoras ANEEL e ANA foram criadas com a finalidade de atender as necessidades elétricas e o cuidado com as águas de interesse público, controlando a qualidade na prestação do serviço e normatizando regras para o setor.

De acordo com governo brasileiro, as Agências Regulamentadoras têm os seguintes desígnios:

As agências reguladoras foram criadas para fiscalizar a prestação de serviços públicos praticados pela iniciativa privada. Além de controlar a qualidade na prestação do serviço, estabelecem regras para o setor. Atualmente, existem dez agências reguladoras. A regulação envolve medidas e ações do Governo que envolvem a criação de normas, o controle e a fiscalização de segmentos de mercado explorados por empresas para assegurar o interesse público (BRASIL, 2009, s/p.).

De acordo com a Aneel, as usinas hidrelétricas iniciam a compensação financeira aos municípios afetados, apenas quando a comercialização elétrica passa a ser efetuada. A Aneel é a responsável pela autorização da operação de cada gerador, pela regulamentação da arrecadação, distribuição dos recursos financeiros arrecadados e pelo cálculo do valor a ser pago mensalmente pelas geradoras.

A partir do Decreto Federal nº 01/1991, anterior à criação da Aneel, a comercialização da energia elétrica produzida pela Itaipu possibilitou o repasse mensal, beneficiando 15 municípios do Estado do Paraná e 01 do Estado do Mato Grosso do Sul que foram afetados pelo alagamento, sendo o valor proporcional à quantidade de área alagada.

A tabela a seguir demonstra os 16 municípios beneficiários dos *royalties*, seguido pelo montante recebido no mês de janeiro de 2017 e a quantidade de área submersa pelo lago, conforme publicação da Aneel.

Tabela 5. Indicação dos Municípios, áreas alagadas e o repasse dos *royalties* em dólar repassado em janeiro de 2017

Município	Repasse atual	Área alagada km²
Foz do Iguaçu	US\$ 787,5 mil	201,84
Santa Terezinha de Itaipu	US\$ 163,5 mil	41,90
São Miguel do Iguaçu	US\$ 354,7 mil	90,91
Itaipulândia	US\$ 701,3 mil	179,73
Medianeira	US\$ 4,5 mil	1,16
Missal	US\$ 156,3 mil	40,07
Santa Helena	US\$ 1.029 mil	263,76
Diamante do Oeste	US\$ 21,9 mil	5,62
São José das Palmeiras	US\$ 7,6 mil	1,94
Marechal Cândido Rondon	US\$ 218,7 mil	56,04
Mercedes	US\$ 75,4 mil	19,32
Pato Bragado	US\$ 183,7 mil	47,07
Entre Rios do Oeste	US\$ 128,4 mil	32,90
Terra Roxa	US\$ 6,2 mil	1,58
Guaíra	US\$ 199 mil	51,01
Mundo Novo (MS)	US\$ 57,4 mil	14,71

Fonte: Aneel (2007).

Os dois municípios destacados em negrito estão entre os três municípios beneficiários das maiores parcelas recebidas dos *royalties* de Itaipu. Santa Helena recebe a maior parcela, seguido por Foz do Iguaçu e Itaipulândia.

Santa Helena, que recebe o destaque de primeiro lugar, chega a receber a quantia de US\$ 1 milhão de dólares mensais e Itaipulândia usufrui mensalmente cerca de US\$ 700 mil, sendo considerado um grande atrativo para os administradores destes municípios.

Desde o ano de 1997, o município de Santa Helena já recebeu a quantia de R\$ 1.053.414.341,11 e o município de Itaipulândia a quantia de R\$ 710.471.725,17 em *royalties* conforme dados apresentados pelo site da Aneel em outubro de 2018, como podemos verificar na tabela abaixo:

Tabela 6. Demonstrativo do pagamento dos *royalties* pagos aos municípios de Santa Helena e Itaipulândia desde o ano de 1997

ANO	SANTA HELENA	ITAIPULÂNDIA
1997	R\$ 19,630,097.71	R\$ 9,898,484.68
1998	R\$ 20,859,679.91	R\$ 11,463,776.42
1999	R\$ 32,857,166.81	R\$ 21,780,415.74
2000	R\$ 34,951,022.08	R\$ 23,519,898.19
2001	R\$ 43,709,124.74	R\$ 29,596,762.62
2002	R\$ 54,130,606.59	R\$ 36,867,075.34
2003	R\$ 54,810,038.74	R\$ 37,346,723.20
2004	R\$ 50,826,960.55	R\$ 34,634,268.35
2005	R\$ 41,667,689.00	R\$ 28,392,985.08
2006	R\$ 40,757,114.11	R\$ 27,772,505.76
2007	R\$ 38,655,954.06	R\$ 26,340,743.94
2008	R\$ 37,915,358.41	R\$ 25,836,091.02
2009	R\$ 44,269,311.74	R\$ 30,165,769.63
2010	R\$ 36,043,440.61	R\$ 24,560,538.29
2011	R\$ 35,582,384.15	R\$ 24,246,367.54
2012	R\$ 45,992,219.25	R\$ 31,339,784.53
2013	R\$ 53,225,162.60	R\$ 36,268,420.06
2014	R\$ 56,679,607.08	R\$ 38,622,330.07
2015	R\$ 76,109,458.94	R\$ 51,862,121.08
2016	R\$ 84,489,604.22	R\$ 57,572,477.13
2017	R\$ 78,131,015.88	R\$ 53,239,640.14
2018*³⁵	R\$ 72,121,323.93	R\$ 49,144,546.37
TOTAL	R\$ 1.053.414.341,11	R\$ 710.471.725,17

Fonte: Aneel (2018).

³⁵ O ano de 2018 apresenta o cálculo incompleto, estando calculado até o mês de outubro.

O Município de Guaíra, considerado um dos municípios mais prejudicados pela formação do reservatório de Itaipu, recebe mensalmente o equivalente a US\$ 199 mil. Em 2015 requereu um aumento na parcela dos *royalties*, justificando que a perda das Sete Quedas prejudicou o município economicamente, pois a cidade, em 1982, tinha sua economia acrescida consideravelmente pelo turismo que a cidade recebia. Sem as Sete Quedas, Guaíra teve uma queda significativa em sua arrecadação, nunca compensada por Itaipu.

Está tramitando no Senado Federal o Projeto de Lei da Câmara, PLC nº 94/2015, tendo como proposta o aumento de 8% no pagamento dos *royalties* para a cidade de Guaíra, sendo já aprovada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e restando ainda a aprovação pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). De acordo com a redação, esse aumento não acarretará impactos diretos para a população, como o aumento da energia elétrica, mas sim o remanejamento das parcelas destinadas aos demais municípios que recebem também a compensação financeira.

De acordo com dados da Itaipu, Guaíra já recebeu cerca de US\$ 80 milhões desde que iniciou o pagamento dos *royalties*, entretanto, é um valor considerado baixo pelos gestores que calculam as receitas do município anterior ao lago de Itaipu.

Conforme a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 30, aos municípios compete:

Art. 30. Compete aos Municípios: I – legislar sobre assuntos de interesse local; II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; III – instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei; IV – criar, organizar e suprimir Distritos, observada a legislação estadual; V – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial; VI – manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de Ensino Fundamental; VII – prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população; VIII – promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano; IX – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual (BRASIL, 1988, Art. 30).

Cabe, então, aos gestores trabalharem com cuidado no planejamento para que o dinheiro público possa ser bem aplicado, trazendo benefícios à população. Toda essa riqueza, trazida por meio dos *royalties* para os municípios, possibilitou realizar obras chamativas, como, por exemplo, a maior estátua do Cristo em bronze da América Latina, erguido em Santa Helena e

também a construção de uma estátua de Nossa Senhora Aparecida no município de Itaipulândia, que promove a visitação de milhares de devotos.

Os *royalties* para os municípios³⁶ agraciados por essa compensação financeira indicam uma das principais fontes de arrecadação de receita para esses municípios, como é o caso do município de Mercedes, que, de acordo com dados levantados, recebeu US\$ 1,7 milhão durante o ano de 2017 e recebeu a 13ª posição no ranking do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, dentre os 399 municípios paranaenses.

De acordo com o Ex-Diretor-Geral da Itaipu, Luiz Fernando Vianna, os *royalties* não cessarão, a partir de 2023, quando as dívidas forem amortizadas, o que poderá acontecer, dependendo do acordo entre os dois países, é a elaboração de uma nova forma de cálculo do valor do repasse. No entanto, Itaipu continuará disponibilizando a compensação financeira aos 16 municípios afetados, segundo esta declaração.

De acordo com Itaipu, em Yacyretá, usina em condomínio entre Paraguai e Argentina, que possui contrato jurídico semelhante ao Tratado de Itaipu, a compensação financeira, após o vencimento do acordo, manteve-se aos territórios inundados.

Durante esses anos, Itaipu já repassou um total de US\$ 1,83 bilhão aos 16 municípios e os governos do Paraná e Mato Grosso do Sul já receberam ao equivalente US\$ 1,82 bilhão, e a União, ainda, com cerca de US\$ 479 milhões.

Feita a devida contextualização sobre o período que antecede Itaipu, buscamos compreender o cenário em que a sociedade brasileira se encontrava, discutindo os fatores que levaram a construção da usina de Itaipu. Diante destes elementos preliminares, que impacto teve o repasse dos *royalties* na educação dos municípios? No próximo capítulo examinaremos melhor tal indagação.

³⁶ De acordo com informações do Governo Federal, somente as hidrelétricas repassaram o total de R\$ 2,4 bilhões em compensação financeira no ano de 2015, somando-se 347 municípios, pertencentes a 5 estados e mais o Distrito Federal. Itaipu, desde seu funcionamento até o ano de 2017, já repassou um total de R\$10,5 bilhões como forma de indenização pelas terras inundadas pelo lago de Itaipu. No Brasil, atualmente somam-se 100 empresas que comandam 185 usinas hidrelétricas, num total de 195 reservatórios. Os municípios indenizados, segundo a Aneel, podem deixar de receber os *royalties* quando o volume de água não for mais o suficiente para fazer a função de uma caixa d'água, ou seja, “se a usina perde essa capacidade por alguma restrição operativa ou ambiental, deixa de ser objeto de recolhimento de *royalties*, interrompendo, assim, o pagamento aos municípios” (ANEEL, 2007). Desta forma, quando o reservatório do Rio Paraná não tiver água o suficiente para fazerem as turbinas girar, sendo incompatível para a produção de energia elétrica, os *royalties* serão suspensos, e os municípios deixarão de receber a renda extra.

CAPÍTULO III

IMPACTOS SOCIOEDUCACIONAIS DOS *ROYALTIES* NOS MUNICÍPIOS LINDEIROS: SANTA HELENA E ITAIPULÂNDIA

Adeus a Sete Quedas
(Carlos Drummond de Andrade)

*Sete quedas por mim passaram,
E todas sete se esvaíram.
Cessa o estrondo das cachoeiras, e com ele
A memória dos índios, pulverizada,
Já não desperta o mínimo arrepio.
Aos mortos espanhóis, aos mortos bandeirantes,
Aos apagados fogos
De ciudad real de guaira vão juntar-se
Os sete fantasmas das águas assassinadas
Por mão do homem, dono do planeta.*

*Aqui outrora retumbaram vozes
Da natureza imaginosa, fértil
Em teatrais encenações de sonhos
Aos homens ofertadas sem contrato.
Uma beleza-em-si, fantástico desenho
Corporizado em cachões e bulções de aéreo contorno
Mostrava-se, despia-se, doava-se
Em livre coito à humana vista extasiada.
Toda a arquitetura, toda a engenharia
De remotos egípcios e assírios
Em vão ousaria criar tal monumento [...]*

Carlos Drummond de Andrade, o poeta mineiro, na epígrafe acima, retratou em poesia o desaparecimento, em 1982, de um dos principais cartões-postais do Brasil e do mundo, ou seja, as Sete Quedas, em nome do progresso econômico. Talvez, hoje, com tanta consciência ambiental, a destruição deste patrimônio natural não teria ocorrido.

Neste capítulo discutiremos as mudanças quantitativas e qualitativas na educação básica em dois municípios que recebem os maiores repasses provenientes dos *royalties* de Itaipu, a saber: Santa Helena e Itaipulândia, localizados no extremo oeste do Paraná, os quais fazem parte dos municípios que foram atingidos pelo lago, denominados lindeiros ao lago de Itaipu.

Inicialmente, tínhamos a pretensão de abranger os três municípios recebedores das maiores parcelas de recursos, sendo nesta ordem: Santa Helena, Foz do Iguaçu e Itaipulândia. Entretanto, no decorrer dos levantamentos realizados, constatamos, junto ao município de Foz do Iguaçu, que este não vem aplicando os recursos dos *royalties* na educação, utilizando nesta área apenas investimentos provenientes de outras fontes, levando-nos a excluir este município, uma vez que fugiria da nossa proposta de investigação.

Sabemos que a realidade financeira de Foz do Iguaçu é diferente dos demais municípios, tendo conquistado uma boa quantia em receita livre provenientes de impostos, gerados por uma diversidade de arrecadação, como, por exemplo: turismo, comércio e agricultura. Os *royalties* pagos a Santa Helena e Itaipulândia proporcionam melhores qualidades aos munícipes, pois o recurso livre que estes arrecadam na sua maioria é inferior ao valor dessas parcelas, dependendo da variação do dólar.

Para realizar a pesquisa, entendemos como indispensável um breve levantamento histórico destes municípios, como foram constituídos e se desenvolveram anterior à formação do lago de Itaipu e como se desenvolveu posterior à formação do reservatório, no sentido de fazer um breve comparativo entre o passado e o presente.

As transformações ocorridas, devido ao transbordamento do Rio Paraná, em 1982, trouxeram alterações tanto geográficas, econômicas, como sociais. Um grande espaço territorial ficou submerso as águas do lago e um número significativo de pessoas evadiram-se da região, diminuindo drasticamente a população. As vilas e comunidades formadas já não existiam mais, exigindo as pessoas a seguissem destino incerto, sendo forçadas a buscar uma nova vida.

No contexto da expansão educacional, ocorrida principalmente na década de 1970, grandes transformações ocorreram, principalmente com fechamento de inúmeras escolas rurais, proporcionado pelo grande esvaziamento populacional.

Vimos nos capítulos anteriores que o desenvolvimento capitalista produziu consideráveis transformações, dando espaço para uma nova sociedade: a industrial. A burguesia emergente foi ganhando poder, tendo o Estado como meio de organização, que serviu como apoio para seu fortalecimento e consolidação.

O governo passou a direcionar suas ações em investimentos públicos e estímulos para a produção interna, com a intensão de se tornar um país independente do mercado externo. Desta forma, para o Brasil, o “desenvolvimentismo” tornava-se chave para a modernidade, a tecnologia e o crescimento econômico mediante o fortalecimento das médias cidades, como, por exemplo, Cascavel, Foz do Iguaçu, Londrina e Maringá, que se estabeleceriam como polos regionais.

O Estado, a serviço da classe dominante, passou a utilizar-se da escola como aparelho reprodutor das desigualdades sociais, proporcionando educação com dupla finalidade: uma voltada para as classes populares, destinada a atender as necessidades das indústrias, porém, sem a pretensão de oferecer qualidade de ensino; e outra, destinada a elite, estruturada de forma organizada e com preparação do aluno para o Ensino Superior. Desta forma, o Estado vinha

exercendo seu papel ideológico, oferecendo educação para as camadas populares, mas maquiando as reais intenções deste processo.

Durante o governo da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), o Brasil passou por um importante crescimento econômico, mas com investimentos desproporcionais destinados à educação, culminando em retrocessos para a educação brasileira. Este período caracterizou-se pelo incentivo e ampliação do ensino privado e também pela criação de leis que impediam que educadores e alunos discutissem ou manifestassem atos que pudessem pôr em dúvida a conduta dos militares ou a forma de atuação do governo.

A preocupação com o ensino estava voltada diretamente para a qualificação da mão de obra, para o individualismo e a competitividade, fazendo de cada indivíduo responsável pelo seu fracasso ou sucesso, eximindo do Estado e de seu sistema toda responsabilidade.

Os *royalties* de Itaipu, indenização paga aos municípios afetados pelo lago, caracteriza uma excelente renda extra, que corresponde a uma importante parcela de investimentos realizados pelos gestores. Assim, procuramos examinar, neste capítulo, os investimentos provenientes dos *royalties* na educação fazendo uma análise na destinação desses recursos.

Na década de 1990, quando iniciaram os pagamentos dessa renda extra, os municípios passaram a ser cogitados como futuras cidades de países de primeiro mundo, haja vista a possibilidade de fazer importantes investimentos nas áreas de: educação, saúde, habitação, saneamento básico e empregabilidade, melhorando de forma significativa a qualidade de vida dos cidadãos.

Entretanto, essa perspectiva não ocorreu da forma esperada, apesar dos municípios recebedores das maiores parcelas estarem realizando importantes investimentos, constatamos que existem falhas, tais como: analfabetismo, vagas insuficientes nos centros municipais de educação, falta de emprego e programas habitacionais, e melhores condições de atendimento na saúde.

A seguir, a ilustração do mapa do Brasil e dos municípios atingidos pelo lago de Itaipu.

Figura 38. Mapa do Brasil e dos municípios lindeiros ao lago de Itaipu



Fonte: Edson Belo Clemente de Souza.

3.1 BREVE HISTÓRICO DE SANTA HELENA

O Município de Santa Helena encontra-se aproximadamente a 607 Km da capital do Estado - Curitiba, no Centro da Costa Oeste do Paraná, conhecida também carinhosamente como “Terra das Águas” por ter grande parte de suas terras alagadas pelo lago de Itaipu, deixando-a praticamente ilhada. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), a população está estimada em 26.206 habitantes, possuindo uma área territorial de 759,123 km², conforme relatório do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

Santa Helena limita-se ao norte com o município de Entre Rios do Oeste, ao sul com Missal e Itaipulândia, ao leste com São José das Palmeiras e Diamante do Oeste, ao oeste com a República do Paraguai através do lago de Itaipu. Os principais rios que fazem parte do município são: o Rio Paraná represado pela barragem da hidrelétrica de Itaipu; São Francisco;

Morenã; São Vicente; Dois Irmãos e Felicidade. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município em 2010 foi de 0,744, sendo considerado o índice avaliativo como alto³⁷.

O IDH, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é uma avaliação do progresso em longo prazo que engloba três fatores básicos para o desenvolvimento humano: saúde, educação e renda. O resultado é utilizado como indicador do desenvolvimento em esfera mundial, nacional e estadual.

Ao fazermos uma análise do IDH de acordo com o PNUD, Santa Helena teve um aumento gradativo, conforme podemos constatar na tabela a seguir.

Tabela 7. Demonstrativo do IDH do município de Santa Helena e as colocações em nível nacional e estadual nos anos de 1991, 2000 e 2010

ANO	NOTA	RANKING NACIONAL	RANKING ESTADUAL
1991	0,505	751°	65°
2000	0,678	270°	20°
2010	0,744	667°	45°

Fonte: UNDP (2010).

Em relação ao IDH da longevidade, Santa Helena atingiu em 1991 a nota de 0,730; em 2000, foi de 0,789; tendo sua nota melhorada em 2010, conquistando 0,823. O IDH relacionado à renda, em 1991 atingiu 0,607; em 2000, 0,669 e no ano de 2010, 0,738. Com relação à educação, o IDH também teve um aumento quantitativo, sendo a nota no ano de 1991 de 0,286; avançou em 2000 para 0,591 e no ano de 2010, alcançou a nota de 0,768.

Esses dados permitem avaliar que, no ano de 2010, o município teve uma melhor nota. Entretanto, em 2000, o município conquistou melhores posições no ranking nacional e também estadual. Ou seja, o município melhorou sua nota em 2010, mas os outros municípios também conquistaram tal elevação.

Conforme Peris (2003), o território do município de Santa Helena teve presença de grupos populacionais muito antes de sua povoação propriamente dita, onde habitavam inúmeros grupos indígenas entre eles os Mimos, Chiques, Cheripas e Chiringuanás.

De acordo com Colodel (1988), no ano de 1858 instalou-se a Companhia Domingos Barthe, que deixou registrada a chegada em uma pedra com a seguinte frase: “Puerto de Santa Helena fue abierto dia 18-8-1858 pela Companhia Domingos Barthe” (COLODEL, 1988, p. 63). A escolha do nome de Santa Helena se dera pela comemoração ao dia de Santa Helena.

³⁷ Muito Baixo: 0,000 até 0,499; Baixo: 0,500 até 0,599; Médio: 0,600 até 0,699; Alto: 0,700 até 0,799 e Muito alto: 0,800 até 1,000.

A região oeste do Paraná, rica em madeira e erva-mate, era um atrativo para a exploração e comercialização desses produtos. A Companhia Domingo Barthe, de nacionalidade argentina, era destaque no comércio de madeira e erva-mate, na região oeste do Paraná, explorando fortemente esta região.

A partir de 1920, iniciou-se o povoamento com famílias que vinham principalmente dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com atrativo de terras férteis e baixos preços. Em 1924, o fluxo de colonizadores foi reduzido pelo fato de a região ser palco de muitos conflitos como, por exemplo, a passagem da Coluna Prestes e seus revolucionários entre 1924 e 1925.

Os primeiros colonizadores da região do extremo-oeste paranaense passavam por imensas dificuldades até se fixarem nas propriedades adquiridas. Quando chegavam às novas terras, deparavam-se com uma densa mata fechada, não existiam estradas ou qualquer tipo de caminho, para a passagem era necessária a abertura de picadas, não havia qualquer tipo de infraestrutura. Para iniciar a construção das casas e preparação o solo foi preciso derrubar muitas árvores. O trabalho era árduo e cansativo, entretanto, era praticado de forma solidária entre os vizinhos.

As terras conquistadas por meio de muito suor, esforço braçal exaustivo de muitos homens e mulheres causaram nas famílias um valor e apreço muito grande por essas terras.

Figura 39. Agricultores abrindo a mata para iniciar a preparação do solo para o plantio



Fonte: Acervo pessoal de Koch (1960).

De acordo com Scarpato e Böhm (2006), as formas de diversão e lazer dos pioneiros eram poucas, juntavam-se na casa de famílias e lá chamavam um gaiteiro para tocar e, quando havia espaço, dançavam. Outra prática comum entre as comunidades eram as caças que reuniam grupos de amigos e vizinhos, e ainda os jogos de futebol. Após rezar o terço, os homens iam para o campo jogar, organizando inclusive campeonatos para os finais de semana. Assim, aos poucos todo o sofrimento passado ia sendo deixado para trás e a prosperidade para um futuro melhor ia aumentando dia após dia.

Inicialmente, os colonos trabalhavam praticamente em regime de subsistência, cultivando principalmente mandioca, milho, trigo, arroz, feijão, garantindo as necessidades da família. O pouco excedente destinava-se à comercialização, principalmente no município de Foz do Iguaçu. Outra forma de garantir a alimentação se dava por meio da caça e da pesca, sendo esta última proporcionada por uma vasta quantia de espécies encontradas no Rio Paraná.

Figura 40. Vizinhos e amigos exibindo suas caças



Fonte: Acervo pessoal família Naibo (1960).

Para enviar seus produtos até Foz do Iguaçu, utilizavam-se de navegações a vapor que percorriam o Rio Paraná, transportando madeira, erva-mate, alimentos e passageiros.

Figura 41. Barco a vapor que navegava pelo Rio Paraná



Fonte: camarasantahelena.pr.gov.br

A emancipação política de Santa Helena ocorreu oficialmente por meio da Lei Estadual nº 5.497, em 26 de maio de 1967, sendo então desmembrada dos municípios de Medianeira e de Marechal Cândido Rondon. Arnaldo Weisheimer foi o primeiro prefeito, sendo eleito no dia 15 de novembro de 1968.

O período regido pela Ditadura Civil-Militar (1964-1985) interferiu no processo eletivo e no cargo de prefeito de Santa Helena e de outros municípios da região, que passaram a ser nomeados pelo Governador do Estado, sob autorização do Presidente. A região passou a ser considerada como Área de Segurança Nacional³⁸, instaurada pelo Decreto Federal nº 1.170.

As consequências da construção da usina de Itaipu ocasionaram aos municípios lindeiros ao lago uma grande queda da produção agrícola, além de uma redução considerável populacional, como foi o caso do município de Santa Helena. As terras férteis e produtivas foram obrigadas a dar lugar à formação do reservatório, para que assim fosse produzida a energia necessária para abastecer as indústrias do sudeste.

Entre os dezesseis municípios atingidos pelo reservatório de Itaipu, Santa Helena foi o que mais sofreu com a perda territorial, cerca de 263,76 km². Todos esses fatores levantados impactaram diretamente a economia do município e da região, que passou a erguer-se somente a partir da década de 1990.

³⁸ No período da Ditadura Civil-Militar, as fronteiras, as grandes cidades, capitais estaduais e o Distrito Federal eram consideradas como áreas de segurança nacional.

A seguir, podemos observar na tabela as variações populacionais no município de Santa Helena entre os anos de 1970 a 2010.

Tabela 8. Índice populacional no município de Santa Helena nos anos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

Ano/Censo	1970	1980	1991	2000	2010
População	26.834	34.882	18.861	20.491	23.413

Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Helena (2015).

De acordo com esses dados, é possível constatar que, durante os anos, o percurso natural do município destinava-se à elevação populacional. No entanto, as desapropriações de Itaipu implicaram a evasão de mais de 16 mil pessoas, que deixaram suas terras, migrando para outros municípios do Paraná e também de outros Estados.

Para Fochezatto e Kuiava (2012), o projeto de Itaipu trouxe também consequência à questão sociocultural, alterando a vida dos afetados, fazendo com que muitas pessoas deixassem seu espaço físico, social e cultural e adentrassem em outros meios sem opção de escolha. As famílias que tiveram suas terras atingidas pelo lago de Itaipu não tiveram apenas este dano, mas também de todo um contexto na formação da vida social, como, por exemplo: familiar, comunitária e escolar.

Muitos não acreditavam que as águas atingiriam suas propriedades e outros não encontraram coragem para deixar suas terras, suas casas e seus sonhos. Anos de trabalho e luta teriam que ser abandonados para ficarem submersos ao novo lago de Itaipu.

Figura 42. Lago invadindo as casas no município de Santa Helena



Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Santa Helena (1982).

Santa Helena ficou praticamente ilhada pelo lago de Itaipu, o que acabou comprometendo sua expansão. Para que o município não ficasse isolado, foi necessário a construção de uma ponte, que a ligaria aos municípios vizinhos: Marechal Cândido Rondon e Toledo.

Figura 43. Construção da ponte que ligaria Santa Helena a Marechal Cândido Rondon



Fonte: Acervo pessoal de Koch (1980).

Outro cenário marcante alterado pela obra da Itaipu foi o conhecido “Saltinho”, onde pessoas da comunidade se reuniam para fazer piquenique e divertirem-se com as quedas d’água, as quais ficaram embaixo das águas em pouco tempo, conforme relatos do autor da fotografia, Tarcísio Miguel Koch, que acompanhou o desaparecimento do salto.

Figura 44. “Saltinho” com suas quedas exuberantes na forma natural



Fonte: Acervo pessoal de Koch (1978).

Figura 45. Saltinho agora encoberto pelo lago de Itaipu



Fonte: Acervo pessoal de Koch (1982).

Apesar de a natureza ter sido prejudicada pela formação do lago, uma forma que Itaipu encontrou para diminuir esses impactos foi o incentivo à criação de parques de lazer, mediante a construção de praias artificiais, proporcionando o turismo e movimentando a economia.

Em 1982, foi aprovado, pela Itaipu Binacional, o Plano de Utilização da Área do Reservatório, onde ficou estabelecida e regulamentada a política da entidade, com respeito a continuidade das providências de caráter ecológico, quanto à implantação dos usos múltiplos que as águas do reservatório proporcionaram: pesca, turismo lazer, abastecimento urbano e industrial, irrigação e outros (PERIS, 2003, p. 148).

Em Santa Helena, os investimentos realizados na construção de ambientes de turismo iniciaram antes mesmo de o lago surgir, o que acabou proporcionando ao município a visita de um grande número de turistas brasileiros, paraguaios e argentinos na década de 1980.

Figura 46. Vista aérea da praia artificial de Santa Helena na década de 1980



Fonte: Acervo pessoal de Koch (1999).

Figura 47. Balneário de Santa Helena depois de ser reestruturado para melhor atender os turistas



Fonte: Acervo pessoal de Koch (2002).

A imagem que apresentamos a seguir revela uma visão do município e a proporção das terras alagadas pelo lago de Itaipu.

Figura 48. Vista aérea da cidade de Santa Helena e o lago de Itaipu



Fonte: Acervo pessoal de Koch (2006).

3.2 EXPANSÃO EDUCACIONAL EM SANTA HELENA

A migração e colonização da região oeste do Paraná, principalmente das etnias alemã e italiana, trouxeram seus costumes, dentre eles, a valorização pela educação. Inicialmente, as pequenas comunidades formadas recebiam educação de maneira informal, como não havia escolas, os encontros para o estudo aconteciam nos interiores das igrejas, tendo muitas vezes como professor o padre.

Nas comunidades recém-formadas, de acordo com Emer (2013), terrenos eram cedidos por colonos para a construção de capelas em homenagens aos santos de suas devoções. As capelas eram também utilizadas como local de escolarização para as crianças moradoras das proximidades.

Outra forma organizacional escolar praticada na região, durante a colonização, era a criação das chamadas “escolas dos colonos”, onde os materiais eram doados pelas empresas colonizadoras e a mão de obra ficava por conta dos colonos. Emer (1991) destaca que a direção das colonizadoras mostrava interesse na construção do maior número de escolas possíveis, uma vez que a demanda de compradores se dava principalmente por famílias recém-formadas e com filhos pequenos, ou seja, a escola passava a ser um atrativo na hora da escolha para a compra da terra.

Na escola, os ensinamentos eram básicos sem muitas técnicas, utilizavam-se de cartilhas, lousa e giz. O ensino estava voltado a ler, escrever e fazer cálculos. As salas eram na sua prática multisseriadas e os professores, em sua maioria, possuíam formação mínima.

À medida que o interior dos municípios foi sendo colonizado, aí foi reivindicada a escola. Os colonos das linhas e travessões construíram sua escola, mas a manutenção e o pagamento do professor era responsabilidade do município, via de regra, uma escola multisseriada, carente de todo tipo de material e a professora insuficientemente habilitada ou sem habilitação alguma (EMER, 1991, p. 264).

Em Santa Helena, no ano de 1958, começou a funcionar a primeira escola com recursos advindos do município de Medianeira, recebendo o nome, em 1959, de Grupo Escolar Marechal Deodoro da Fonseca. A escola que funcionava nas dependências da Igreja Católica, localizada na Praça Antônio Thomé, necessitou ser transferida em 1962 depois que as estruturas da igreja foram derrubadas por um forte vendaval. Em 1966, a escola recebeu ampliações, sendo destacado por alunos, conforme apresentado na imagem a seguir.

Figura 49. Reinauguração da Escola Marechal Deodoro da Fonseca

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Santa Helena (1966).

Em 1967, após ocorrida a emancipação de Santa Helena, o Poder Executivo, com poucos recursos financeiros, passou por intensas dificuldades para atender as necessidades educacionais. Como a população vinha crescendo, foi necessária a construção urgente de mais escolas e salas de aula. A comunidade foi uma forte aliada, tendo em vista que, ao exigirem a educação para os filhos, auxiliavam, também, na construção das escolas.

Até o ano de 1979 o município ampliou para 110 o número de escolas que ofertavam ensino de 1ª a 4ª série. O quadro a seguir demonstra as escolas existentes em Santa Helena, o ano de abertura e cessação e, ainda, as que continuam em pleno funcionamento, as quais estão destacadas.

Quadro 2. Relação de escolas municipais existentes em Santa Helena

Nº	Escola	Localidade	Período de Funcionamento
01	E.R.M. Afonso Pena	Fazenda Bom Jesus	1979/1983
02	E.R.M. Almirante Tamandaré	Santa Helena Velha	1969/1998
03	E.R.M. Aluísio de Azevedo	São Miguel	1969/...
04	E.R.M. Anita Garibaldi	Vila Celeste	1969/...
05	E.R.M. Antônio Castro Alves	Linha Becker	1969/1983
06	E.R.M. Barão do Rio Branco	Linha São Paulo	1972/1998
07	E.R.M. Benjamin Constant	Dois Irmãos	1969/1983
08	E.R.M. Bento Gonçalves	Linha Soares	1969/1983
09	E.R.M. Bento Munhoz da Rocha	Linha São Jorge	1979/1998
10	E.R.M. Campos Sales	Rio Pedras Verdes	1969/1983
11	E.R.M. Carlos Gomes	Serrinha/São José das Palmeiras	1972/1985

12	E.R.M. Cassimiro de Abreu	Linha Bela União	1970/1983
13	E.R.M. Castelo Branco	Linha Novo Paraíso	1972/1983
14	E.R.M. Coelho Neto	Linha São Joaquim/ São José das Palmeiras	1972/1985
15	E.R.M. Cristóvão Colombo	Linha São Cristóvão/ São José das Palmeiras	1979/1983
16	E.R.M. Dom Bosco	Linha Vista Alta	1972/1989
17	E.R.M. Dom João XXIII	Codal	1979/1998
18	E.R.M. Dom José Camargo de Barros	Linha São Luiz	1972/1998
19	E.R.M. Dom João VI		1972/?
20	E.R.M. Dom Luiz Felipe de Nadal	Linha Chielli	1969/1983
21	E.R.M. Dom Pedro I	Linha Navegantes	1969/1998
22	E.R.M. Dom Pedro II	Fazenda Sestak/ São José das Palmeiras	1972/1985
23	E.R.M. Duarte da Costa	Ponte Dois Irmãos	1969/1983
24	E.R.M. Duque de Caxias	Fazenda Rainha	1972/1996
25	E.R.M. Emiliano Perneta	Linha União	1970/1996
26	E.R.M. Emílio Médici	Linha São Martins	1979/1983
27	E.R.M. Emílio Ribas	São Clemente	1969/1983
28	E.R.M. Epitácio Pessoa	IBC	1979/1983
29	E.R.M. Euclides da Cunha	Linha Porto Verde	1969/1983
30	E.R.M. Eusébio de Queiroz	Linha Gaúcha	1969/1998
31	E.R.M. Evangelista Bremen/Atual Prof.^a. Inês Mocellin	Núcleo da Cidade	1969/1986
32	E.R.M. Gabriel de Lara	Linha Aparecida	1969/1983
33	E.R.M. Getúlio Vargas	Linha Bom Sucesso	1972/1998
34	E.R.M. Gonçalves Dias	Porto de Areia	1969/1983
35	E.R.M. Graça Aranha	São Brás	1969/1998
36	E.R.M. Hellen Keller	Nova Esperança	1972/1998
37	E.R.M. Hermenegildo Zambam	Linha Vergueira	1987/1998
38	E.R.M. Hugo Simas	Linha Maripá	1972/1983
39	E.R.M. Ipiranga	Linha Vergueira	1979/1983
40	E.R.M. Jacó Madalozzo	Linha Buricá	1970/1998
41	E.R.M. João Teixeira Soares	IBC	1979/1998
42	E.R.M. Joaquim Nabuco	Sanga Natal	1969/1998
43	E.R.M. John Kennedy	Porto Planchada	1972/1983
44	E.R.M. José de Alencar	Santa Clara	1969/1998
45	E.R.M. José Bonifácio	Barra Funda/ São José das Palmeiras	1972/1985
46	E.R.M. Júlia Wanderlei Petrich	Linha Santo Antonio	1972/1990
47	E.R.M. Júlio de Castilhos	São Vicente Chico	1969/1998
48	E.R.M. Luiz de Camões	Linha Santa Cruz	1969/1998
49	E.R.M. Machado de Assis	Santa Terezinha	1969/1998
50	E.R.M. Manoel Bandeira	Linha São Pedro	1969/1983
51	E.R.M. Manoel Ribas	Esquina Rosa	1969/1998
52	E.R.M. Marechal Eurico Gaspar Dutra	Linha São Domingos	1979/1983
53	E.R.M. Marechal Hermes	Linha São João	1979/1998
54	E.R.M. Martin Luther King	Linha São Domingos	1972/1983
55	E.R.M. Mateus Leme	Esquina Bela Vista	1969/1996
56	E.R.M. Monteiro Lobato	Moreirão	1971/1998
57	E.R.M. Nereu Ramos	Esquina Céu Azul	1969/...
58	E.R.M. Nilo Cairo da Silva	Lagoa Seca	1972/1983
59	E.R.M. Nossa Senhora Aparecida	Linha Progresso	1969/1983

60	E.R.M. N. Sra. de Assunção/Atual Esc. Particular Santo Antônio	Núcleo da Cidade	1969/...
61	E.R.M. Nossa Senhora do Carmo	Serraria Pancera	1979/1983
62	E.R.M. Olavo Bilac	Aparecidinha	1969/1998
63	E.R.M. Osvaldo Cruz	Rio Verde	1969/1983
64	E.R.M. Padre Aloys Mann	Linha Santa Quitéria/ São José das Palmeiras	1979/1983
65	E.R.M. Padre Anchieta	Linha Dona Oliva	1970/1996
66	E.R.M. Padre João Fernandes Vieira	Cas. Dois Irmãos	1960/1983
67	E.R.M. Padre Manoel da Nobrega	Linha Correia Porto	1969/1998
68	E.R.M. Paulo VI	Linha Boava	1979/1987
69	E.R.M. Pedro Viriato Parigot de Souza	Linha Gameleira/ São José das Palmeiras	1979/1985
70	E.R.M. Pereira Santos Andrade	Linha São Caetano/ São José das Palmeiras	1979/1985
71	E.R.M. Pio XII	Arroio Feliz	1979/1983
72	E.R.M. Presidente Costa e Silva	Linha Verde	1972/1983
73	E.R.M. Princesa Isabel	Linha Dois Irmãos	1969/1983
74	E.R.M. Quintino Bocaiuva	Linha Felicidade	1969/1998
75	E.M. Regente Feijó	São José das Palmeiras	1969/1985
76	E.R.M. Rocha Pombo	Cascalho	1969/1983
77	E.R.M. Rodrigues Alves	Linha Flor da Serra	1979/1983
78	E.R.M. Rui Barbosa	Linha São Vicente Grande	1969/1983
79	E.R.M. Salgado Filho	Rio do Moinho	1969/1983
80	E.R.M. Santa Rita de Cássia	Fazenda Santa Helena	1979/1983
81	E.R.M. Santa Tereza	Linha Vinitú	1979/1983
82	E.R.M. Santo Antônio	Linha da Balsa	1979/1983
83	E.R.M. Santos Dumont	Lageado Paca	1970/1983
84	E.R.M. São Gabriel	Linha São Gabriel	1982/1997
85	E.R.M. São Francisco	Linha Maraskim	1972/1983
86	E.R.M. São José	Linha Mauricio Cardoso	1969/1983
87	E.R.M. Sebastião Paraná	Linha São Francisco	1969/1983
88	E.R.M. Sete de Setembro	Linha Sete de Setembro	1979/1987
89	E.R.M. Silveira Neto	Linha Coroados	1969/1998
90	E.R.M. Telêmaco Borba	Linha Fontana	1979/1983
91	E.R.M. Tereza Cristina	Lageado Progresso	1969/1983
92	E.R.M. Tomé de Souza	Linha São José	1972/1983
93	E.R.M. Viana Mogg	Cabeceira da Moreninha	1969/1997
94	E.R.M. Vicente Machado	Linha Miguelito	1972/1983
95	E.R.M. Victor Meirelles	Pacuri	1969/1998
96	E.R.M. Visconde de Mauá	Braço do Norte	1969/1998
97	E.R.M. Visconde de Taunay	Linha Vargas	1969/1983
98	E.R.M. Wenceslau Bras	C. R. São Francisco Falso	1969/1983
99	E.R.M. Willy Barth	Linha Salete	1969/1983
100	E.R.M. Zacarias Góes de Vasconcelos	Baixadão/ São José das Palmeiras	1979/1985
101	E.M. Criança Esperança	Núcleo da Cidade	1995/1996
102	E.M. General Osório	São Clemente/Atual José Engel	1963/...
103	E.M. João Pessoa	Moreninha	1969/...

104	E.M. José Pereira Santos Andrade	São José das Palmeiras	1979/1985
105	E.M. Marechal Deodoro da Fonseca	Núcleo da Cidade	1963/...
106	E.M. Pedro Alvares Cabral	São Roque	1969/...
107	E.M. Professora Inês Mocellin	Núcleo da Cidade	1986/...
108	E.M. Recanto da Criança	Núcleo da Cidade	1995/1996
109	E.M. Tancredo Neves	Núcleo da Cidade	1986/...
110	E.M. Tiradentes	Sub-Sede	1968/...

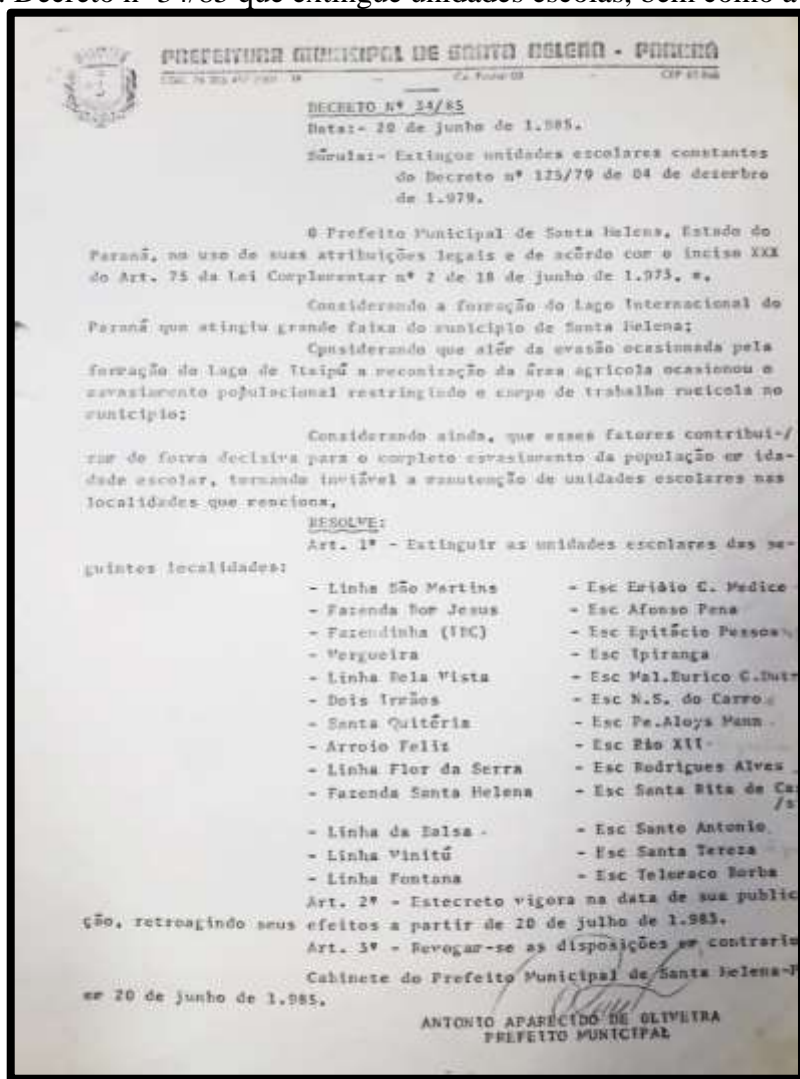
Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Santa Helena.

A partir de julho de 1983 ocorreu o fechamento de um grande número de escolas. Inicialmente foram fechadas pelo município quarenta e nove escolas, em razão do esvaziamento populacional ocorrido principalmente pela formação do lago de Itaipu que atingiu grande faixa do município de Santa Helena, além da mecanização agrícola, tornando-se inviável a manutenção dessas unidades escolares. Em 1985, com a emancipação de São José das Palmeiras, oito escolas rurais deixaram de pertencer ao município. Após o ano de 1985³⁹, outras quarenta e uma escolas foram fechadas. Em relação à Escola Rural Municipal Dom João VI, não obtivemos acesso à documentação de cessação. A Escola Rural Municipal Nossa Senhora da Assunção é uma instituição privada, tendo como nome atualmente Colégio Santo Antônio. Por fim, das cento e dez escolas existentes, apenas dez municipais e uma escola privada continuam funcionando.

A seguir, imagem do Decreto nº 34/85 que indica a extinção de algumas escolas com as justificativas: formação do lago de Itaipu que atingiu uma grande faixa do município; evasão populacional devido à formação do lago e à mecanização agrícola que ocasionaram o esvaziamento populacional, restringindo o campo de trabalho.

³⁹ A partir de 1985, o município de Santa Helena, realizou uma readequação no sistema educacional, ocasionando o fechamento de muitas escolas rurais que possuíam baixo número de matrículas, concentrando um maior número de alunos em escolas que estavam melhores localizadas e equipadas na sede do município e nas maiores localidades do interior.

Figura 50. Decreto nº 34/85 que extingue unidades escolas, bem como a justificativa



Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Santa Helena.

Anita Martins (1999) apud Fochezatto e Kuiava (2012) realizaram estudos sobre o esvaziamento escolar no município de Santa Helena a partir do projeto Itaipu, constatando que houve um processo de evasão escolar naquele período. Várias escolas foram fechadas devido à indenização e outras por falta de alunos. No ano de 1982 a Escola Estadual Graciliano Ramos – Ensino Fundamental, 2ª etapa, possuía, em 1980, 1.329 alunos matriculados, distribuídos em 36 salas de aula. Em 1985, decaiu para 786 alunos matriculados, podendo ser observada uma queda, quando o natural seria aumentar o número de matrículas, conforme podemos observar no quadro a seguir.

Tabela 9.Quadro comparativo com o ano e o número de matrículas

ANO	MATRÍCULAS	TURMAS
1973	522	14
1974	617	16
1975	732	19
1976	920	23
1977	559	15
1978	867	24
1979	1.310	36
1980	1.329	37
1981	1.039	27
1982	837	21
1983	623	15
1984	720	18
1985	786	21

Fonte: Fochezatto e Kuiava (2012).

Resgatar a história dessas escolas significa não deixar se perder a memória, que ensinaram grande parcela da população. Itaipu não representa apenas grandiosidade, tecnologia e produção de energia elétrica, mas a mudança de todo um contexto histórico de muitas famílias. Itaipu foi capaz de alterar o percurso natural do segundo maior rio sul-americano, o Rio Paraná, e conseqüentemente alterou o percurso e a história da região oeste do Paraná.

A seguir podemos verificar imagens do início de algumas das escolas localizadas em áreas rurais do município de Santa Helena, que permanecem atuando até os dias atuais, mas com outras estruturas.

Figura 51. E.M. Tiradentes, localizada no Distrito de Sub-Sede



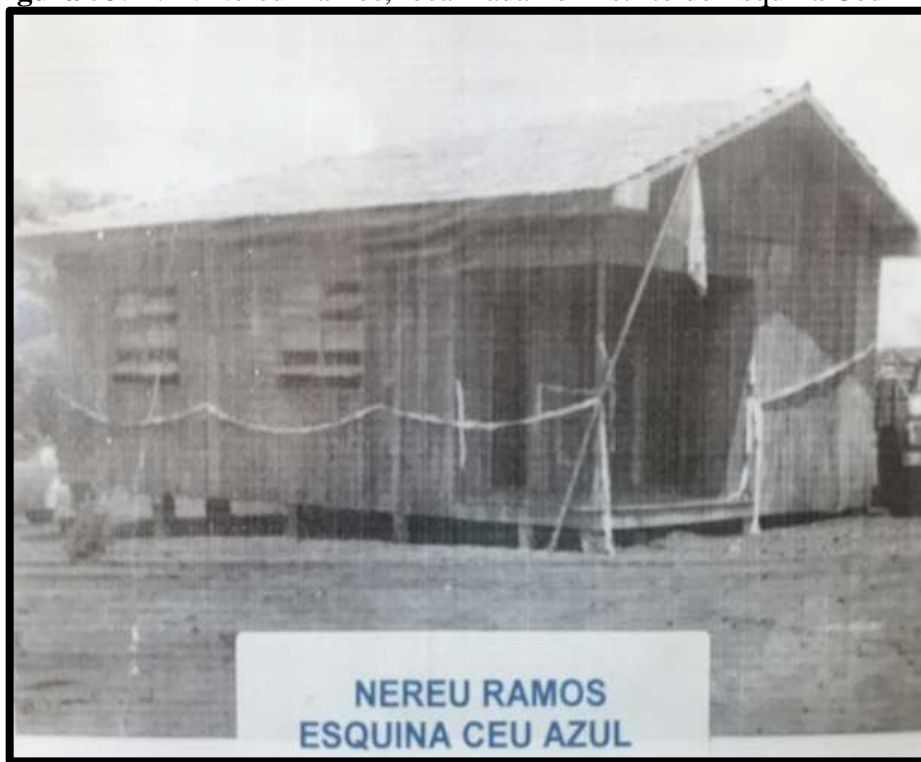
Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Santa Helena.

Figura 52. Fachada da E.M. José Engel localizada no Distrito de São Clemente



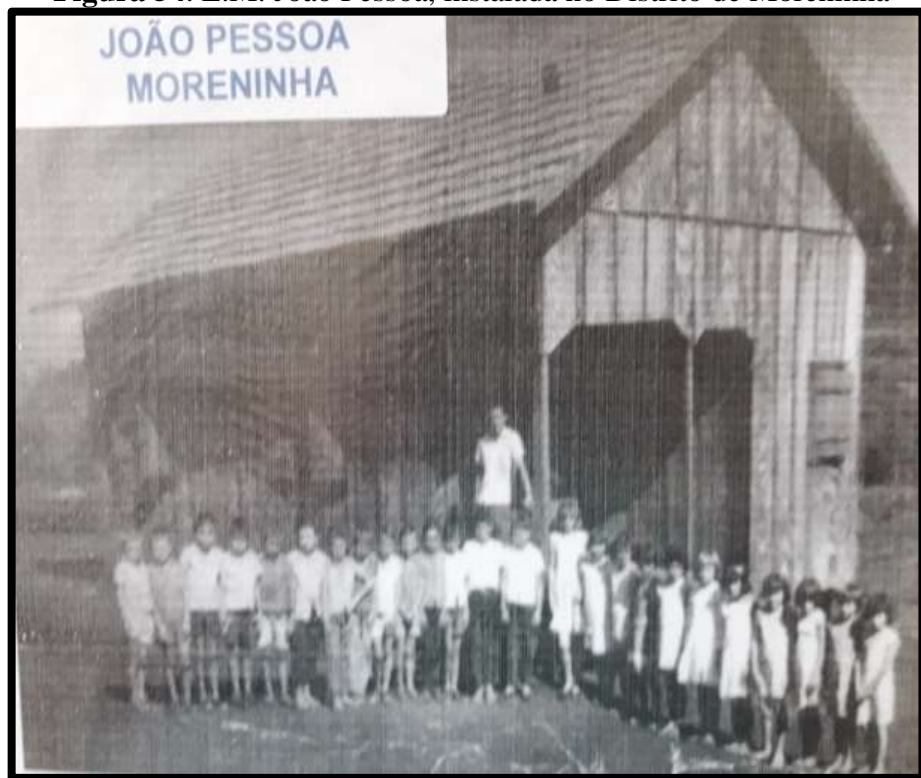
Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Santa Helena.

Figura 53. E.M. Nereu Ramos, localizada no Distrito de Esquina Céu Azul



Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Santa Helena.

Figura 54. E.M. João Pessoa, instalada no Distrito de Moreninha



Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Santa Helena.

3.3 LEVANTAMENTO DE DADOS EDUCACIONAIS

De acordo com relatório apresentado pela Secretaria Municipal de Educação no mês de fevereiro de 2019, o município de Santa Helena possuía 07⁴⁰ Centros de Educação Infantil e 01 Escola Municipal atendendo a modalidade de Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), com 771 alunos matriculados, sendo 365 alunos em período parcial e 406 alunos em período integral. Inicialmente, o município atendia todos os alunos em período integral, mas, devido à demanda, foi necessário implantar, no ano de 2017, períodos parciais para eliminar a lista de espera e cumprir com a legislação vigente, Lei nº 9394/96, Art. 4º, o qual estabelece o direito à Educação Infantil gratuita a toda criança com idade de 0 a 4 anos.

Com a baixa capacidade de vagas e a grande procura por CMEI's, a partir de 2004, os gestores passaram a investir na construção de três novos centros de Educação Infantil no núcleo da cidade, o número de vagas foi ampliado de 180 para 536 atendimentos. No interior do município investiu-se na ampliação de duas instituições, além da construção de outros três novos centros, sendo dois deles com parceria do Governo Federal, proporcionando o atendimento a 335 crianças, ou seja, um aumento aproximado de 230 vagas apenas no interior e 356 no núcleo da cidade. Apesar dos investimentos e da ampliação de oferta de vagas, ainda encontramos algumas dessas instituições com nome de crianças na lista de espera.

Outra medida tomada em virtude a falta de vaga foi a contratação de vagas em uma instituição privada, onde o município repassa “Bolsa Creche” para 100 alunos em período parcial, com cada bolsa custando aos cofres públicos cerca de R\$ 470,00 mensais, que são pagos com os recursos provenientes dos *royalties*.

O quadro a seguir indica os centros municipais de Educação Infantil existentes, a localidade e o número de alunos que cada instituição possui.

⁴⁰ O CMEI Cantinho Celeste, localizado no Distrito de Vila Celeste, necessitou transferir seus atendimentos para a Escola Municipal Anita Garibaldi, passando esta a atender na modalidade de CMEI, Educação Infantil e Ensino Fundamental – Séries Iniciais.

Quadro 3. Indicativo da quantidade de alunos que frequentam os Centros Municipais de Educação Infantil

	CMEI	Localidade	Número de Alunos Integrais	Número de Alunos Parciais
01	Anita Garibaldi	Distrito de Vila Celeste	25	17
02	Infância Feliz	Núcleo da Cidade	106	62
03	Prof. Irineu Wagner	Distrito de Moreninha	22	19
04	Lar da Criança	Núcleo da Cidade	64	42
05	Meu Cantinho	Núcleo da Cidade	103	59
06	Pedacinho do Céu	Distrito de Sub-Sede	25	65
07	Pequeno Príncipe	Distrito de São Clemente	25	51
08	Semeando Saber	Distrito de São Roque	36	50
09	Colégio Santo Antônio ⁴¹	Núcleo da Cidade		100
TOTAL			871	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Santa Helena.

Para o Ensino Fundamental – anos iniciais, o município mantém 10 escolas com 2.290 alunos matriculados, estando distribuídos de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 4. Escolas Municipais Ensino Fundamental

	Escola	Localidade	Nº de Alunos
01	Aluizio de Azevedo	São Miguel	34
02	Anita Garibaldi	Distrito de Vila Celeste	140
03	João Pessoa	Distrito de Moreninha	111
04	Marechal Deodoro da Fonseca	Núcleo da Cidade	403
05	Nereu Ramos	Distrito de Esquina Céu Azul	119
06	Pedro Alvares Cabral	Distrito de São Roque	197
07	Profª. Inês Mocellin	Núcleo da Cidade	472
08	Profº. José Engel	Distrito de São Clemente	255
09	Tancredo Neves	Núcleo da Cidade	392
10	Tiradentes	Distrito de Sub-Sede	247
TOTAL			2.290

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Santa Helena.

A rede Estadual de ensino, no ano de 2017, possuía 10 escolas com Ensino Fundamental Fase Final com 1.223 alunos matriculados, 04 Escolas Estaduais – que ofertam Ensino Médio com 657 matrículas efetivadas, 02 Escolas que ofertam Educação de Jovens e Adultos com 246 matrículas e 06 escolas ofertam Educação Especial com 53 matrículas efetivadas.

Em relação ao Ensino Superior, o município conta com duas instituições, sendo, a UTFPR que iniciou suas atividades, nas antigas instalações da Unioeste (Universidade do Oeste

⁴¹ Instituição Privada: Município oferta 100 vagas por meio do Bolsa Creche.

do Paraná), ofertando 03 cursos: Bacharelado em Ciência da Computação e Licenciatura em Ciências Biológicas e Agronomia e a UNINTER (Centro Universitário Internacional), que oferta graduação e pós-graduação a distância.

O IDEB (Índice da Educação Básica Brasileira), do município ao longo dos anos sofreu alterações de modo a elevar a nota, conforme podemos observar no quadro a seguir:

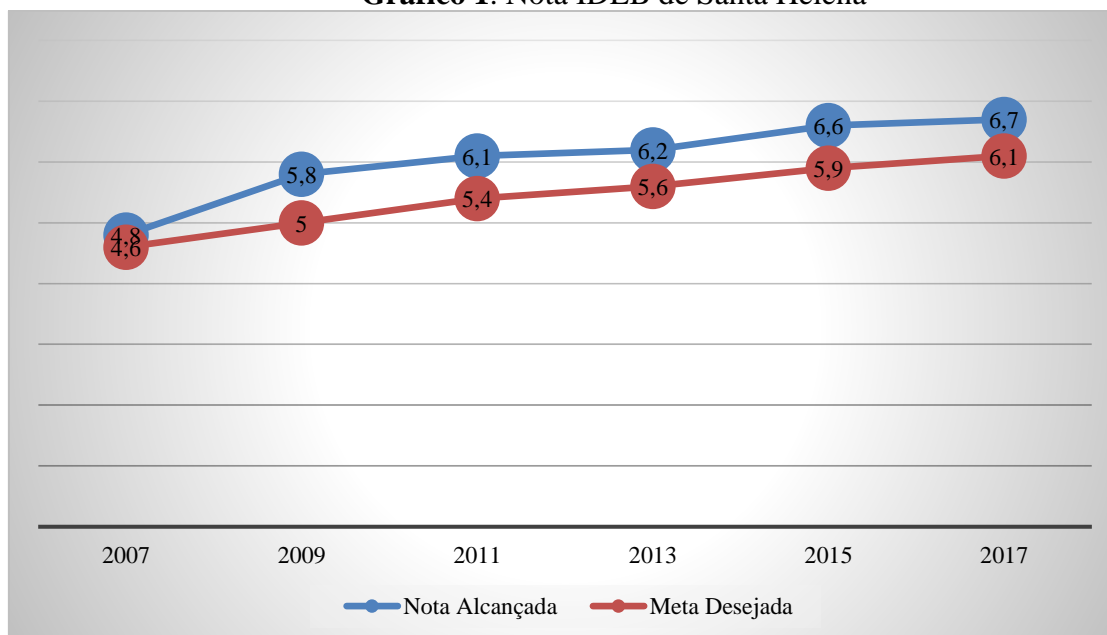
Quadro 5. IDEB Santa Helena

	Nota alcançada	Meta Desejada
2007	4,8	4,6
2009	5,8	5,0
2011	6,1	5,4
2013	6,2	5,6
2015	6,6	5,9
2017	6,7	6,1

Fonte: www.ideb.inep.gov.br.

O gráfico a seguir nos proporciona uma melhor visualização da elevação do IDEB entre os anos de 2007, 2009, 2011, 2013, 2015 e 2017.

Gráfico 1. Nota IDEB de Santa Helena



Fonte: Elaborado pela autora.

Com esses dados, é possível verificar que as notas do IDEB sofreram alterações de modo a ultrapassar, em todos os anos, a meta desejada.

De acordo com o IPARDES (2019), a taxa de analfabetismo verificada por meio do último censo realizado em 2010 constatou que existia um percentual de 7,70% de analfabetos com 15 anos ou mais, que declaram não estarem aptos a ler e a escrever.

A taxa de rendimento escolar nos Ensino Fundamental I e II e Médio, de acordo com a fonte do IPARDES, no ano de 2017, trouxe o índice, apontando que o Ensino Fundamental (Anos iniciais – 1º ao 5º ano) possuía aprovação de 91,0%; 9,0% de reprovação e 0,0% de abandono. No Ensino Fundamental (Anos finais – 6º ao 9º ano) possui aprovação de 92,3%; 5,5% de reprovação e 2,2% de abandono. O Ensino Médio apresenta que 77,3% dos seus alunos foram aprovados; 11,5% foram reprovados e 11,2% abandonaram a escola.

Esses dados nos indicam que no Ensino Fundamental - Anos Iniciais não existe taxa de abandono escolar, entretanto, a taxa de reprovação é maior do que o Ensino Fundamental – Anos Finais. Outro dado que implica cuidados nos resultados da educação está relacionado ao Ensino Médio, que, somando a porcentagem do número de reprovação e abandono escolar, chega a 22,7% dos alunos. Ao compararmos a evasão escolar entre o Ensino Fundamental - Anos Finais e o Ensino Médio, constatamos que o Ensino Médio ainda fica com a taxa de evasão escolar de 9,0% a mais do que o Fundamental II.

3.4 OS *ROYALTIES* NA EDUCAÇÃO EM SANTA HELENA

De acordo com informações oficiais fornecidas pela Secretaria Municipal de Finanças do município de Santa Helena, conforme a tabela, podemos verificar o valor recebido em *royalties* e o valor total gasto na educação entre os anos de 2003 a 2016.

Tabela 10. Demonstrativo dos valores arrecadados e valores investidos a partir dos *royalties* na educação entre os anos de 2003 a 2016 em Santa Helena

Ano	Arrecadação de Royalties	Despesa com Educação	Porcentagem Investida
2003	54.810.038,73	10.517.630,59	16%
2004	50.826.962,04	9.190.963,26	15%
2005	44.890.572,30	11.025.413,09	20%
2006	44.139.690,06	7.923.068,29	15%
2007	38.655.954,06	8.511.754,12	17%
2008	37.915.358,42	8.630.459,06	19%
2009	44.269.311,73	7.380.028,91	14%
2010	36.043.440,62	9.574.863,00	21%
2011	35.582.384,14	9.769.980,73	22%
2012	45.992.219,24	6.813.574,61	13%
2013	53.225.162,61	8.106.848,85	13%
2014	56.679.607,08	11.185.822,33	16%
2015	76.109.458,95	11.497.001,96	17%
2016	77.689.072,06	14.476.368,35	15%
Total	696.829.232,04	134.603.777,15	16%

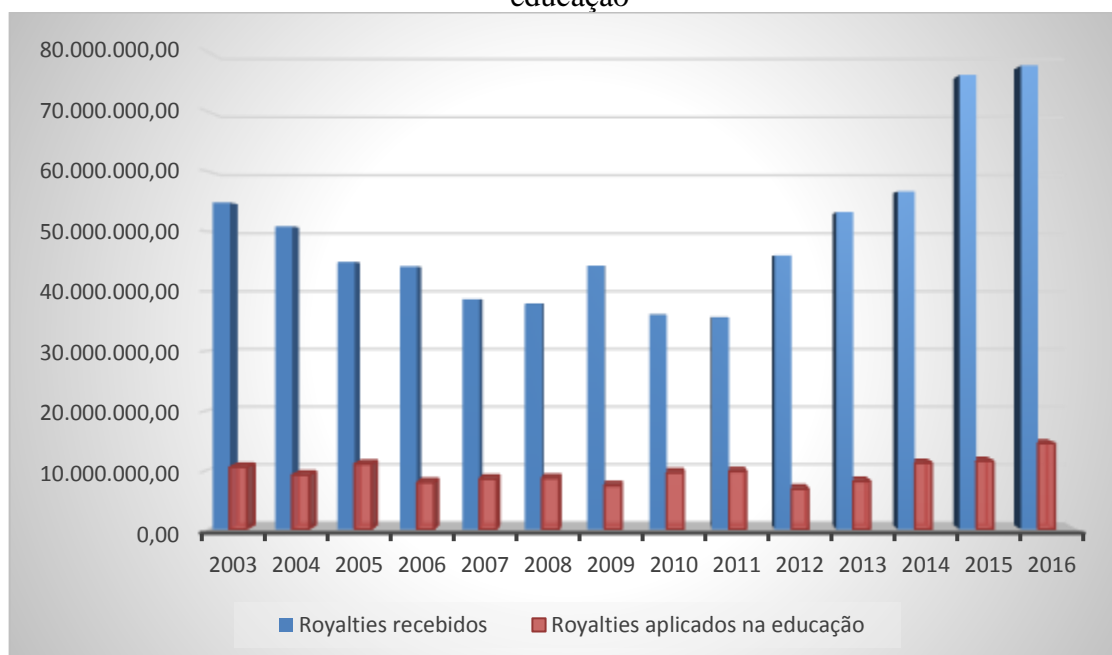
Fonte: Secretaria Municipal de Finanças de Santa Helena (2017).

Santa Helena recebeu, entre os anos de 2003 a 2016, cerca de R\$ 696.829.232,04, e os valores investidos na educação somaram-se aproximadamente o total de R\$ 134.603.777,15, restando, ainda, o montante de R\$ 562.225.454,89 que foram investidos nas demais áreas públicas. Podemos perceber que, nos anos de 2005, 2010 e 2011 foram os anos com mais investimentos em educação, sendo igual ou superior a 20%.

Atualmente, o município comporta outras 11 secretarias e, se dividíssemos o restante desses recursos com as demais secretarias, sobrariam cerca de R\$ 47.084.822,43 para cada uma. E, ainda, se distribuíssemos igualmente entre as 12 secretarias, cada uma receberia o total de R\$ 53.501.599,44. Sabemos que a Secretaria Municipal de Saúde é outra pasta do Poder Executivo que demanda altos investimentos. No ano de 2016 investiu com os recursos provenientes dos *royalties* cerca de R\$ 5.931.716,13, totalizando 6% dos investimentos.

Contudo, verificamos que o município, entre o período de 2003 a 2016, investiu cerca de 16% dos *royalties*, restando ainda 84% do recurso para aplicar nas demais áreas (aproximadamente 7,63% para cada uma). O gráfico a seguir nos indica uma dimensão dos *royalties* recebidos e dos *royalties* aplicados na educação no município de Santa Helena entre os anos de 2003 e 2016:

Gráfico 2. Royalties recebidos pelo Município de Santa Helena e a aplicabilidade na educação



Fonte: Elaborado pela autora.

A tabela, na sequência, demonstra o total de *royalties* e os valores totais investidos na educação entre os anos de 1998 e 2002, justificando que estes valores são totais, pois o sistema contábil durante este período não separava por fonte, ou seja, são valores retirados de todas as receitas que o município recebeu naquele período. Entretanto, possibilita-nos uma indicação de quanto o município investiu durante estes anos.

Tabela 11. Arrecadações dos *royalties* e despesas com educação provenientes de todas as fontes

Ano	Arrecadação de <i>Royalties</i>	Despesas com Educação
1998	20.859.679,91	5.246.242,48
1999	33.485.826,46	7.389.532,93
2000	38.318.419,47	7.564.936,03
2001	43.710.110,01	7.723.862,14
2002	54.130.610,27	12.459.597,28
TOTAL	190.504.646,12	40.384.170,86

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças de Santa Helena.

Por meio destes valores podemos observar que os investimentos foram aumentando gradativamente, e, durante o ano de 2002, a educação teve uma importante receita investida, somando o valor de R\$ 12.459.597,28 retirados de todas as fontes de recursos recebidos, chegando a quase 5 milhões de aumento em relação ao ano anterior. Foi um ano com importantes investimentos que levaram à construção da Unioeste, bem como reformas e

ampliações das escolas municipais: Escola Marechal Deodoro da Fonseca, Escola José Engel, Escola Aluísio de Azevedo e Escola Pedro Alvares Cabral.

Outros dados levantados junto à Secretaria Municipal de Finanças estão relacionados a alguns investimentos em obras realizadas na área educacional entre os anos de 1998 a 2016, com reformas, ampliações e construções, conforme demonstrativo na tabela a seguir. Os gastos relacionados com material permanente e material de expediente não estão inclusos nos investimentos levantados.

Tabela 12. Obras e valores investidos na educação entre os anos de 1998 a 2016

Ano	Obras	Valores investidos
1998	Escola João Pessoa	R\$ 44.652,00
	Escola Nereu Ramos	R\$ 17.570,00
	Escola José Engel	R\$ 107.639,00
	Escola Prof. ^a . Inês Mocellin	R\$ 40.216,00
	Escola Criança Esperança	R\$ 16.951,00
	Escola Tancredo Neves	R\$ 93.920,00
	Unioeste	R\$ 295.209,34
	Escola Aluísio de Azevedo	R\$ 10.900,00
	Escola Anita Garibaldi	R\$ 1.276,00
1999	Escola Marechal Deodoro da Fonseca	R\$ 33.900,00
	Escola João Pessoa	R\$ 14.365,00
	Escola Aluísio de Azevedo	R\$ 11.492,00
	Escola Pedro Alvares Cabral	R\$ 42.650,00
	Unioeste	R\$ 91.275,20
	Escola Anita Garibaldi	R\$ 3.100,00
	Escola José Engel	R\$ 33.110,00
	Escola Prof. ^a . Inês Mocellin	R\$ 9.189,00
	Escola Tancredo Neves	R\$ 8.710,00
	Escola Tiradentes	R\$ 108.945,00
	Ginásio Bairro São Luiz	R\$ 437.388,00
	Ginásio Bairro Vila Rica	R\$ 466.298,00
2000	Escola Marechal Deodoro da Fonseca	R\$ 125.452,00
	Escola Tancredo Neves	R\$ 37.980,00
	Escola Aluísio de Azevedo	R\$ 27.677,00
	Unioeste	R\$ 326.593,76
	Escola Nereu Ramos	R\$ 4.650,00
	Escola Criança Esperança	R\$ 20.364,00
	Escola José Engel	R\$ 37.756,00
	Cultura Cine Remonti	R\$ 105.000,00
2001	Unioeste	R\$ 423.070,81
	Escola José Engel	R\$ 8.304,00
	Escola João Pessoa	R\$ 68.830,00
2002	Unioeste	R\$ 71.912,00
	CMEI Meu Cantinho	R\$ 8.866,00

	Escola Marechal Deodoro da Fonseca	R\$ 40.820,00
	Escola José Engel	R\$ 94.437,00
	Escola Aluísio de Azevedo	R\$ 60.840,00
	Escola Pedro Alvares Cabral	R\$ 143.862,00
2003	Unioeste	R\$ 302.410,59
	Torre de Ciência Escola José Engel	R\$ 143.901,00
	Torre de Ciência Escola João Pessoa	R\$ 144.390,00
	Cerca Escola João Pessoa	R\$ 89.968,00
	Construção Escola Prof. ^a Inês Mocellin	R\$ 1.021.980,00
	Escola Tiradentes	R\$ 56.710,00
	Escola Pedro Alvares Cabral	R\$ 143.494,00
	Construção CMEI Vila Rica	R\$ 440.327,00
	Escola Marechal Deodoro da Fonseca	R\$ 144.900,00
	Escola Criança Esperança	R\$ 29.500,00
2004	Unioeste	R\$ 80.911,00
	CMEI Pequeno Príncipe	R\$ 3.903,00
	CMEI Infância Feliz	R\$ 8.866,00
	Escola Pedro Alvares Cabral	R\$ 390.722,00
	Escola Nereu Ramos	R\$ 143.791,00
	Reforma Espaço Cultural Cine Remonti	R\$ 396.317,00
	Escola João Pessoa	R\$ 131.920,00
	Recanto da Criança	R\$ 7.860,00
	CMEI Lar da Criança	R\$ 34.609,00
	Escola Anita Garibaldi	R\$ 159.822,00
2005	Escola Anita Garibaldi	R\$ 52.925,60
	Escola João Pessoa	R\$ 24.190,42
	Unioeste	R\$ 14.403,68
	Construção Escola Prof. ^a Inês Mocellin	R\$ 200.205,93
2006	Escola Prof. ^a Inês Mocellin	R\$ 197.595,31
2007	Reforma da antiga Escola Prof. ^a Inês Mocellin	R\$ 43.855,00
	Reparos CMEI Infância Feliz	R\$ 3.033,50
2008	Reparos CMEI Pedacinho do Céu	R\$ 30.817,00
	Reparos Escola José Engel	R\$ 14.750,00
	Reparos Escola João Pessoa	R\$ 38.120,00
	CMEI Lar da Criança	R\$ 79.680,00
	Reparos na Clínica do Aluno	R\$ 13.500,00
2009	Escola Pedro Alvares Cabral	R\$ 214.005,00
	Escola Tiradentes	R\$ 15.995,00
2010	Reforma Ginásio de São Roque	R\$ 17.860,00
	Reforma Escola Criança Esperança	R\$ 129.750,00
	Reforma Escola Nereu Ramos	R\$ 139.152,00
	Reforma antiga Escola Prof. ^a Inês Mocellin	R\$ 147.517,79
	Reforma Ginásio Bairro Vila Rica	R\$ 53.168,00
	Escola Marechal Deodoro da Fonseca	R\$ 287.568,17
	Escola Pedro Alvares Cabral	R\$ 14.630,00
	Escola Tancredo Neves	R\$ 311.544,86
2011	Quadra coberta Esc. Mal. Deodoro da Fonseca	R\$ 375.869,90

	Reforma Ginásio de Esportes Vila Celeste	R\$ 100.217,07
	Calçadas Escola Prof. ^a . Inês Mocellin	R\$ 26.977,41
	Reforma Ginásio de Esportes Sub-Sede	R\$ 228.375,99
	Construção CMEI Vila Celeste	R\$ 374.802,78
	Escola Marechal Deodoro da Fonseca	R\$ 35.096,89
	Construção CMEI Infância Feliz	R\$ 778.000,00
2012	Muro Escola Anita Garibaldi	R\$ 80.062,85
	Reforma Ginásio de Esportes Sub-Sede	R\$ 24.884,50
	Galerias Escola Marechal Deodoro da Fonseca	R\$ 28.499,09
	Construção CMEI Infância Feliz	R\$ 83.242,58
	CMEI Pedacinho do Céu	R\$ 92.724,79
	Parque Infantil para as escolas	R\$ 155.999,00
2013	Quadra coberta Escola Nereu Ramos	R\$ 358.982,78
	Quadra coberta Escola Pedro Alvares Cabral	R\$ 508.564,80
2014	Reforma Piso Escola Prof. ^a Inês Mocellin	R\$ 49.701,16
	Reforma banheiros Esc. Mal. Deodoro da Fonseca	R\$ 37.469,05
	Reforma e ampliação CMEI Irineu Wagner	R\$ 186.146,38
	Reforma e Ampliação Escola Anita Garibaldi	R\$ 143.025,69
2015	Reforma Torre de Ciência Esc. Anita Garibaldi	R\$ 22.402,47
	CMEI Pedacinho do Céu	R\$ 79.214,99
	Construção de Salas de aulas Esc. Pedro Alvares Cabral	R\$ 143.096,75
	Reforma telhado Escola Prof. ^a Inês Mocellin	R\$ 83.497,59
	Reforma telhado CMEI Lar da Criança	R\$ 14.047,83
	Ampliação (4 salas de aula) Escola Tiradentes	R\$ 239.748,29
	Reforma e pintura Usina do Conhecimento	R\$ 112.287,82
	Reforma Escola José Engel	R\$ 147.475,27
	Adaptação para prevenção de incêndio CMEI's Irineu Wagner, Infância Feliz e Semeando Saber	R\$ 12.606,76
	Instalação de Parquinhos nos CMEI's	R\$ 83.200,00
2016	Reforma e ampliação Escola Tancredo Neves	R\$ 1.154.962,37
	Reforma Ginásio da APAE	R\$ 297.463,33
	Reforma e ampliação CMEI Semeando Saber	R\$ 233.033,04
	Reforma e ampliação Esc. Mal. Deodoro da Fonseca	R\$ 224.108,41
	Reforma CMEI Lar da Criança	R\$ 25.000,00
	Reforma Escola Anita Garibaldi	R\$ 149.739,74
	Ampliação CMEI Pedacinho do Céu	R\$ 80.419,38

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças de Santa Helena.

A seguir, demonstraremos o histórico e imagens do antes e do depois de uma pequena amostragem de instituições educacionais que utilizaram recursos advindos dos *royalties* de Itaipu no município de Santa Helena.

A Escola Municipal Professora Inês Mocellin iniciou suas atividades nas dependências da antiga Escola Luterana Bremen em 1987, com duas turmas, totalizando 58 alunos. Ao longo dos anos e com a demanda crescendo, o município foi ampliando as estruturas. Apesar das ampliações, o poder público municipal percebeu a necessidade da construção de uma escola

nova, com estruturas modernas e espaço condizente com as necessidades educacionais e, com isso, em 2004, a escola foi reinaugurada com uma ampla estrutura, totalizando a abertura de 17 turmas. Atualmente a escola atende 24 turmas em períodos matutinos e vespertinos com 458 matrículas efetivadas.

Figura 55. Antiga Escola Municipal Prof.^a Inês Mocellin



Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Santa Helena.

Figura 56. Escola Municipal Professora Inês Mocellin em 2004 em nova estrutura



Fonte: Escola Municipal Prof.^a Inês Mocellin.

A Escola Municipal Marechal Deodoro da Fonseca é a escola mais antiga do município, localizada no centro da cidade, iniciou seu atendimento em 1958 nas dependências da Igreja Católica, que, após um forte vendaval ocorrido em 1962, foi transferida para o Clube Incas, com atendimento de 186 alunos. Em 1963, em um espaço próprio, a escola recebeu quatro salas de aula construídas em madeira, possibilitando o atendimento a 210 alunos, sendo novamente ampliada em 1966. Em 1970, a Prefeitura de Santa Helena, em convênio com a Fundação Educacional do Paraná (FUNDEPAR), construiu seis salas de aula de alvenaria, secretaria, sala de professores, cozinha, gabinete dentário e saguão. Em 1972 foram inauguradas mais três salas de madeira, construídas com parceria entre Prefeitura e comunidade.

Este ano a escola completou 60 anos de existência e suas estruturas atualmente passaram por inúmeras ampliações e modificações para conseguir atender a demanda existente. Em fevereiro de 2019 a escola estava com 403 alunos matriculados.

A seguir ilustraremos duas fotos com ampliações feitas com recursos dos *royalties* na escola.

Figura 57. Construções de quatro salas de aula com capacidade para o atendimento de 100 alunos



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2019).

Figura 58. Quadra coberta para aulas de Educação Física



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2019).

O CMEI Lar da Criança, localizado no bairro Vila Rica, iniciou seu atendimento para crianças de 0 a 5 anos no dia 17 de maio de 1988, quando ainda era mantida pela Secretaria Municipal de Ação Social, com atendimento aproximadamente de 60 crianças.

Com as alterações ocorridas na Lei de Diretrizes e Bases - Lei nº 9394/96, a Educação Infantil ficou definida como a primeira etapa da educação básica, passando a integrar aos sistemas de ensino. A partir do Decreto nº 348/2001, passou a denominar Centro Municipal de Educação Infantil, agregando a responsabilidade para a Secretaria Municipal de Educação.

Com o aumento da demanda, houve a necessidade de aumentar o espaço físico e, em 2004, foi inaugurado o novo CMEI, com 870,40 metros de construção. A partir das novas instalações, em 2005 o CMEI Lar da Criança passou a atender 98 alunos e no ano de 2019 subindo para 106 alunos, atendendo crianças com a faixa etária de 0 a 4 anos.

As imagens a seguir nos possibilitam observar o antes e o depois do CMEI Lar da Criança.

Figura 59. CMEI Lar da Criança no ano de 1988



Fonte: CMEI Lar da Criança (1988).

Figura 60. Atividades sendo realizada em sala de aula no novo CMEI



Fonte: CMEI Lar da Criança (2005).

Figura 61. Hora da refeição no antigo CMEI Lar da Criança



Fonte: CMEI Lar da Criança (1988).

Figura 62. Hora da alimentação no novo CMEI – Lar da Criança



Fonte: CMEI Lar da Criança (2005).

Outro investimento aplicado inteiramente com os recursos provenientes dos *royalties* de Itaipu foi a construção do CMEI Infância Feliz, localizado no bairro São Luiz, que tinha como antiga denominação: Creche “Nossa Senhora Aparecida”.

O CMEI iniciou suas atividades em 1996, atendendo cerca de 60 crianças, divididas em 4 salas de aula, com faixa etária de 0 a 5 anos. O local era um templo religioso, o qual foi adquirido pelo Poder Público Municipal, sendo reformado e adaptado para atender as crianças. A partir do Decreto nº 353/2001, a instituição passou a denominar-se Centro Municipal de Educação Infantil “Infância Feliz”.

Uma nova estrutura foi inaugurada em 2015, com espaço físico construído medindo 855,19 m². Com um espaço amplo e adequado, possibilitou aumentar o número de atendimento para 134 crianças, divididos entre 06 salas de aula. Em 2019, após alguns ajustes, o atendimento elevou-se para 168 crianças, divididas entre 08 salas de aula.

Figura 63. Fachada do antigo CMEI quando ainda se denominava “Nossa Senhora Aparecida”



Fonte: CMEI Infância Feliz (1996).

Figura 64. Fachada da nova Instituição com denominação “Infância Feliz”

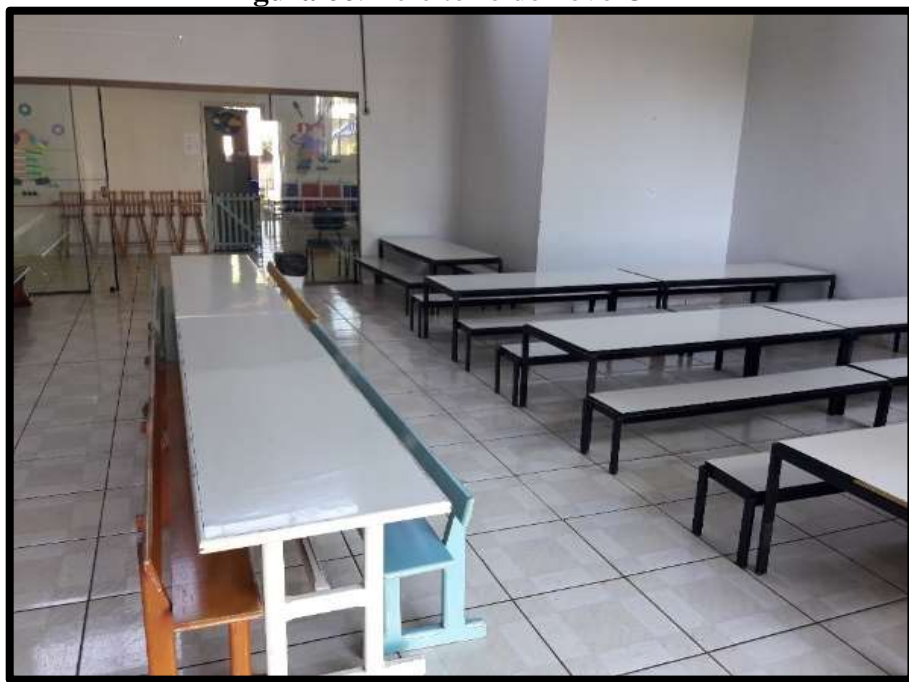


Fonte: Arquivo pessoal da autora (2019).

Figura 65. Corredor utilizado para atividades e refeição dos alunos



Fonte: CMEI Infância Feliz (1996).

Figura 66. Refeitório do novo CMEI

Fonte: Arquivo pessoal da autora (2019).

O CMEI Meu Cantinho, localizado no bairro Baixada Amarela, foi inaugurado em 1990, atendendo aproximadamente 60 crianças. Devido à procura por vagas na Educação Infantil ser intensa, acarretou um crescimento significativo na lista de espera, excluindo um número cada vez maior de alunos com acesso à Educação Infantil. Com a necessidade de ampliação de vagas, o Governo Federal, em parceria com o município, construiu um CMEI com denominação “Super Creche”. A antiga estrutura foi demolida, dando lugar a um moderno centro educacional, com salas amplas e arejadas, capacitado a atender 200 crianças.

Figura 67. Fachada do antigo CMEI Meu Cantinho



Fonte: CMEI Meu Cantinho (2001).

Figura 68. Fachada da nova estrutura do CMEI Meu Cantinho



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2019).

Figura 69. Refeitório do CMEI Meu Cantinho em 2001



Fonte: CMEI Meu Cantinho (2001).

Figura 70. Atual refeitório do CMEI Meu Cantinho



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2019).

Figura 71. Sala do Berçário



Fonte: CMEI Meu Cantinho (2003).

Figura 72. Nova sala do berçário do CMEI Meu Cantinho



Fonte: CMEI Meu Cantinho (2019).

Para equipar os centros municipais de Educação Infantil, foi necessária a compra de carteiras, cadeiras e brinquedos, colchões, além de novas mobílias.

Figura 73. Compra de brinquedos para os CMEI's



Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Santa Helena.

Figura 74. Aquisição de carteiras e cadeiras para os CMEI's

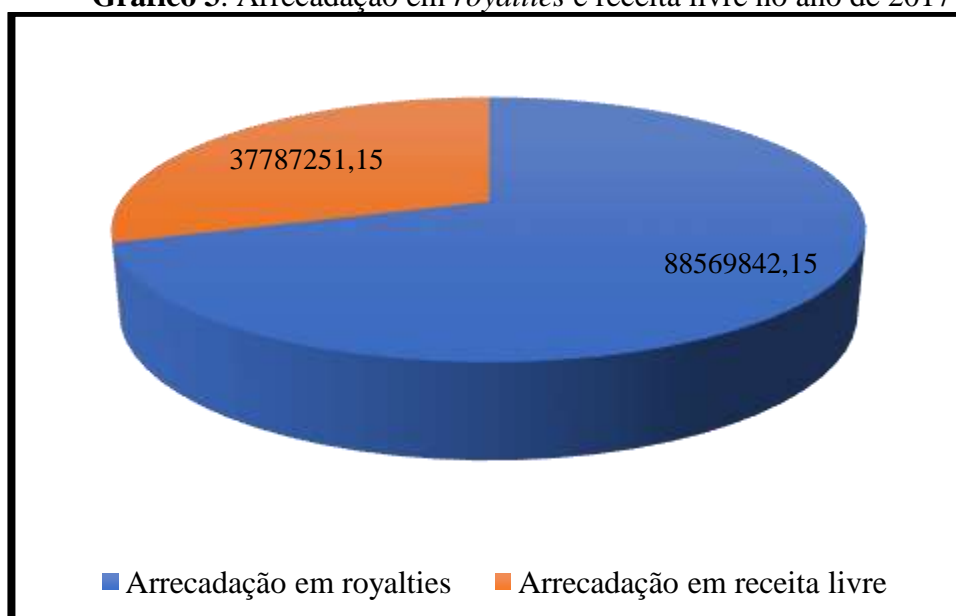


Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Santa Helena.

As verbas destinadas pelo Governo Federal para a construção da “Super Creche” chegaram a R\$ 1.927.667,97, entretanto, o município ainda entrou com a colaboração inicial de R\$ 350.262,59, sendo estes recursos provenientes dos *royalties* de Itaipu.

Se os municípios não recebessem os *royalties* mensalmente, não seria possível a realização desses inúmeros investimentos. Acontece que as fontes arrecadatórias de ambos os municípios pesquisados chegam a ser inferiores à arrecadação dos *royalties* dependendo a cotação do dólar. Por exemplo, o município de Santa Helena, no ano de 2017, arrecadou em recursos livres a quantia de R\$37.787.251,15 e as parcelas recebidas em *royalties* somaram R\$88.569.842,15, ou seja, mais que o dobro dos recursos livres.

Gráfico 3. Arrecadação em *royalties* e receita livre no ano de 2017



Fonte: Elaborado pela autora.

Outras obras importantes que demandaram investimentos e são utilizadas pelas escolas são os ginásios de esportes, o que totalizou a construção de 5 ginásios, sendo dois na cidade e três no interior. Os ginásios da cidade foram construídos cada um ao lado de uma escola, que são utilizados diariamente pelos alunos para as aulas de educação física e outras atividades.

Figura 75. Ginásio de Esportes do Bairro Vila Rica



Fonte: Koch (2003).

As Torres de Ciências foi um projeto para agregar a iniciação à informática, sendo montados laboratórios de informática para uso dos alunos em 05 escolas, mas que não perdurou por muito tempo. Hoje algumas torres são utilizadas para arquivar documentos e outras se encontram sem finalidades, sendo uma, inclusive, destinada à demolição devido a problemas estruturais.

Figura 76. Torre de Ciências



Fonte: Koch (2003).

Figura 77. Vista interna da Sala de Informática na Torre de Ciências



Fonte: Escola Municipal Marechal Deodoro da Fonseca (2005).

3.5 A LUTA PELO ENSINO SUPERIOR EM SANTA HELENA

Além dos investimentos realizados na educação básica, alguns gestores tiveram a preocupação com a aplicação dos *royalties* com o Ensino Superior, dando inteiro suporte para a construção de uma grande infraestrutura, para a instalação de uma futura universidade, a Unioeste.

No dia 01 de outubro de 1999, foi realizada a assinatura do Convênio entre a Unioeste e Prefeitura, prevendo a instalação de alguns cursos superiores e pós-graduação. Para a graduação foram inicialmente instalados os cursos de Pedagogia e de Ciências Biológicas como extensão do Campus de Cascavel, tendo as primeiras turmas iniciadas no ano de 2000. Para o curso de Pedagogia eram ofertadas 50 vagas e, para o curso de Ciências Biológicas, 40 vagas. Na pós-graduação foram disponibilizados três cursos: Metodologia de Ensino para a Educação Básica; Turismo e Ensino Religioso.

Em 2001, outros avanços foram conquistados, sendo firmada a criação de dois novos cursos: Administração de Empresas e Educação Física, que iniciaram em 2002 e, ainda, o curso de Pós-Graduação em Administração com ênfase em Recursos Humanos e Marketing, iniciado no mesmo ano, sendo esses cursos ofertados pelo Campus de Marechal Cândido Rondon.

No ano de 2002 iniciou-se outra especialização: Organização do Trabalho Pedagógico, ofertando vagas para 45 alunos. Por meio do vestibular realizado em 2003, ingressaram 140 alunos nos cursos de Administração de Empresa, Ciências Biológicas e Pedagogia. A primeira turma a se formar foi pelo curso de Pedagogia no ano de 2004. Estima-se que a Unioeste, em Santa Helena, proporcionou a formação de aproximadamente 500 alunos.

A Unioeste foi uma grande conquista para a população santa-helenense, gerando um importante avanço educacional, proporcionando educação superior aos municípios e moradores da região, dinamizando a economia, o desenvolvimento educacional e também cultural. Esta conquista perdurou até o ano de 2008, quando foram fechados todos os cursos.

A seguir imagens da antiga instalação da Unioeste no município de Santa Helena.

Figura 78. Vista aérea das instalações da Universidade do Oeste do Paraná – Unioeste – Extensão Santa Helena



Fonte: Acervo pessoal de Koch (2002).

Figura 79. Laboratório equipado para o Curso de Ciências Biológicas



Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Santa Helena.

Figura 80. Auditório

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Santa Helena.

Durante os anos de 2009 a 2012, as instalações onde funcionava a Unioeste ficaram fechadas, gerando uma ampla discussão entre a comunidade e administração municipal, buscando um destino para toda aquela infraestrutura que se encontrava abandonada. A intensão maior estava em reativar a Unioeste e transformá-la em Campus. Houve, ainda, algumas propostas em ceder a estrutura para instituições privadas, entretanto, nenhuma das propostas se efetivou.

Em 2012, para o contentamento da comunidade, novas discussões ocorreram, desta vez com representantes da UTFPR, em que foi aprovado o funcionamento UTFPR. O acordo foi publicado no Diário Oficial da União no final de 2013, confirmando-se o funcionamento do Campus da UTFPR. A proposta inicial estava em ofertar três cursos de graduação: Bacharelado em Ciências da Computação; Licenciatura em Ciências Biológicas e Engenharia Agrícola, entretanto, iniciaram-se apenas os dois primeiros citados.

No ano de 2018, inaugurou o curso de Bacharelado em Agronomia, disponibilizando 44 vagas, com início no segundo semestre do mesmo ano. Em 2018 outra conquista importante foi aprovada para o Campus de Santa Helena, a ampliação da pós-graduação, em Ciências Biológicas, ofertando a modalidade de Mestrado com linha de pesquisa voltada para Ecossistemas e Recursos Naturais/Produtos Naturais e Sustentabilidade, com previsão para

o início em 2019. Em abril de 2019, o Campus de Santa Helena possuía 423 alunos matriculados, sendo: 84 matrículas no curso de Agronomia, 148 alunos no curso de Ciência da Computação e 191 alunos cursando Ciências Biológicas.

O Executivo Municipal, por meio da publicação da Lei nº 2.228/12, repassou à UTFPR a doação de uma área de 78.387,54 mil m² e a negociação para efetuar reparos, melhorias e ampliações da área do Campus.

O valor do imóvel repassado pelo Poder Executivo de Santa Helena foi estimado em R\$ 3,5 milhões. Os investimentos assumidos pelo município para a reforma foram, ainda, de R\$ 600.000,00.

PORTARIA Nº. 2.497, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013 O REITOR DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, considerando o Decreto datado de 04 de julho de 2012, publicado no D.O.U. de 05 subsequente; considerando a Deliberação nº 6, de 28 de junho de 2013, do Conselho Universitário, que aprova o Projeto para implantação do Câmpus Santa Helena; considerando a atualização do Banco de Professor Equivalente com as vagas de docentes destinadas ao Câmpus Santa Helena pela Portaria Interministerial MEC-MP nº 182/2013, publicada no DOU de 21 de maio de 2013; considerando a atualização do Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos, com as vagas para o Câmpus Santa Helena, por meio da Portaria Interministerial MP-MEC nº 182, de 20.05.2013, publicada no DOU de 21 de maio de 2013; considerando o repasse das funções de confiança para o Câmpus Santa Helena pela Portaria/MEC nº 623, de 15.07.2013, publicada no DOU de 16 de julho de 2013, resolve: autorizar o funcionamento do Campus Santa Helena - SH, com início das aulas previstas para o segundo semestre letivo de 2014 (UTFPR, 2014, s/p).

A imagem a seguir ilustra uma foto aérea da UTFPR Campus de Santa Helena.

Figura 81. Foto aérea da UTFPR Campus de Santa Helena



Fonte: UTFPR (2019).

Figura 82. Fachada da UTFPR Campus de Santa Helena



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2019).

Outro benefício em favor ao Ensino Superior se deu em 2001, em que o município criou uma lei específica de apoio ao Ensino ao Terceiro Grau, com auxílio a transporte intermunicipal para alunos ingressados em cursos de graduação e pós-graduação, por meio da Lei nº 1.303/2001, custeando o valor de 70% até 100% das despesas relativas ao transporte escolar.

Esse subsídio é pago com os *royalties* de Itaipu e, no ano de 2016, o município investiu cerca de R\$ 2.365.557,19 e desde o início do benefício já investiu aproximadamente R\$ 23.817.762,83 com transporte universitário e Ensino Médio.

Para o ano de 2019, a Secretaria Municipal de Educação organizou uma série de ações visando ainda mais melhoria para a educação, com uma estimativa de investimentos em torno de R\$ 39.298.096,82. Nestes valores estão incluídos a aquisição de uniformes, brinquedos, materiais de musicalização e movimento, materiais esportivos e pedagógicos, livros, playground, equipamentos para laboratório de ciências, aquisição de livros de História do Município e Apostilas de Geografia, viagens de estudos para os alunos das Escolas Municipais, além de reformas nas Escolas: Prof.^a Inês Mocellin, Marechal Deodoro da Fonseca e Pedro Alvares Cabral. Estão previstas também ampliações e reformas das estruturas das Escolas: João Pessoa, Anita Garibaldi, Tiradentes e Nereu Ramos e a instalação de alarme monitorado em todas as escolas.

Estima-se, ainda, desenvolver Projeto de Educação Integral nas Escolas Municipais e a criação de um Centro Educacional Especializado de Apoio Pedagógico (CEEAP). Aquisição de equipamentos de Informática para as Escolas Municipais: notebook, projetores multimídia e equipamentos de som para as salas de aula.

Para os CMEI's, estão previstas reformas e ampliações: Pequeno Príncipe, Pedacinho do Céu e Lar da Criança, além de melhorias nos CMEI's Meu cantinho, Infância Feliz e Cantinho. S Celeste. Serão mantidas as 100 bolsas de estudos para o atendimento das crianças por meio Bolsa Creche. Serão realizadas adequações nas cozinhas, além de aquisições de eletrodomésticos, utensílios e ares-condicionados nos CMEI's e escolas e, ainda, a manutenção da contratação de estagiários.

Para o Ensino Superior serão mantidos os investimentos com transporte escolar intermunicipal para alunos do Ensino Médio e Superior. No ano de 2018 foi conquistada a construção de um Espaço Educativo com 12 salas, a partir de recursos advindos do Governo Federal e com cooperação do município que gerará um custo estimado de R\$ 4.406.880,88, sendo as obras já iniciadas. No primeiro semestre de 2019 será realizado um concurso público para a contratação de professores para as escolas da rede municipal de ensino.

3.6 BREVE HISTÓRICO DE ITAIPULÂNDIA

Itaipulândia está localizada a uma distância de 630 km da capital do Estado, tendo a população estimada em 10.413 habitantes, com uma área de aproximadamente 331,288 km². O

território de Itaipulândia limita-se com os seguintes municípios: ao norte com Santa Helena, a leste com Missal, ao sul com São Miguel do Iguazu e a oeste com a República do Paraguai, tem como seus principais rios o Rio Paraná (represado), Rio São João e Rio Ocoy.

O IDH teve um aumento gradativo, melhorando sua colocação tanto no ranking nacional como também estadual. A nota conquistada em 1991 foi de 0,454; em 2000 subiu para 0,633 e no ano de 2010 atingiu a nota de 0,738.

Sobre o IDH da longevidade, Itaipulândia atingiu em 1991 a nota de 0,713; em 2000, alcançou 0,765; tendo sua nota melhorada em 2010, conquistando 0,848. O IDH relacionado à renda, em 1991 atingiu 0,583; em 2000, 0,656 e no ano de 2010, 0,779. Com relação à educação, o IDH também teve um aumento quantitativo, sendo a nota no ano de 1991 de 0,225; avançando em 2000 para 0,505 e, no ano de 2010, atingiu a nota de 0,608.

Esses dados permitem avaliar que, no ano de 2010, o município teve uma melhor nota em todos os quesitos, possibilitando alcançar o 823º lugar no ranking em esfera nacional e 62º lugar no ranking estadual, como podemos observar na tabela apresentada a seguir.

Tabela 13. IDH do município de Itaipulândia

ANO	NOTA	RANKING NACIONAL	RANKING ESTADUAL
1991	0,454	1531º	159º
2000	0,633	933º	95º
2010	0,738	823º	62º

Fonte: UNDP (2010).

Os resultados dessa pesquisa nos apontam que, em 1991, o município atingiu o índice avaliativo muito baixo⁴² para o desenvolvimento humano (IDH), no ano de 2000, teve um aumento considerável, elevando sua pontuação para 0,633, conquistando o resultado médio em desenvolvimento humano, melhorando sua colocação para 933º lugar no ranking nacional e 95º lugar em nível estadual. No ano de 2010, atingiu um alto índice de desenvolvimento humano, com nota de 0,738, chegando a ser classificado em 823º no ranking nacional e 62º no ranking estadual.

Itaipulândia teve seus primeiros pioneiros vindos principalmente dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul na década de 1960. Para a sua subsistência criavam suínos e bovinos e cultivavam especialmente feijão, milho, mandioca, além de plantar fumo para a

⁴² Muito Baixo: 0,000 até 0,499; Baixo: 0,500 até 0,599; Médio: 0,600 até 0,699; Alto: 0,700 até 0,799 e Muito alto: 0,800 até 1,000.

comercialização. Em 1966, foi construída a primeira Igreja, servindo também como escola para a comunidade.

Conforme Scarpato e Böhm (2006), os primeiros colonizadores enfrentaram muitos desafios, passando a maior parte do tempo desbravando as matas, com o objetivo de adquirirem um pedaço de terra. Assim que as famílias chegavam à nova propriedade, já iniciavam o cultivo da horta, onde plantavam verduras, legumes, abóbora e batata doce para o próprio consumo.

Todas as dificuldades que os desbravadores passavam, tornavam-se menores com o companheirismo firmado entre eles. Organizavam-se coletivamente para derrubar a mata e fazer o plantio, após terminado o trabalho em uma propriedade, partiam para outra, tornando o trabalho mais rápido e prático.

Na imagem a seguir, é possível observar os poucos moradores, que se juntaram para construir uma ponte, a fim de facilitar a passagem.

Figura 83. Família construindo uma ponte nos primeiros anos de colonização em Itaipulândia



Fonte: Casa da Memória de Itaipulândia.

A partir de 1973, iniciou-se o cultivo da hortelã, fazendo com que o município de Itaipulândia alcançasse um importante desenvolvimento econômico, culminando num crescimento populacional e melhorando as condições de vida dos produtores e comerciantes. Foi necessário que o município de São Miguel do Iguçu aumentasse o número de escolas e contratasse um maior número de professores para atender a nova demanda. Foi preciso construir e ampliar as escolas e a prefeitura pôde contar com a ajuda da comunidade que se mobilizou para ajudar nas construções.

Em março de 1992, Itaipulândia conquistou sua emancipação, por meio da Lei Estadual nº 9.908/92, desmembrando-se do município de São Miguel do Iguçu. Com a construção da usina hidrelétrica de Itaipu, metade de suas terras, antes utilizadas com a agricultura, foi inundada pelo lago, causando muitos impactos, entre os quais, o desalojamento de milhares de pessoas.

A seguir podemos identificar as águas do lago de Itaipu invadindo as estradas do município, ilustrado pelo jornal O Estado do Paraná.

Figura 84. Lago de Itaipu obstruindo as estradas de Itacorá – Itaipulândia



Fonte: Jornal O Estado do Paraná publicado no dia 14 de novembro de 1982.

Os agricultores de Itaipulândia, assim como os da região, uniram-se para a reivindicação de seus direitos territoriais. Para tanto, montaram um acampamento, manifestando a indignação por Itaipu não pagar o preço “justo” prometido nas propagandas, pois o valor que pagavam era insuficiente para adquirir novas terras com as mesmas proporções.

Figura 85. Manifestações em Itaipulândia com a participação de líderes religiosos



Fonte: Casa da Memória de Itaipulândia.

Scarpato e Böhm (2006) relatam que a Itaipu Binacional desapropriou uma área total de 111.332 hectares na região oeste do Paraná, onde viviam mais de 40.000 brasileiros, causando a migração dessas pessoas para outras regiões como Mato Grosso e Paraguai. Provocou ainda uma movimentação demográfica interna no espaço do Distrito de Aparecidinha D' Oeste, onde posteriormente seria a sede do Município de Itaipulândia, perdendo muitos moradores:

Nos primeiros anos da década de 80 registrou-se um certo progresso no distrito de Aparecidinha D'Oeste, mas logo se percebeu que não haveria sustentabilidade e viabilidade econômica, pois aos poucos a população foi diminuindo. O hospital que havia sido instalado fechou as portas e deixou de atender à população. O mesmo aconteceu com a agência bancária do Bradesco (SCARPATO; BÖHM, 2006, p. 124).

Em 2010, o número de habitantes chegava a 9.026, em razão do alto índice de pessoas que se evadiram do município de Itaipulândia. A tabela a seguir nos mostra a evolução populacional entre os anos de 1991, 2000 e 2010.

Tabela 14. Índice populacional no município de Itaipulândia

Ano/Censo	1991	2000	2010
População	4.194	6.836	9.026

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

Figura 86. Vista aérea do município de Itaipulândia



Fonte: Casa da Memória de Itaipulândia (2008).

3.7 EXPANSÃO EDUCACIONAL EM ITAIPULÂNDIA

O município de Itaipulândia, assim como os demais municípios da região oeste do Paraná, passou pelas mesmas dificuldades no início da colonização para oportunizar a educação para as crianças e jovens.

De acordo com Scarpato e Böhm (2006), a primeira escola com registro de funcionamento foi a Escola São Luiz de Itacorá, em 1963, que mais tarde passou a chamar-se de Grupo Escolar Gabriel de Lara.

Durante os anos iniciais da expansão educacional, os professores encontravam muitas dificuldades para dar aula. As estradas eram precárias dificultando o acesso a São Miguel do Iguaçu, município este mantenedor e responsável em repassar as instruções educacionais e salário do mês aos professores. As escolas atendiam de forma multisseriadas, ministrando, em um único espaço, aula para todas as séries (1ª a 4ª série), estendendo para turno intermediário em razão da demanda.

As visitas dos coordenadores da Secretaria Municipal de Educação às escolas aconteciam com muitas dificuldades, devido às condições de tráfego, à distância e o grande número de escolas que São Miguel do Iguaçu possuía. Geralmente cada final de mês os professores iam à sede do município participar de reuniões pedagógicas e receberem seus salários, depois disso passavam informações sobre o andamento das aulas e o funcionamento da escola. No mês de dezembro de cada ano a equipe da secretaria se dirigia até

às escolas para aplicar os exames finais, momento em que os alunos eram avaliados. A nota dessa avaliação era o único critério utilizado para aprovação ou reprovação dos alunos; caso o estudante faltasse nesse dia era reprovado. A data do exame final era marcada com antecedência e o professor era avisado (SCARPATO; BÖHM, 2006, p. 94-95).

Aos professores, a exigência por escolaridade era mínima, não havia profissionais capacitados para atender as inúmeras escolas, muitos deles possuíam apenas o ensino primário. Em muitas escolas, os próprios pais indicavam uma pessoa de seu conhecimento para assumir as aulas. Com o aumento populacional ocorrido na região em meados da década de 1960 e início da década de 1970, tornou-se imprescindível a abertura de muitas escolas para atender a demanda, conforme acrescenta Scarpato e Böhm:

Na década de 1970, pode-se dizer que houve uma explosão demográfica no distrito de Itacorá, (atual território de Itaipulândia). Em 1970 foram matriculados nas escolas do distrito 1.450 (mil quatrocentos e quarenta) alunos de 1ª a 4ª série; cinco anos depois, em 1975 foram matriculados 3.440 (três mil quatrocentos e quarenta) alunos (SCARPATO; BÖHM, 2006, p. 124).

A partir da década 1970, o poder público municipal passou a ser responsável pela manutenção do ensino, conforme explica Balzan:

Durante a década de 1970, a presença do poder público municipal na oferta da escolarização passou a ser reivindicada pelos colonos. Assim, o município de São Miguel do Iguçu passou a assumir a responsabilidade pela manutenção das escolas, contrato e pagamento de professores, fornecimento de material didático e controle sobre os programas e conteúdos a serem ensinados. Com isso, em algumas escolas houve também oferta do ginásio (5ª a 8ª série). Os grupos escolares, com seriação, professores habilitados, conteúdos organizados substituíram as primeiras escolas dos colonos, principalmente por causa da grande demanda de alunos, em decorrência da explosão demográfica que ocorreu a partir do início da década de 1970. No entanto, devido à construção da Hidrelétrica de Itaipu e o alagamento de grande parte do território que veio a pertencer a Itaipulândia, tanto o número de escolas quanto a quantidade de matrículas diminuiu, devido ao êxodo de milhares de pessoas da região (BALZAN, 2014, p. 43).

No quadro a seguir, podemos verificar o número de escolas existentes em Itaipulândia, criadas entre as décadas de 1960 e 1970. As que se encontram destacadas são escolas que permanecem funcionando na atualidade.

Quadro 6. Relação de escolas municipais existentes em Itaipulândia

Nº	Escola	Localidade	Anos de Funcionamento
01	Gabriel de Lara	Itacorá	1963/1981
02	Almirante Barroso	Apolo Lag. Cedro	1963/1996
03	Carlos Gomes	Aparecida D'Oeste	1964/...
04	Silva Jardim	Inhuverá	1966/1981
05	João Lorini (Pareci)	Santa Inês	1966/...
06	Oswaldo Cruz	Araticum/Copel	1966/1980
07	Oswaldo Aranha	Lusitânia	1966/1981
08	José Bonifácio	Cristo Rei	1966/1995
09	D' João VI	Esquina Gaúcha	1966/1996
10	Olavo Bilac	Aratinga (Machadinho)	1967/1979
11	Mateus Leme	Lindamar	1967/1993
12	Frei Henrique	Buritama	1967/1981
13	Campos Sales	Diolândia	1967/1978
14	Rondônia	S. J. do Itavó	1967/...
15	D' João Bosco	Sol de Maio	1968/1985
16	Cruz Machado	Jacutinga	1968/1996
17	Darci Vargas	Buriti	1969/1993
18	Iria Correia	Guaraci	1971/1991
19	Maria Montessori	Butiá	1972/1980
20	Marcílio Dias	Moema	1972/1980
21	Júlia W. Petrich	Curió (Botafogo)	1972/1994
22	Emília Menezes	Caturetã	1972/1980
23	Dona Leopoldina	Caramuru	1972/...
24	Bento Mussurunga	Ingá	1973/1979
25	Helen Keller	Dourados	1974/1981
26	Cecília Meireles	Juraci (Fazenda Apolo)	1974/1976
27	Pedro V. P. de Souza	São Roque	1975/1978
28	Anísio Teixeira	Faz. Adolfo Ghellere	1976/1979
29	José do Patrocínio	Fazenda Carlota	1977/1979
30	Marechal C. Rondon	Ponte Ocoí	1977/1981
31	Presidente Zacarias	Olinda	1971/1980
32	N. S. de Fátima	Itacorá	1971/1980

Fonte: Scarpato e Böhm (2006).

Com o início das desapropriações ocorridas em 1976, as escolas de Itaipulândia⁴³ sofreram uma importante diminuição. De acordo com dados levantados por Scarpato e Böhm (2006), das 32 escolas municipais existentes, 19 foram cessadas até o ano de 1981. Posteriormente à formação do lago, ainda foram fechadas outras 9 escolas.

⁴³ Sabemos que neste período Itaipulândia ainda não era emancipada e, de acordo com os levantamentos de Scarpato e Böhm (2006), não conseguimos identificar quais eram escolas rurais para realizar uma análise mais completa acerca das pequenas escolas que foram reintegradas em escolas maiores e melhores localizadas.

As imagens a seguir representam as antigas escolas fundadas e que ainda estão em funcionamento, porém com outras estruturas.

Figura 87. E.M. Carlos Gomes (1966)



Fonte: Casa da Memória de Itaipulândia.

Figura 88. E.M. Dona Leopoldina



Fonte: Casa da Memória de Itaipulândia.

Figura 89. E.M. Rondônia



Fonte: Casa da Memória de Itaipulândia.

Figura 90. E.M. João Lorini



Fonte: Casa da Memória de Itaipulândia.

3.8 LEVANTAMENTO DE DADOS EDUCACIONAIS

De acordo com dados levantados na secretaria municipal de educação, o município de Itaipulândia conta atualmente com 5 centros municipais de Educação Infantil, tendo, no mês de março de 2019, 459 alunos matriculados em período integral; 04 escolas municipais, com 1049 alunos matriculados e 01 escola modalidade especial com 39 alunos matriculados.

Em relação à rede Estadual de ensino, no ano de 2017, o município possuía 02 escolas com oferta de Ensino Fundamental, Fase Final, com 656 matrículas efetivadas; 02 Escolas de Ensino Médio com 298 alunos matriculados e ainda 02 escolas de Educação de Jovens e Adultos com 100 matrículas.

A seguir demonstraremos as instituições de ensino e suas respectivas matrículas efetuadas até o mês de março de 2019.

Quadro 7. Indicativo da quantidade de alunos que frequentam os Centros Municipais de Educação Infantil

	CMEI	Localidade	Nº de Alunos Integrais
01	Albano Pedro Mahl	Comunidade de Santa Inês	57
02	Arco- Iris	Núcleo da Cidade	141
03	Gente Inocente	Comunidade de Caramuru	99
04	João Batista Feliciano Ribeiro	Núcleo da Cidade	95
05	Mundo Encantado	Distrito de São José do Itavó	67
TOTAL			459

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Itaipulândia

Para o Ensino Fundamental – anos iniciais, o município mantém 04 escolas com 1.049 alunos matriculados, estando distribuídos de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 8. Escolas Municipais Ensino Fundamental

	Escola	Localidade	Nº de Alunos
01	Carlos Gomes	Núcleo da Cidade	587
02	Dona Leopoldina	Comunidade de Caramuru	195
03	João Lorini	Comunidade de Santa Inês	130
04	Rondônia	Distrito de São José do Itavó	137
TOTAL			1.049

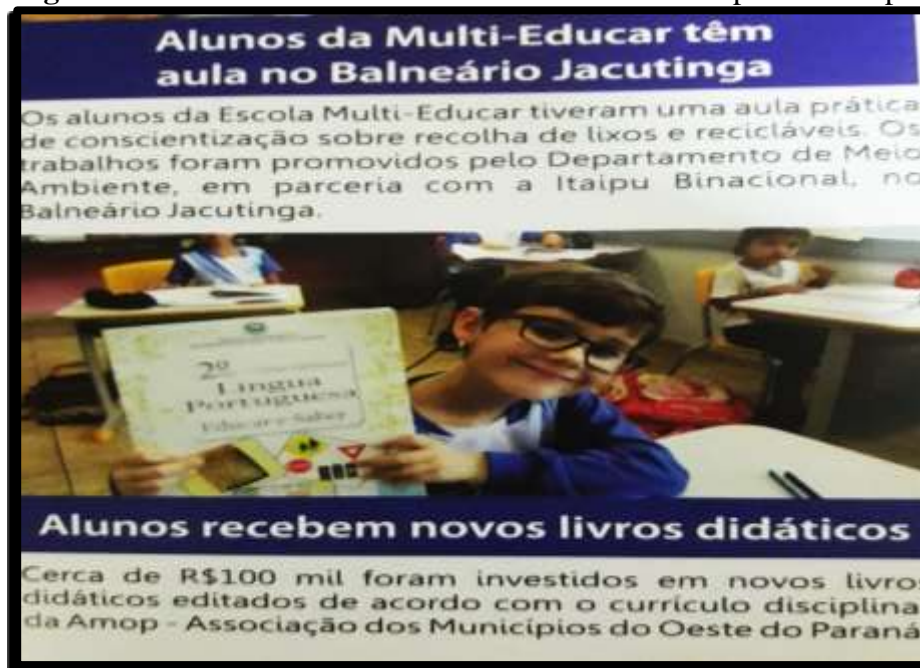
Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Itaipulândia.

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação, Itaipulândia conta com seu próprio programa de ensino, que é elaborado por uma equipe de profissionais que preparam o material

voltado à implementação da Pedagogia Histórico-Crítica e baseado nas propostas do Currículo Básico elaborado pela AMOP – Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, distribuídos a todos os alunos e professores, mantendo os livros fornecidos pelo MEC como apoio.

A seguir, imagem dos livros distribuídos pelo município aos alunos das escolas das redes municipais de ensino.

Figura 91. Demonstrativo do Livro Didático elaborado pelo município



Fonte: Itaipulândia (2017, p.10).

As escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil possuem boas estruturas físicas e salas de aulas climatizadas. A Escola Municipal Carlos Gomes tornou-se referência, tendo o maior número de alunos matriculados.

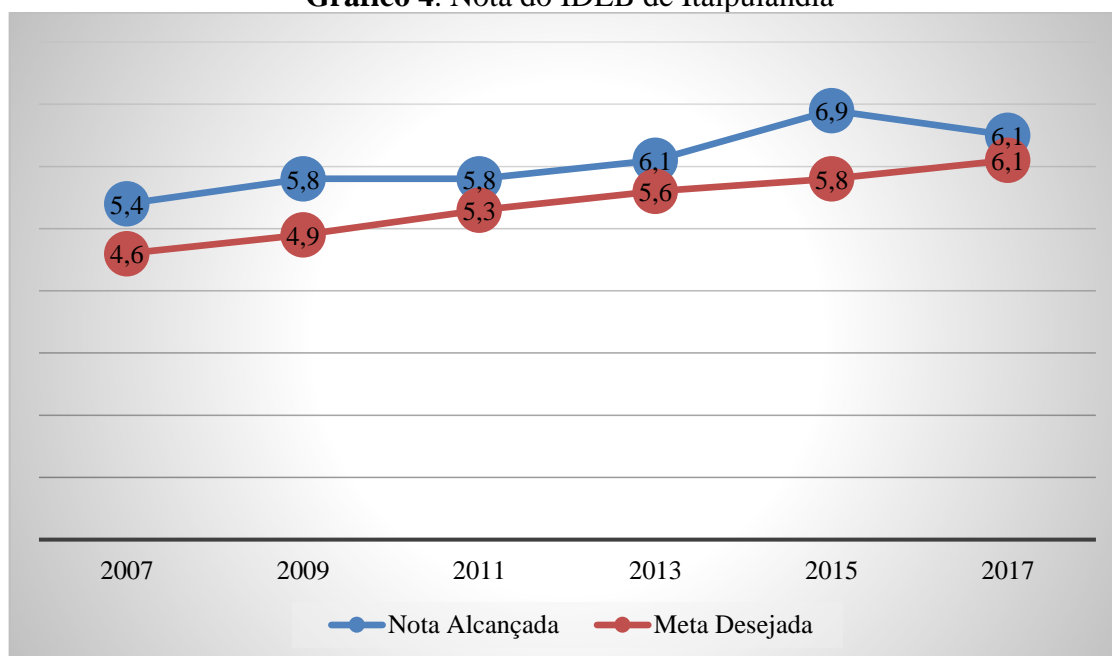
Em relação ao IDEB, o município obteve um aumento significativo em suas notas durante os anos de avaliação, ultrapassando sempre a meta desejada. Entretanto, no último ano, o levantamento realizado constatou uma queda, atingindo 6,1 se comparado ao ano anterior, que ficou com a pontuação de 6,9, o município ficou em situação de alerta.

Quadro 9. IDEB Itaipulândia

	Nota alcançada	Meta Desejada
2007	5,4	4,6
2009	5,8	4,9
2011	5,8	5,3
2013	6,1	5,6
2015	6,9	5,8
2017	6,1	6,1

Fonte: www.ideb.inep.gov.br.

O gráfico a seguir nos ilustra uma melhor percepção dos índices alcançados pelo município nos anos de 2007, 2009, 2011, 2013, 2015 e 2017.

Gráfico 4. Nota do IDEB de Itaipulândia

Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico nos possibilita uma visualização da elevação conquistada em 2015 e sua decaída no ano de 2017.

De acordo com o IPARDES, a taxa de analfabetismo verificada por meio do último Censo, realizado em 2010, constatou que existe um percentual de 7,69% de analfabetos com 15 anos ou mais, que declararam não estarem aptos a ler e a escrever. O IBGE identificou, no mesmo ano, por meio do censo, que a taxa de escolarização de 06 a 14 anos abrangeu 99,2% da população

A taxa de rendimento escolar nos Ensino Fundamental e Médio, de acordo com a fonte do IPARDES no ano de 2017, revela que o índice de aprovação no Ensino Fundamental (Anos

iniciais – 1º ao 5º ano) é de 91,3% dos alunos; a taxa de reprovação é de 7,9% e 0,8% de abandono. No Ensino Fundamental (Anos finais – 6º ao 9º ano), possui uma aprovação de 73,5%; 26,2% de reprovação e 0,3% de abandono. O Ensino Médio apresenta que 59,3% dos seus alunos foram aprovados; 37,9% foram reprovados e apenas 2,8% abandonaram a escola.

Ao analisarmos os resultados, identificamos que a taxa de abandono escolar é pequena, no entanto, o índice de reprovação possui um número elevado, indicando a necessidade de repensar uma forma para reduzir esses números. Outra observação que podemos identificar está relacionada à taxa de abandono escolar entre o Ensino Fundamental Fase Inicial e Final, em que a taxa de abandono foi maior no Ensino Fundamental Fase Inicial, sendo normalmente constatado o contrário.

De acordo com a Secretaria de Estado do Paraná, em 2010 o município de Itaipulândia recebeu a Declaração de Território Livre do Analfabetismo por meio do Programa Paraná Alfabetizado. O programa é desenvolvido em parceria com as prefeituras, organizações da sociedade civil e universidades estaduais.

Figura 92. Placa em frente à Casa da Memória em Itaipulândia exaltando a erradicação do analfabetismo



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

3.9 OS ROYALTIES NA EDUCAÇÃO EM ITAIPULÂNDIA

O município de Itaipulândia foi beneficiado com os *royalties* de Itaipu entre os anos de 1997 a 2017 em mais de R\$ 610.000.000,00 (seiscentos e dez milhões de reais) segundo informações da Aneel. Isso possibilitou que Itaipulândia se tornasse o município com maior investimento *per capita* como menciona Toillier (2013) apud Balzan (2014):

Segundo estudos da Fundação Getúlio Vargas de 2007, Itaipulândia foi o município brasileiro com maior investimento *per capita* em saneamento básico e saúde no ano de 2000; em 2007 foi o município que mais investiu em educação no Paraná, com o investimento de 106,39% da sua arrecadação de impostos, quando o mínimo exigido por lei é de 25%, ou seja, todo o valor arrecadado pelo município, além de uma parte dos *royalties*; segundo o levantamento do Departamento de Economia Rural do Estado do Paraná (DERAL) é o 26º município do Paraná em destaque no agronegócio, algo digno de reconhecimento, uma vez que o município é pequeno se comparado com outros, além de investir nas áreas de desenvolvimento rural sustentável e cuidado com matas ciliares; e finalmente, com uma parceria com a Itaipu Binacional, reduziu a zero os passivos ambientais de suas microbacias hidrográficas, sendo o primeiro município da Bacia do Paraná III que abrange a região Oeste do Paraná (TOILLIER, 2013 apud BALZAN, 2014, p. 39).

Podemos verificar que o município realizou grandes investimentos no que diz respeito à educação, aplicando 81,39% a mais que o exigido por lei. O município hoje não possui instituição de ensino superior pública, entretanto, a prefeitura auxilia com custeio em parte das mensalidades e transporte para os alunos que tiverem interesse em estudar.

Desde o ano de 2003 até o ano de 2016, os investimentos realizados na educação no município de Itaipulândia somaram-se à quantia de R\$ 118.700.354,77, conforme dados oficiais repassados pela secretaria de finanças.

Tabela 15. Demonstrativo dos valores arrecadados e valores investidos a partir dos *royalties* na educação entre os anos de 2003 a 2016 em Itaipulândia

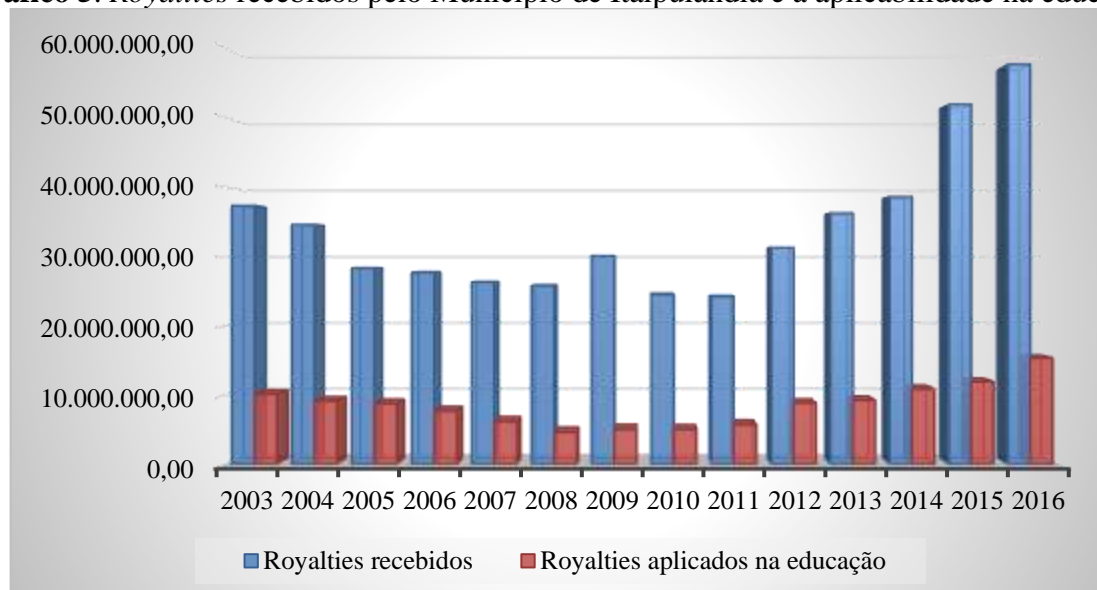
Ano	Arrecadação de <i>Royalties</i>	Despesa com Educação	Porcentagem Investida
2003	37.346.723,20	10.172.589,56	21%
2004	34.634.268,35	9.161.286,35	21%
2005	28.392.985,08	8.792.881,76	24%
2006	27.772.505,76	7.711.212,78	22%
2007	26.340.743,94	6.188.376,88	19%
2008	25.836.091,02	4.627.950,56	15%
2009	30.165.769,63	5.054.779,08	14%
2010	24.560.538,29	5.014.253,03	17%
2011	24.246.367,54	5.699.498,89	19%
2012	31.339.784,53	8.845.397,27	22%
2013	36.268.420,06	9.250.268,97	20%
2014	38.622.330,07	10.876.796,64	22%
2015	51.862.121,08	11.931.063,03	19%
2016	57.572.477,13	15.373.999,97	21%
Total	474.961.125,68	118.700.354,77	20%

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças de Itaipulândia (2018).

O gráfico a seguir nos possibilita visualizar a variação dos investimentos dos *royalties* entre os anos 2008 a 2010, sendo igual ou inferior a 17% e, nos demais meses, os investimentos não foram inferiores a 19%, sendo o ano de maior investimento o de 2005, quando o município investiu 24% da arrecadação total dos *royalties*.

O gráfico abaixo nos indica os valores de *royalties* recebidos pelo município entre os anos de 2003 e 2016 e os valores aplicados na educação.

Gráfico 5. *Royalties* recebidos pelo Município de Itaipulândia e a aplicabilidade na educação



Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico anterior nos permite observar a variação no recebimento anual dos *royalties*, bem como a relação na aplicabilidade desses recursos. Entre os anos de 2005 a 2011, o recebimento foi maior um pouco que trinta milhões de reais, sendo que o valor realizado em investimentos na educação neste mesmo período não ultrapassou a nove milhões de reais.

A tabela a seguir indica alguns investimentos realizados em obras na área da educação no município de Itaipulândia, entre os anos de 2003 a 2016.

Tabela 16. Obras e valores investidos na educação entre os anos de 2003 a 2016 em Itaipulândia

Ano	Obras	Valores investidos
2003	Construção, ampliação, restauração e melhorias de unidades escolares	R\$ 2.025.551,08
	Obras Departamento de Cultura	R\$ 158.941,13
	Expansão e melhorias polos e áreas esportivas	R\$ 265.248,75
	Melhorias Escola Multi-Educar	R\$ 213.931,72
	Melhorias Escola Carlos Gomes	R\$ 671.937,84
	Melhorias Escola Dona Leopoldina	R\$ 336.317,23
	Melhorias Escola Rondônia	R\$ 325.670,20
	Melhorias Escola João Lorini	R\$ 222.000,98
2004	Auxílio transporte escolar Ensino Médio e Superior	R\$ 718.880,70
	Const. de muro CMEI Caramuru	R\$ 7.238,00
	Const. do Centro de Ensino Profissionalizante para Educação Especial	R\$ 352.230,85
	Auxílio ao vestibulando, acadêmico e pós-graduando	R\$366.786,23
	Obras Departamento de Cultura	R\$ 379.097,84
	Expansão e melhorias polos e áreas esportivas	R\$ 176.470,60
	Reforma e ampliações Escola Carlos Gomes	R\$ 70.195,40
	Bancos e mesas em granito Escola João Lorini	R\$ 7.079,04
	Casinha CMEI (Arco Íris)	R\$ 1.830,00
	Bancos e mesas em granito Escola Rondônia	R\$ 3.185,00
	Reforma Campo Vila Olímpica	R\$ 147.065,36
	Const. Cancha de salto à distância	R\$ 3.641,24
	Construção CMEI	R\$ 347.000,00
2005	Melhorias nas Unidades Escolares (João Lorini, Multi-Educar, Rondônia, Carlos Gomes, Santa Inês)	R\$ 17.729,09
	Melhorias em CMEI's	R\$ 4.014,00
	Auxílio transporte escolar Ensino Médio e Superior	R\$ 724.749,96
	Conclusão Centros de Educação Infantil	R\$ 475.000,00
2006	Melhorias Escola Carlos Gomes	R\$ 1.530,00
	Material permanente CMEI's	R\$ 41.326,20
	Melhorias Secretaria de Educação	R\$ 203.830,00
	Auxílio transporte escolar Ensino Médio e Superior	R\$ 733.109,00
	Manutenção da Educação Infantil	R\$ 71.088,89
	Manutenção do Ensino Fundamental	R\$ 484.240,97
2007	Melhorias Escola Carlos Gomes	R\$ 6.262,30

	Construção, ampliação, restauração e melhorias de unidades escolares	R\$ 148.802,30
2008	Compras de carteira e cadeiras para escolas	R\$ 14.982,00
	Construção Ginásio de Esportes	R\$ 232.849,27
	Aquisição de Parquinhos	R\$ 19.854,07
	Construção, ampliação, restauração e melhorias de unidades escolares	R\$ 9.896,87
2009	Expansão e melhorias polos e áreas esportivas	R\$ 7.574,18
2010	Reparos para prevenção contra incêndio em escolas	R\$ 48.748,00
	Construção, ampliação, restauração e melhorias de unidades escolares	R\$ 99.952,80
2011	Valor parcial construção CMEI Santa Inês	R\$ 148.000,00
	Construção polos esportivos	R\$ 154.007,28
	Equipamentos para parques infantis	R\$ 1.000,00
2012	Construção CMEI Santa Inês	R\$ 536.164,81
2013	Reformas escolas para volta às aulas	R\$ 146.245,82
	Aquisição de areia para parques escolas	R\$ 13.300,00
	Reforma Escola Carlos Gomes	R\$ 53.581,28
	Aquisição de mobiliários CMEI	R\$ 126.003,52
	Melhorias em escolas	R\$ 50.796,61
2014	Melhorias Ginásio de Esportes Irineu Luiz Friedrich	R\$ 109.996,20
	Reforma Carlos Gomes	R\$ 249.734,85
	Melhorias CMEI's	R\$ 27.398,25
2015	Reparos Ginásio de esportes Leandro José Barth	R\$ 5.400,00
	Reforma Escola Carlos Gomes	R\$ 129.817,16
	Reforma Centro de Artes	R\$ 120.555,66
	Const. de Banheiros na quadra de esportes da Esc. Carlos Gomes	R\$ 27.426,28
	Reforma telhado Escola Carlos Gomes	R\$173.858,78
	Ampliação CMEI João Batista Feliciano Ribeiro	R\$ 229.258,96
	Edificação estádio Leandro José Barth	R\$ 89.660,87
2016	Ampliação Escola Dona Leopoldina	R\$ 34.843,54
	Reforma Ginásio de Esportes Irineu Luiz Friedrich	R\$ 60.000,79
	Ampliação Escola Dona Leopoldina	R\$ 31.753,53
	Reforma Centro de Artes	R\$ 14.851,61
	Pintura e troca de pisos Escola Carlos Gomes	R\$ 22.839,13
	Construção CMEI São José do Itavó	R\$ 104.119,46
	Reforma Escola Carlos Gomes	R\$ 167.552,47
	Reforma Escola Dona Leopoldina	R\$ 74.786,08
	Reforma Escola João Lorini	R\$ 48.292,44
	Reforma Escola João Lorini	R\$ 4.985,82

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças de Itaipulândia.

Apesar de verificarmos que Itaipulândia investiu em melhorias em todas as instituições de ensino, com recursos provenientes dos *royalties* de Itaipu, buscamos, com as imagens a seguir, demonstrar uma pequena amostragem do antes e depois de algumas Escolas e Centros

Municipais de Educação Infantil, que consideramos agraciados com importantes aplicações dessa renda extra, que teve como finalidade melhorar a educação pública do município.

Destacamos inicialmente a Escola Municipal Carlos Gomes – Educação Infantil e Ensino Fundamental, por ser a maior escola do município e por ser a recebedora de inúmeras parcelas de investimentos, chegando a ganhar uma nova estrutura para o atendimento do amplo número de alunos. Sua inauguração ocorreu no ano de 1964 com 23 alunos matriculados, quando ainda Itaipulândia era Distrito do município de São Miguel do Iguçu. A primeira instalação da Escola Carlos Gomes era de madeira, e possuía apenas duas salas de aula. No ano de 1966, o número de matriculados já havia subido para 68 alunos.

Com o aumento populacional, o espaço escolar ficou inadequado, não comportando a demanda de alunos, sendo necessária a construção de um prédio de alvenaria, contendo quatro salas de aula, cozinha, secretaria e banheiros, oportunizando o atendimento a 345 alunos no ano de 1980.

Em 1994, a escola novamente passou por ampliações, passando a atender 440 alunos divididos em 16 salas de aula. A escola foi contemplada com biblioteca, auditório, secretaria, sala de professores, além da implantação de um laboratório de informática no ano de 1995.

Na imagem que apresentamos a seguir, podemos observar a estrutura branca e verde, que indica a parte antiga da escola, construída na década de 1980. Logo atrás, uma pequena vista das ampliações ocorridas ao longo dos anos.

Figura 93. O prédio pintado em branco e verde é a antiga instalação da Escola Municipal Carlos Gomes



Fonte: Escola Municipal Carlos Gomes.

Figura 94. Ampliação da E.M. Carlos Gomes



Fonte: Escola Municipal Carlos Gomes.

Figura 95. Fachada da antiga construção



Fonte: Escola Municipal Carlos Gomes.

Figura 96. Fachada da estrutura nova da E.M. Carlos Gomes



Fonte: Escola Municipal Carlos Gomes.

Em 2006, o município investiu na construção de uma nova escola para atender os alunos da Escola Municipal Carlos Gomes, em um novo endereço, próximo ao antigo prédio. No entanto, a escola funcionou por um curto período, voltando para sua antiga instalação. Devido à nova estrutura apresentar problemas com acústico, o novo prédio foi avaliado como inadequado, sendo a escola novamente realocada em seu antigo prédio em 2013, onde permanece atendendo seus 587 alunos até os dias atuais, divididos em 17 salas de aula no período matutino e 24 salas de aulas no período vespertino.

Hoje, o prédio que deveria atender a escola passou a ser dividido para atendimento do Conselho Tutelar, salas de aula para a Educação Infantil e ainda para atendimento de uma instituição particular –Universidade Paulista (UNIP).

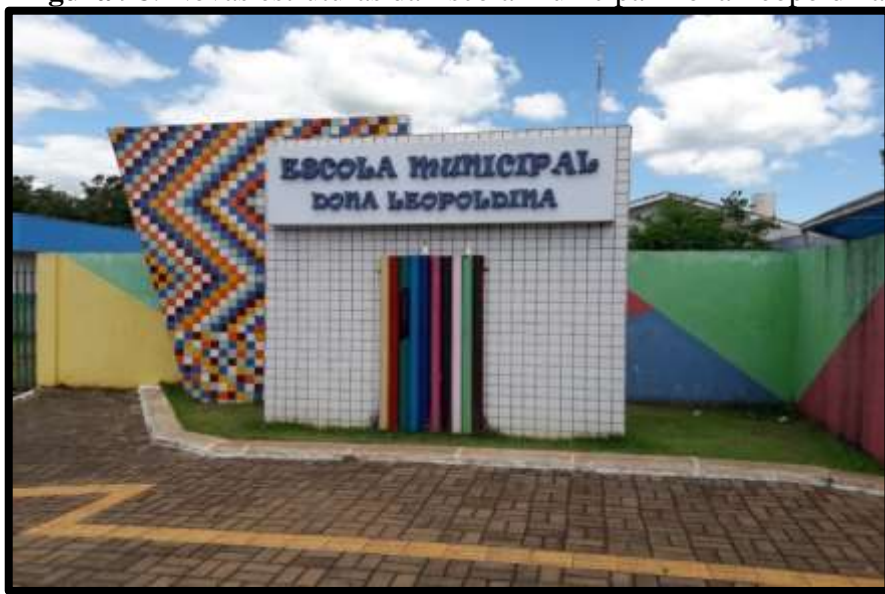
Figura 97. Novas instalações da Escola Municipal Carlos Gomes



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2018).

A Escola Municipal Dona Leopoldina iniciou suas atividades em 1972, atendendo 76 alunos em uma construção de madeira, possuindo apenas uma sala de aula que atendia de forma multisseriada de 1ª a 4ª série. Ao longo dos anos a escola foi sendo ampliada, com construções em alvenaria, aumentando o número de salas. Atualmente a escola possui 195 alunos matriculados, com 06 salas de aula para o período matutino e 06 salas para o período vespertino.

Figura 98. Novas estruturas da Escola Municipal Dona Leopoldina



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2018).

O CMEI Mundo Encantado iniciou suas atividades no ano de 2003, em um prédio alugado, que servia anteriormente de igreja e moradia. Foi necessário realizar algumas adaptações e, enquanto não ficava pronta, iniciaram o atendimento em duas salas de aulas cedidas pela Escola Municipal Rondônia, situada na mesma localidade. Inicialmente atendiam 21 crianças, passando posteriormente para o atendimento de 63 alunos. No ano de 2016, ocorreu a construção do novo CMEI, sendo inaugurado no início do ano de 2018, atendendo 70 crianças entre idade de 0 a 4 anos.

Figura 99. CMEI Mundo Encantado, construído no Distrito de São José do Itavó



Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Itaipulândia.

O CMEI Albano Pedro Mahl⁴⁴, inaugurado no ano de 2012, foi construído através de um projeto da Souza Cruz e do município de Itaipulândia. O atendimento às crianças iniciou em 2014, atendendo a 44 alunos, sendo em 2018 aumentado para capacidade de atendimento a 60 alunos.

Figura 100. CMEI Albano Pedro Mahl



Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Itaipulândia.

O CMEI Gente Inocente foi inaugurado em sua nova sede no dia 25 de abril de 2004, para atender a necessidade da comunidade de Caramuru. Anteriormente, as crianças eram atendidas em duas salas de aulas cedidas pela Escola Municipal Dona Leopoldina, onde atendiam uma sala de maternal e uma sala de Pré I. Após a inauguração, o CMEI passou a atender 95 crianças com idade entre 0 a 4 anos. Em 2019, o número de crianças matriculadas subiu para 99.

⁴⁴ A placa pintada na fachada do CMEI está com o nome invertido, erro cometido pela empresa prestadora de serviço, devendo ser refeita em breve, conforme salientou a Secretaria Municipal de Educação.

Figura 101. CMEI Gente Inocente localizado na Vila Caramuru



Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Itaipulândia.

3.10 ENSINO SUPERIOR

O Ensino Superior também vem sendo contemplado com investimentos em Itaipulândia. O município, nos últimos anos, disponibilizou o pagamento de transporte intermunicipal para alunos que estudam na região, custeando cerca de 70% do valor total do transporte para cada usuário. No ano de 2016, o município investiu o valor de R\$ 1.098.524,26, vindo a auxiliar muitos estudantes.

Outro investimento que beneficia a população, que consideramos importante, está relacionado ao subsídio de estudos, por meio do qual os alunos recebem um valor entre R\$ 500,00 e R\$ 600,00 mensais, tendo o município criado a Lei nº 677/2003, que institui o programa de subsídio educacional, sendo este benefício usado para custear o Ensino Superior ou Pós-Graduação conforme consta a Lei nº 805/2005 que altera os dispositivos da Lei nº 677/2003 e acrescenta o subsídio para o Ensino Médio em nível técnico:

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Subsídio Educacional, destinado a dar suporte financeiro ao estudante do Município, durante o período em que estiver matriculado e freqüentando os cursos respectivos, nas condições da presente lei.

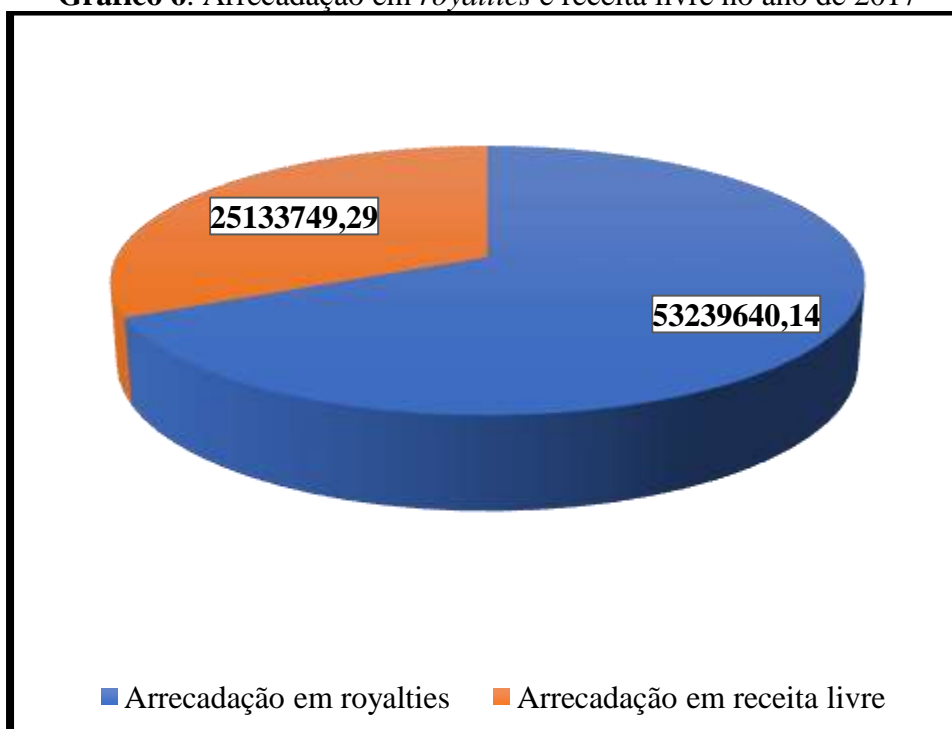
I - Farão jus ao recebimento de 50% (cinquenta por cento) da matrícula e das mensalidades, até o limite de desembolso pelo município de valor equivalente a 196 (cento e noventa e seis) UPRI - Unidade Padrão de Referência do Município de Itaipulândia, os alunos que freqüentarem cursos de Ensino Médio de nível técnico, pós-médio, graduação ou pós-graduação em instituição privada (ITAIPULÂNDIA, 2005, s/p.)

Para receber a ajuda de custo, existem alguns requisitos que o candidato deve preencher, dentre eles estar morando no município há pelo menos 6 anos. A Lei criada em 2003 já beneficiou uma grande parcela de alunos, estimulando os munícipes a continuarem os estudos. Só no ano de 2016 o município aplicou em subsídio educacional o valor aproximado de R\$ 1.871.684,75, beneficiando muitos estudantes.

Talvez essa seja uma das soluções para estimular os alunos do Ensino Médio a concluírem seus estudos, pois, como percebemos, existe um número considerável pequeno em desistência, e esta pode ser uma das alternativas para a baixa evasão escolar.

De acordo com informações repassadas pela Secretaria Municipal de Finanças do município de Itaipulândia, no ano de 2017, o município recebeu em receitas livres a quantia aproximada de R\$ 25.113.749,29, certificando que os *royalties* ultrapassam o dobro o valor da quantia recebida em receitas livres, comprovando a insuficiência de recursos para manter todas as despesas do município, como podemos observar no gráfico a seguir:

Gráfico 6. Arrecadação em *royalties* e receita livre no ano de 2017



Fonte: Elaborado pela autora.

Como podemos observar, é fato que o município de Itaipulândia, assim como Santa Helena, estaria incapacitado de realizar os investimentos citados sem a compensação financeira, pagos pela hidrelétrica de Itaipu. Por meio deste gráfico, podemos demonstrar o quanto os *royalties* são importantes para os municípios afetados e que sofreria danos irreparáveis se houvesse o corte desses recursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como tema a aplicação dos *royalties* da usina hidrelétrica Itaipu Binacional, considerada a maior geradora de energia limpa e renovável do planeta. Sua construção provocou intensas mudanças no cenário regional e local. Discutimos a aplicabilidade desses recursos na Educação Básica nos municípios considerados lindeiros ao lago, priorizando Santa Helena e Itaipulândia.

Para a concretização de Itaipu, foi necessário que o Brasil fizesse aliança com o Paraguai, comprometendo o país com acordos que beneficiariam o país vizinho. O alto custo necessário para a construção da usina fez com que o Brasil se endividasse com empréstimos internacionais, sob juros excessivos. Essas ações, entre outras, colocaram em dúvida a construção desta imponente obra.

Itaipu foi um projeto do Governo Civil-Militar (1964-1985), para atender as exigências da indústria, de acordo com as demandas do sistema capitalista. Por outro lado, mas sob um olhar dos atingidos pelo lago, as pequenas cidades do extremo Oeste Paranaense sofreram grandes impactos em seus planejamentos.

O lago de Itaipu atingiu uma ampla área de terras produtivas, expulsando de suas propriedades grande contingente populacional formado por agricultores que viviam de suas terras. A luta dos atingidos pelo pagamento justo das terras obteve uma importante repercussão, somando-se uma grande multidão de pessoas que expressaram insatisfação pelas consequências sociais provocadas pela presença de Itaipu. Nesta luta estavam agricultores, representantes da Igreja de diferentes denominações, mas que não foi o suficiente para conter o avanço daquela gigantesca obra.

A Itaipu, por um lado, solucionou parte do problema da crise energética demandada pelo setor das indústrias brasileiras, por outro, produziu suas consequências nas áreas atingidas pelo reservatório, fazendo com que uma grande parcela da população que viviam nesta área fosse retirada, diminuindo consideravelmente a população dos municípios, além de deixar submersas grandes áreas produtivas, das quais os agricultores levaram anos para deixar férteis.

Os municípios afetados enfrentaram sérios prejuízos devido à evasão populacional, muitas empresas foram à falência, a economia teve uma queda significativa, forçando os municípios a um novo recomeço. Todas essas mudanças ocasionaram alterações importantes tanto na história como na geografia desses municípios, levando-nos a compreender nosso estudo que devemos falar de um período anterior e período posterior a Itaipu.

As novas possibilidades de investimentos criaram uma grande expectativa para os governantes e para a população que seriam, de fato, beneficiadas. Os *royalties* de Itaipu foram importantes no desenvolvimento educacional dos municípios lindeiros ao lago de Itaipu. Por meio desse recurso foi possível realizar muitos investimentos extras.

Somente as receitas livres eram insuficientes para os investimentos no campo educacional, na melhoria da qualidade de vida, segurança, habitação, saúde, saneamento básico e empregabilidade. As ações realizadas por ambos os municípios no setor educacional apontam rumo ao avanço nos aspectos quantitativos quanto qualitativos na educação.

Diante dos dados levantados junto aos municípios, especialmente Santa Helena e Itaipulândia, os investimentos realizados na educação, exceto folha de pagamento dos funcionários, foram efetivados com recursos provenientes dos *royalties*. O referido estudo nos possibilitou identificar importantes avanços ao longo dos anos no setor educacional em ambos os municípios.

No período analisado, anterior à criação de Itaipu, existiam 110 escolas em Santa Helena e 32 escolas em Itaipulândia, sendo que atendiam principalmente as comunidades do interior. Em Santa Helena, foram extintas 49 escolas e aproximadamente 19 escolas em Itaipulândia por encontrarem-se no perímetro de alagamento e ainda pelo baixo número de alunos que se evadiram das comunidades depois das desapropriações. Posteriormente, outras escolas foram cessadas em ambos os municípios, principalmente pelo alto custo de manutenção, sendo concentrado o número de alunos em escolas maiores, com melhores estruturas.

Considerando o IDH, em 1991, ano da primeira pesquisa realizada e também anterior ao recebimento dos *royalties*, Santa Helena estava em 751º lugar no ranking nacional e 65º lugar no ranking estadual. Em 2000, ano posterior ao pagamento dos *royalties*, o município avançou consideravelmente, alcançando a posição de 270º no ranking nacional e 20º no ranking estadual, ou seja, avançou 481 posições na avaliação nacional e 45 posições na avaliação estadual. Itaipulândia igualmente conquistou avanços, estando em 1991 em 1531º em nível nacional e 159º em nível estadual, no ano de 2000 teve uma alteração significativa, alcançando o 933º lugar, o que resulta em uma melhora de 598 posições em nível nacional, conquistando ainda a 95º posição no ranking estadual avançando 64 posições.

O IDEB, apesar de ser criado em 2007, com objetivo de criar metas para a melhoria do ensino, indicaram-nos, em suas avaliações, alterações significativas, onde Santa Helena obteve notas acima das expectativas em todos os anos. Itaipulândia igualmente passou pelo mesmo processo avaliativo, estando com suas notas superiores à meta em todos os anos, exceto no ano

da última avaliação, ocorrida em 2017, em que a nota e a meta atingiram o mesmo valor, 6.1. Esse resultado colocou o município em sinal de alerta.

Os dados advindos da Secretaria Municipal de Finanças de Santa Helena indicaram inúmeros investimentos relacionados a construções, reformas, ampliações, compra de material permanente como mobílias, computadores, ares-condicionados, brinquedos, materiais pedagógicos, com finalidade de melhorar e ampliar o atendimento educacional referente aos 07 Centros de Educação Infantil e das 10 escolas existentes.

A Educação Infantil, inicialmente instalada em espaços inadequados, com poucas vagas ofertadas, com os *royalties*, ganhou modernas estruturas e espaços adequados para os alunos. As vagas que eram para o atendimento de aproximadamente 300 crianças foram ampliadas para 871, atendendo de forma integral 406 alunos e 465 alunos em período parcial. A lista de espera, que a cada ano se expandia, foi praticamente suprida. Entretanto, o município ainda precisa retomar algumas medidas para expandir as vagas integrais, já que existem projetos para o Ensino Fundamental de Escola em tempo Integral.

No Ensino Fundamental – Fase I, a que compete ao município, igualmente ocorreram inúmeras reformas, ampliações, aquisições de equipamentos de informática, construções de laboratórios para o ensino de informática, materiais pedagógicos, mobília, ares-condicionados, além da construção de uma escola totalmente nova, com salas amplas, arejadas e modernas.

Esse investimento proporcionou transformar a escola, que era vista anteriormente apenas como escola de um determinado bairro, para uma das melhores escolas do município, elevando a valorização da escola e dos profissionais que ali trabalham. Criou-se uma expectativa de qualidade pela comunidade que vem sendo cumprida por toda equipe profissional da escola, comprovado por meio da última nota do IDEB, que atingiu 7.1.

Os recursos investidos para a implantação de uma universidade pública, apesar dos avanços e recuos, foi uma importante conquista cultural e educacional para a região. Atualmente, a abertura do Campus da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR trouxe a possibilidade de estudo em uma instituição pública e de qualidade sem precisar sair do município.

Itaipulândia igualmente avançou na área da Educação Infantil, construindo 04 novos CMEI's e ampliando sua oferta de vagas. A procura pela matrícula na Educação Infantil foi constatada ser inferior em pelo menos 400 vagas que Santa Helena, oportunizando a oferta de vaga integral. As Escolas do Ensino Fundamental – Fase I, também passaram por reformas, ampliações e construções, compras de equipamentos de informática. Outros avanços poderiam ser alcançados.

A descontinuidade administrativa, conforme alerta Saviani em suas análises sobre a educação no Brasil, também se fez presente nos municípios lindeiros, trazendo sérias consequências para o desenvolvimento educacional de qualidade. A cada nova gestão mudava todo o planejamento, e o que estava sendo executado passava a ser deixado de lado, para dar lugar a novos projetos. Isso demanda um alto valor de investimentos que cessam de acordo com o novo gestor.

A cada novo governo implantado, novas situações educacionais são previstas, elencando novas prioridades, engavetando outras em andamento. A descontinuidade acarreta o enfraquecimento do ensino, demandando mais tempo e mais investimentos, sem deixar de mencionar a morosidade para resolver os problemas existentes.

Ainda que o quadro não seja o mais animador, outras ações merecem destaque. O município de Itaipulândia vem elaborando desde 2010, seu livro didático próprio na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, mobilizando professores para a elaboração e sistematização desse material. O livro vem sendo distribuído aos alunos do Ensino Fundamental – Fase I, visando à promoção para a qualidade do ensino público municipal.

Outros avanços foram a implantação progressiva da educação integral numa perspectiva de valorização do ensino; Formação e valorização dos professores: Instituição do PDE Municipal (Programa de Desenvolvimento Educacional) vinculado à ascensão na carreira e Produção coletiva de material de apoio ao ensino.

A Itaipu que inicialmente trouxe sérios prejuízos para os municípios lindeiros ao lago, ao longo do tempo, a compensação financeira, acarretou significativos investimentos realizados pelos gestores. Sem os *royalties*, os municípios estariam vivendo à míngua, com baixos recursos a serem aplicados. O potencial turístico da região próximo ao lago também foi uma frente importante de desenvolvimento, criando perspectivas até então não conhecidas ou vislumbradas.

Podemos considerar que os municípios aqui analisados tornaram-se dependentes das transferências dos *royalties*, na manutenção do setor educacional, e que, sem esses valores, poucos investimentos seriam possíveis. Os *royalties* tornaram-se um enorme potencial na melhoria das condições de vida da população lindeira, como a erradicação da pobreza, investimento da saúde e outros serviços básicos, além de evitar a degradação do meio ambiente. Por outro lado, há a necessidade de maiores benefícios sociais, especialmente no campo educacional, em relação ao montante de recursos recebidos.

Existe a necessidade de elaborar alternativas visando à sustentabilidade econômica desses municípios, conquistando progressivamente a independência desses recursos

considerados como extras. Esta situação precisa ser urgentemente estudada para não sofrer com o impacto com o possível corte desse repasse.

Verificamos que, ao receber *royalties*, os municípios aumentaram significativamente os seus orçamentos. Porém, o desafio está na transformação dos gastos em desenvolvimento qualitativo da educação e, por consequência, refletir em melhoria da qualidade da população. Entendemos que este estudo não é conclusivo, é o primeiro passo, um modesto estudo sobre as aplicações efetivadas no campo educacional dos municípios de Santa Helena e Itaipulândia. Neste sentido, indicamos a necessidade de outras pesquisas no sentido de aprofundar estudos acerca dos aspectos qualitativos no que tange à educação em razão da aplicabilidade dos *royalties*.

Por fim, esperamos, com esta pesquisa, contribuir para uma análise aprofundada dos investimentos realizados na educação a partir dos *royalties* de Itaipu.

ARQUIVOS VISITADOS

Assessoria de Imprensa do Município de Santa Helena
Biblioteca Municipal Dante Alighieri de Santa Helena
Biblioteca Municipal Elfrida Engel Nunes Rios de Foz do Iguaçu
Casa da Memória de Itaipulândia
Centro Municipal de Educação Infantil Albano Pedro Mahl.
Centro Municipal de Educação Infantil Infância Feliz
Centro Municipal de Educação Infantil Lar da Criança
Centro Municipal de Educação Infantil Meu Cantinho
Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Encantado
Ecomuseu
Escola Municipal Carlos Gomes
Escola Municipal Dona Leopoldina
Escola Municipal Marechal Deodoro da Fonseca
Escola Municipal Professora Inês Mocellin
Escritório Regional da Itaipu/Santa Helena
Itaipu Binacional
Secretaria administrativa de Itaipu Binacional
Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Itaipulândia
Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Santa Helena
Secretaria Municipal de Finanças de Itaipulândia
Secretaria Municipal de Finanças de Santa Helena
Secretaria Municipal de Planejamento de Santa Helena
Serviço de Protocolo do Município de Foz do Iguaçu

REFERÊNCIAS

AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Aneel. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br>. Acesso: 15/02/2018

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Itaipulândia/PR 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/itaipul%C3%A2ndia_pr>. Acesso em: 28 mar. 2019.

BALZAN, C. S. **Os desafios da implantação e implementação da pedagogia histórico-crítica nos anos iniciais do ensino fundamental em Itaipulândia**. 2014. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2014.

BRASIL. Agências reguladoras fiscalizam a prestação de serviços públicos. 2009. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2009/11/agencias-reguladoras>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

BRASIL. **Pronunciamentos do Presidente da República**: Arthur da Costa e Silva. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1969. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/.../costa-e-silva...presidente...ii>>. Acesso em: 17 fev. 2018. Acesso em: 25 dez. 2018.

BRASIL. **Política Internacional**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1965. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castellobranco/discursos/1965/31.pdf/view>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

BRASIL. **Discurso do ex-presidente João Figueiredo**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1982. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/1982/154.pdf/view>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 13.661, de 08 de maio de 2018. Altera a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para definir as parcelas pertencentes aos Estados e aos Municípios do produto da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 maio 2018. S. 1.

CARVALHO, C. H. A história local e regional: dimensões possíveis para os estudos históricos – educacionais. **Cadernos de História da Educação**, n. 6, jan./dez. 2007.

COLODEL, J. A. **Obras e Companhias Colonizadoras**. Cascavel: Assoeste, 1988.

CHAUÍ, M. S. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

- EMER, I. O. **Desenvolvimento do Oeste do Paraná e a construção da escola**. 1991. 348 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1991.
- EMER, I. O. **Um Pouco da História da Educação no Oeste do Paraná**. In: SILVA, J. C. et al. (Orgs.). **História da Educação: Arquivos, Instituições Escolares e Memória Histórica**. Cascavel: Edunioeste, 2013.
- FATTORELLI, M. L. **Auditoria Cidadã da Dívida: experiências e métodos**. Brasília: Inove, 2013.
- FAVORETO, A. **Marxismo e Educação no Brasil (1922 - 1935): O Discurso do PCB e de seus Intelectuais**. 2008. 255 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.
- FOCHEZATTO, A.; KUIAVA, J. Reflexos de um Regime Tecnocrático/Autoritário: Influência do Projeto Itaipu no Contexto Escolar do Município de Santa Helena. In: SILVA, J. C. et al. (Orgs.). **História da Educação: escolas públicas e práticas educativas**. Cascavel. Edunioeste, 2012.
- FOZ DO IGUAÇU. **Foz 80 Anos**. Memória [1914-1994] – Foz do Iguaçu: Terra das Cataratas. Foz do Iguaçu: Fundação Cultural de Foz do Iguaçu, 1994.
- FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico social e capitalista**. São Paulo: Cortez, 1984.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Cerimônia de abertura das comportas do vertedouro da ITAIPU. 2018. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/EG/audiovisual/ernesto-geisel-joao-batista-figueiredo-alfredo-stroessner-e-outros-durante-cerimonia-de-abertura-das-comportas-do-vertedouro-da-usina-hidreletrica>>. Acesso: 25 mar. 2018
- GERMANI, G. I. **Expropriados**. Terra e Água: o conflito de Itaipu. Salvador: EDUFBA, 2003.
- GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- GONÇALVES, S. R. **As contradições históricas dos movimentos operários: a complexa organização política pela emancipação humana**. 2015. 356 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**: Santa Helena, 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/santa-helena/panorama>>. Acesso em: 25 mar. 2018.
- INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Dívida pública consome metade do orçamento. 2013. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/517281-divida-publica-consome-metade-do-orcamento#>>. Acesso em: 25 mar. 2018.
- IPARDES. Caderno Estatístico Município De Santa Helena. 2019. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85892;caderno>>. Acesso em: 24 jan. 2019

ITAIPU BINACIONAL. **Cultivando água boa**. Foz do Iguaçu: ITAIPU, 2010.

ITAIPU BINACIONAL. **Itaipu hydroelectric Project**. Curitiba: ITAIPU, 1994.

ITAIPU BINACIONAL. Nossa História. 2017. Disponível em:

<<https://www.itaipu.gov.br/nossa-historia>>. Acesso em: 29 jan. 2017.

ITAIPULÂNDIA. Lei nº 805, de 11 de outubro de 2003. Altera dispositivos da Lei nº 677/2003. **Sistema de Leis Municipais**, Itaipulândia, PR, 11 out. 2003. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/i/itaipulandia/lei-ordinaria/2005/80/805/lei-ordinaria-n-805-2005-altera-dispositivos-da-lei-n%C2%BA-6772003-2005-10-11-versao-compilada>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

ITAIPULÂNDIA. Prefeitura Municipal. **Revista Especial de Aniversário de 25 anos**. Construindo uma Nova História: Gestão 2017- 2020. Itaipulândia, 2017.

JORNAL DE ITAIPU ELETRÔNICO. Engenheiro relembra início da construção de Itaipu. Disponível em: <<http://jie.itaipu.gov.br/conte%C3%BAdo/mem%C3%B3ria-engenheiro-relembra-o-in%C3%ADcio-da-constru%C3%A7%C3%A3o-da-itaipu-h%C3%A1-exatos-40-anos>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

JORNAL DE ITAIPU ELETRÔNICO. 43 anos de assinatura do Tratado de Itaipu. Disponível em: <<http://jie.itaipu.gov.br/conte%C3%BAdo/h%C3%A1-43-anos-assinatura-do-tratado-de-itaipu-resolviam-quest%C3%A3o-fronteiri%C3%A7a-de-dois-s%C3%A9culos>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

LIMA, I. T. C. de. **Itaipu: as faces de um megaprojeto de desenvolvimento (1930 - 1984)**. Niterói: UFRJ, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MASCARENHAS, M. C. CASTANHA, A. P. A Construção da Itaipu e os Reflexos na Educação de Foz do Iguaçu. In: CASTANHA, A. P. et al. (Orgs.). **História da Educação; Levantamentos de Fontes e Instituições Escolares**. Cascavel: Edunioeste, 2010.

MAZZAROLLO, J. **A Taipa da Injustiça**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MONCAU, G. Dívida Pública Consome Metade do Orçamento. Entrevista Maria Lúcia Fatorelli. **Revista Caros Amigos**, v. 1, 2013. Disponível em: <<https://auditoriacidadada.org.br/wp-content/uploads/2013/03/Entrevista-Maria-L%C3%BAcia-Caros-Amigos-de-janeiro-2013-1.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MONTEIRO, N. **Itaipu, a luz**. Curitiba: Itaipu Binacional, Assessoria de Comunicação Social, 1999.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. **Schola Mater**: a antiga Escola de São Carlos 1911-1933. São Carlos: EDUFSCar, 1996.

O ESTADO DO PARANÁ. Soldados fecham o Parque de Sete Quedas para Sempre, 1982. Disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/82824080618506726/>>. Acesso em: 09 maio 2018.

ORSO, P. J. As possibilidades e limites da educação na sociedade de classes. In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade E Educação No Brasil”, 9., 2012. João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012.

PEREIRA, O. D. **Itaipu: Pós e Contrás** (Breve análise da História das Relações entre Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil e ensaio político jurídico sobre aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

PERKINS, J. **Confissões de um Assassino Econômico**. São Paulo: Cultrix, 2005.

PERIS, A. F. **Estratégias de Desenvolvimento Regional: Região Oeste do Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2003.

PORTAL IGUAÇU. MEC autoriza realização de processo licitatório para conclusão de obras estruturais do campus da UNILA. Disponível em: <<https://portaliguacu.com.br/noticias-gerais/mec-autoriza-realizacao-de-processo-licitatorio-para-conclusao-de-obras-estruturais-do-campus-da-unila-12477>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA. Secretaria municipal de educação e cultura. **Plano Municipal de Educação**. Santa Helena: PMSH, 2015.

RIBEIRO, M. F. B. **Memórias do Concreto**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil – 1930 – 1973**. Petrópolis: Vozes, 2003.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11.ed. ver. Campinas: Autores Associados, 2013.

SBARDELOTTO, D. K. **O projeto educacional da Itaipu Binacional (1974-1985): uma educação para cada vila e para cada fração da classe trabalhadora**. 2012. 602 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

SCARPATO, R.; BÖHM, I. **História de Itaipulândia**. Cascavel: Assoeste Ltda, 2006.

SCHOLZ, C. **Adeus a Sete Quedas**. 2018. Disponível em: <<https://br.pinterest.com/cleyscholz/adeus-sete-quedas/>>. Acesso: 12 mar. 2018.

SILVA, J. C. da. Instituições escolares: Memória, Fontes e Arquivos. **Revista HISTEDBR Online**, n. 64, p. 159-169, set. 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/312660135_Instituicoes_escolares_memoria_fonte_s_e_arquivos>. Acesso em: 12 mar. 2018.

STERCHILE, A. **Aspectos da História das Instituições Escolares de Santa Helena**. 2006. 39 f. Monografia (Especialização em História da Educação Brasileira) – Universidade do Oeste do Paraná, Cascavel, 2006.

UNDP. Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Ranking IDHM municípios 2010. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

UNILA. **A Unila em construção**: um projeto universitário para a América Latina. Instituto Mercosul de Estudos Avançados. Foz do Iguaçu: IMEA, 2009.

UNILA. **Foz do Iguaçu**. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1576988>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

UTFPR. **Universidade Tecnológica do Paraná**. Campus Santa Helena. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/santahelena/o-campus/historico/campus>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

XAVIER, M. E.; RIBEIRO, M. L.; NORONHA, O. M. **História da Educação**: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.

WICKERT, C. **Endividamento Externo no Brasil**: Origens e Consequências (1964-2006). 2008. 68 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ANEXOS

ANEXO A - Tratado de Itaipu

TRATADO DE ITAIPU**Decreto Legislativo nº 23, de 1973.****Tratado entre o Brasil e o Paraguai, de 26 de abril de 1973**

Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai para o Aproveitamento Hidrelétrico dos Recursos Hídricos do Rio Paraná. Pertencentes em Condomínio aos dois Países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaíra até a Foz do Rio Iguaçu.

O Presidente da República Federativa do Brasil, General-de-Exército Emílio Garrastazu Médici, e o Presidente da República do Paraguai, General-de Exército Alfredo Stroessner, Considerando o espírito de cordialidade existente entre os dois países e os laços de fraternal amizade que os unem;

O interesse comum em realizar o aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do Rio Paraná, pertencentes em Condomínio aos dois Países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaíra até a Foz do Rio Iguaçu;

O disposto na Ata Final firmada em Foz do Iguaçu, em 22 de junho de 1966, quanto à divisão em partes iguais, entre os dois países, da energia elétrica eventualmente produzida pelos desníveis do Rio Paraná no trecho acima referido;

O disposto no Artigo VI do Tratado da Bacia do Prata;

O estabelecido na Declaração de Assunção sobre o aproveitamento de rios internacionais, de 3 de junho de 1971;

Os estudos da Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguaia constituída em 12 de fevereiro de 1967;

A tradicional identidade de posições dos dois países em relação à livre navegação dos rios internacionais da Bacia do Prata, resolveram celebrar um Tratado e, para este fim, designaram seus Plenipotenciários, a saber:

- O Presidente da República Federativa do Brasil ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mário Gibson Barboza;

- O Presidente da República do Paraguai ao Senhor Ministro das Relações Exteriores, Doutor Raúl Sapena Pastor;

Os quais, tendo trocado seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma, convieram no seguinte:

Artigo I

As Altas Partes Contratantes convêm em realizar, em comum e de acordo com o previsto no presente Tratado e seus Anexos, o aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do Rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaira até a Foz do Rio Iguazu.

Artigo II

Para os efeitos do presente Tratado entender-se-á por:

- a) Brasil, a República Federativa do Brasil;
- b) Paraguai, a República do Paraguai;
- c) Comissão, a Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguaia, constituída em 12 de fevereiro de 1967;
- d) ELETROBRÁS, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, do Brasil, ou o ente jurídico que a suceda;
- e) ANDE, a Administración Nacional de Eletricidad, do Paraguai, ou o ente jurídico que a suceda;
- f) ITAIPU, a entidade binacional criada pelo presente Tratado.

Artigo III

As Altas Partes Contratantes criam, em igualdade de direitos e obrigações, uma entidade binacional denominada ITAIPU, com a finalidade de realizar o aproveitamento hidrelétrico a que se refere o Artigo I.

Parágrafo 1º - A ITAIPU será constituída pela ELETROBRÁS e pela ANDE, com igual participação no capital, e reger-se-á pelas normas estabelecidas no presente Tratado, no Estatuto que constitui seu Anexo A e nos demais Anexos.

Parágrafo 2º - O Estatuto e os demais Anexos, poderão ser modificados de comum acordo pelos dois Governos.

Artigo IV

A ITAIPU terá sedes em Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, e em Assunção, Capital da República do Paraguai.

Parágrafo 1º - A ITAIPU será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva integrados por igual número de nacionais de ambos países.

Parágrafo 2º - As atas, resoluções, relatórios ou outros documentos oficiais dos órgãos de administração da ITAIPU serão redigidos nos idiomas português e espanhol.

Artigo V

As Altas Partes Contratantes outorgam concessão à ITAIPU para realizar, durante a vigência do presente Tratado, o aproveitamento hidrelétrico do trecho do Rio Paraná referido no Art. 1º.

Artigo VI

Formam parte do presente Tratado:

- a) o Estatuto da entidade binacional denominada ITAIPU (Anexo A);
- b) a descrição geral das instalações destinadas à produção de energia elétrica e das obras auxiliares, com as eventuais modificações que se façam necessárias (Anexo B);
- c) as bases financeiras e de prestação dos serviços de eletricidade da ITAIPU (Anexo C).

Artigo VII

As instalações destinadas à produção de energia elétrica e obras auxiliares não produzirão variação alguma nos limites entre os dois países estabelecidos nos Tratados vigentes.

Parágrafo 1º - As instalações e obras realizadas em cumprimento do presente Tratado não conferirão, a nenhuma das Altas Partes Contratantes, direito de propriedade ou de jurisdição sobre qualquer parte do território da outra.

Parágrafo 2º - As autoridades declaradas respectivamente competentes pelas Altas Partes Contratantes estabelecerão, quando for o caso e pelo processo que julgarem adequado, a sinalização conveniente, nas obras a serem construídas, para os efeitos práticos do exercício de jurisdição e controle.

Artigo VIII

Os recursos necessários à integralização do capital da ITAIPU serão supridos, à ELETROBRÁS e à ANDE, respectivamente, pelo Tesouro brasileiro e pelo Tesouro paraguaio ou pelos organismos financiadores, que os Governos indicarem.

Parágrafo Único - Qualquer das Altas Partes Contratantes poderá, com o consentimento da outra, adiantar-lhe os recursos para a integralização do capital, nas condições estabelecidas de comum acordo.

Artigo IX

Os recursos complementares aos mencionados no Artigo VIII, necessários aos estudos, construção e operação da central elétrica e das obras e instalações auxiliares, serão supridos pelas Altas Partes Contratantes ou obtidos pela ITAIPU mediante operações de crédito.

Artigo X

As Altas Partes Contratantes, conjunta ou separadamente, direta ou indiretamente, na forma que acordarem, darão à ITAIPU, por solicitação desta, garantia para as operações de crédito que realizar. Assegurarão, da mesma forma, a conversão cambial necessária ao pagamento das obrigações assumidas pela ITAIPU.

Artigo XI

Na medida do possível e em condições comparáveis, a mão-de-obra, especializada ou não, os equipamentos e materiais, disponíveis nos dois países, serão utilizados de forma equitativa.

Parágrafo 1º - As Altas Partes Contratantes adotarão todas as medidas necessárias para que seus nacionais possam empregar-se, indistintamente, em trabalhos efetuados no território de uma ou de outra, relacionados com o objetivo do presente Tratado.

Parágrafo 2º - O disposto neste Artigo não se aplicará às condições acordadas com organismos financiadores, no que se refira à contratação de pessoal especializado ou à aquisição de equipamentos ou materiais. Tampouco se aplicará o disposto neste Artigo se necessidades tecnológicas assim o exigirem.

Artigo XII

As Altas Partes Contratantes adotarão, quanto à atribuição, as seguintes normas:

a) não aplicarão impostos, taxas e empréstimos compulsórios, de qualquer natureza, à ITAIPU e aos serviços de eletricidade por ela prestados;

b) não aplicarão impostos, taxas e empréstimos compulsórios, de qualquer natureza, sobre os materiais e equipamentos que a ITAIPU adquira em qualquer dos dois países ou importe de um terceiro país, para utilizá-los nos trabalhos de construção da central elétrica, seus acessórios e obras complementares, ou para incorporá-los à central elétrica, seus acessórios e obras complementares. Da mesma forma, não aplicarão impostos, taxas e empréstimos compulsórios, de qualquer natureza, que incidam sobre as operações relativas a esses materiais e equipamentos, nas quais a ITAIPU seja parte;

c) não aplicarão impostos, taxas e empréstimos compulsórios, de qualquer natureza, sobre os lucros da ITAIPU e sobre os pagamentos e remessas por ela efetuados a qualquer pessoa física ou jurídica, sempre que os pagamentos de tais impostos, taxas e empréstimos compulsórios sejam de responsabilidade legal da ITAIPU;

d) não porão nenhum entrave e não aplicarão nenhuma imposição fiscal ao movimento de fundos da ITAIPU que resultar da execução do presente Tratado;

e) Não aplicarão restrições de qualquer natureza ao trânsito ou depósito dos materiais e equipamentos aludidos no item b deste Artigo;

f) serão admitidos nos territórios dos dois países os materiais e equipamentos aludidos no item b deste Artigo.

Artigo XIII

A energia produzida pelo aproveitamento hidrelétrico a que se refere o Artigo I será dividida em partes iguais entre os dois países, sendo reconhecido a cada um deles o direito de aquisição, na forma estabelecida no Artigo XIV, da energia que não seja utilizada pelo outro país para seu próprio consumo.

Parágrafo Único – As Altas Partes Contratantes se comprometem a adquirir, conjunta ou separadamente na forma que acordarem, o total de potência instalada.

Artigo XIV

A aquisição dos serviços de eletricidade da ITAIPU será realizada pela ELETROBRÁS e pela ANDE, que também poderão fazê-la por intermédio das empresas ou entidades brasileiras ou paraguaias que indicarem.

Artigo XV

O Anexo C contém as bases financeiras e de prestação dos serviços de eletricidade da ITAIPU.

Parágrafo 1º - A ITAIPU pagará às Altas Partes Contratantes, em montantes iguais, "royalties" em razão da utilização do potencial hidráulico.

Parágrafo 2º - A ITAIPU incluirá, no seu custo de serviço, o montante necessário ao pagamento de rendimentos sobre o capital.

Parágrafo 3º - A ITAIPU incluirá, outrossim no seu custo de serviço, o montante necessário para remunerar a Alta Parte Contratante que ceder energia à outra.

Parágrafo 4º - O valor real da quantidade de dólares dos Estados Unidos da América, destinada ao pagamento dos "royalties", dos rendimentos sobre o capital e da remuneração, estabelecida no Anexo C, será mantido constante, para o que a dita quantidade acompanhará as flutuações do dólar dos Estados Unidos da América, referido ao seu padrão de peso e título, em ouro, vigente na data da troca dos Instrumentos de Ratificação do presente Tratado.

Parágrafo 5º - Este valor com relação ao peso e título em ouro do dólar dos Estados Unidos da América poderá ser substituído, no caso em que a mencionada moeda deixa de ter referida sua paridade oficial em relação ao ouro.

Artigo XVI

As Altas Partes Contratantes manifestam seu empenho em estabelecer todas as condições para que a entrada em serviço da primeira unidade geradora ocorra dentro do prazo de oito anos após a ratificação do presente Tratado.

Artigo XVII

As Altas Partes Contratantes se obrigam a declarar de utilidade pública as áreas necessárias à instalação do aproveitamento hidrelétrico, obras auxiliares e sua exploração, bem como a praticar, nas áreas de suas respectivas soberanias, todos os atos administrativos ou judiciais tendentes a desapropriar terrenos e suas benfeitorias ou a construir servidão sobre os mesmos.

Parágrafo 1º - A delimitação de tais áreas estará a cargo da ITAIPU, a referendado das Altas Partes Contratantes.

Parágrafo 2º - Será de responsabilidade da ITAIPU o pagamento das desapropriações das áreas delimitadas.

Parágrafo 3º - Nas áreas delimitadas será livre o trânsito de pessoas que estejam prestando serviço à ITAIPU, assim como o de bens destinados à mesma ou a pessoas físicas ou jurídicas por ela contratadas.

Artigo XVIII

As Altas Partes Contratantes, através de protocolos adicionais ou de atos unilaterais, adotarão todas as medidas necessárias ao cumprimento do presente Tratado, especialmente as que digam respeito a aspectos:

- a) diplomáticos e consulares;
- b) administrativos e financeiros;
- c) de trabalho e previdência social;
- d) fiscais e aduaneiros;
- e) de trânsito através da fronteira internacional;
- f) urbanos e habitacionais;
- g) de polícia e de segurança;
- h) de controle do acesso às áreas que se delimitem em conformidade com o Art. XVII.

Artigo XIX

O foro da ITAIPU, relativamente às pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas ou com sede no Brasil ou no Paraguai, será, respectivamente, o de Brasília e o de Assunção. Para tanto, cada Alta Parte Contratante aplicará sua própria legislação, tendo em conta as disposições do presente Tratado e de seus Anexos.

Parágrafo Único – Em se tratando de pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas ou com sede fora do Brasil ou do Paraguai, a ITAIPU acordará as cláusulas que regerão as relações contratuais de obras e fornecimentos.

Artigo XX

As Altas Partes Contratantes adotarão, por meio de um protocolo adicional, a ser firmado dentro de noventa dias contados a partir da data da troca dos instrumentos de ratificação do presente Tratado, as normas jurídicas aplicáveis às relações de trabalho e previdência social dos trabalhadores contratados pela ITAIPU.

Artigo XXI

A responsabilidade civil e/ou penal dos Conselheiros, Diretores, Diretores Adjuntos e demais empregados brasileiros ou paraguaios da ITAIPU, por atos lesivos aos interesses desta, será apurada e julgada de conformidade com o disposto nas leis nacionais respectivas.

Parágrafo Único – Para os empregados de terceira nacionalidade proceder-se-á de conformidade com a legislação nacional brasileira ou paraguaia, segundo tenham a sede de suas funções no Brasil ou no Paraguai

Artigo XXII

Em caso de divergência quanto à interpretação ou a aplicação do presente Tratado e seus Anexos, as Altas Partes Contratantes a resolverão pelos meios diplomáticos usuais, o que não retardará ou interromperá a construção e/ou a operação do aproveitamento hidrelétrico e de suas obras e instalações auxiliares.

Artigo XXIII

A Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguaia, criada em 12 de fevereiro de 1967 com a finalidade de realizar os estudos aludidos no preâmbulo do presente Tratado, manter-se-á constituída até entregar às Altas Partes Contratantes o relatório final da missão que lhe foi confiada.

Artigo XXIV

O presente Tratado será ratificado e os respectivos instrumentos serão trocados, o mais brevemente possível, na cidade de Assunção.

Artigo XXV

O presente Tratado entrará em vigor na data da troca dos Instrumentos de Ratificação e terá vigência até que as Altas Partes Contratantes, mediante novo acordo, adotem decisão que estimem conveniente.

Em Fé do Que os Plenipotenciários acima mencionados assinam o presente Tratado, em dois exemplares, em português e espanhol, ambos os textos igualmente autênticos.

Feito na cidade de Brasília, aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e três.

Mario Gibson Barboza

Raúl Sapena Pastor.

ANEXO A

ESTATUTO DA ITAIPU

CAPÍTULO I

Denominação e Objeto

Artigo I

A ITAIPU é uma entidade binacional criada pelo Artigo III do Tratado assinado pelo Brasil e Paraguai, em 26 de abril de 1973, e tem como partes:

a) a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, sociedade anônima da economia mista brasileira;

b) a Administración Nacional de Eletricidad - ANDE, entidade autárquica paraguaia.

Artigo II

O objeto da ITAIPU é o aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do Rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaíra até a Foz do Rio Iguaçu.

Artigo III

A ITAIPU reger-se-á pelas normas estabelecidas no Tratado de 26 de abril de 1973, no presente Estatuto e nos demais Anexos.

Artigo IV

A ITAIPU terá, de acordo com o que dispõem o Tratado e seus Anexos, capacidade jurídica, financeira e administrativa, e também responsabilidade técnica, para estudar, projetar, dirigir e executar as obras que tem como objeto, 2060loca-las em funcionamento e explorá-las, podendo, para tais efeitos, adquirir direitos e contrair obrigações.

Artigo V

A ITAIPU terá sedes em Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, e em Assunção, Capital da República do Paraguai.

Capítulo II

Capital

Artigo VI

O capital da ITAIPU será equivalente a US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), pertencente à ELETROBRÁS e à ANDE em partes iguais e intransferíveis.

Parágrafo Único – O capital manter-se-á com valor constante de acordo com disposto no parágrafo 4º do Artigo 15 do Tratado.

Capítulo III

Administração

Artigo VII

São órgãos da administração da ITAIPU o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva.

Artigo VIII

O Conselho de Administração compor-se-á de doze Conselheiros nomeados:

a) seis pelo Governo brasileiro, dos quais um será indicado pelo Ministério das Relações Exteriores e dois pela ELETROBRÁS;

b) seis pelo Governo paraguaio, dos quais um será indicado pelo Ministério de Relações Exteriores e dois pela ANDE;

Parágrafo 1º - O Diretor-Geral brasileiro e o Diretor-Geral paraguaio, previstos no artigo 12º, também integrarão o Conselho, com voz e sem voto.

Parágrafo 2º - As reuniões do Conselho serão presididas, alternadamente, por um Conselheiro de nacionalidade brasileira ou paraguaia e, rotativamente, por todos os membros do Conselho.

Parágrafo 3º - O Conselho nomeará dois Secretários, um brasileiro e outro paraguaio, que terão a seu cargo, entre outras atribuições, a de certificar os documentos da ITAIPU em português e em espanhol, respectivamente.

Artigo IX

Compete ao Conselho de Administração cumprir e fazer cumprir o Tratado e seus Anexos e decidir sobre:

- a) as diretrizes fundamentais de administração da ITAIPU;
- b) o Regimento Interno;
- c) o plano de organização dos serviços básicos;

- d) os atos que importem em alienação do patrimônio da ITAIPU, com prévio parecer da ELETROBRÁS e da ANDE;
- e) as reavaliações de ativo e passivo, com prévio parecer da ELETROBRÁS e da ANDE, tendo em conta o disposto no parágrafo 4º do Artigo 15º do Tratado;
- f) as bases de prestação dos serviços de eletricidade;
- g) as propostas da Diretoria Executiva referentes a obrigações e empréstimos;
- h) a proposta de orçamento para cada exercício e suas revisões, apresentadas pela Diretoria Executiva.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração examinará o Relatório Anual, o Balanço Geral e a demonstração da Conta de Resultados, elaborados pela Diretoria Executiva e, os apresentará com seu parecer, à ELETROBRÁS e à ANDE, conforme o disposto no Artigo 24º deste Estatuto.

Parágrafo 2º - O Conselho de Administração tomará conhecimento do curso dos assuntos da ITAIPU através das exposições que serão feitas habitualmente pelo Diretor Geral Brasileiro e/ou pelo Diretor Geral Paraguaio ou de outras que o Conselho solicita por intermédio deles.

Artigo X

O Conselho de Administração se reunirá, ordinariamente, cada dois meses e, extraordinariamente, quando convocado, por intermédio dos Secretários, pelo Diretor Geral Brasileiro e/ou pelo Diretor Geral Paraguaio, ou pela metade menos um dos Conselheiros.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração só poderá decidir validamente com a presença da maioria dos Conselheiros de cada país e com paridade de votos igual à menor representação nacional presente.

Artigo XI

Os Conselheiros exercerão suas funções por um período de quatro anos, podendo ser reconduzidos.

Parágrafo 1º - A qualquer momento os Governos poderão substituir os Conselheiros que houverem nomeado.

Parágrafo 2º - Ao ocorrer vacância definitiva de um cargo de Conselheiro, o respectivo Governo nomeará substituto que exercerá o mandato pelo prazo remanescente.

Artigo XII

A Diretoria Executiva, constituída por Membros nacionais de ambos os países, em igual número e com a mesma capacidade e igual hierarquia, compor-se-á do Diretor

Geral Brasileiro, do Diretor Geral Paraguaio, dos Diretores Executivos: Técnico, Jurídico, Administrativo, Financeiro e de Coordenação, e dos Diretores: Técnico, Jurídico, Administrativo, Financeiro e de Coordenação, todos com voz e voto.

Parágrafo 1º - A cada Diretor Executivo, brasileiro ou paraguaio, corresponderá um Diretor da outra nacionalidade.

Parágrafo 2º - Os membros da Diretoria Executiva serão nomeados pelos respectivos Governos, por propostas da ELETROBRÁS ou da ANDE, conforme o caso.

Parágrafo 3º - Os membros da Diretoria Executiva exercerão suas funções por um período de cinco anos, podendo ser reconduzidos.

Parágrafo 4º - A qualquer momento os Governos poderão substituir os membros da Diretoria Executiva que houverem nomeado.

Parágrafo 5º - Em caso de ausência ou impedimento temporário de um membro da Diretoria Executiva, a ELETROBRÁS ou a ANDE, conforme o caso, designará o substituto dentre os demais membros, que terá também direito ao voto do membro substituído.

Parágrafo 6º - Ao ocorrer vacância definitiva de um cargo de Membro da Diretoria Executiva, a ELETROBRÁS ou a ANDE, conforme o caso, indicará o substituto que, uma vez nomeado, exercerá o mandato pelo prazo remanescente.

Artigo XIII

São atribuições e deveres da Diretoria Executiva:

- a) dar cumprimento ao Tratado e seus Anexos e às decisões do Conselho de Administração;
- b) cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno;
- c) praticar os atos de administração necessários à condução dos assuntos da Entidade;
- d) propor ao Conselho de Administração as diretrizes fundamentais de administração;
- e) propor ao Conselho de Administração normas de administração do pessoal;
- f) elaborar e submeter ao Conselho de Administração, em cada exercício, a proposta de orçamento para o exercício seguinte e suas eventuais revisões;

g) elaborar e submeter ao Conselho de Administração o Relatório Anual, o Balanço Geral e Demonstração da Conta de Resultados do exercício anterior;

h) por em execução as normas e as bases para prestação dos serviços de eletricidade;

i) criar e instalar os escritórios técnicos e/ou administrativos que julgar necessários, onde for conveniente;

j) aprovar o plano global de classificação de cargos, de lotação e de salários e benefícios dos empregados.

Artigo XIV

A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos duas vezes ao mês e, extraordinariamente, quando convocada por um dos Diretores Gerais.

Parágrafo 1º - As resoluções da Diretoria Executiva serão adotadas por maioria de votos.

Parágrafo 2º - A Diretoria Executiva instalar-se-á no local que julgar mais adequado ao exercício de suas funções.

Artigo XV

A ITAIPU somente poderá assumir obrigações ou constituir procuradores mediante a assinatura conjunta dos dois Diretores Gerais.

Artigo XVI

Os honorários dos Conselheiros e dos Membros da Diretoria Executiva serão fixados pela ELETROBRÁS e pela ANDE, de comum acordo.

Artigo XVII

Os dois Diretores-Gerais são responsáveis, solidariamente, pela coordenação, organização e direção das atividades da ITAIPU e a representação em juízo ou fora dele, competindo-lhes praticar todos os atos de administração ordinária necessários ao funcionamento da entidade, com exclusão dos atribuídos ao Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. Cabem-lhes, ademais, os atos de admissão e demissão de pessoal em seus respectivos países.

Artigo XVIII

O Diretor Técnico Executivo é o responsável pela condução do projeto e construção das obras e operação das instalações.

Artigo XIX

O Diretor Jurídico Executivo é o responsável pela condução dos assuntos jurídicos da Entidade.

Artigo XX

O Diretor Administrativo Executivo é o responsável pela Administração do pessoal, e pela direção dos Serviços Gerais.

Artigo XXI

O Diretor Financeiro Executivo é o responsável pela execução da política econômico-financeira, de suprimento e de compras.

Artigo XXII

O Diretor de Coordenação Executivo é o responsável pelos serviços relacionados com a preservação das condições ambientais na área do reservatório, a execução dos projetos e obras portuárias e de navegação, a execução dos projetos e obras de infraestrutura, das vias de acesso, das vilas residenciais e outros serviços e obras que lhes forem atribuídas pela Diretoria Executiva fora da área das instalações destinadas à produção de energia elétrica.

Artigo XXIII

Os Diretores terão as atribuições executivas específicas que, de comum acordo, lhes forem delegadas pelos Diretores Executivos das respectivas áreas, com vistas à perfeita consecução dos objetivos da Entidade Binacional, das respectivas Diretorias e enformarão sobre o andamento daqueles que lhes forem confiados.

Capítulo IV

Exercício Financeiro

Artigo XXIV

O exercício financeiro encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo 1º - A ITAIPU apresentará, até 30 de abril de cada ano, para decisão da ELETROBRÁS e da ANDE, o Relatório Anual, o Balanço Geral e a demonstração da Conta de Resultados do exercício anterior.

Parágrafo 2º - A ITAIPU adotará a moeda dos Estados Unidos da América como referência para a contabilização de suas operações. Esta referência poderá ser substituída por outra, mediante entendimento entre os dois Governos.

Capítulo V

Disposições Gerais

Artigo XXV

Serão incorporados pela ITAIPU, como integralização de capital por parte da ELETROBRÁS e da ANDE, os dispêndios realizados pelas referidas empresas, anteriormente à constituição da Entidade, nos seguintes trabalhos:

- a) estudos resultantes do Convênio de Cooperação firmado em 10 de abril de 1970;
- b) obras preliminares e serviços relacionados com a construção do aproveitamento hidrelétrico.

Artigo XXVI

Os Conselheiros, Membros da Diretoria Executiva e demais empregados não poderão exercer funções de direção, administração ou consulta em empresas fornecedoras ou contratantes de quaisquer materiais e serviços utilizados pela ITAIPU.

Artigo XXVII

Poderão prestar serviços à ITAIPU os funcionários públicos, empregados de autarquias e os de sociedades de economia mista, brasileiros ou paraguaios, sem perda do vínculo original e dos benefícios de aposentadoria e/ou previdência social, tendo-se em conta as respectivas legislações nacionais.

Artigo XXVIII

O Regimento Interno da ITAIPU, mencionado no Artigo 90, será proposto pela Diretoria Executiva à aprovação do Conselho de Administração e contemplará, entre outros, os seguintes assuntos: o regime contábil financeiro; o regime para a obtenção de propostas, adjudicação e contratação de serviços e obras, a aquisição de bens, normas para o exercício das funções dos integrantes do Conselho de Administração e dos Membros da Diretoria Executiva.

Artigo XXIX

Os casos não previstos neste Estatuto, que não puderem ser resolvidos pelo Conselho de Administração, serão solucionados pelos dois Governos, com prévio parecer da ELETROBRÁS e da ANDE.

2. O Estatuto aprovado pelo presente Acordo terá vigência a partir da data de 17 de maio de 1986 até 17 de maio de 1991.

ANEXO B

Descrição Geral das instalações destinadas à produção de energia elétrica e das obras auxiliares

I – Objetivo

O objetivo do presente Anexo é descrever e identificar, em suas partes principais, o Projeto do Aproveitamento Hidroelétrico do rio Paraná, no local chamado ITAIPU, daqui por diante denominado Projeto.

Este Anexo foi redigido com base no Relatório Preliminar – submetido pela Comissão Mista Técnica Brasileiro -Paraguaia aos Governos do Brasil e do Paraguai em 12 de janeiro de 1973.

As obras descritas no presente Anexo poderão sofrer modificações ou adições, inclusive nas suas cotas e medidas, por exigências técnicas que se verificarem durante sua execução. Ademais, se por exigência da mesma natureza ficar demonstrada a necessidade de redução substancial da cota do coroamento da barragem, será considerada a conveniência da execução adicional de outro aproveitamento hidroelétrico a montante, conforme previsto no “Relatório Preliminar” supracitado.

II – Descrição Geral

1. Localização – O Projeto estará situado sobre o rio Paraná, aproximadamente 14 km a montante da ponte internacional que une Foz do Iguaçu, no Brasil, a Porto Presidente Stroessner, no Paraguai.

11. Disposição Geral – O Projeto estará constituído por uma barragem principal de gravidade, em concreto, através do rio Paraná, com uma casa de força ao pé da barragem, e em barragens laterais de enrocamento, de concreto e diques de terra nas margens do rio. A barragem lateral da margem direita inclui a estrutura do vertedor com as respectivas comportas.

As obras do Projeto terão a orientação geral este-oeste, ao longo de um eixo em linha quebrada, com desenvolvimento total de 7,7 km. O nível d'água máximo normal no reservatório foi estabelecido em torno da cota 220 m acima do nível do mar. Este reservatório inundará uma área de aproximadamente 1.400 km² (800 Km² no Brasil e 600 Km² no Paraguai), e estender-se-á, a montante por cerca de 200 km até e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaíra.

III – Componentes principais do projeto

Começando pela margem direita, o Projeto inclui as seguintes partes componentes principais sucessivas:

1. Dique lateral direito – Um dique de terra com coroamento na cota 225m, comprimento de 840 m e volume de 300.000 metros cúbicos.

2. Vertedor – Um vertedor em concreto, dotado de 14 comportas, com comprimento de 355 m, capaz de verter até 62.000 M³/s com canal de acesso escavado a montante do vertedor. Uma calha revestida de concreto conduzirá a descarga do vertedor para o rio Paraná, cerca de 1.500 m a jusante da barragem principal.

3. Barragem lateral direita – Uma barragem de concreto aliviado com coroamento na cota de 225 m, comprimento de 997 m e volume de 704.000 metros cúbicos, ligando o vertedor à barragem principal.

4. Barragem principal e tomada d'água – A barragem principal será uma estrutura de gravidade, em concreto aliviado, com coroamento na cota 225 m, comprimento de 884 m e volume de 5.200.000 metros cúbicos, a ser construída através do rio Paraná e do canal, na margem esquerda, que será escavado para o desvio provisório do rio. A barragem terá 20 aberturas para tomada d'água, providas de comportas. Cada uma dessas tomadas d'água dará acesso a uma turbina, na casa de força, por meio de um conduto forçado.

5. Casa de força – A casa de força estará localizada ao pé da barragem principal, com comprimento de 950 m. Na mesma será instalado um conjunto gerador composto de 18 unidades de 700 megawatts cada uma. Nove destas unidades serão em 50 Hz e nove em 60 Hz. Além disso, a Central poderá contar, utilizando o espaço disponível na casa de força, com até duas unidades geradoras de reserva, que serão uma de 50 Hz e a outra de 60 Hz. Todas as unidades de 50 Hz serão instaladas na metade oeste da casa de força e as de 60 Hz na metade leste. A plataforma superior da casa de força estará na cota 144 m acima do nível do mar.

6. Barragem na margem esquerda – Uma barragem de gravidade em concreto aliviado, com comprimento de 350 m e volume de 778.000 metros cúbicos.

7. Barragem lateral esquerda – Uma barragem em enrocamento com coroamento na cota 225 m, comprimento de 1.984 m e volume de 11.400.000 metros cúbicos.

8. Dique lateral esquerdo – Um dique de terra com coroamento na cota 225 m, comprimento de 2.000 m e volume de 2.900.000 metros cúbicos.

9. Dique complementar de Hernandarias – Um dique menor, de terra, a ser localizado na margem direita, a uma distância de cerca de 4,5 km a oeste da barragem principal, nas proximidades da cidade de Hernandarias. Esse dique se destinará a fechar uma depressão onde poderia ocorrer extravasamento com o reservatório ao nível máximo de enchente.

10. Subestações seccionadoras – Duas subestações seccionadoras, a serem localizadas uma em cada margem, a cerca de 600 m a jusante da casa de força.

11. Obras para navegação – O Projeto incluirá as obras que forem necessárias para atender aos requisitos do tráfego de navegação fluvial, tais como: terminais e conexões terrestres, eclusas, canais, elevadores, e seus similares. (Redação consolidada em decorrência das modificações introduzidas com a troca de notas de 22/04/75 e 12/03/79).

ANEXO C

Ao tratado entre o Brasil e o Paraguai, de 26.04.1973
Bases Financeiras e de Prestação dos Serviços de Eletricidade da ITAIPU.

I – Definições

Para os efeitos do presente Anexo entender-se-á por:

I.1 – Entidades: a ELETROBRÁS, a ANDE ou as empresas ou Entidades brasileiras ou paraguaias por elas indicadas, conforme o Artigo XIV do Tratado assinado pelo Brasil e Paraguai em 26 de abril de 1973.

I.2 – Potência instalada: a soma das potências nominais de placa, expressas em quilowatts, dos alternadores instalados na central elétrica.

I.3 – Potência contratada: a potência em quilowatts que a ITAIPU colocará, permanentemente, à disposição da entidade compradora, nos períodos de tempo e nas condições dos respectivos contratos de compra e venda dos serviços de eletricidade.

I.4 – Encargos financeiros: todos os juros, taxas e comissões pertinentes aos empréstimos contratados.

I.5 – Despesas de exploração: todos os gastos imputáveis à prestação dos serviços de eletricidade, incluídos os gastos diretos de operação e de manutenção, inclusive as reposições causadas pelo desgaste normal, gastos de administração e gerais, além dos seguros contra os riscos dos bens e instalações da ITAIPU.

I.6 – Período de operação e faturamento: o mês calendário.

I.7 – Conta de exploração: o balanço anual entre a receita e o custo do serviço.

II - Condições de Suprimento

II.1 – A divisão em partes iguais da energia estabelecida no Artigo XIII do Tratado, será efetuada por via de divisão da potência instalada na central elétrica.

(*) II.2 – Cada entidade, no exercício do seu direito à utilização da potência instalada, contratará com a ITAIPU, por períodos de vinte anos, frações da potência instalada na central elétrica, em função de um cronograma de utilização que abrangerá este período e indicará, para cada ano, a potência a ser utilizada.

II.3 – Cada uma das entidades entregará à ITAIPU o cronograma acima referido, dois anos antes da data prevista para a entrada em operação comercial da primeira unidade geradora da central elétrica e dois anos antes do término do primeiro e dos subseqüentes contratos de vinte anos.

II.4 – Cada entidade, tem o direito de utilizar a energia que puder ser produzida pela potência por ela contratada até o limite que será fixado, para

cada período de operação, pela ITAIPU. Fica entendido que cada entidade poderá utilizar dita potência por ela contratada, durante o tempo que lhe convier, dentro de cada período de operação, desde que a energia por ela utilizada, em todo esse período, não exceda o limite acima mencionado.

II.5 – Quando uma entidade decide não utilizar parte da potência contratada ou parte da energia a esta correspondente, dentro do limite fixado, poderá autorizar a ITAIPU a ceder às outras entidades a parte que assim se tornar disponível, tanto de potência como de energia, no período referido em II.4, nas condições estabelecidas em IV.3.

II.6 – A energia produzida pela ITAIPU será entregue às entidades no sistema de barramentos da central elétrica, nas condições estabelecidas nos contratos de compra e venda.

III – Custo do Serviço de Eletricidade

O custo do serviço de eletricidade será composto das seguintes parcelas anuais:

III.1 – O montante necessário para o pagamento, às partes que constituem a ITAIPU, de rendimentos de doze por cento ao ano sobre sua participação no capital integralizado, de acordo com o Parágrafo 1º do artigo III do Tratado e com o Artigo VI do Estatuto (Anexo A):

III.2 – O montante necessário para o pagamento dos encargos financeiros dos empréstimos recebidos.

III.3 – O montante necessário para o pagamento da amortização dos empréstimos recebidos.

III.4 – O montante necessário para o pagamento dos "royalties" às Altas Partes Contratantes, calculado no equivalente de seiscentos e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América por gigawatt-hora, gerado e medido na central elétrica. Esse montante não poderá ser inferior, anualmente, a dezoito milhões de dólares dos Estados Unidos da América, à razão da metade para cada Alta Parte Contratante. O pagamento dos "royalties" se realizará mensalmente, na moeda disponível pela ITAIPU.

III.5 – O montante necessário para o pagamento à ELETROBRÁS e à ANDE em partes iguais; a título de ressarcimento de encargos de administração e supervisão relacionados com a ITAIPU, calculados no equivalente de cinquenta dólares dos Estados Unidos da América por gigawatt-hora gerado e medido na central elétrica.

III.6 – O montante necessário para cobrir as despesas de exploração.

III.7 – O montante do saldo, positivo ou negativo, da conta de exploração do exercício anterior.

III.8 – O montante necessário à remuneração a uma das Altas Partes Contratantes, equivalente a trezentos dólares dos Estados Unidos da América, por gigawatt-

hora cedido à outra Alta Parte Contratante. Esta remuneração se realizará mensalmente na moeda disponível pela ITAIPU.

IV – Receita

IV.1 – A receita anual, decorrente dos contratos de prestação dos serviços de eletricidade, deverá ser igual, em cada ano, ao custo do serviço estabelecido neste Anexo.

IV.2 – Este custo será distribuído proporcionalmente às potências contratadas pelas entidades supridas.

IV.3 – Quando se verificar a hipótese prevista em II.5 anterior, o faturamento às entidades contratantes será feito em função da potência efetivamente utilizada.

IV.4 – Quando não se verificar a hipótese prevista em II.5 e tendo-se em vista o disposto no Artigo XIII do Tratado e em IV.2 acima, a responsabilidade da entidade que contratou a compra será a da totalidade da potência contratada.

V – Outras Disposições

V.1 – O Conselho de Administração, com prévio parecer da ELETROBRÁS e da ANDE, regulamentará as normas do presente Anexo, tendo como objetivo a maior eficiência da ITAIPU.

V.2 – O valor dos rendimentos sobre o capital, dos “royalties”, do ressarcimento dos encargos e da remuneração mencionados, respectivamente, em III.1, III.4, III.5 e III.8, anteriores, será mantido constante de acordo com o estabelecido no § 4.o do Artigo XV do Tratado.

VI – Revisão

As disposições do presente Anexo serão revistas, após o decurso de um prazo de cinquenta anos a partir da entrada em vigor do Tratado, tendo em conta, entre outros aspectos, o grau de amortização das dívidas contraídas pela ITAIPU para a construção do aproveitamento e a relação entre as potências contratadas pelas entidades de ambos países.

Atos que aprovaram e promulgaram o tratado

1) Decreto Legislativo nº 23, de 23.05.73– Aprova o texto do Trata do de 26.04.73 celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, bem como as Notas então trocadas entre os Ministros das Relações Exteriores dos dois países. (Publicado no "Diário do Congresso Nacional" de 01.06.73, pág. 1.659)

2) Decreto nº 72.707, de 28.08.73 – Promulga o Tratado de 26.04.73, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, bem como as seis Notas trocadas entre os Ministros das Relações Exteriores dos dois países.

3) Lei nº 389, de 11.07.73 (Paraguai) – Aprova e ratifica o Tratado entre a República do Paraguai e a República Federativa do Brasil e as Notas trocadas entre os Ministros das Relações Exteriores dos dois países.

ANEXO B - Lei Municipal de Santa Helena nº 28/79



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

Estado do Paraná

LEI Nº 28/79.

Art. 1º - Autoriza o Executivo Municipal a desistir de doações de imóveis prometidas ao Município.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA HELENA, ESTADO DO PARANÁ, ADOTOU E, EM 10 DE MARÇO DE 1979, O PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONOU A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica autorizado o Prefeito Municipal a desistir das doações prometidas por instrumento particular à Prefeitura, relativas a imóveis expropriados pela Itaipu Binacional, onde se localizam-se as escolas a seguir relacionadas:

- 1-Escola Manoel Bandeira...Linha S. Pedro - 2-Esc.O.e Silva..L. Verde.
- 3-Esc.N.S.do Carmo...Serraria Bancara - 4-Esc.O.Cruz..L.Rio Verde.
- 5-Escola Santa Tereza...Linha Veritá.

Art. 2º - Fica também o Prefeito Municipal autorizado a alienar as benfeitorias existentes nos imóveis a que se refere o artigo anterior, bem como os imóveis e benfeitorias a seguir especificadas:

- | | |
|------------------------------|---------------------------|
| 1 - Escola Rui Barbosa | - Linha S. Vicente Grande |
| 2 - Esc. D. Luiz F. de Matel | - Linha Chelidá |
| 3 - Escola Salgado Filho | - Rio do Moimho |
| 4 - Esc. Julio de Castilhos | - São Vicente Chico |
| 5 - Esc. Gonçalves Dias | - Porto de Areia |
| 6 - Esc. Benjamin Constant | - Linha Prati |
| 7 - Esc. Princesa Isabel | - Linha Dois Irmãos |
| 8 - Esc. Duarte da Costa | - Ponte Dois Irmãos |
| 9 - Esc. Explicação Médica | - Linha S. Martine |
| 10 - Esc. N.S. Aparecida | - Linha Progresso |
| 11 - Escola São José | - Linha Maurício Cardoso |
| 12 - Esc. Vicente Machado | - Linha Niguelito |
| 13 - Esc. Euclides da Cunha | - Linha Forte Verde |
| 14 - Esc. Sebastião Paraná | - Barra do S. Francisco |
| 15 - Escola Teófilo Cristina | - Linha Guarani |
| 16 - Escola Teófilo Cristina | - Linha Veritá |
| 17 - Escola Bento Gonçalves | - Linha Soares |

Art. 3º - A alienação dos imóveis e benfeitorias a que se refere este artigo é exclusiva para transferência dos imóveis e benfeitorias à Itaipu

ANEXO C - Projeto de Lei nº 33/79



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

Estado do Paraná

PROJETO DE LEI Nº 33/79.

Súmula: Autoriza o Executivo a alienar bens imóveis e benfeitorias à Itaipu Binacional.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA HELENA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E, EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica autorizado o Executivo a alienar os bens e benfeitorias a seguir especificados:

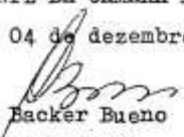
1. Escola Padre João Fernandes Vieira.
Localidade: Linha Independência.
2. Escola Santo Antônio.
Localidade: Linha da Balsa.
3. Escola São Francisco.
Localidade: Linha Maraschin.
4. Escola Willy Barth.
Localidade: Linha Salete.

Art. 2º - A autorização a que se refere esta Lei é exclusiva para transferência dos bens imóveis e benfeitorias à Itaipu Binacional.

Art. 3º - Esta Lei vigora após sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA HELENA, em 04 de dezembro de 1979.


Peri Backer Bueno
PRESIDENTE

ANEXO D - Lei municipal de Santa Helena nº 253/79



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA
ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 253/79

Súmula: Autoriza o Executivo Municipal a desistir de doações prometidas ao município.

A Câmara Municipal de Santa Helena, Estado do Paraná aprovou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Prefeito Municipal a desistir das doações prometidas por instrumento particular a Prefeitura, relativas a imóveis expropriados pela ITAIPÓ BINACIONAL, onde localiza-se as escolas a seguir relacionadas:

1. Escola Manoel Bandeira - Linha São Pedro
2. Escola Costa e Silva - Linha Verde
3. Escola N.S. do Carmo - Serraria Pancera
4. Escola Osvaldo Cruz - Linha Rio Verde
5. Escola Santa Teresa - Linha Vinitú

Art. 2º - Fica também autorizado o Prefeito Municipal a alienar as benfeitorias existentes nos imóveis a que se refere o artigo anterior, bem como os imóveis e benfeitorias a seguir especificadas:

1. Escola Rui Barbosa - Linha S.V. Grande
2. Escola D. Luiz F. Nadal - Linha Chielli
3. Escola Salgado Filho - Rio do Moimho
4. Escola Julio de Castilhos S. Vicente Chico
5. Escola Gonçalves Dias - Porto de Areia
6. Escola Benjamin Constant - Linha Pratti
7. Escola Princesa Isabel - Linha 2 Irmãos
8. Escola Duarte da Costa - Ponte 2 Irmãos
9. Escola Emilio G. Médici - Linha S. Martins
10. Escola N.S. Aparecida - Linha Progresso
11. Escola São José - Linha M. Cardoso
12. Escola Vicente Machado - Linha Miguelito
13. Escola Euclides da Cunha - Linha Porto Verde
14. Escola Sebastião Paraná - B. São Francisco
15. Escola Teresa Cristina - Linha Guarani
16. Escola Tomé de Souza - Linha Felicidade
17. Escola Bento Gonçalves - Linha Soares.

Parágrafo Único: A autorização a que se refere este artigo é exclusiva para transferência. Os imóveis e benfeitorias à ITAIPÓ BINACIONAL.

Art. 3º - Esta Lei vigora após sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Helena-PR, em

06 de novembro de 1.979.

ALDO REINHO PRADO - PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO E – Lei municipal de Santa Helena Nº 255/79

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA
ESTADO DO PARANÁLEI Nº 255/79.

SÚMULA: Autoriza o Executivo a alienar bens imóveis e benfeitorias à ITAIPU BINACIONAL.

A Câmara Municipal de Santa Helena, Estado do Paraná, aprovou e, eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Executivo a alienar os bens e benfeitorias a seguir especificados:

1.- Escola Padre João Fernandes Vieira.

Localidade: Linha Independência.

2.- Escola Santo Antônio.

Localidade: Linha da Balsa. -

3.- Escola São Francisco.

Localidade: Linha Maraschin.

4.- Escola Willy Berth.


Localidade: Linha Salete.

Art. 2º - A autorização a que se refere esta Lei é exclusiva para transferência dos bens imóveis e benfeitorias à ITAIPU BINACIONAL.

Art. 3º - Esta Lei vigora após sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Helena,
em 04 de dezembro de 1.979.



NAUDÉ PEDRO PRATES
Prefeito Municipal


ANEXO F - Ofício de desativação de escolas a partir de 1983

EXMA. SRA. PROFA. GILDA FOLI ROCHA LORRIS
DE. SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NAUDÉ PEDRO FRATAS, Prefeito Municipal de Santa Helena, abaixo assinado, vem solicitar de Vossa Excelência que seja baixado ato oficial, desativando a partir de 1.983, as escolas relacionadas em anexo, mantidas por este Executivo Municipal.

Termos em que
pede deferimento

Santa Helena, em 30 de maio de 1.983.


NAUDÉ PEDRO FRATAS
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Santa Helena
 Relação de Escolas Municipais a serem desativadas

1- Escola Rural Antonio Castro Alves	Localidade: Iinha Becker
2- Escola Rural Campos D'Almeida	Rio Fedras Verdes
3- Escola Rural Castelo Branco	Novo Paraíso
4- Escola Rural Dom Luis Felício de Medeiros	Iinha Chicaíra
5- Escola Rural Espírito Santo	I 3 G.
6- Escola Rural Lucilides da Cunha	Porto Verde
7- Escola Rural Gabriel de Lima	Iinha Ajacocida
8- Escola Rural Gongalves Dias	Porto Areia
9- Escola Rural Osvaldo Cruz	Rio Verde
10- Escola Rural Pio XII	Arroio Pelas
11- Escola Rural Rocha Pombo	Cascalho
12- Escola Rural Rui Barbosa	São Vicente Grande
13- Escola Rural Selgado Filho	Rio do Molino
14- Escola Rural Santa Verena	Iinha Viníciá

Santa Helena, 30 de maio de 1983.

MAURO TELIRO PEREIRA
 Diretor do Município

Prefeitura Municipal de Santa Helena
Relação de escolas Municipais a serem desativadas

<p>15- Escola Rural Santos Dumont</p> <p>16- Escola Rural Yereza Cristina</p> <p>17- Escola Rural Willy Barth</p>	<p>Localidade: Legado Paça Legado Trovasso Ihna Valete.</p>
---	---

Santa Helena, 30 de maio de 1.953.


 MAURICE PEDRO FRAYRES
 Prefeito Municipal

ANEXO G - Decreto N° 34/85



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA - PARANÁ

CGC 76 206 457 0001 - 19

Ca. Postal 03

CEP 95 860

DECRETO N° 34/85

Data: - 20 de junho de 1.985.

Súmula: - Extingue unidades escolares constantes do Decreto n° 125/79 de 04 de dezembro de 1.979.

O Prefeito Municipal de Santa Helena, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acôrdo com o inciso XXX do Art. 75 da Lei Complementar n° 2 de 18 de junho de 1.973, e,

Considerando a formação do Lago Internacional do Paraná que atingiu grande faixa do município de Santa Helena;

Considerando que além da evasão ocasionada pela formação do Lago de Itaipú a mecanização da área agrícola ocasionou o esvaziamento populacional restringindo o campo de trabalho rucicola no município;

Considerando ainda, que esses fatores contribuíram de forma decisiva para o completo esvaziamento da população em idade escolar, tornando inviável a manutenção de unidades escolares nas localidades que menciona,

RESOLVE:

Art. 1° - Extinguir as unidades escolares das seguintes localidades:

- | | |
|------------------------|-----------------------------|
| - Linha São Martins | - Esc Eriberto G. Medice |
| - Fazenda Bom Jesus | - Esc Afonso Pena |
| - Fazendinha (IBC) | - Esc Eptácio Pessoa |
| - Vergueira | - Esc Ipiranga |
| - Linha Bela Vista | - Esc Mal. Eurico G. Dutra |
| - Dois Irmãos | - Esc N.S. do Carmo |
| - Santa Quitéria | - Esc Pe. Aloys Mann |
| - Arroio Feliz | - Esc São XII |
| - Linha Flor da Serra | - Esc Rodrigues Alves |
| - Fazenda Santa Helena | - Esc Santa Rita de Cas/sia |
| - Linha da Balsa | - Esc Santo Antonio |
| - Linha Vinitú | - Esc Santa Tereza |
| - Linha Fontana | - Esc Teleraco Borba |

Art. 2° - Este decreto vigora na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20 de julho de 1.983.

Art. 3° - Revogar-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Helena-PR
em 20 de junho de 1.985.

ANTONIO APARECIDO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO H - Ofício encaminhado pelo município de Itaipulândia

**MUNICÍPIO DE ITAIPULÂNDIA**
Estado do Paraná**OFICIO Nº 34/2017 GAB-SMF**

Itaipulândia em 27 de Outubro de 2017

Ilma. Sra.

Em resposta ao Vosso Requerimento de 18 de Maio de 2017, encaminhamos relatórios contábeis com informações pertinentes ao solicitado.

Comunicamos também, que não fora possível às informações que antecedem o período do exercício financeiro de 2002 por motivos de acesso aos dados, no entanto, comunicaremos assim que estiver disponível.

Sem mais, nos dispomos para quaisquer esclarecimentos e complementação de informações.

Atenciosamente,

VERA TERESINHA BONFANTE
Sec. Finanças

Ilma. Sra.
JULIANA SCHWAAB THIBES
Requerente
Santa Helena PR

ANEXO I - Ofício encaminhado pelo município de Santa Helena

**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

Ofício nº 527/2017 - SMF

Santa Helena - PR, 02 de maio de 2017.

À JULIANA SCHWAAB THIBES,

Conforme solicitado através do requerimento do processo nº 3819/2017, fornecemos as informações oficiais dos recursos aplicados na área da educação através do pagamento dos royalties pela Itaipu Binacional. Os dados de despesas com educação só foram fornecidas a partir do ano de 2004, pois anterior a este ano não se tem registro de quanto foi aplicado na educação.

Atenciosamente,

Lenice Andreia Jess Alcará
Secretaria de Finanças

ARRECAÇÃO DE ROYALTIES

1995	10.236.389,13
1996	14.787.819,18
1997	19.630.097,71
1998	20.859.679,91
1999	33.485.826,46
2000	38.318.419,47
2001	43.710.110,01
2002	54.130.610,27
2003	54.810.038,73
2004	50.826.962,04
2005	44.890.572,30
2006	44.139.690,06
2007	38.655.954,06
2008	37.915.358,42
2009	44.269.311,73
2010	36.043.440,62
2011	35.582.384,14
2012	45.992.219,24
2013	53.225.162,61
2014	56.679.607,08
2015	76.109.458,95
2016	77.689.072,06
TOTAL	931.988.184,18

DESPESA C/EDUCAÇÃO

	9.190.963,26
	11.025.413,09
	7.923.068,29
	8.511.754,12
	8.630.459,06
	7.380.028,91
	9.574.863,00
	9.769.980,73
	6.813.574,61
	8.106.848,85
	11.185.822,33
	11.497.001,96
	14.476.368,35
TOTAL	124.086.146,56

ANEXO J - Ofício encaminhado pelo município de Itaipulândia



MUNICÍPIO DE ITAIPULÂNDIA
Estado do Paraná

Ofício nº 50/2018

Itaipulândia, PR em 17 de dezembro de 2018.

Ref.: balancete de despesas da Educação para fins acadêmicos

Ilma. Senhora

Em resposta a vosso requerimento com protocolo de 03 de dezembro de 2018, encaminhamos relatórios em forma de balancete de despesa da Secretaria de Educação cultura e Esportes relativos ao exercício de 2003 a 2016.

Cabe constar que o objeto do requerimento vem sendo reiteradamente respondido devido ao fato de da falta alinhamento de interpretação sobre como é tratado "investimento" em Educação.

Ajustados verbalmente a situação encaminhamos nesses balancetes o total de despesas com fonte Royalties nesses períodos, exceto os anos de 2003 e 2004, pois são períodos que não tinha a distinção de fontes de recursos, no entanto deverão ser deduzidas as despesas de pessoal e afim já sugerido com marcação nos relatórios.

Para finalizar, resumimos o total de despesas com Royalties obtidos:

ANO	EMPENHADO	ANO	EMPENHADO
2003	10.172.589,56	2010	5.014.253,03
2004	9.161.286,35	2011	5.699.498,89
2005	8.792.881,76	2012	8.845.397,27
2006	7.711.212,78	2013	9.250.268,97
2007	6.188.376,88	2014	10.876.796,64
2008	4.627.950,56	2015	11.931.063,03
2009	5.054.779,08	2016	15.373.999,97

Os relatórios anexos a esse contém total de despesas com Royalties, no entanto o usuário poderá excluir despesas caso não compreenda seu estudo.

Sem mais

Atenciosamente,


Adair Jank
Sec. Finanças

Ilma Sra.
Juliana Schwaab Thibes
Mestranda
Santa Helena PR

Rua São Miguel do Iguaçu, n. 1891, Centro, Fone: (045) 3559-8000, FAX: (045) 3559-8001, CEP:85880-000, Itaipulândia – Pr, CNPJ n. 95.725.057/0001-64